

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Andressa Costa Prates

**JORNALISMO E POLÍTICA EXTERNA: A IMAGEM PÚBLICA
PROJETADA DO BRASIL NOS DISCURSOS DIPLOMÁTICOS E
JORNALÍSTICOS (1988-2022)**

Santa Maria, RS
2023

Andressa Costa Prates

**JORNALISMO E POLÍTICA EXTERNA: A IMAGEM PÚBLICA PROJETADA DO
BRASIL NOS DISCURSOS DIPLOMÁTICOS E JORNALÍSTICOS (1988-2022)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutora em Comunicação**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Rejane de Oliveira Pozobon

Santa Maria, RS
2023

Prates, Andressa Costa
Jornalismo e Política Externa: a imagem pública
projetada do Brasil nos discursos diplomáticos e
jornalísticos (1988-2022) / Andressa Costa Prates.- 2023.
226 p.; 30 cm

Orientadora: Rejane de Oliveira Pozobon
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2023

1. Discurso Diplomático 2. Discurso Jornalístico 3.
Política Externa Brasileira 4. Argumentação Discursiva 5.
Imagem Pública Projetada I. Pozobon, Rejane de Oliveira
II. Título.

sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFPA. dados fornecidos pelo
autor(s). sob supervisão da direção da divisão de processos técnicos da biblioteca
central. biblioteca responsável paula schoenfeldt vatta cma 10/1728.

Declaro, ANDRESSA COSTA PRATES, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Andressa Costa Prates

**JORNALISMO E POLÍTICA EXTERNA: A IMAGEM PÚBLICA PROJETADA DO
BRASIL NOS DISCURSOS DIPLOMÁTICOS E JORNALÍSTICOS (1988-2022)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Comunicação da Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial
para a obtenção do título de **Doutora em
Comunicação**.

Aprovada em 21 de novembro de 2023

Rejane de Oliveira Pozobon (Dr^a., UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Silvia Garcia Nogueira (Dr^a, UEPB)
(Examinadora)

Ivan Elizeu Bomfim Pereira (Dr., UEPG)
(Examinador)

Aline Dalmolin (Dr^a., UFSM)
(Examinadora)

Celestino Joanguete (Dr., UFSM)
(Examinador)

Santa Maria, RS
2023

RESUMO

JORNALISMO E POLÍTICA EXTERNA: A IMAGEM PÚBLICA PROJETADA DO BRASIL NOS DISCURSOS DIPLOMÁTICOS E JORNALÍSTICOS (1988-2022)

AUTORA: Andressa Costa Prates
ORIENTADORA: Rejane de Oliveira Pozobon

A pesquisa tem como propósito principal identificar a imagem pública projetada do Brasil nos discursos diplomáticos, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, e nos discursos jornalísticos, por meio das publicações impressas do jornal Folha de S. Paulo. Constatamos que poucas pesquisas abordam a relação entre a comunicação e a diplomacia ou a política externa nacional, principalmente na área da Comunicação. Partindo desta, e de outras percepções, e levando em conta a importância desta relação para a construção da imagem pública de uma nação perante a comunidade internacional, nos propomos a analisar os discursos jornalísticos sobre a política externa brasileira (PEB) e os discursos diplomáticos do Brasil. Temos como hipótese a ideia de que o discurso jornalístico é construído em sentido de oposição à condução da política externa nacional e, em consequência, projeta uma imagem pública antagônica à desejada pela diplomacia. Acreditamos que o posicionamento jornalístico atue no sentido da “diplomacia da mídia intermediadora” (Gilboa, 2001). Para a realização das análises adotamos como perspectiva teórico-metodológica a argumentação discursiva (AMOSSY, 2018), a partir de um protocolo de análise composto por seis estratégias argumentativas, as quais são propostas por Amossy (2018a; 2018b), encontrando referência também em Perelman (2005) e Pozobon (2019). O corpus de análise da pesquisa são a íntegra dos discursos diplomáticos do Brasil na Assembleia Geral da ONU e as reportagens, artigos de opinião e editoriais da Folha de S. Paulo, que tratam do encontro anual da ONU, no período que se estende de 1988 até 2022. Foram analisados 18 discursos diplomáticos e 36 edições impressas do jornal. Com base na análise das estratégias argumentativas, um dos aspectos identificados é que a paz é acionada nos discursos brasileiros como um valor supremo. Questões ligadas às diretrizes da condução da política externa como, cooperação, multilateralismo e integração regional, também são temas recorrentes nos discursos brasileiros. Por sua vez, a análise dos discursos jornalísticos nos permitiu identificar que há uma mudança significativa na forma como se dá a construção noticiosa ao longo dos anos. Em alguns períodos, a construção jornalística marca oposição ao governo federal e à condução da política externa, como nos governos de Lula da Silva, de Michel Temer e de Jair Bolsonaro. Neste sentido, há períodos em que a imagem pública do Brasil nos discursos jornalísticos se opõe à imagem pública que a diplomacia deseja projetar sobre o país.

Palavras-Chave: Imagem Pública Projetada. Discurso Jornalístico. Discurso Diplomático. Política Externa. Folha de S. Paulo.

ABSTRACT

JOURNALISM AND FOREIGN POLICY: THE PROJECTED PUBLIC IMAGE OF BRAZIL IN DIPLOMATIC AND JOURNALISTIC DISCOURSES (1988-2022)

AUTHOR: Andressa Costa Prates

DOCTORAL SUPERVISOR: Rejane de Oliveira Pozobon

The main purpose of the research is to identify the projected public image of Brazil in diplomatic discourses, within the scope of the United Nations General Assembly, and in journalistic discourses the printed publications of the newspaper Folha de S. Paulo. We found that little research addresses the relationship between communication and diplomacy or national foreign policy, especially in the area of Communication. Based on this and other perceptions and taking into account the importance of this relationship for the construction of a nation's public image before the international community, we propose to analyze journalistic discourses about Brazilian foreign policy (PEB) and Brazil's diplomatic discourses. The research hypothesis is that journalistic discourse is constructed in opposition to the conduct of national foreign policy and, as a result, projects a public image antagonistic to that expected by diplomacy. We believe that journalistic positioning acts towards “media-broker diplomacy” (Gilboa, 2001). To perform the analyses, we adopted discursive argumentation as a theoretical-methodological perspective (AMOSSY, 2018), based on an analysis protocol composed of six argumentative strategies, which are proposed by Amossy (2018a; 2018b), also finding reference in Perelman (2005) and Pozobon (2019). The corpus of research analysis is the entirety of Brazil's diplomatic discourses at the UN General Assembly and reports, opinion articles and editorials from Folha de S. Paulo, which deal with the annual UN meeting, in the period extending from 1988 until 2022. 18 diplomatic discourses and 36 printed editions of the newspaper were analyzed. Based on the analysis of argumentative strategies, one of the aspects identified is that peace is used in Brazilian discourses as a supreme value. Issues linked to the guidelines for conducting foreign policy, such as cooperation, multilateralism and regional integration, are also recurring themes in Brazilian discourses. In turn, the analysis of journalistic discourses allowed us to identify that there has been a significant change in the way news is constructed over the years. In some periods, journalistic construction opposes the federal government and the conduct of foreign policy, as in the governments of Lula, Michel Temer and Jair Bolsonaro. In this sense, there are periods in which the public image of Brazil in journalistic discourses opposes the image that diplomacy wants to project.

Key words: Projected Public Image. Journalistic Discourses. Diplomatic Discourses. Foreign Policy. Folha de S. Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 MÍDIA E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....	15
1.1 IMPRENSA DOMÉSTICA VERSUS IMPRENSA ESTRANGEIRA	16
1.2 TEMPORALIDADES: O TEMPO DO JORNALISMO E O TEMPO DA DIPLOMACIA	22
2 O JORNALISMO POLÍTICO E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM E DA OPINIÃO PÚBLICA	34
2.1 CARACTERÍSTICAS E CONSTITUIÇÃO DO JORNALISMO POLÍTICO.....	35
2.2 A COBERTURA NOTICIOSA NO JORNALISMO POLÍTICO	40
2.2.1 O conflito como estratégia discursiva	44
2.3 IMAGEM E OPINIÃO PÚBLICA.....	47
2.3.1 Imagem pública projetada	49
2.3.2 Opinião pública e política externa.....	50
3 ARGUMENTAÇÃO COMO PERSPECTIVA METODOLÓGICA	52
3.1 JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DA FOLHA DE S. PAULO COMO OBJETO DE PESQUISA	53
3.2 A ARGUMENTAÇÃO DISCURSIVA: DA RETÓRICA ÀS CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS	55
3.2 A ARGUMENTAÇÃO COMO UMA DIMENSÃO CONSTITUTIVA DOS DISCURSOS	57
3.3 A ARGUMENTAÇÃO NOS DISCURSOS DIPLOMÁTICOS.....	61
3.4 ADAPTAÇÃO METODOLÓGICA E PROTOCOLO DE ANÁLISE PROPOSTO	63
4 ANÁLISES	68
4.1 GOVERNO JOSÉ SARNEY.....	69
4.1.1 Os discursos diplomáticos no governo Sarney	71
4.1.2 Os discursos jornalísticos no governo Sarney	74
4.2 GOVERNO COLLOR DE MELLO.....	76
4.2.1 Os discursos diplomáticos no governo Collor	78
4.2.2 Os discursos jornalísticos no governo Collor	80
4.3 GOVERNO ITAMAR FRANCO.....	85
4.3.1 Os discursos diplomáticos no governo Itamar Franco	86
4.3.2 Os discursos jornalísticos no governo Itamar Franco	88
4.4 GOVERNO FHC	88

4.4.1 Os discursos diplomáticos no governo FHC	90
4.4.2 Os discursos jornalísticos no governo FHC	98
4.5 GOVERNO LULA	100
4.5.1 Os discursos diplomáticos no governo Lula	103
4.5.2 Os discursos jornalísticos no governo Lula	109
4.6 GOVERNO DILMA ROUSSEFF	116
4.6.1 Os discursos diplomáticos no governo Dilma	119
4.6.2 Os discursos jornalísticos no governo Dilma	124
4.7 GOVERNO MICHEL TEMER	130
4.7.1 Os discursos diplomáticos no governo Temer	131
4.7.2 Os discursos jornalísticos no governo Temer	132
4.8.1 Os discursos diplomáticos no governo Bolsonaro	136
4.8.2 Os discursos jornalísticos no governo Bolsonaro	140
4.9 APONTAMENTOS GERAIS	152
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163
ANEXO A – PÁGINA 12 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 27/09/1988	171
ANEXO B – PÁGINA A4 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 26/09/1989	172
ANEXO C – PÁGINA A4 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 24/09/1990	173
ANEXO D – CAPA FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 25/09/1990	174
ANEXO E – PÁGINA A2 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 25/09/1990	175
ANEXO F – PÁGINA A8 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 25/09/1990	176
ANEXO G – PÁGINA A9 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 25/09/1990	177
ANEXO H – CAPA FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 27/09/1994	178
ANEXO I – PÁGINA 4 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 27/09/1994	179
ANEXO J – PÁGINA 1-8 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 26/09/1995	180
ANEXO K – PÁGINA 2-11 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 26/09/1995	181
ANEXO L – CAPA FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 22/09/1998	182
ANEXO M – PÁGINA 2 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 22/09/1998	183
ANEXO N – PÁGINA 6 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 22/09/1998	184
ANEXO O – PÁGINA 2-5 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 21/09/1999	185
ANEXO P – PÁGINA A13 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 12/09/2002	186
ANEXO Q – CAPA FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 13/09/2002	187
ANEXO R – PÁGINA A7 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 13/09/2002	188

ANEXO S – CAPA FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 23/09/2003.....	189
ANEXO T – PÁGINA A11 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 23/09/2003.....	190
ANEXO U – CAPA FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 24/09/2003	191
ANEXO V – PÁGINA A 9 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 24/09/2003.....	192
ANEXO W – PÁGINA A10 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 24/09/2003	193
ANEXO X – CAPA FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 26/09/2007	194
ANEXO Y – PÁGINA A 4 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 26/09/2007.....	195
ANEXO Z – PÁGINA A5 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 26/09/2007.....	196
ANEXO AA – PÁGINA A18 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 26/09/2007.....	197
ANEXO AB – PÁGINA A13 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 21/09/2011.....	198
ANEXO AC – CAPA FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 22/09/2011	199
ANEXO AD – PÁGINA A2 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 22/09/2011.....	200
ANEXO AE – PÁGINA A14 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 22/09/2011	201
ANEXO AF – PÁGINA A15 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 22/09/2011	202
ANEXO AG – PÁGINA A16 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 22/09/2011	203
ANEXO AH – PÁGINA A17 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 22/09/2011	204
ANEXO AI – CAPA FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 25/09/2014.....	205
ANEXO AJ – PÁGINA A4 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 25/09/2014.....	206
ANEXO AK – CAPA FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 28/09/2015.....	207
ANEXO AL – PÁGINA A10 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 28/09/2015	208
ANEXO AM – CAPA FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 29/09/2015	209
ANEXO AN – PÁGINA A 4 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 29/09/2015.....	210
ANEXO AO – PÁGINA A 12 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 29/09/2015	211
ANEXO AP – PÁGINA A14 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 25/09/2018.....	212
ANEXO AQ – CAPA FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 26/09/2018.....	213
ANEXO AR – PÁGINA A15 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 26/09/2018.....	214
ANEXO AS – CAPA FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 24/09/2019	215
ANEXO AT – PÁGINA A10 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 24/09/2019	216
ANEXO AU – PÁGINA A11 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 24/09/2019.....	217
ANEXO AW – CAPA FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 25/09/2019	218
ANEXO AX – PÁGINA A2 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 25/09/2019.....	219
ANEXO AY – PÁGINA A15 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 25/09/2019.....	220
ANEXO AZ – PÁGINA A17 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 25/09/2019	221
ANEXO BA – PÁGINA A18 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 25/09/2019.....	222

ANEXO BB – PÁGINA A25 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 25/09/2019	223
ANEXO BC – PÁGINA A 2 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 21/09/2022	224
ANEXO BD – PÁGINA A 13 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 21/09/2022	225
ANEXO BE – PÁGINA A 14 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 21/09/2022	226

INTRODUÇÃO

Ao darmos início ao mapeamento de pesquisas sobre comunicação e política externa, tivemos a dimensão da necessidade que o campo tem de ampliar a compreensão sobre a sua relação com a política externa e relações internacionais. Constatamos também que são escassos os estudos que se debruçam sobre os discursos diplomáticos enquanto objeto de pesquisa da Comunicação Política e enquanto gênero discursivo de relevância para a projeção da imagem de um país. E ainda, que são insuficientes as pesquisas que reúnem os dois gêneros: discursos diplomáticos e jornalísticos, a fim de investigar as afetações de um sobre o outro. Da mesma forma, são poucas as pesquisas que se dedicam a questões relativas à intersecção da comunicação com a diplomacia, principalmente na Comunicação. A partir destas percepções preliminares, e levando em conta a importância da temática para a construção da imagem pública de uma nação perante a comunidade internacional, nos propomos a investigar a relação entre o jornalismo e a política externa brasileira (PEB), por meio dos discursos diplomáticos do Brasil e a repercussão de determinados acontecimentos deste campo na construção noticiosa.

Partindo da compreensão do nosso sistema democrático e sua relação com a comunicação, entendemos que ele depende da visibilidade proporcionada pelos meios de comunicação, e mais especificamente do jornalismo político, para a sua manutenção. Sendo que a qualidade da democracia também está relacionada à capacidade do jornalismo em não somente emprestar visibilidade aos assuntos de ordem política, mas sobretudo, de dar à opinião pública a capacidade de refletir e interpretar os assuntos noticiados. Quanto mais limitados e padronizados os quadros de sentido produzidos pelo jornalismo político, e quanto menor a sua capacidade em problematizar os fatos, menor a capacidade crítica da recepção.

As questões de política externa são mais complexas e exigem também que os cidadãos se interessem pelos temas; e para despertar esse interesse a população precisa ter acesso ao conhecimento de como tais questões afetam o seu dia a dia. Como um acordo comercial com a União Europeia, por exemplo, pode influenciar no preço da carne no mercado interno? Como uma negociação com a China afeta o preço de peças automotivas no Brasil? Ou como a guerra na Ucrânia influencia no preço de alimentos no mundo todo? Estas questões precisam ser explicadas pelo jornalismo, ou não despertarão o interesse do cidadão comum.

Percebemos que nos últimos anos as questões relacionadas à política externa nacional ganharam mais destaque e, assim também, maior importância no cenário das discussões políticas, inclusive durante o período eleitoral. Partindo destas observações, passamos a uma questão teórica importante para o desenvolvimento desta pesquisa que é a ideia de imagem

pública. A imagem construída pelo jornalismo sobre diversos temas tem a capacidade de influenciar na forma como as pessoas compreendem os fatos e em suas preferências políticas (Mont’Alverne; Marques, 2013). Desta forma, destacamos que a “projeção da imagem de uma identidade nacional formada a partir de um enfoque carregado de intenções políticas opera como um importante capital simbólico gerador de impactos concretos” (Nogueira, 2022, p. 90). Salientamos também que a formação de uma imagem pública faz parte de uma construção psicológica e social (GOMES, 2004). E a imprensa é um dos atores políticos que colaboram para a divulgação das imagens públicas (PANKE; BOZZA, 2013) e, também da construção delas.

Mesmo que o uso das redes sociais por líderes mundiais e instituições, como o Itamaraty, aproxime os cidadãos dos acontecimentos internacionais, ainda é o jornalismo o responsável pela divulgação oficial dos fatos. O jornalismo, neste sentido, atua como ambiente institucionalmente estabelecido e creditado para transmitir as informações, já que cumpre com a função de apuração informacional e com a função didática de explicar os acontecimentos de forma compreensível ao cidadão comum.

Outro aspecto teórico importante nesta pesquisa para entendermos e avaliarmos os aspectos da relação entre o jornalismo e a política externa é de onde partimos para compreender a instituição jornalística. A partir de Cook (2011) percebemos o jornalismo como uma instituição política. Tendo em vista que é por meio do discurso que ele constrói e dissemina valores. De acordo com o autor, o jornalismo atua no sentido da “alocação impositiva de valores”, mesma orientação que cumpre a política. O jornalismo como instituição social é responsável pela criação e disseminação de narrativas que levam os indivíduos à experienciar diferentes realidades e tem a capacidade de interferir nas percepções públicas sobre a esfera política (WEBER et al, 2016).

Apresentados os principais pressupostos teóricos que orientam esta pesquisa, e a partir dos quais partimos para compreender o jornalismo e sua relação com a política, destacamos que nosso **problema de pesquisa** se constitui na seguinte pergunta: quais as imagens públicas são projetadas sobre o Brasil nos discursos diplomáticos e nos discursos jornalísticos? Estas imagens públicas são construídas em sentido antagônico? Para respondermos às perguntas de pesquisa, temos como **objetivo geral** identificar a “imagem pública projetada” do Brasil nos discursos diplomáticos e nos discursos jornalísticos. Como **objetivos específicos** buscamos identificar e analisar as estratégias argumentativas utilizadas nos discursos jornalísticos e diplomáticos; identificar as fontes de informação acionadas pelos textos jornalísticos; apontar se a “imagem pública projetada” do Brasil nos discursos diplomáticos equivale à imagem

construída pelo jornal analisado; e avaliar se há a presença da ideia da “diplomacia da mídia intermediadora” (GILBOA, 2001; 2008) nos discursos jornalísticos do veículo analisado.

Para alcançar os objetivos propostos, utilizamos como objeto de pesquisa os discursos diplomáticos do Brasil na Assembleia Geral da Nações Unidas e o jornal Folha de S. Paulo. O período de análise se estende do ano de 1988 até 2022. O corpus de análise são a íntegra dos discursos diplomáticos, disponíveis no portal do Centro de História e Documentação Diplomática e no site do Ministério das Relações Exteriores; e as reportagens, artigos de opinião e editoriais da Folha de S. Paulo, que tratam do encontro anual da ONU, nas edições do dia de cada Assembleia Geral e as edições do dia posterior ao encontro. A escolha do recorte temporal tem início no ano de 1988 por ser o ano em que se consolida a redemocratização do Brasil com a promulgação da Constituição Federal.

Para a realização das análises adotamos como **metodologia** a perspectiva teórico-metodológica da argumentação discursiva (AMOSSY, 2018). Partimos da percepção de que a análise argumentativa deve levar em consideração a materialidade linguageira; o discurso em sua dimensão enunciativa, social e institucional. Sendo o protocolo de análise adotado para o desenvolvimento desta pesquisa seis estratégias argumentativas, as quais são propostas por Amossy (2018a; 2018b), encontrando referência também em Perelman e Tyteca (2005) e Pozobon (2019). São elas: Analogia, Entimema, Regra de Justiça, Consequência e Ethos. E também avaliamos o uso de figuras de linguagem de metáfora e ironia. A partir das frases agrupadas em categorizações, identificamos as finalidades das estratégias argumentativas presentes nos discursos. Desta forma, esta pesquisa se propõe a contribuir com os estudos em comunicação e política e colaborar para o desenvolvimento das pesquisas em argumentação.

Nossa **hipótese de pesquisa** é de que o discurso jornalístico é construído em sentido de oposição à condução da política externa nacional e, em consequência, constrói uma “imagem pública” antagônica à desejada pela diplomacia. Neste sentido, acreditamos ser possível identificar a presença da ideia de “diplomacia da mídia intermediadora” (GILBOA, 2001; 2008).

A escolha da Folha de S. Paulo como objeto de estudo se deve ao fato de que, segundo o Instituto Verificador de Comunicação (IVC), é o jornal de maior circulação no país. A Folha também é um dos veículos da imprensa nacional que mais produz conteúdos sobre a política externa brasileira. Sendo também um dos veículos jornalísticos mais utilizados nas pesquisas em comunicação que abordam questões relacionadas à política externa.

Para desenvolver a pesquisa dividimos os capítulos da seguinte forma: iniciamos com a discussão sobre a capacidade de influência da mídia sobre a política externa (Nogueira, 2022).

Posteriormente, realizamos um levantamento para um breve paralelo entre a construção noticiosa da política externa brasileira sob a óptica da imprensa doméstica e da imprensa estrangeira, com base em pesquisas que se dedicaram a analisar a temática. Ainda no primeiro capítulo, a fim de provocar algumas reflexões sobre o fazer diplomático e o fazer jornalístico, abordamos a questão da temporalidade (Dalmonte, 2010; Quéré, 2005; Valente, 2007). Por fim, tratamos dos conceitos de diplomacia pública, diplomacia na mídia e diplomacia da mídia intermediadora (Gilboa, 2001; 2008), buscando atrelá-los a acontecimentos recentes e realizando um breve levantamento de pesquisas em comunicação que têm utilizado os conceitos.

No segundo capítulo, abordamos características do jornalismo e a construção noticiosa do jornalismo político, utilizando como referencial teórico alguns nomes como: Miguel (2002), Miguel e Biroli (2012), Christofolletti e Torres (2015), Castro (2015), Motta (2007), Guazina (2011; 2013), Albuquerque e Gagliardi (2020), entre outros. Dentre os aspectos da cobertura noticiosa, mencionamos algumas concepções teóricas como a questão da objetividade, da polarização política, da lógica do conflito que predomina nas construções noticiosas sobre a política (Guazina, 2013; Motta; Guazina, 2010) e as transformações no campo jornalístico cada vez mais posicionado ideologicamente (Lycarião; Magalhães; Albuquerque, 2018), o que remete às percepções coletivas e à construção das opiniões públicas. Os conceitos de imagem e opinião pública são trabalhados no capítulo II com base na relação entre mídia e política e, mais especificamente, com outros aspectos como, discurso político, discurso diplomático e representações. Para construir estas discussões acionamos autores como: Gomes (2004), Nogueira (2022), Charaudeau (2012) e Panke e Pimentel (2020). Ao fim do capítulo, explicamos a escolha pela ideia de uma imagem pública que é projetada pelos discursos. E traçamos alguns aspectos da relação entre a formação das opiniões públicas com a política externa.

No terceiro capítulo apresentamos a perspectiva teórico-metodológica adotada para o desenvolvimento da pesquisa. Apontamos questões teóricas dos estudos da argumentação e do discurso. Explicamos a conexão entre a argumentação e a análise de discurso na perspectiva elaborada por Ruth Amossy (2007; 2008; 2016; 2018). E abordamos alguns aspectos do discurso diplomático enquanto modalidade do discurso político; e apontamos estratégias argumentativas presentes nos discursos diplomáticos, como o uso do ethos na construção do discurso com base no auditório. Por fim, apresentamos a adaptação metodológica e o protocolo de análise adotado (Amossy, 2018a; 2018b; Pozobon, 2019; Perelman e Tyteca, 2005; Lage, 2002).

No quarto capítulo realizamos as análises da pesquisa. Dividimos o capítulo por períodos de governo, iniciando com um breve levantamento acerca das diretrizes na condução da política externa nacional seguido das análises dos discursos diplomáticos e dos discursos jornalísticos. Investigamos os discursos do Brasil na ONU nos anos equivalentes ao primeiro e ao último mandato de cada governo. Para a análise dos discursos jornalísticos mapeamos as edições da Folha de S. Paulo no dia da realização da Assembleia Geral das Nações Unidas e a edição do dia seguinte. Para apontar as linhas de condução da PEB, nos baseamos em autores como: Vigevani e Cepaluni (2007), Ramanzini Jr., Mariano e Vigevani (2021), Côrtes (2010), Vigevani e Aragusuko (2015), Casarões (2014; 2016), Ribeiro (2009), Vigevani, Oliveira e Cintra (2003), Miranda (2019), entre outros.

Na quinta e última parte do texto, retomamos os objetivos e, posteriormente, sistematizamos os principais achados da pesquisa. Apresentamos as imagens públicas do Brasil projetadas nos discursos diplomáticos e jornalísticos. Identificamos que ao longo dos anos há poucas mudanças na imagem pública que é projetada do Brasil nos discursos diplomáticos. Apontamos também outros aspectos, como os valores que são acionados nos discursos diplomáticos. A democracia, por exemplo, surge como um valor importante para o Brasil e aparece nos discursos conforme o período histórico em vive a sociedade brasileira. Os discursos jornalísticos apresentam variações em sua construção ao longo dos anos, saindo de textos descritivos para construções em oposição à política doméstica e internacional adotadas pelo governo brasileiro. Em alguns momentos, a imagem pública do Brasil nos discursos jornalísticos é construída em oposição à abordagem dos discursos diplomáticos. Compreendendo que o jornalismo atua como um mediador das negociações internacionais, consideramos que em algum sentido a ideia de “diplomacia da mídia intermediadora” é identificada na construção discursiva.

1 MÍDIA E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Mais ou menos a partir da metade do século passado, a sedução e a motivação dos cidadãos e eleitores comuns passaram gradualmente a ser intermediadas por instrumentos tecnológicos que distanciavam fisicamente os líderes políticos de seus seguidores. A política passou a ser uma prática social definitivamente mediada por uma parafernália tecnológica e publicitária cara e sofisticada, especialmente pelos meios de comunicação de massa (MOTTA, 2015, p. 9).

Um dos grandes desafios em comunicação na área da política internacional é manter uma imagem positiva do seu país frente às demais nações. Partindo desta percepção e buscando apontar aspectos da relação entre a mídia e a política externa é que desenvolvemos este capítulo.

Durante o levantamento de pesquisas que trabalham com a temática comunicação e política externa (Ferreira; Ribeiro, 2022; Nogueira, 2022; 2016; Casarões, 2012; Bomfim, 2015), identificamos a necessidade de mais estudos que busquem compreender a relação e influência da mídia e ou do jornalismo sobre as relações internacionais. Neste sentido, esta pesquisa surge também com o propósito de contribuir com as discussões e análises na área.

Entendemos que o estabelecimento da imagem de um país frente às demais nações depende de diversos fatores, entre eles o econômico e a efetividade de acordos entre países, por exemplo. Mas a preocupação não deve se restringir aos setores internos ao campo. A visibilidade das ações em política externa é importante para estabelecer uma imagem positiva do país para a sociedade como um todo. Os meios de comunicação exercem função primordial no processo de construção e manutenção da imagem de uma nação e de um governo.

Marques e Silva alertam que “uma das dimensões e um dos maiores desafios da política de imagem é estabelecer um contato com o público receptor dos discursos e das imagens políticas, de modo a desvendar seus quadros compartilhados de interpretação e suas necessidades concretas” (2009, p. 50). No mesmo sentido, Gomes (2004) considera que a maior dificuldade na abordagem da produção e identificação das imagens públicas está no fato de não se tratarem de objeto concreto como no campo da imagem visual. Mas de lidar-se com *personae*, da ordem da representação, ou seja, “não lidamos com a formação de uma ideia sobre alguém originada pelos anos de convivência mas com o processo psicológico e social de caracterização” (Gomes, 2004, p. 258).

Para além das questões voltadas à difusão ou criação de imagens públicas, também acreditamos que a mídia e, mais especificamente, o jornalismo, enquanto ator autônomo, exerce, em maior ou menor grau, influência sobre a política externa. Na medida em que a diplomacia deve levar em consideração a forma como a resolução de conflitos será transmitida

à opinião pública, tem-se um exemplo claro e simples da relação entre os dois campos. E, ainda mais, quando temos, através das mídias sociais, uma possibilidade infinita de abordagens e de assuntos sendo debatidos, tem-se maior necessidade de pensar a melhor forma de comunicar todos os acontecimentos. Neste sentido, cada vez mais a relação entre mídia e relações internacionais se intensifica.

Nogueira (2022) considera que vem crescendo a preocupação do campo político, especialmente na área de Relações Internacionais, sobre a mobilização da opinião pública. Isto por conta do contexto contemporâneo marcado pela “sociedade pós-digital”. Nesta sociedade “características do universo digital passam a ser incorporadas no cotidiano das pessoas, afetando suas visões de mundo, interações sociais e comportamentos” (2022, p. 84). Sendo que, o papel da mídia como ator internacional se revela na influência que as notícias exercem sobre a condução da política interna e externa dos países (Nogueira, 2022). Estas breves considerações evidenciam o papel da mídia na difusão e construção das imagens públicas.

Diante disto, neste capítulo abordamos um paralelo entre a construção noticiosa da política externa brasileira na imprensa doméstica e na imprensa estrangeira, com base em pesquisas que se dedicaram a analisar a temática. O objetivo é apontar possíveis diferenças na forma como a política externa brasileira vem sendo apresentada na imprensa internacional e na imprensa nacional. Em seguida, desenvolvemos uma reflexão acerca das questões que envolvem a temporalidade. Partimos da percepção de que o tempo do fazer diplomático é diferente do tempo do fazer jornalístico. O que é amplificado na contemporaneidade, por meio do uso massivo da internet e redes sociais digitais. Para desenvolver estes aspectos nos baseamos, principalmente, nos estudos de Valente (2007) e Nogueira (2016).

Por fim, discutimos os conceitos de diplomacia pública, diplomacia na mídia e diplomacia da mídia intermediadora (Gilboa, 2001). O autor considera que, apesar de algumas pesquisas terem se dedicado a aplicar teorias da comunicação a questões de política externa e relações internacionais, poucas as relacionaram à diplomacia pública.

1.1 IMPRENSA DOMÉSTICA VERSUS IMPRENSA ESTRANGEIRA

Compreendendo que “a mídia pode atuar como uma criadora de ambientes de política externa, ao ter um papel importante na definição de agenda. Ela confere status a questões, pessoas e organizações públicas, bem como a movimentos sociais” (VIEIRA DE JESUS, 2015, p. 142), sentimos a necessidade de entender e traçar um breve paralelo entre a imprensa nacional e internacional, por meio de resultados de pesquisas que se dedicaram ao tema.

Em nosso levantamento, buscamos por pesquisas que abordassem tais construções jornalísticas desde o governo de José Sarney (1985) até o governo de Jair Bolsonaro (2020-2022). Não encontramos trabalhos que tenham se dedicado a analisar a construção noticiosa sobre a política externa brasileira (PEB) entre 1985 até 1994. Para facilitar a leitura, buscamos apresentar o “estado da arte” de tais pesquisas com base em uma linha cronológica.

Ferreira e Ribeiro (2022) analisaram como quatro jornais norte-americanos construíram sua representação do Brasil nos editoriais. O período analisado compreendeu os Governos de FHC e Lula (1994-2010), nos veículos: *Los Angeles Time*, *The New York Times*, *The Washington Post* e *The Wall Street Journal*. Considerando que os meios de comunicação desempenham papel crucial na construção de imagens de países e governos, os autores refletem sobre a importância de se pensar o cenário que estava sendo construído no momento, através da tecnologia de informação e comunicação. Eles lembram que as relações entre nações não se estabelecem apenas por meios diplomáticos. É importante para os Estados que suas imagens no exterior sejam positivas. Neste sentido, de acordo com os autores, os países buscam projeção através de propaganda e influência na imprensa internacional. O posicionamento dos autores vem ao encontro da ideia de que a mídia atua como ator internacional capaz de interferir nas relações diplomáticas:

Ainda que a mídia não almeje influenciar diretamente no processo de formulação da política externa, as autoridades formuladoras ainda dependem da imprensa para sondar e mensurar a opinião pública acerca das políticas. A mídia então representa um canal entre a opinião pública e os governantes, além disso, também assume a função de coordenador intra-governamental nas negociações internacionais, promovendo então alguns canais suplementares para a diplomacia. (FERREIRA; RIBEIRO, 2022, p. 147).

Em relação à análise realizada, Ferreira e Ribeiro (2022) concluíram que os jornais avaliaram mais positivamente o governo Luís Inácio Lula da Silva do que o governo Fernando Henrique Cardoso. Identificando também que a imprensa internacional passou a demonstrar mais interesse pelo Brasil, a partir de FHC.

Ao analisar a construção de imagens e percepções sobre a identidade brasileira e como o país tem sido percebido pela mídia estrangeira, Nogueira (2022) observa que a imagem do Brasil, produzida pela cobertura da mídia internacional varia ao longo do tempo. Dependendo não somente das políticas adotadas por um ou outro governo, mas também das estratégias comunicacionais dos governos voltadas aos formadores de opinião. Neste aspecto, os governos de Lula tiveram melhor atuação, tendo em vista a reformulação da comunicação governamental realizada em sua gestão. Durante o período:

ocorreu uma tendência do Brasil em ser retratado como um país de economia emergente, presidido por um líder com alto índice de popularidade, cuja identidade internacional combinava elementos exóticos com outros no caminho da ‘modernidade’ e do desenvolvimento econômico. (Nogueira, 2022, p. 107).

A comunicação no governo de Lula contava com a Área Internacional da Secom/PR, formada por jornalistas da Secretaria e da CDN, empresa que venceu a licitação e foi contratada para realizar a divulgação do Brasil no país e no exterior (contrato de R\$ 15 milhões); o setor de Comunicação Pública, voltado à comunicação doméstica; a Área Internacional da Secom/PR também atuava em parceria com o Itamaraty. O discurso do governo era voltado para a disseminação de uma imagem e percepção do Brasil no exterior como um país que estava mais desenvolvido nos setores: econômico, ambiental e social (Nogueira, 2016). O programa de formadores de opinião também foi uma importante ação do governo, que de acordo com Nogueira (2016) tinha como missão trazer ao país jornalistas e personalidades consideradas influentes para conhecerem alguns locais no Brasil, como indústrias em São Paulo e fazendas sustentáveis na região sul.

Ressaltamos estes resultados encontrados, porque eles demonstram a importância das ações em política externa e interna, mas também do papel central das estratégias comunicacionais para a construção de imagem favorável de uma nação.

Enquanto isto, a política externa brasileira sob Lula, na imprensa doméstica, é abordada de forma negativa (Casarões, 2012; Bomfim, 2015). Por vezes a cobertura sobre a PEB no período foi de desconfiança e oposição – o que se estendeu para a diplomacia (Silva 2014). Muitas vezes, a grande imprensa brasileira criticou o governo e, principalmente o presidente Lula, por superestimar o país no cenário internacional. Situação que se repete no terceiro mandato de Lula¹. O que reforça a atuação de oposição da grande mídia aos governos ditos de “esquerda” e de oposição ao “Lulopetismo” (GAGLIARDI, 2018).

Já em relação à política doméstica e à política externa durante os mandatos de FHC (1994-2002), em geral, tiveram apoio dos veículos de mídia brasileiros. Por defender os valores neoliberais, as grandes empresas de comunicação encontraram no período Fernando Henrique um governo que protegia os seus interesses (MONTEIRO; LESSA, 2020).

¹ Para mais informações ver: BOMFIM, Ivan. A estrutural dificuldade da imprensa em pensar o mundo a partir do Brasil. **Revista Interesse Nacional**, 2023. Disponível em: <https://interessenacional.com.br/edicoes-posts/ivan-bomfim-a-estrutural-dificuldade-da-imprensa-em-pensar-o-mundo-a-partir-do-brasil/?fbclid=PAAaYw9JI_TW2G5ZAxFCvpm73pDKpiubmmKcBiFywK4U1tBh9Ku8hX-EIdm3Y>.

Sobre o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, Casarões (2012) avalia que o jornal O Estado de São Paulo publicou, entre os anos de 1999 e 2002, 64 editoriais dentro da temática da política externa. A maioria dos textos foram favoráveis à diplomacia do governo FHC. Já os editoriais na Folha de S. Paulo foram críticos à condução da PEB. Acusando o governo de “não promover um interesse genuinamente ‘nacional’ nas negociações da ALCA e Mercosul” (p. 220), e por não defender os interesses industriais do país na Organização Mundial do Comércio (OMC). De acordo com o autor, no período o jornal publicou 63 editoriais, sendo 32 contendo críticas diretas às questões da diplomacia e PEB.

Ao analisar a atuação da imprensa internacional sobre a política externa brasileira durante os mandatos de Dilma Rousseff (2010/2016), Nogueira (2022) conclui que a sucessora de Lula não obteve a mesma aprovação que ele. Dilma também não demonstrou o mesmo esforço que Lula na divulgação do país e dos interesses do Estado. O que é possível identificar, por exemplo, no menor número de entrevistas durante viagens internacionais. Concluindo que a partir de Rousseff os governos brasileiros descuidaram da visibilidade dos assuntos de Governo e de Estado. Mesmo tendo usado as estratégias da diplomacia midiática, o seu governo sofreu com a exposição negativa na imprensa internacional (Cirino; Leite; Nogueira, 2019). A abordagem negativa sobre o Brasil começa a ser percebida em 2014 (ano eleitoral e de crise financeira), e se agrava a partir do ano de 2015 – quando tem início o processo de impeachment (Cirino, 2022).

Cervo e Lessa (2014) argumentam que houve um declínio nas relações internacionais do Brasil, a partir do primeiro mandato de Dilma Rousseff. Sendo identificada “a dificuldade do Estado em manter o diálogo intenso e confiante com os segmentos dinâmicos da sociedade de que resultara a ascensão brasileira como potência emergente” (p. 133). Neste sentido, os autores explicam que o país vivia até então em um período de ascensão. A imagem do país no exterior era de nação emergente e dinâmica. O que se devia à estabilidade do Brasil nos setores econômico e político; a política doméstica de combate à fome; ao reposicionamento do país no mundo; e à internacionalização de empresas brasileiras. Na imprensa nacional o governo Dilma é visto com desconfiança. Principalmente no segundo turno, percebe-se o posicionamento contrário da grande imprensa em relação ao governo da presidente; inclusive, sendo identificado o apoio dos principais veículos de mídia para o processo de impeachment de Dilma (WEBER et.al, 2016; PRATES; POZOBON, 2017).

Ao analisar a representação e o tratamento dos assuntos relativos à política externa, nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo, durante o governo de Dilma Rousseff, Conde (2022) reforça o papel dos meios de comunicação sobre a política. Na opinião do autor, “os

veículos de comunicação constituem-se num ator *sui generis* no campo da política externa, pois ao mesmo tempo que têm a tarefa de dar visibilidade aos assuntos, à opinião pública, também buscam exercer pressão na execução da PEB” (p. 106). Conde (2022) faz uma importante contribuição para o campo da comunicação e política exterior ao identificar que os jornais agiram na tentativa de influir sobre a formulação e o processo decisório da PEB.

Ainda que a mídia não conte com a capacidade de participar da formulação de política externa, ela dispõe da capacidade de diminuir a projeção nacional e internacional da política externa brasileira e amplificar seus erros frente à opinião pública (Conde, 2022, p. 119).

Segundo ele, os dois veículos se posicionaram contrários ao governo Dilma e revelaram uma agenda em que buscavam indicar como o Brasil deveria conduzir suas relações com outras nações.

Com base em levantamento de uma série de pesquisas, Nogueira (2022) aponta que a política externa brasileira durante o governo de Michel Temer foi pouco abordada pela imprensa internacional. Casarões (2016) observa que a imprensa de países da América Latina, como Argentina, Paraguai e Uruguai; assim como de representantes dos governos de Uruguai e Venezuela, se manifestaram contrários à escolha de José Serra para o comando do MRE, no governo Temer.

Ao contrário do período em que Temer esteve à frente do Poder Executivo, durante o governo de Jair Bolsonaro foi ampla a cobertura da imprensa internacional sobre as questões da PEB. Porém, bastante negativa e crítica, com destaque para a temática ambiental. É também a partir de Bolsonaro que são apontadas mudanças nos valores “relativos à identidade internacional para a projeção do Brasil o exterior” (Casarões, 2016, p. 101), entre eles destaca-se a tradição brasileira que até então era voltada ao multilateralismo, ao papel do país como mediador internacional e, principalmente, à imagem do país sobre a proteção ambiental.

Mesmo que intensificado por Jair Bolsonaro, o uso das mídias sociais no plano de comunicação governamental tem início no governo de Michel Temer. Mas Bolsonaro já anunciava em seu discurso como candidato, em 2018, que usaria as redes sociais para um contato mais próximo com seu eleitorado. O ex-presidente, ao longo do mandato, utilizou sua página no Facebook e sua conta no Twitter, praticamente, como um canal oficial para comunicados da presidência. Espaço também usado para espalhar desinformação e desacreditar a imprensa.

Em relação à imagem do governo Bolsonaro, Nogueira, Melo e Galdino (2020) identificaram uma percepção negativa da imprensa latino-americana, concluindo que a conduta do presidente e do seu governo afetou relações diplomáticas, políticas e econômicas com várias nações. Como, por exemplo, Alemanha, França e Noruega que, em retaliação à negligência do Governo Brasileiro com as questões de proteção do meio ambiente, “deixaram de investir em fundos de preservação ambiental no Brasil e chegaram a interromper a importação de mercadorias” (2020, p. 46).

Ao analisar a construção da imagem ambiental do Brasil nos jornais *The Economist*, *The New York Times*, *Le Monde*, *El Tiempo* e *El Universal*, Galdino (2021) identificou que a imprensa internacional apontou diferentes problemas ambientais vividos no país, os quais foram agravados pela atuação do Governo Federal, ou por sua ineficiência em apontar respostas e ações; resultando em uma cobertura negativa sobre o Brasil, o que se reflete diretamente na imagem do país.

Gheno (2022) salienta que, a partir do momento em que José Serra assume como chanceler, em 2016, no governo de Michel Temer, várias mudanças na condução da política externa brasileira são realizadas. Entre elas a aproximação com países do centro do capitalismo mundial e o afastamento da tradição do Brasil em estabelecer relações multilaterais. Essas mudanças foram acentuadas e radicalizadas durante os quatro anos de mandato de Jair Bolsonaro. Ao analisar a cobertura do jornal Folha de S. Paulo sobre a PEB ao longo do ano de 2019, o autor conclui que o jornal realizou uma cobertura factual e generalista, mas “posicionou-se de forma reiteradamente crítica às mudanças e às ações do governo Bolsonaro no âmbito da política externa” (GHENO, 2022, p. 96).

A partir dos resultados das pesquisas apontadas, percebemos que há um grande volume de pesquisas que analisam a PEB durante os governos de Lula da Silva. Foi o período com mais estudos encontrados. Percebemos que é a partir do primeiro governo Lula que o país passa a ser melhor reconhecido pelo restante do mundo como uma nação em potencial. A PEB ganha espaço na agenda global. Segundo Casarões (2012), é também a partir dos anos 2000 que os meios de comunicação deixam de ter papel secundário em relação à política externa nacional. Anteriormente, o melhor que os veículos faziam era fornecer um espaço para que políticos, empresários e diplomatas pudessem expressar suas opiniões.

Mesmo que este tópico introdutório não tenha o propósito de ser uma análise da construção jornalística sobre a PEB, mas sim um breve levantamento para se entender, através de outras pesquisas, qual foi a abordagem da imprensa doméstica e da imprensa internacional; identificamos que a imprensa nacional, em geral, enquadrava a PEB sob os mesmos aspectos

que a política interna. Ou seja, a divergência das empresas jornalísticas com o Poder Executivo, quando existe, se expande, atingindo as políticas interna e externa. O que nos leva a acreditar que a forma como os governos conduzem a política doméstica – e sua aprovação ou reprovação, determina também como se dá a construção jornalística acerca da política externa. A exceção aparece em uma das pesquisas, em análise do período FHC – que, apesar de ter grande aprovação na mídia, sofreu críticas negativas sobre a condução da PEB na Folha de S. Paulo. Embora tenhamos identificado que a questão da integração regional, no período em questão, foi apresentada pelo jornal de forma positiva.

Compreendendo a diplomacia como:

A diplomacia refere-se, primordialmente, à negociação internacional e ao sistema de comunicação por meio do qual representantes de Estados e atores internacionais e globais defendem seus interesses, expressam suas insatisfações e realizam ameaças e ultimatos. Ela funciona como um canal de contato para o esclarecimento de posições, a busca de informação e o convencimento de Estados e outros atores a apoiarem determinada posição. (VIEIRA DE JESUS, 2015, p. 138).

Acreditamos que o jornalismo brasileiro limita a política externa nacional a uma política de governo. A dimensão e o papel da diplomacia é pouco ou nada levado em consideração na construção noticiosa.

Outro ponto que nos chama a atenção é que grande parte das pesquisas encontradas realizaram suas análises por meio do jornal Folha de S. Paulo, o que salienta a importância do veículo no país. Fato que reforça a percepção de que a Folha de S. Paulo é o jornal brasileiro que mais aborda as questões ligadas à política exterior. Devido sua importância para o cenário jornalístico e político, o jornal cumpre também o papel de pautar veículos menores e agendar temas que serão debatidos, inclusive, pelos líderes políticos.

1.2 TEMPORALIDADES: O TEMPO DO JORNALISMO E O TEMPO DA DIPLOMACIA

A atualidade é a base da narrativa jornalística e estabelece os principais critérios jornalísticos de noticiabilidade. Acerca da questão da temporalidade no jornalismo, Franciscato (2005) descreveu cinco categorias relacionadas ao fenômeno: instantaneidade, simultaneidade, periodicidade, novidade e revelação pública. O autor explica que “o jornalismo constrói um discurso e uma prática que tem, por exemplo, a instantaneidade como estratégia de legitimação, valor e fim último.” (Franciscato, 2005, p.134).

De acordo com Dalmonte (2010), o emprego do tempo presente na narrativa jornalística se justifica como estratégia para “simular a presença do leitor na cena” para que se tenha a ideia de que o fato ainda acontece, está ligado, portanto, ao conceito de acontecimento. Sobre os relatos jornalísticos “há que se compreender a organização discursiva como articuladora de temporalidades, incluindo-se o ontem, o hoje e o amanhã como dimensões necessárias à formação daquilo que se chama acontecimento” (Dalmonte, 2010, p. 330).

Na imagem abaixo, trazemos um exemplo de como a questão temporal é utilizada na manchete jornalística, neste caso demonstrando o uso da antecipação do acontecimento que está programado:

Imagem 1 – Capa Folha de S. Paulo – 23/09/2019:



Fonte: Folha de S. Paulo.

Percebemos que a antecipação é utilizada como estratégia que, como explica Dalmonte (2010), marca a “presença do leitor na cena” e lança expectativas sobre o discurso que seria proferido. “Bolsonaro vai à ONU” chama a atenção do leitor para algo que em um primeiro momento parece ser da ordem do presente. Ao longo do texto, disposto na página 10, o jornal avalia os argumentos que acredita que seriam debatidos por Bolsonaro, de acordo com os acontecimentos passados envolvendo o governo e os discursos do presidente.

Retomando o conceito de acontecimento, segundo Quéré (2005), ele pressupõe ruptura, revelação, descontinuidade, afetação e seus efeitos se alongam para o futuro e para o passado, já que o novo esclarece o antigo. O acontecimento não pode “ser enclausurado no momento e nas circunstâncias da sua ocorrência: transborda-os, espacial e temporalmente [...] o acontecimento não se produz somente no tempo: dá também ‘o tempo a ver’” (Quéré, 2005, p. 69). O autor também defende que a mídia possui papel importante para a identificação e a exploração dos acontecimentos e enquanto suporte “do debate público através do qual as soluções são elaboradas ou experimentadas” (2005, p. 72-73). O trabalho desempenhado pela mídia é destacado pelo sociólogo francês também pela “ação coletiva num espaço público democrático” (2005, p. 74), devido a capacidade de exploração sobre as causas e consequências dos acontecimentos.

Baseado nas reflexões de Agostinho, Dalmonte resume a ideia do conceito de “triplo presente”, que segundo ele, é o tempo por excelência do jornalismo:

O presente das coisas passadas refere-se à concepção histórica, que, em sentido amplo, deve ser revisitada, pois é a historicidade dos fatos que agrega sentido, atualizando o ocorrido, que pode ser apresentado e reinvestido de significados. O **presente das coisas presentes** é o fato enquanto tal; é o anúncio ou apresentação de um acontecimento. O **presente das coisas futuras** refere-se à influência no porvir que o acontecimento narrado pode fazer ressoar. O evento narrado é capaz de antecipar realidades, que podem ou não se concretizar, mas a ideia da previsibilidade lança o leitor num movimento de espera, com base nas expectativas apresentadas [grifo do autor] (2010, p. 339).

Motta (2005) também considera a comunicação jornalística uma atividade marcada pela questão temporal, “a atualidade, recenticidade, a instantaneidade e a contemporaneidade são valores-notícia determinantes da forma de conhecimento jornalística” (p. 30). Os aspectos do tempo presente são imprescindíveis aos critérios do que será ou não noticiado e, assim, determinam também como será o dia a dia da produção jornalística nas redações. No entanto, a urgência do tempo e do imediatismo da informação pode se tornar um dos constrangimentos profissionais aos quais os jornalistas são submetidos.

O imediatismo e o ineditismo sempre tiveram papel de destaque no fazer profissional dos jornalistas, mas no contexto atual com a ascensão das redes sociais digitais os dois passaram a ocupar papel ainda mais central no fazer comunicacional. Uma publicação de impacto social em apenas uma hora pode ser “notícia velha”, já que neste intervalo de tempo pode ter circulado o mundo inteiro, tendo sido compartilhada centenas de milhares de vezes.

Se o tempo do jornalismo é o presente, o imediato, a novidade, por outro lado, o tempo da diplomacia é outro. Ou costumava ser. Cada vez mais a exigência do tempo afeta também o

fazer diplomático. “A questão que se coloca é que a instantaneidade do universo digital e da internet confronta, de algum modo, o tempo necessário para as tomadas de decisões nas negociações e respostas diplomáticas, que exigem maior aprofundamento” (Nogueira, 2022, p. 99).

Os efeitos das tecnologias de comunicação sobre a diplomacia não começaram, evidentemente, a serem sentidos somente com o advento da internet. A televisão também impôs novas formas de relação entre os Estados. Diversos são os exemplos de como ela foi usada enquanto ferramenta política. A própria ideia de “Efeito CNN” é um exemplo bastante claro disto. O conceito surgiu porque a CNN foi a primeira emissora a transmitir notícias 24 horas, “exigindo decisões rápidas e criando um volume de informações maior do que os centros políticos de tomada de decisão poderiam suportar” (MARTINO, 2013, p. 169). O que fez com que muitas decisões políticas fossem tomadas com base no que os meios de comunicação esperavam. A cobertura política global e instantânea foi inaugurada durante transmissão da primeira Guerra do Golfo, em 1991, quando o Iraque contra-atacava os Estados Unidos, que bombardeava a capital iraquiana (MARTINO, 2013).

Valente (2007) alerta ao fato de que as transformações na comunicação “tornaram ainda mais complexa a tarefa de fazer política externa, sujeita, agora como nunca antes, à influência de uma série de outros fatores e agentes, entre eles a imprensa e a opinião pública” (p. 22). As tecnologias de comunicação podem ser utilizadas de diversas formas, algumas delas facilitando as relações entre nações, como o uso da internet para estreitar as relações diplomáticas, por meio do uso de teleconferências, por exemplo. Mas também podem ser usadas de forma negativa, como na espionagem. Em 2013, o caso de espionagem do governo dos EUA a membros do governo brasileiro, incluindo a ex-presidente Dilma Rousseff, abalou a relação entre os dois países.

O fato é que as novas tecnologias têm provocado mudanças no relacionamento entre os Estados que precisam ser melhor investigadas e as estratégias de comunicação aprimoradas. O que exige dos Estados cada vez mais “a capacidade de interagir em intervalos de tempo menores, de darem respostas para um número maior de atores ao mesmo tempo, sem perder no entanto, a capacidade de avaliação dessas interações” (Valente, 2007, p. 27). Um dos desafios do fazer diplomático na Era da Informação, elencado por Valente (2007), diz respeito à unificação dos discursos. A instantaneidade da comunicação impõe a dificuldade em manter o controle sobre a versão oficial na comunicação internacional. Este aspecto da manutenção e difusão de um discurso comum é também um dos aspectos mais desafiadores da comunicação pública na política doméstica.

O que remete à relação entre discurso e poder nas relações internacionais. Valente afirma que “o discurso não seria somente um instrumento para se alcançar o poder, mas o objetivo do poder seria, em parte, dominar o discurso. Ou seja, as nações usam o discurso para obter o poder, e conquistam o poder para dominar o discurso” (2007, p. 40). As nações que detêm os espaços de fala no cenário internacional são as que obtêm melhores resultados nas relações multilaterais e, por consequência, as mais respeitadas.

Charaudeau (2016) esclarece que poder é a posição de alguém que possibilita com que aja sobre outro ou sobre um grupo, submetendo-o e estabelecendo uma relação de dominação. Em que o dominador detém o poder e o dominado é submetido a tal poder. Mas para exercer o poder de “agir sobre o outro” é necessário legitimidade (ter o direito de agir), autoridade (ser reconhecido como digno de agir) e potência (obter os meios de agir). “A legitimidade fundamenta o poder, e a potência lhe dá força” (Charaudeau, 2016, p. 18). Nas relações internacionais a potência se estabelece na capacidade diplomática, e também discursiva, de uma nação frente às negociações. E na contemporaneidade está cada vez mais atrelada à capacidade de articulação por meio do uso estratégico das ferramentas comunicacionais.

Valente (2007) defende que o grande desafio da diplomacia e das políticas exteriores é ser compreensível para as massas. O que representaria uma estratégia de pressão, por meio da opinião pública, visando o êxito nas negociações. A nova forma de negociação entre os Estados, com o uso das ferramentas das tecnologias de comunicação, seria a chave para a aproximação com a opinião pública, podendo transformar leigos em atores na política externa. Ainda de acordo com o autor, a “globalização da comunicação” exige velocidade nas respostas da diplomacia.

Dentre os quatro papéis que Gilboa (2001) afirma que a mídia desempenha: controladora, constrangedora, interventora e instrumental; é como ator constrangedor que ela exerce como principal função forçar o líder político a tomar decisões e agir em curto prazo. Neste sentido, relacionamos a função constrangedora da mídia à necessidade do uso estratégico dos meios de comunicação para atingir os formadores de opinião por meio da diplomacia da mídia (Gilboa, 2001) – usada para criar um clima favorável para determinado processo diplomático. Ou seja, a comunicação e a diplomacia dentro de um governo precisam estabelecer vínculos de aproximação a fim de que os órgãos de política internacional sejam capazes de responder à mídia dentro das exigências do tempo da informação. Da mesma forma, contribui para uma imagem pública do país e, ou do governo de forma positiva e eficaz. Tendo em vista que, no âmbito da política internacional, uma imagem favorável facilita as negociações entre nações.

1.3 CONCEITOS DE DIPLOMACIA PÚBLICA, DIPLOMACIA NA MÍDIA E DIPLOMACIA DA MÍDIA INTERMEDIADORA

A ideia de “diplomacia midiática” é relacionada mais especificamente à área de relações internacionais, pois se refere ao estudo da adoção de estratégias de comunicação por governos nas relações exteriores. O conceito tem sido bastante usado em diversas pesquisas nos programas de pós-graduação em Relações Internacionais e sugere uma preocupação dos pesquisadores do campo em compreender a relação e a aproximação com o campo da comunicação. Além do conceito de “diplomacia midiática” ou “diplomacia da mídia”, Gilboa (2001) elaborou outros dois modelos conceituais para examinar a atuação da mídia na atividade diplomática: “diplomacia pública” e a diplomacia da “mídia intermediadora”², os quais são definidos em seguida.

De acordo com o autor, o conceito de diplomacia pública surgiu durante a Guerra Fria, quando os Estados utilizavam campanhas midiáticas a fim de conquistar uma imagem favorável sobre a temática das armas nucleares, por exemplo. E ainda, “se a opinião pública na sociedade alvo for persuadida a aceitar uma imagem favorável do outro lado, ela exercerá pressão sobre seu governo para alterar as atitudes e políticas hostis existentes³” (Gilboa, 2008, p. 59). Um segundo momento em que a diplomacia pública ganhou destaque foi após os ataques terroristas de 11 de setembro. Somando-se a isso, a transformação tecnológica que, segundo o autor, também proporcionou três revoluções que interferem na atuação da diplomacia pública, sendo elas: na comunicação de massa, na política e nas relações internacionais.

Pesquisadores e teóricos de diversas áreas como ciências sociais, relações internacionais, comunicação e marketing têm contribuído para o avanço da compreensão e da difusão do conceito de diplomacia pública (Gilboa, 2008) e, em alguns casos, com a confusão sobre o conceito:

De fato, muitos estudiosos e profissionais têm confundido diplomacia pública com propaganda, relações públicas, relações públicas internacionais, guerra psicológica e relações públicas. Muitas vezes igualaram a diplomacia pública com ‘soft power’ e mediram resultados apenas por pesquisas de opinião pública e cobertura da mídia. É óbvio para quase qualquer acadêmico ou profissional que a

² Gilboa utiliza o termo “media-broker diplomacy”, a exemplo de Vieira de Jesus (2015), optamos por traduzir a expressão por diplomacia da “mídia intermediadora”.

³ “was that if public opinion in the target society is persuaded to accept a favorable image of the Other side, it will exert pressure on its government to alter existing hostile attitudes and policies” (GILBOA, 2008, p. 59).

diplomacia pública hoje engloba muito mais substância do que estes termos transmitem individualmente⁴ [tradução nossa]. (Gilboa, 2008, p. 56).

Desta forma, o autor estabeleceu três modelos conceituais para definir e analisar a atuação da mídia na atividade diplomática contemporânea. Sendo eles:

- a) Diplomacia pública: em que atores estatais e não estatais usam a mídia e seus canais de comunicação para influenciar a opinião pública em sociedades estrangeiras. É usada para criar um clima amigável dentro de uma sociedade estrangeira em relação a questões políticas e sociais fundamentais, como direitos humanos, por exemplo;
- b) Diplomacia da mídia: usos oficiais da mídia para se comunicar com atores estatais e não estatais, para construir confiança e avançar nas negociações e mobilizar apoio público para acordos. Usada para criar um clima favorável para determinado processo diplomático;
- c) Diplomacia da mídia intermediadora: em que os jornalistas assumem temporariamente o papel de diplomatas e servem como mediadores nas negociações internacionais. A mídia atua como um ator autônomo.

De forma resumida, podemos considerar que a diplomacia pública é empregada quando os lados estão em confronto e empregam, principalmente, a propaganda; e a diplomacia da mídia quando um ou ambos os lados estão prontos para a resolução de conflitos e buscam negociações e acordos (Gilboa, 2001).

O autor considera que, apesar de algumas pesquisas terem se dedicado a aplicar teorias da comunicação a questões de política externa e relações internacionais, poucas as relacionaram à diplomacia pública. Embora o envolvimento da mídia na diplomacia ganhe cada vez mais importância à medida em que chefes de estado fazem uso de suas ferramentas para a comunicação e a negociação. Gilboa (2001) cita como um exemplo do uso da mídia na diplomacia a atenção mundial dada a crises em países como Bósnia, Ruanda e Somália, e em temas como terrorismo, aquecimento global e direitos humanos.

Utilizamos como exemplo, atual e emblemático, do uso da mídia na diplomacia a tentativa do Brasil em intermediar um acordo de paz entre Rússia e Ucrânia. Neste caso, podemos considerar que tanto Zelenski quanto Lula usam a mídia como ferramenta para

⁴ Do inglês: “Indeed, many scholars and professionals have confused public diplomacy with propaganda, public relations (PR), international public relations (IPR), psychological warfare, and public affairs. Scholars and practitioners have often equated public diplomacy with “soft power” and measured results solely by public opinion polls and media coverage. It is obvious for almost any scholar or practitioner that public diplomacy today encompasses much more substance than these terms convey individually”.

divulgar e, assim, promover os seus interesses. Logo após assumir a Presidência da República, em seu terceiro mandato, Lula manifestou publicamente e em diversas ocasiões o interesse do Brasil em intermediar negociações de paz, visando o fim da guerra entre Ucrânia e Rússia – que teve início em fevereiro de 2022, quando a Rússia invadiu o país vizinho. Além do Brasil, China, África do Sul e Arábia Saudita também se ofereceram para intermediar as negociações⁵. O líder brasileiro se reuniu, inclusive, com o Papa Francisco, com quem debateu a questão.

Mas a aproximação diplomática entre Brasil e Ucrânia não tem sido fácil. De acordo com o governo brasileiro, o presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, não compareceu a um encontro em que Lula apresentaria a ele a proposta de paz elaborada pelo Brasil. A reunião estava agendada para acontecer durante o encontro do G7⁶, no Japão, em maio de 2023. “Segundo fontes do governo brasileiro, a equipe do presidente Lula se desdobrou para encaixar um encontro de última hora, mas Zelenski não apareceu”, publicou a Folha de S. Paulo, em 21 de maio. No entanto, Zelenski afirmou, em entrevista a jornalistas da América Latina, em 29 de maio de 2023, que desejava se encontrar com o presidente brasileiro. Ele contradisse a versão do Brasil sobre o desencontro no Japão sem dar muitas explicações.

Durante a entrevista⁷, Zelenski respondeu perguntas dos jornalistas, entre eles a jornalista da Folha de S. Paulo, Patrícia Campos Mello. O presidente da Ucrânia, segundo a Folha, “alfinetou” Lula. E tentou constranger o governo brasileiro ao questionar o posicionamento de neutralidade do país - apesar de o Brasil ter longa tradição diplomática de neutralidade em relação a conflitos bélicos. Zelenski cobrou do presidente brasileiro o fato de o Brasil não ter se posicionado em relação à criação de um tribunal especial internacional para julgar crimes cometidos pela Rússia. “É importante conversar com o maior número possível de países para que eles apoiem a Ucrânia ou não apoiem a Rússia. Se não estão dispostos a apoiar a Ucrânia, infelizmente, é importante que entendam os detalhes do que está acontecendo”, disse Zelenski na entrevista. Em outro momento, ele afirmou que:

⁵ Consideramos que todos os países que visam intermediar as negociações de paz entre Rússia e Ucrânia, assim como em qualquer outro conflito, o fazem também a partir de interesses particulares. Podemos intuir que o Brasil e, particularmente, o presidente Lula, teria um ganho de capital político internacional se tiver êxito em colaborar com o fim da guerra entre os dois países. Além do terror que um conflito bélico impõe à vida humana, existem os fatores econômicos e políticos que podem afetar diversos países. Como é o caso da Ucrânia, país que possui importância significativa no contexto mundial enquanto produtor de alimentos. Todos estes fatores são determinantes para que os países elaborem propostas de paz.

⁶ É o nome dado à reunião periódica (três vezes por ano) de sete países entre os mais desenvolvidos industrialmente e economicamente e que se dizem democráticos. O grupo é formado por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e o Canadá.

⁷ A entrevista de Volodimir Zelenski à Folha de S. Paulo pode ser acessada através do link: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/06/lula-quer-ser-original-mas-precisa-responder-a-questoes-antes-diz-zelenski-a-folha.shtml>>

Então, se o presidente quiser ser original, ele pode dizer: ‘O tribunal que a Ucrânia propõe não é adequado, mas eu sei –dirá o presidente Lula– como colocar os assassinos atrás das grades de uma maneira mais rápida, sem tribunal’. Bom, aí a Ucrânia ficará muito contente em receber este conselho do presidente Lula de como colocar os assassinos do Kremlin na prisão de forma ainda mais rápida. Estamos sempre abertos a qualquer inovação na aplicação das leis. (Zelenski, 2023).

Consideramos que os trechos destacados reforçam a tentativa de Zelenski em constranger e pressionar o presidente Lula para que se posicione a favor da Ucrânia, sobretudo para que o Brasil apoie a criação do tribunal internacional para julgar os crimes de guerra cometidos pela Rússia. O que reforça o uso da diplomacia midiática, já que o ucraniano transmitiu, através dos jornalistas, sua mensagem política ao líder brasileiro e, assim, também buscou mobilizar apoio público para a sua causa. Conforme Gilboa, a “diplomacia da mídia refere-se aos usos oficiais da mídia para se comunicar com atores estatais e não estatais, para construir confiança e avançar nas negociações” (2001, p. 10).

Em relação ao conceito de diplomacia da mídia intermediadora, consideramos que a entrevista cumpre a função de mediação em um estágio de pré-negociação. Levando-se em consideração que “em uma entrevista oficial, uma série de perguntas e respostas pode criar um movimento diplomático ou acelerar um que está em andamento. Nesse momento, os jornalistas funcionam principalmente como catalizadores das negociações” (Gilboa, 2001, p. 21). Apesar da entrevista da brasileira ter como principal propósito a função jornalística de discutir uma questão de interesse público, ela pode servir como facilitador nas negociações.

Através de um amplo levantamento de pesquisas que tratam da relação entre mídia, opinião pública e política, Gilboa (2008) avalia que diversas áreas do conhecimento podem contribuir com a noção de diplomacia pública, por meio de perspectivas multidisciplinares, tais como: administração e marketing, estudos dos efeitos da mídia, opinião pública, retórica, estudos culturais, sociologia, ciência política, diplomacia estratégica, branding. Mas considera que as pesquisas sobre os instrumentos de diplomacia pública ainda necessitam ser aprimorados.

No Brasil, os pesquisadores Cirino, Leite e Nogueira (2019) também buscaram entender o uso da comunicação na diplomacia. Ao analisar esta relação, especialmente durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Roussef, os pesquisadores identificaram que a crise política e institucional do governo Dilma demonstrou a fragilidade da relação do Governo Federal com a imprensa nacional. Concluindo que Dilma “exerceu as estratégias de diplomacia midiática [...], mas sofreu com a exposição negativa do país na mídia estrangeira,

que já afetavam a credibilidade e as chances de tornar o Brasil um ator importante no cenário internacional” (2019, p. 68).

Em perspectiva semelhante temos o estudo de Nogueira e Burity (2014), que analisaram a construção da imagem do Brasil no exterior e o uso da diplomacia midiática durante o governo Lula. As autoras identificaram que foram utilizadas estrategicamente as ferramentas para o uso da diplomacia midiática, a fim de alcançar uma imagem positiva do país e do governo no cenário internacional. De acordo com as autoras:

Como visto, a Diplomacia na Mídia consiste no uso dos veículos de comunicação de massa para a comunicação entre Estados ou entre Estados e atores não estatais com o objetivo de construir formas de avanço nas negociações, assim como mobilizar os públicos para que deem suporte aos acordos. Assim, o Estado, através da mídia, atua como um mediador em conflitos internacionais (Nogueira; Burity, 2014, p 391).

Ao buscarmos por pesquisas que objetivem compreender como a comunicação e o jornalismo atuam nas questões relativas à política externa, encontramos, no banco de teses da Capes, a pesquisa “O global *player* ‘megalomaniaco’: a visão do portal Veja sobre a Política Externa do Governo Lula” (Bomfim, 2015) que trata das formas pelas quais a mídia noticiosa abordou a política externa brasileira em relação aos países do eixo sul-sul, durante o primeiro governo Lula.

Em outra obra, Bomfim (2016) considera que o jornalismo utiliza tipificações estereotipadas para representar ou definir países e culturas distantes, o que influenciaria nas formas de concepção de mundo. Com base na análise das reportagens publicadas na Revista Veja, através da análise de discurso, o pesquisador concluiu que o discurso economicista, ligado à ideologia neoliberal, buscou limitar outras possíveis compreensões acerca dos BRICS e excluiu o questionamento das estruturas de poder que é uma das bandeiras do grupo.

Ao pesquisarmos nas plataformas de bancos de teses e dissertações pelos termos “campo jornalismo e política externa” encontramos, principalmente, pesquisas que objetivam esclarecer momentos e, ou acordos específicos da política externa, e como a mídia se posiciona sobre tais eventos. Ou ainda, pesquisas na área das Relações Internacionais que objetivam compreender a relação desta com a comunicação e o uso da mídia por governos. As pesquisas são realizadas a partir de diversos aportes teóricos e metodológicos, com destaque para as concepções de enquadramento, análise de discurso e de conteúdo.

A dissertação “Qual Brasil os representantes brasileiros levam para as Nações Unidas? Os discursos diplomáticos na abertura da Assembleia Geral (1985-2017)”, de Pedro Pimentel,

restringe seu campo de estudo ao discurso diplomático, compreendido enquanto gênero do discurso político, e parte da área da comunicação política. O objetivo geral da pesquisa é analisar como os representantes brasileiros – Presidentes da República e Ministros das Relações Exteriores – retrataram o Brasil no Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas ao longo do período da Nova República (entre os anos de 1985 e 2017). O autor entende que tais discursos são utilizados como estratégias de comunicação organizacional “e têm potencial para influenciar, afetar ou ativar seus interlocutores a fim de lograr determinados objetivos” (2018, p. 12).

O mapeamento das pesquisas nos permitiu verificar que a preocupação com a relação entre os dois campos é maior na área das Relações Internacionais. Além do uso que o governo faz da mídia (diplomacia na mídia e diplomacia pública), as pesquisas também buscam identificar as abordagens e enquadramentos da imprensa sobre questões pontuais das relações entre nações. Gilboa (2001) salienta que a mídia transformou o fazer diplomático ao fornecer novas ferramentas aos líderes e autoridades. A transformação, neste sentido, seria maior pelas novas possibilidades oferecidas através das ferramentas midiáticas do que pela própria atuação dos meios de comunicação enquanto atores independentes.

Ainda que relevantes pesquisas estejam buscando compreender os usos da mídia nas relações exteriores, o aprofundamento das pesquisas que visem compreender os papéis da mídia e da diplomacia são vitais para as negociações reais entre nações (Gilboa, 2001).

Neste sentido, reafirmamos que os conceitos elaborados por Eytan Gilboa (2001; 2008) auxiliam no entendimento da complexa, e cada vez mais próxima, relação entre a política internacional e a comunicação. Através das pesquisas apontadas ao longo do texto, podemos identificar como as ideias de diplomacia pública e diplomacia midiática foram utilizadas como ferramentas nas relações exteriores do Brasil nos últimos anos. Aspectos necessários para o entendimento da construção discursiva da diplomacia nacional. Como nos esclarece Amossy (2018^a), todo discurso tem como missão modificar ou compartilhar uma ideia ou uma crença. Partindo deste pressuposto, é imprescindível que se compreenda o contexto em que os discursos diplomáticos e jornalísticos são construídos.

Tendo em vista que nosso problema de pesquisa é compreender qual imagem pública do Brasil é projetada pelos discursos diplomáticos na principal vitrine das relações exteriores para o mundo, que são os encontros anuais da Assembleia Geral da ONU; e também qual a imagem do país é difundida pelo jornalismo quando constrói e problematiza as notícias sobre a participação do Brasil no encontro e suas relações multilaterais, compreendemos que os conceitos elaborados por Gilboa (2001; 2008) auxiliam no desnudamento da complexidade das

relações que se estabelecem entre a diplomacia e os meios de comunicação. Para a análise realizada nesta pesquisa, sobretudo a ideia de diplomacia da mídia intermediadora nos interessa. Já que um dos objetivos da pesquisa é avaliar se, através da construção noticiosa, o jornalismo auxilia, em algum sentido, na mediação de negociações internacionais.

2 O JORNALISMO POLÍTICO E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM E DA OPINIÃO PÚBLICA

“Em sentido comum, a noção de política é geralmente relacionada a partidos e governos em sua relação com as organizações da sociedade. De forma restrita, está ligada à administração das coisas públicas” (MARTINO, 2014, p. 85). De outra forma, podemos simplesmente mencionar que à política está relacionado tudo o que for função ou exercido no âmbito do Estado (*pólis*). Enquanto o jornalismo, compreendemos como “um espaço de exposição e reflexão sobre os acontecimentos diários que impactam a sociedade baseado na conjunção de fatos, fontes diversificadas e dados passíveis de serem confirmados” (SANTOS, 2019, p. 32).

Conceituar noções tão amplas como “política” e “jornalismo” não é tarefa fácil. Embora se tratem de sentidos tão distintos: o primeiro trata de uma noção abstrata – relações, sociedade, coisa pública, mas que encontra materialidade na constituição dos partidos, nas ações de movimentos sociais, na governança e nos discursos; o segundo, mais palpável, trata, sobretudo, de um fazer profissional, materializado nas notícias impressas no jornal, na reportagem televisiva ou radiofônica; mas há uma conformação social que aproxima os dois conceitos na organização das sociedades. E em uma democracia, há uma relação de reciprocidade para o funcionamento de ambos.

O surgimento do jornalismo acompanha os acontecimentos da esfera política. Desde o jornalismo de folhetim, do jornalismo partidário dos séculos XIX e XX, do jornalismo comercial, que tem os EUA como principal referência, até o cenário atual, marcado pelas redes digitais, a imprensa tem como função, já impregnada no imaginário popular e profissional, a função de fiscalizador do poder. Com o passar do tempo, ambos, jornalismo e política, sofrem transformações conjunturais que afetam, dentre vários aspectos, o essencial – a forma como se constroem os discursos.

Para compreendermos a arena de funcionamento do jornalismo político partimos da compreensão deste como uma instituição política (Cook, 2011). Apresentamos as principais características do jornalismo político (Soares, 2008; Miguel, 2002; Castro, 2015; Albuquerque, 2018). E abordamos também a relação entre o jornalismo e a política e a importância da comunicação para a manutenção democrática (Gomes, 2004; Miguel, Biroli, 2010; Weber et al, 2016).

Em seguida, apresentamos algumas pesquisas que evidenciam a atuação e o posicionamento da imprensa na construção noticiosa sobre a política nacional. Abordamos algumas estratégias como o conflito e a cobertura adversária (Guazina, 2013; Guazina; Motta,

2010). Por fim, abordamos os conceitos de imagem pública (Gomes, 2004) e de opinião pública (Charaudeau, 2012; 2016). Definimos a escolha do termo “imagem pública projetada” e abordamos, brevemente, o papel dos meios de comunicação na formação da opinião pública sobre política externa (Vieira de Jesus, 2015).

2.1 CARACTERÍSTICAS E CONSTITUIÇÃO DO JORNALISMO POLÍTICO

Compreendida como interação social orientada à alocação impositiva de valores, a política, conforme Cook, estabelece “o que é válido na sociedade e também procura distribuir esses valores” (2011, p. 204). Da mesma forma, compreendemos que o jornalismo, enquanto instituição, atua no sentido da “alocação impositiva de valores”, por meio da construção discursiva. E, assim, entendemos o jornalismo como uma instituição política, que participa ativamente da construção e disseminação de valores em sociedade, inclusive dos valores democráticos. Além de atuar como um dos responsáveis pela visibilidade, publicização e fiscalização dos acontecimentos da esfera política.

Weber (et al, 2016) entende o jornalismo como uma instituição social responsável pela criação e disseminação de narrativas que levam os indivíduos à experienciar diferentes realidades e que tem a capacidade de interferir nas percepções públicas sobre a esfera política.

Na negociação sobre o que ganhará visibilidade no jornalismo, “a notícia é uma reelaboração de ações, eventos e declarações oficiais, à luz dos valores de produção. Esses valores de produção favorecem tipos particulares de notícias e informação” (Cook, 2011, p. 240). Ao salientar determinados aspectos da realidade reportada, os meios de comunicação tratam dos temas sociais sob vieses específicos, que não abarcam a pluralidade de opiniões e de interesses.

Mas o que nos interessa aqui é abordar a conformação do jornalismo, compreendido enquanto uma instituição política, e, mais especificamente, por meio de sua relação com a esfera do poder; através do entendimento de alguns aspectos relevantes nesta relação.

Weber (et al, 2016) ressalta o papel do jornalismo na comunicação pública na percepção dos indivíduos sobre a política. Sendo que, a qualidade das democracias também está relacionada à esta capacidade da comunicação pública em cumprir a função de publicização e visibilidade sobre os temas de interesse público acerca da esfera política. “Interesse público é a noção-chave do jornalismo e consiste na vigilância de que o interesse da esfera civil será levado em conta na decisão política” (ibidem, p. 101).

De acordo com Gomes (2004), a sociedade civil e a sociedade política necessitam da comunicação para o bom funcionamento do “jogo político”. A sociedade civil necessita da mediação informacional para “formar opinião e quadros interpretativos sobre o estado da deliberação que se processa na esfera política” (Gomes, 2004, p. 301), enquanto a sociedade política necessita dos meios de comunicação visto que, “sem meios de alcance massivo não conseguiria apresentar suas posições, programas e pessoas ao conhecimento da esfera civil para, com isso, obter o apoio popular, quando lhe convém, e o voto do cidadão, sempre que necessário” (ibidem).

Ainda que atualmente parte da sociedade civil possa crer que não necessita dos meios de comunicação para formar sua opinião, e mais, que alguns creiam ser autônomos o suficiente para gerar a sua própria informação, o jornalismo continua sendo o ambiente institucionalmente estabelecido e creditado para difusão de informação. E onde a sociedade pode tomar conhecimento acerca dos fatos do mundo, mesmo que se possa apontar desvios e falhas na produção noticiosa.

Os meios de comunicação têm a capacidade de conferir legitimidade aos assuntos, por meio da visibilidade que lhes outorga. Sendo um importante fator para a produção de capital político (Miguel; Biroli, 2010). Embora, na atualidade, com a centralidade das redes sociais digitais, a “gestão da imagem pública” continue sendo “a gestão da visibilidade pessoal na mídia” (ibidem, p. 696), mas depende menos dos meios tradicionais de comunicação. Os atores políticos cada vez mais utilizam as plataformas de redes sociais e a criação de conteúdo com auxílio de profissionais do marketing e assessores de imprensa.

Portanto, o sistema democrático depende da visibilidade proporcionada pelos meios de comunicação, e mais especificamente do jornalismo político, para sua manutenção. Sendo que a qualidade do sistema democrático também está relacionada à capacidade do jornalismo em não somente emprestar visibilidade aos assuntos de ordem política, mas sobretudo, de dar à opinião pública a capacidade de refletir e interpretar os assuntos noticiados. Quanto mais limitados e padronizados os quadros de sentido produzidos pelo jornalismo político, e quanto menor a sua capacidade em problematizar os fatos, menor a capacidade crítica dos indivíduos, o que pode ter reflexos sobre a qualidade do sistema democrático. “A formação de opinião e mobilização social estão diretamente associadas à confiabilidade nas informações emitidas pelas instituições públicas e pela imprensa, estruturas constitutivas da democracia” (Weber, et al, 2016, p. 100).

Ao apresentar os aspectos do que chama de modelo de interface entre as esferas da comunicação de massa e da política, Gomes (2004) considera que a esfera da visibilidade exige

a formação de novas competências e habilidades no campo político, estratégias de marketing, sondagem de opinião, consultoria de imagem, análises de opinião pública e assessorias de comunicação – ou seja, habilidades da comunicação que se tornaram indispensáveis para o sucesso das instituições nas competições eleitorais e no exercício do governo. Acarretando ainda na transformação do discurso político em função da linguagem dos meios, a conversão de audiências em eleitores e em opinião pública favorável devido o consumo desses públicos aos produtos midiáticos. Segundo o autor, no conteúdo dos produtos midiáticos (incluindo a produção jornalística) predominam valores do entretenimento, como: ruptura com a regularidade, diversão e dramaticidade.

Mont’Alverne (2017) ao abordar a relação entre o jornalismo político e a política reforça a existência de tensões entre os dois campos. Em que os dois gozam de autonomia, mas também exercem influência um sobre o outro. Desta forma, ela defende que o jornalismo político não privilegia personagens e temas específicos necessariamente por questões ideológicas, embora isso possa ocorrer. Ela defende que “o privilégio a certas agendas e personagens decorre justamente da busca pela objetividade e por seguir os critérios de noticiabilidade que norteiam a produção jornalística [...]”. Embora, contrariando a alegação de objetividade, possam “[...] selecionar a atribuir valor aos acontecimentos ou a personagens” (Mont’Alverne, 2017, p. 70). E seria justamente por desempenhar um papel ativo na configuração dos produtos jornalísticos que os jornalistas podem ser considerados atores políticos.

Os critérios de noticiabilidade⁸, a necessidade de manter a credibilidade e as rotinas de produção são fatores determinantes para a construção noticiosa do jornalismo. Porém, as questões que envolvem as temáticas políticas exigem do jornalista uma percepção ampliada sobre os acontecimentos que circundam o jogo político e uma visão estratégica sobre o seu papel social. Visto que a capacidade de interferir na agenda pública e de propor chaves de sentido para a compreensão de tais temáticas expõe a relevância do jornalismo político. Como sendo uma “instituição política da sociedade civil”, o jornalismo é um “instrumento de expressão e de criação de uma esfera pública” (Soares, 2008, p. 2).

Valores-notícia, como relevância e proeminência, por exemplo, são aspectos importantes para que os jornalistas determinem quais os acontecimentos serão divulgados. Mas é também por meio do enquadramento que o jornalismo salienta determinados aspectos das informações divulgadas e assim determina o que é mais ou menos relevante na agenda pública.

⁸ Compreendemos os critérios de noticiabilidade como fatores que determinam desde a seleção, tratamento das notícias e acompanham todo o processo de produção jornalística. Entendemos, portanto, os valores-notícias como critérios de noticiabilidade (SILVA, 2018).

“O impacto da definição de agenda pelos meios é perceptível não apenas no cidadão comum, que tende a entender como mais importantes as questões destacadas pelos meios de comunicação, mas também no comportamento de líderes políticos” (Miguel, 2002, p. 171).

No jornalismo político, o agendamento de notícias pode contribuir para a tomada de posição de congressistas em relação a pautas votadas no Congresso Nacional, por exemplo. Isto porque há um acompanhamento constante de jornalistas aos acontecimentos do Legislativo e o “olhar” dos meios de comunicação, em geral, estão sempre atentos a este espaço de deliberação.

Cook (2011) observa que uma das formas de atuação do jornalismo político está na provisão de recursos para a manutenção das agendas oficiais de atores políticos. O que pode determinar um maior alcance daqueles que já são influentes na política. Mas o autor defende que as questões envolvendo a relação do jornalismo com a política são mais amplas. Sendo o jornalismo parcialmente dependente e parcialmente independente de outras instituições e fontes de informação.

Ele observa as negociações existentes entre fontes e jornalistas no ambiente político:

De um lado, o noticiário de fato trabalha para enfatizar a ação oficial, portanto, implicar o jornalismo mais profundamente no governo. De outro, as notícias apresentam e interpretam tais ações por meio de valores de produção acordados, que contém uma política implícita nem sempre favorável aos atores oficiais. Consequentemente, a notícia é o resultado de negociações recorrentes entre fontes e jornalistas, cujos resultados diários beneficiam apenas certas alocações de valores. (Cook, 2011, p. 206).

Manter uma boa relação com as fontes de informação e possuir uma vasta “agenda” de diferentes atores políticos e acesso facilitado aos mesmos é o desejo de todo jornalista político. Conforme ressalta Miguel (2002), um bom “portfólio de fontes” é não somente um patrimônio cobiçado, como também garantia de capital simbólico no jornalismo, importante para conquistar posição de destaque entre os jornalistas políticos. “As boas fontes permitem que o jornalista antecipe os movimentos de governos, partidos ou chefes políticos; tanto podem ser os próprios líderes quanto pessoas de escalão inferior” (p. 176). Com o uso das redes sociais, o acesso dos jornalistas às fontes de informação foi facilitado. Da mesma forma, o uso das redes pelas fontes é uma forma de publicizar ações e projetos, no caso dos atores políticos, sem a dependência da mediação dos jornalistas. Assim como, de manifestar seu posicionamento sobre os mais diversos acontecimentos em uma espécie de agendamento sobre o jornalismo.

O uso das redes também facilita o acesso dos jornalistas aos posicionamentos de líderes mundiais sobre os acontecimentos de ordem global, como crises internacionais.

As negociações entre fontes e jornalistas, as formas como o jornalismo político enquadrar os acontecimentos, assim como, a falsa pretensão à imparcialidade e objetividade, nos remetem a um outro aspecto do jornalismo que é o silenciamento.

Quando o jornalista escolhe escrever sobre um determinado acontecimento, há outro que não será abordado, já que não há como acompanhar tudo o que acontece o tempo todo. Da mesma forma, quando o jornalista escolhe uma fonte de informação, um viés para dar sentido ao assunto reportado, são escolhas que se sobrepõem a outras possibilidades. Mas o silenciamento no jornalismo político pode ser mais complexo do que apenas escolhas sobre a forma como contar uma história.

Miguel (2002) compreende os meios de comunicação como uma esfera de representação política. Ou seja, é através dos meios de comunicação que as diversas visões de mundo e os projetos políticos ganham representação. Mas os meios de comunicação não abarcam a pluralidade de visões, de opiniões e não expõem todas as necessidades da sociedade civil. “As vozes que se fazem ouvir na mídia são *representantes* das vozes da sociedade, mas esta representação possui um viés. O resultado é que os meios de comunicação reproduzem mal a diversidade social, o que acarreta consequências significativas para o exercício da democracia” (Miguel, 2002, p. 163).

O silenciamento no jornalismo político significa o silenciamento de setores, de movimentos e de ações políticas; partes do tecido social que compõem as democracias representativas. Por isso, o silenciamento político impacta a qualidade do sistema democrático.

Percebe-se que o jornalismo político está restrito à política palaciana, silenciando causas e ideais espalhados pela sociedade, especialmente em grupos que querem participar e fazer ver os problemas públicos crônicos que os veículos de comunicação tradicionais apresentam de acordo com os seus interesses. Assim, mantêm em segredo as suas relações com entidades, grupos econômicos, instituições e até mesmo com o Estado. (Christofolletti; Torres, 2015, p. 150).

Silenciar, no sentido político, não é a ausência de palavras, mas sim, impedir que determinados discursos irrompam o cenário público e que alcancem visibilidade.

Castro (2015) chama a atenção para silenciamentos da mídia que têm o propósito de focar em alguma coisa para obscurecer outra, em um processo que classifica como “operação de fetichização”. Para ele, “o fetiche serve para esconder algo, mas o fetichista não é ingênuo, ele sabe exatamente o que está sendo escondido” (p. 137). O autor classifica então, tipos de silenciamento do jornalismo sobre política, sendo eles: silêncio sobre aliados políticos; silêncio

sobre temas além da corrupção; silêncio sobre causas estruturais da corrupção; silêncio sobre corrupção empresarial; silêncio sobre corrupção e outras distorções da própria mídia.

Um dos aspectos abordados por Castro (2015) se refere à escandalização, ou espetacularização, da cobertura do jornalismo político, principalmente sobre casos de corrupção. Conforme a crítica do autor, falta ao jornalismo brasileiro tratar as causas estruturais da corrupção. Ao invés disso, o jornalismo se preocupa em tratar tais temáticas de forma espetacular, se posicionando a favor e contra determinados grupos políticos, em geral, ao lado de grupos neoliberais, isso por conta dos interesses das empresas de comunicação. E fortalecem as personalizações políticas ao esvaziar os sentidos ideológicos do discurso político, através de uma ótica moralista e espetacular.

Impulsionada pelo moralismo e pela espetacularização, a escandalização da corrupção deixa em segundo plano temas de conteúdo mais propriamente político. Assim, a ênfase jornalística na temática da corrupção pode ser enquadrada numa estratégia deliberada para tentar definir os parâmetros do debate político (Castro, 2015, p. 132).

Em pesquisa sobre o impacto da cobertura jornalística da Operação Lava Jato sobre a percepção da opinião pública acerca da corrupção e da política, Baptista e Telles (2018) identificaram que entre os anos de 2014 e 2016 a corrupção foi tema relevante na imprensa brasileira, tendo a referida operação posição de destaque. A cobertura foi marcada por características de escândalo político midiático. “A partir disso, sugerimos que a maior percepção da corrupção é motivada, entre outros aspectos, pela recorrência do tema na cobertura da mídia e pela ótica atribuída ao escândalo” (Baptista; Telles, 2018, p. 252). Nestes três anos (2014, 2015 e 2016), quase 20% da cobertura da grande mídia foi sobre a Operação Lava Jato (Feres Jr; Barbarela; Bachini, 2018).

2.2 A COBERTURA NOTICIOSA NO JORNALISMO POLÍTICO

Dentre os valores de produção no jornalismo, a objetividade encontra destaque em grande parte dos manuais das redações brasileiras. Miguel e Biroli (2012) consideram que a objetividade pode reforçar posicionamentos e julgamentos moralmente compartilhados.

Ao apresentar julgamentos como fatos, o jornalismo participa ativamente da construção dos próprios fatos. Atua politicamente quando atribui significados às disputas presentes. E atua com maior eficácia quando, respaldado pelos ideais da objetividade e da imparcialidade, articula perspectivas e interesses parciais em

discursos identificados como neutros e não posicionados. (Miguel; Biroli, 2012, p. 40-41).

Tuchman (1999) ressalta que a objetividade é uma estratégia discursiva que protege os jornalistas. O jornalista pode manifestar suas opiniões ao argumentar que citou outras pessoas e pode também utilizar a ideia de objetividade como defesa contra críticas. O uso de aspas faz parte de um dos fatores que influenciam a noção de objetividade dos jornalistas. As citações, desta forma, podem servir para que o jornalista retire suas opiniões das notícias ao acrescentar “vozes” que falem por ele. Conforme a autora, são três fatores que determinam a noção de objetividade para os profissionais dos meios de comunicação: a forma, as relações interorganizacionais e o conteúdo.

A concepção da objetividade está atrelada à ideia de notícia como espelho da realidade, em que as notícias seriam o reflexo dos acontecimentos sociais, situação em que o papel do jornalista seria apenas o de descrever fiel e objetivamente esses fatos.

Partindo da concepção de que o jornalismo participa da construção de percepções coletivas e da opinião pública e de que os jornalistas partilham de uma cultura profissional e da cultura política contemporânea (Guazina, 2011), acreditamos que principalmente em contextos de polarização política, a objetividade se mantém, na verdade, na defesa dos valores socialmente compartilhados pelo grupo ao qual o meio de comunicação deseja fidelizar.

O artigo “Noticiário Objetivo em liquidação: a decadência do padrão ‘catch-all’ na mídia comercial” (Lycarião; Magalhães; Albuquerque, 2018), aponta aspectos que explicam mudanças na estrutura do jornalismo nos EUA e no Brasil. Transformação em que o jornalismo político se torna cada vez mais posicionado ideologicamente. De acordo com a pesquisa, isso se dá basicamente por dois fatores principais, verificados nos dois países, sendo eles: o acirramento da polarização política e a massificação de oferta de produtos midiáticos disponíveis na internet.

O aumento da oferta e da procura pelo jornalismo online que se posiciona são explicados por um ganho, tanto do lado dos emissores quanto dos receptores, “a produção ganha ao conquistar consumidores fiéis (num mercado marcado pela volatilidade) e os consumidores ganham por identificarem fontes confiáveis em que poderão extrair, sem muito esforço, o significado político dos fatos, ou seja, uma opinião sobre os mesmos” (Lycarião; Magalhães; Albuquerque, 2018, p. 13).

Jamil Marques, Cervi e Massuchin defendem que as mudanças estruturais do campo da comunicação e do jornalismo “têm efeitos sobre a forma como a opinião pública modela o debate de temas de interesse comum” (2018, p. 244). Uma das maiores evidências das

transformações estruturais no sistema de comunicação no século XXI estaria na polarização dos debates.

A ascensão da internet e o uso massivo das redes sociais digitais provocou mudanças no debate público. Na esfera pública digital são expressas as opiniões mais radicais. A polarização do debate segue a lógica algorítmica e é intensificada por ela através das bolhas de informação. “Quanto mais conectados os integrantes do público, menor o impacto dos meios jornalísticos tradicionais e mais afastamento do ponto médio por conta do reforço da visão individual sobre todos os temas” (Marques; Cervi; Massuchin, 2018, p. 245). Para concorrer com as transformações impostas pela tecnologia e, conseqüentemente, as dificuldades econômicas dos veículos, os autores acreditam que o jornalismo contemporâneo tem simplificado ainda mais os acontecimentos. O novo padrão do jornalismo seria, então, focado na racionalização de custos. O que, obviamente, provoca conseqüências na formação das opiniões públicas, no debate público e no papel do jornalismo para a democracia.

Ao abordar a questão da polarização no debate político Albuquerque, Gagliardi e Prudêncio (2020) consideram que alguns acontecimentos no cenário brasileiro favoreceram a criação do clima de antagonismo político e, por sua vez, contribuíram para a eleição do ultradireitista Jair Bolsonaro. Alguns dos fatores apontados pelos autores são: o impeachment da presidente Dilma Rousseff, a Operação Lava Jato com as prisões de atores políticos e as manifestações pela volta do regime militar.

No momento em que experienciamos o acirramento da polarização política no país, no consumo de notícias a polarização se materializa em uma baixa disponibilidade dos consumidores em aceitar informações que contradigam suas opiniões. Fator que também favorece a disseminação de desinformação.

O posicionamento da imprensa e sua influência sobre a opinião pública e a esfera política, inclusive em processos eleitorais, são amplamente discutidos em demais pesquisas em comunicação política (Feres; Gagliardi, 2019; Gagliardi, 2018; Aldé, 2001). A homogeneidade na construção noticiosa durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff é um dos exemplos que evidencia o posicionamento político do jornalismo brasileiro (Tavares,; Berger; Vaz, 2016; Waber et al, 2016).

Ao analisar os editoriais da imprensa nacional e estrangeira sobre o processo de impeachment contra a ex-presidente Dilma Rousseff, Guazina, Prior e Araújo (2017) identificaram discrepâncias na forma como os jornais brasileiros (Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo) enquadraram o processo em comparação com os jornais internacionais (The Guardian, Le Monde, Publico, El País e The New York Times). A atuação adversária dos

jornais brasileiros enfatizou “a dupla função de desconstruir argumentos e ideias da defesa e cancelar posicionamentos da acusação, por meio de um processo de depreciação política e pessoal da acusada” (ibidem, p. 23).

Conforme a pesquisa, fica evidente na comparação entre as abordagens noticiosas o posicionamento dos jornais brasileiros em oposição a então presidente e seu partido. O que evidencia a atuação da imprensa brasileira em relação à defesa de determinados posicionamentos ideológicos; e o uso da noção de fiscalizador do poder público para simplificar os acontecimentos, enquadrando-os em noções repetitivas, de fácil assimilação e de desvalorização do ator político.

Weber (et al, 2016) considera que o “embate político é reducionista quanto às implicações do impeachment e à mobilização das ruas, concentrado na personalização de problemas políticos, em Dilma Rousseff e não oferece informações que possam alimentar o debate público” (p. 112). Os autores chamam a atenção sobre o papel do jornalismo na comunicação pública, sobre sua capacidade de acionar assuntos que são debatidos em sociedade e da sua importância para a manutenção do processo democrático. E, enquanto instituição, da sua capacidade de construir narrativas para explicar os acontecimentos. As construções das narrativas jornalísticas: simplificaram os acontecimentos, valorizaram o conflito e a personalização e utilizam narrativa fragmentada e superficial.

Ao analisar como o jornalismo enquadra a realidade por meio da construção narrativa, Motta (2007) explica que os *frames* se desenvolvem na sociedade, em uma cultura da qual os jornalistas fazem parte. Os enquadramentos são como chaves de sentidos, acionados pelos jornalistas para organizar e apresentar os acontecimentos. O jornalismo tende a explicar os acontecimentos da política de acordo com enquadramentos lúdico-dramáticos, como: guerra, batalha, duelo, jogos de tabuleiro, quebra-cabeças, corrida de cavalos, jogo de xadrez, ciclo do herói e outros. Desta forma, seria mais fácil para o jornalismo explicar as relações complexas da esfera política.

Defendo, portanto, que o enquadramento predominante na mídia é o enquadramento dramático (narrativo); um frame enraizado na sociedade e na cultura: ordenador, prático, fácil, compreensível. Ele é a forma natural de jornalistas e públicos perceberem a si mesmos e aos outros, de enquadrarem compreensivelmente o transcorrer das coisas e da política. (MOTTA, 2007, p. 9).

Além das metáforas com jogos serem formas simplificadoras e pedagógicas de explicar a realidade, elas se assemelham às relações de conflito e disputa da política (Motta, 2007).

O caso do Mensalão⁹ é outro episódio da política nacional amplamente divulgado nos meios de comunicação e que rendeu muitas pesquisas sobre a atuação e o posicionamento da imprensa acerca dos fatos e acerca do Partido dos Trabalhadores. Luís Gonzaga Motta e Liziane Guazina (2010), ao analisar a cobertura do Mensalão trabalharam com a ideia de que o conflito é uma categoria estruturante da narrativa jornalística sobre a política. De acordo com os autores: “A tensão permanentemente aquecida é a essência da construção da narrativa política. É ela que instiga a trama e mantém acesa a curiosidade pública” (2010, p. 142).

Feres Jr., Barbarela e Bachini (2018), explicam que há uma tradição da mídia como um todo em explorar escândalos de corrupção, principalmente, em períodos eleitorais. Mas que no caso brasileiro, há uma predileção pelos casos que envolvam “políticos e partidos da esquerda, em contraste ao tratamento leniente dado às suspeitas de corrupção levantadas contra políticos e partidos conservadores” (p. 200).

Por meio de uma “cobertura adversária” (Guazina, 2013) o jornalismo incorpora o conflito como uma estratégia que dá sentido às narrativas sobre os acontecimentos da política.

2.2.1 O conflito como estratégia discursiva

Apesar de o conflito ser um aspecto inerente ao jogo político, o jornalismo se apropria de elementos do discurso político e os categoriza. E assim, o conflito se estabelece como um enquadramento dramático cognitivo que estrutura a narrativa jornalística, dualiza o mundo político e reforça a visão da política como jogo de oposições. Situação em que “personagens da política são sucessivamente posicionadas umas contra as outras, tecendo a teia da intriga” (Motta; Guazina, 2010, p. 132).

O conflito é considerado uma característica da esfera política por ser ela uma arena de disputas e debates. Desde as campanhas eleitorais, em que as disputas entre atores e partidos políticos são claras, até os processos deliberativos, em que o conflito se estabelece nos debates para a tomada de decisões. Situações em que muitas vezes o conflito e o jogo de oposições são fortalecidos no discurso político para marcar um posicionamento ideológico que diferencie os atores de partidos oponentes.

⁹ *Mensalão* foi um nome atribuído à Ação Penal 470, de 2005, pela mídia, com base na expressão utilizada pelo Deputado Roberto Jefferson (PTB). O deputado foi quem denunciou ao jornal Folha de S. Paulo o esquema de compra de votos de deputados federais, supostamente montado pelo PT. “Rapidamente o assunto se espalhou pela grande mídia, que cobriu intensamente todas as etapas do escândalo, das primeiras acusações, ao processo, ao julgamento dos acusados e ao cumprimento da pena dos condenados” (FERES JR; BARBARELA; BACHINI, 2018, p. 206).

Percebemos ainda que o discurso de conflito quando acionado pelos atores políticos tem ultrapassado o campo político alcançando a imprensa. Os ataques que os profissionais da imprensa têm sofrido no Brasil, principalmente por parte do presidente Jair Bolsonaro e de seus aliados, se configura como um jogo de oposição que expõe o jornalismo ao descrédito e deslegitimação.

No artigo “Campos em Disputa: jornalismo *versus* política na cobertura do *Jornal Nacional* sobre o Escândalo do Mensalão”, Guazina (2013) demonstra como o embate entre fontes pode representar o conflito por credibilidade entre jornalismo e política. Situação em que o *Jornal Nacional*, objeto analisado na pesquisa, atuou em oposição aos atores políticos. De acordo com os resultados encontrados, “o telejornal assumiu a defesa de seu jornalismo em oposição aos políticos, fundamentando suas escolhas editoriais na credibilidade decorrente do próprio *ethos* jornalístico e do jornalismo enquanto campo” (Guazina, 2013, p. 15).

Guazina (2014) também discute as relações entre a cultura política e a jornalística, a partir da análise da cobertura de escândalos políticos. Concluindo que ao praticar o que chama de “cobertura adversária” à política e aos agentes políticos, os meios de comunicação reforçam valores da desconfiança política. Tal cobertura se fundamenta na oposição entre política e jornalismo – baseado no *ethos* do campo jornalístico de fiscalizador do poder público.

Como um dos principais aspectos da cultura política¹⁰ brasileira, a desconfiança também é identificada na cultura jornalística, sendo evidenciada por meio da cobertura adversária. A cobertura adversária é definida da seguinte forma:

se caracteriza por ter como finalidade principal legitimar o próprio jornalismo como um poder e ator fundamental da cena pública. Tal cobertura baseia-se na oposição entre os campos jornalístico e político, a través da desqualificação intensa da política, seus principais atores e instituições representativas. Esta desqualificação ocorre, geralmente, por partir do princípio da desconfiança da política e dos políticos como norteador da prática profissional (Guazina, 2013, p. 09).

A desconfiança da população nas instituições e atores políticos alerta ao fato de que a desconfiança generalizada compromete a qualidade da democracia. Pois está diretamente relacionada ao mau funcionamento das instituições e a não garantia dos direitos humanos (Moisés, 2010), processo que é também intensificado pelos diversos casos de corrupção e escândalos políticos divulgados diariamente pelos meios de comunicação. Alguns autores

¹⁰ Goulart (2015) ao analisar o uso do conceito de cultura política nas ciências sociais e as especificidades do caso brasileiro, define que “cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores.” (p. 112).

atrelam a desconfiança generalizada na política à atuação da mídia e a excessiva e espetacular divulgação de escândalos políticos (Guazina, 2014).

A cobertura do jornalismo político no Brasil prioriza os acontecimentos dos bastidores das negociações e dos embates acerca das pautas a serem votadas no Congresso Nacional, sobrepondo-os ao debate de como estes projetos podem afetar a vida da população (Rodrigues, 1997). Um exemplo atual são as notícias sobre as discussões envolvendo a votação pela Reforma Administrativa¹¹. Um projeto de lei enquadrado como positivo pela imprensa brasileira, mas que, se aprovado, vai promover diversas mudanças negativas para os servidores públicos, como a limitação de estabilidade no emprego. Aspectos de impacto que não são abordados pela imprensa. Neste sentido, evidenciamos outra característica do jornalismo político, que é a simplificação dos acontecimentos.

Por vezes, a atuação do jornalismo colabora para “uma visão estereotipada e simplificada da política, que geralmente, devido aos enquadramentos predominantes nos principais meios, reforça atitudes políticas fracas e negativas” (Aldé, 2001, p.186). As notícias são como chaves explicativas da realidade e quando elas simplificam os acontecimentos podem reforçar determinados estigmas, como atrelar os partidos políticos à corrupção. Uma das consequências de tal cobertura pode ser a diminuição na identificação partidária dos eleitores, reforçando o voto personalista e a aversão às legendas partidárias.

Apontamos ainda o processo de desinformação como um fator de aumento da desconfiança da opinião pública sobre as instituições e atores políticos e que contribui para o enfraquecimento da democracia. Já que é uma estratégia bastante utilizada por atores políticos, principalmente por meio das plataformas de redes sociais, para desqualificar e deslegitimar discursos de opositores e da própria imprensa. Gomes e Dourado (2019) defendem a correlação entre o avanço da desinformação no cenário político e os movimentos políticos conservadores de direita. Conforme apontam os autores, há um expressivo aumento no processo de disseminação de informações falsas e a ascensão de governos de direita em diversos países, principalmente a partir do ano de 2016. Processo que ultrapassa o campo político e se manifesta em ataque à imagem de outras esferas da sociedade, como o jornalismo.

¹¹ A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, do Executivo Federal, altera regras sobre servidores públicos e modifica a organização da administração pública.

2.3 IMAGEM E OPINIÃO PÚBLICA

O jornalismo não é somente um mediador entre os acontecimentos políticos e o público. A imagem pública que é construída pelo jornalismo, seja sobre atores ou partidos políticos, influencia nas preferências políticas da população (Mont’Alverne; Marques, 2013).

Ao abordar a relação entre os campos político e jornalístico, Nogueira (2022) destaca que os discursos políticos quando difundidos nos meios de comunicação ganham valor social e possibilitam o acúmulo de capital simbólico, sendo capazes de “influenciar a esfera pública na direção do que é pretendido” (p. 89). A partir desta relação, a capacidade de controle sobre a construção de imagens públicas revela a importância da mídia enquanto meio e enquanto agente/ator (Nogueira, 2022).

Em decorrência disso, a comunicação internacional posta em curso, apoiada em estratégias de administração de visibilidade e veiculação de discursos interessados, vem ganhando cada vez mais atenção de políticos e governos, motivando o crescente domínio do universo midiático e o estreitamento de interações com formadores de opinião pública mundial. (Nogueira, 2022, p. 90).

Tanto a imagem pública quanto a opinião pública são conceitos relacionados às ideias de identidade, percepção e representação coletivas. “A imagem pública, em sua substância, é uma entidade conceitual, decisivamente apoiada e construída sobre mecanismos enunciativos linguísticos” (Gomes, 2004, p. 242).

Gomes (2004) salienta que a homonímia do termo “imagem” é explicada pela analogia do sentido da representação; a imagem visual representa ou apresenta algo, enquanto a imagem em seu sentido figurado representa a percepção pública.

De acordo com ele:

a imagem pública não é um tipo de imagem em sentido próprio, nem guarda qualquer relação com a imagem plástica ou configuração visual exceto por analogia com o fato da representação. [...] O termo “imagem pública”, finalmente, não designa um fato plástico ou visual, mas um fato cognitivo, conceitual. [grifo do autor] (Gomes, 2004, p. 246-247).

Um exemplo utilizado pelo autor sobre imagem que não tem nenhuma tradução visual é a imagem pública de mau pagador do Brasil no exterior. Tal percepção é bastante presente, sobretudo no início dos anos 90, como é possível identificar nas análises desta pesquisa.

Embora elementos visuais possam favorecer a formação da imagem de algo ou de alguém, elas são construídas com base em discursos e ações (Gomes, 2004), que se convertem

em representações, percepções públicas. Sendo que as representações produzem sentido na medida em que contribuem para a construção do real (Charaudeau, 2012). Para Charaudeau, as representações e percepções coletivas dão origem à imagem dos Estados. No mesmo sentido, Pimentel e Panke (2020) defendem que é através do discurso diplomático e das lógicas dos dispositivos de visibilidade que um Estado forja a sua identidade e sua imagem pública.

Desta forma, os discursos jornalísticos, diplomáticos e governamentais têm grande potencial em construir percepções sobre vários temas, como a política externa nacional. Um exemplo é a imagem de país pacífico do Brasil, que é identificada nesta pesquisa como uma das representações mais presentes no discurso diplomático. A paz é acionada, portanto, como um valor simbólico da nação, seja na busca da solução de conflitos internacionais através do diálogo, em sua relação com a democracia e a garantia da participação política, ou quando é relacionada à capacidade do país em acolher refugiados. “A rigor, o mecanismo de produção de imagens, transforma fatos e falas em mensagens, em valores simbólicos destinados a produzir uma determinada impressão pública” (Gomes, 2004, p. 270).

Charaudeau (2012) defende que as representações possuem três funções sociais essenciais, sendo elas: 1) organização coletiva: “dos sistemas de valores, que constituem esquemas de pensamento normatizados próprios a um grupo” (p. 116-117); 2) exibição: “das características comportamentais do grupo (rituais e lugares-comuns) com fins de visibilidade, pois os membros do grupo têm necessidade de conhecer o que compartilham e o que os diferencia dos outros grupos, para construir identidade” (p. 117); e 3) encarnação: “dos valores dominantes do grupo em figuras (indivíduo, instituição, objeto simbólico) que desempenham o papel de representantes da identidade coletiva” (ibidem). Neste sentido, o acionamento da paz como um valor simbólico e inerente do Brasil cumpre com as três funções sociais da representação pois, organiza um sistema de valores que visa a um esquema de pensamento comum sobre o país, desperta a ideia de uma característica presente e marcante de toda a nação e, assim, compartilhada por todos os brasileiros, que têm em comum o fato de viverem em um país pacífico, harmonioso e, portanto, bom de se viver, construindo uma identidade a esse grupo.

Neste sentido, a imagem pública diz respeito às concepções caracterizadoras que definem algo ou alguém. Propriedades essas que se relacionam não somente à identidade moral dos sujeitos, mas também à identidade psicológica (Gomes, 2004). Desta forma, compreendemos que em algumas situações as expressões “opinião pública” e “imagem pública” podem ser utilizadas como sinônimas ou equivalentes. Porém, o termo “imagem pública” é usado somente para se referir às representações.

Charaudeau (2012) explica que a opinião é um ponto de vista sobre algo e, desta forma, é considerada uma crença. Tanto os saberes baseados em crenças quanto os “saberes de conhecimento” são construídos com base nas diversas representações sociais. Sendo “por meio da opinião pública que se constrói um saber coletivo de crença a respeito dos interesses da vida em sociedade e de seu ordenamento político” (Charaudeau, 2016, p. 37). O autor defende que é através do sentimento de pertencimento nos grupos que as pessoas são capazes de se mobilizar em torno de ideias comuns e na defesa de seus interesses. Situação em que as opiniões públicas se expressam. Optamos pela noção de opiniões públicas por compreendermos que não existe uma única opinião circulante na sociedade, sobre nenhum tema. Como ampla e plural, a sociedade só pode ter manifestas diversas opiniões que se destacam, se projetam e movimentam a vida coletiva.

A opinião pública está em construção permanente, na confluência de um triplo movimento de reação por parte dos grupos sociais, de atribuição por parte dos grupos políticos, de categorização por parte das instâncias midiáticas. Apresenta-se ao mesmo tempo fragmentada e homogênea, reativa e intimidada, autônoma e sob influência, isto é, numa forma plural: não uma opinião pública, mas várias opiniões públicas (ibidem, p. 44).

Desta forma, compreendemos que as imagens públicas fazem parte do campo das opiniões. A imagem pública é uma espécie de opinião pública. Mas nem toda opinião pública sobre algo encontra paridade em uma imagem pública. Existem opiniões públicas sobre o armamento, mas não é possível se falar em imagem pública do armamento. O mesmo ocorre com a violência. Temos muitas opiniões públicas sobre a violência, mas não uma imagem pública da violência. A violência pode sim representar uma instituição ou um país. Neste sentido, podemos considerar, por exemplo, que, ao ouvir falar no Brasil, muitos estrangeiros relacionem o país à violência. Ou que a imagem pública da polícia militar no Estado do Rio de Janeiro seja a da violência extrema. Assim sendo, só temos imagens públicas sobre algo ou alguém a que possamos identificar aspectos de personalidade, no sentido das representações ligadas à persona.

2.3.1 Imagem pública projetada

E por que utilizamos a ideia de imagem pública que é projetada? A elaboração deste termo se dá a partir da compreensão de que a imagem pública é pura representação. Ela depende de um outro para existir. Desta forma, a imagem pública do Brasil se efetiva na recepção. Por

isso, antes de alcançar o público as imagens públicas do país são construídas. Essa construção discursiva acerca de uma imagem pública pode ou não ser aceita pela recepção.

Portanto, quando falamos da imagem pública do Brasil, tanto nos discursos diplomáticos quanto nos discursos jornalísticos, estamos falando de uma construção. Tal construção pode se dar de forma deliberada, como é o caso do discurso diplomático, ou de forma não intencional. Nos discursos jornalísticos consideramos que há um tanto de intencionalidade - baseado, sobretudo, na política editorial do veículo, mas há também os aspectos ligados à subjetividade humana. Neste sentido, a imagem pública do Brasil é construída e “projetada” para o mundo.

Utilizamos a expressão “projetada” por que advém do termo “projetar” que diz respeito à “conjectura prévia de uma situação futura” (Dicionário Michaelis On-line). Gomes (2004) fala de uma “imagem pública programada”, mas partimos da compreensão de que “programar” tem o sentido de elaborar um programa ou programação, de um planejamento. Algo que foi programado entende-se como previsto, ou que se realizou conforme o planejado. Todavia, a imagem pública se efetiva, de fato, na recepção. Como já dissemos antes, mesmo fazendo parte de um plano ou projeto, uma representação construída discursivamente pode não ser compreendida ou não ser aceita como o desejado.

Haja vista que a imagem pública do Brasil nos discursos diplomáticos e jornalísticos é uma construção, consideramos que o uso do termo “projetada” é o mais adequado.

2.3.2 Opinião pública e política externa

Consideramos que os meios de comunicação exercem papel fundamental na construção das imagens públicas do Brasil no que se refere às questões ligadas à política exterior. Qual é então o papel dos meios de comunicação na formação da opinião pública sobre a política externa?

Vieira de Jesus (2015) defende que a mídia tem papel importante na formulação e tomada de decisões em política externa, pois atua como criadora de ambientes e tem capacidade de interferência na definição das agendas, criando ambientes de política externa. Como já vimos no capítulo anterior, o autor também explica que na atividade diplomática, por meio das estratégias de diplomacia midiática e diplomacia pública, o uso dos meios de comunicação possibilitam influenciar a opinião pública em sociedades estrangeiras.

“As informações publicadas pela mídia ordenam a prioridade das questões, e a representação dessas questões na mídia exerce um efeito independente sobre o conteúdo da questão e o peso relativo para a opinião pública” (Vieira de Jesus, 2015, p. 142). O autor salienta

que os estudos mais recentes sobre o papel da mídia na agenda da política externa sugerem que os efeitos da cobertura midiática influenciam em como a opinião pública pensa; enquanto estudos mais antigos sugeriam que a mídia influenciava o que o público pensava. Ele destaca também que a maioria dos estudos sobre definição de agenda apontam a relação direta entre a compreensão do público e o seu aparecimento na cobertura midiática. A visibilidade pública é indispensável para os agentes políticos, o que inclui a visibilidade dos países perante a comunidade internacional. Assim, “quanto maior a dedicação da mídia a um país, maior é a probabilidade de o público considera-lo relevante, impactando sobre as relações exteriores” (Nogueira, 2022, p. 95).

Como assinalam os estudos da Teoria do Agendamento (McCOMBS, 2009), os temas mais proeminentes na agenda da mídia serão os mais presentes no debate público. E da Teoria do Enquadramento (Goffman, 2012; Gamson e Modigliani, 1982), segundo a qual os meios de comunicação contribuem com a interpretação sobre fatos através da construção dos significados. Enquadramentos são como chaves de sentido que ajudam a organizar o pensamento e a compreensão sobre os acontecimentos. A repetição dos quadros de sentido sobre um mesmo assunto favorece padrões de entendimento pelo público.

Embora a condução diplomática dos Estados também possa interferir na agenda da mídia, quando um governo aposta na diplomacia pública (situação em os atores estatais e não estatais usam a mídia para influenciar a opinião pública) e na diplomacia da mídia (situação em que autoridades usam a mídia para investigar e promover interesses, negociações e resolução de conflitos) acaba por propor pautas que serão trabalhadas pelos meios de comunicação, fazendo com que os assuntos de política externa estejam mais presentes no noticiário. O mesmo ocorre quando o governo investe na diplomacia presidencial, como foi o caso dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva. A atuação do presidente que busca estar à frente das negociações e acontecimentos diplomáticos também colabora para que tais assuntos sejam abordados na cobertura da imprensa. Todas essas estratégias da condução diplomática de uma nação não determinam qual o enquadramento midiático será proposto. Embora possamos considerar que o Executivo seja, em geral, uma fonte importante para os veículos jornalísticos, isso não determina a construção noticiosa. Como vimos ao analisar as abordagens da imprensa nacional e internacional sobre a PEB, a imprensa, sobretudo a nacional, tem sido crítica e se posiciona contrária à condução da política externa em vários momentos.

Uma das formas de se compreender a abordagem da imprensa sobre a política externa é por meio da análise das estratégias argumentativas – que é a proposta metodológica utilizada nesta pesquisa.

3 ARGUMENTAÇÃO COMO PERSPECTIVA METODOLÓGICA

E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (Orlandi, 2002, p. 15).

Este capítulo tem como propósito apresentar a teoria da argumentação em sua perspectiva teórica e metodológica como um ramo da análise do discurso. Para isto, adotamos a perspectiva da análise da argumentação no discurso, da francesa Ruth Amossy. Partimos da percepção de que a análise argumentativa deve levar em consideração a materialidade linguageira; o discurso em sua dimensão enunciativa, social e institucional. A análise argumentativa “estuda as modalidades múltiplas e complexas da ação e da interação linguageiras” (AMOSSY, 2018, p. 11).

A conexão da análise argumentativa e da análise discursiva é possível devido à junção dos aspectos ligados à argumentação na língua, mas sobretudo, a dimensão da enunciação do discurso. Buscando apreender os discursos em seus quadros institucionais, as circunstâncias sociais e culturais, o auditório, os valores e as crenças. Sustentada pelas teorias retóricas, pragmáticas e lógicas, a análise da argumentação no discurso objetiva compreender sem questionar os discursos proferidos com base em julgamentos de valor.

Neste capítulo, no primeiro item apresentamos a Folha de S. Paulo para justificar a sua escolha enquanto objeto de pesquisa. Na segunda parte do capítulo, buscamos apontar aspectos teóricos dos estudos que envolvem a argumentação, desde a retórica até as perspectivas recentes. Assim, fazemos uso de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Breton (2003; 2012) e Amossy (2007; 2008; 2016; 2018).

Em seguida, abordamos aspectos teóricos que colocam o estudo da argumentação como um ramo da análise do discurso (AMOSSY, 2007; 2008; 2016; 2018). Também trazemos a compreensão de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), e Charaudeau (s/ano; 2012) para compreendermos a teorização sobre análise discursiva.

Por fim, apresentamos o protocolo de análise adotado (AMOSSY, 2018a; 2018b; POZOBON, 2019; PERELMAN, 2005; LAGE, 2002). E em seguida apresentamos a seleção e organização do corpus.

3.1 JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DA FOLHA DE S. PAULO COMO OBJETO DE PESQUISA

Neste tópico do capítulo temos como propósito apresentar o jornal Folha de S. Paulo, escolhido como objeto de pesquisa. Veículo que utilizamos como referência para identificar as estratégias argumentativas acionadas pelo discurso jornalístico ao abordar a política externa brasileira, especialmente quando trata dos encontros anuais da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Por ser considerado um *quality paper*, uma grande empresa de comunicação, (Mont’Alverne e Marques, 2013; Azevedo, 2016), a Folha de S. Paulo também possui um poder de agendamento sobre os outros meios de comunicação. E também foi eleito o jornal preferido pelos congressistas, conforme divulgação da Associação Nacional de Jornais (ANJ), de 2019. O que faz com que o veículo exerça papel de importância no cenário político e no debate público.

Além disto, é o jornal com a maior circulação no país. Conforme dados de 2023, do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), a Folha de S. Paulo¹² ocupa o primeiro lugar na circulação total paga, somando 796.088 exemplares pagos no mês de julho de 2023; O Globo comercializou 381.779 exemplares; e O Estado de São Paulo 243.432 exemplares. A circulação digital da Folha, no mesmo período, foi de 752.019, seguida de O Globo, com 325.598, e O Estado de São Paulo, com 185.106.

Para além da importância da Folha de S. Paulo enquanto jornal líder de circulação, também se faz necessário apontamentos sobre a história deste veículo. A Folha de S. Paulo foi fundada em 1921 sob o nome de Folha da Noite, esta foi a primeira das três versões do jornal que foi unificado somente na década de 1960. Mont’Alverne (2020) aponta que o jornal sofreu várias mudanças na linha editorial ao longo dos anos. De acordo com Azevedo (2016), o público alvo da Folha da Noite eram os leitores de classe média baixa e urbanos, e utilizava linguagem mais simples, dando ênfase para o estilo noticioso. Uma contraposição ao jornal O Estado de S. Paulo, cujos leitores eram, prioritariamente, a elite paulista. Albuquerque e Holzbach (2008) explicam que a Folha da Manhã tinha um direcionamento político e orientava-se por uma perspectiva mais clara de mercado. Em julho de 1925 foi lançada a Folha da Manhã.

¹² Estes dados foram publicados no site da Folha de S. Paulo, disponível através do endereço: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/ivc-muda-calculo-para-assinaturas-folha-e-lider-em-circulacao.shtml>>

Os dois jornais fizeram oposição ao Estado Novo de Getúlio (Azevedo, 2016; Albuquerque e Holzbach, 2008). E para calar o jornal, o presidente estimulou a compra do veículo por Nabantino Ramos e mais dois sócios. Com a nova direção, o jornal foi modernizado e ganhou mais um título, a Folha da Tarde, em 1949. Conforme destacam Albuquerque e Holzbach (2008), sob a nova direção o jornal desenvolveu mais a orientação de mercado que rege a empresa.

Entre os anos 1950 e 1960, os três jornais lideraram várias campanhas e foram orientados, de forma pioneira no País (ao lado do Diário Carioca), por um manual de redação que padronizou as rotinas produtivas das edições do grupo. Mas, em 1960, devido ao aumento do preço do papel jornal, o grupo decidiu fundir as três publicações numa só, nascendo, então, a Folha de São Paulo. Não foi o suficiente. Com dívidas crescentes, em 13 de agosto de 1961, o jornal foi vendido para os empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho que, ao longo das duas décadas seguintes, o modernizaram (foi o primeiro veículo impresso em offset da América Latina), ampliaram a circulação e as receitas publicitárias para disputar a liderança do segmento com O Estado de S. Paulo.” (Azevedo, 2016, p. 65).

Azevedo destaca ainda, que da década de 1960 até meados dos anos de 1970, a Folha de S. Paulo se posicionou em oposição a bandeiras da esquerda, às reformas de base e ao governo Jango. Tendo apoiado o golpe militar de 1964. A partir da década de 1970, o jornal passou a assumir uma linha editorial combativa. E se radicalizou em 1984/1985 quando, abertamente, apoiou o Movimento Diretas Já.

A Folha, que desde maio de 1984 está sendo dirigida por Otávio Frias Filho, se coloca o tempo todo a favor do movimento e procura vender uma imagem de jornal a serviço do Brasil e em busca de igualdade de condições sociais. Após o movimento e a conseqüente derrota das Diretas, o conselho editorial lança mais um documento, “A Folha depois das Diretas Já”. A partir de então, estão traçados os novos objetivos do jornal, que seriam a busca pela perfeição técnica do texto jornalístico, o “apartidarismo” político e o aumento da organicidade empresarial do jornal.” (Albuquerque e Holzbach, 2008, p. 155).

Em análise das edições de 1984, 1987 e 1992 do Manual de Redação da Folha, Albuquerque e Holzbach (2008) identificam que o jornal elabora uma teoria sobre qual deve ser o papel do jornalismo em uma sociedade democrática – que seria a de mediador nas relações entre os cidadãos e as instituições políticas. Os autores destacam três aspectos do modelo: “reivindica explicitamente exercer um papel político; ele legitima essa reivindicação como baseada em um mandato que lhe seria conferido pelo leitor; ele sustenta que este mandato é conferido por meio de uma relação comercial, pela compra do jornal pelo leitor” (ibidem, p. 151). A edição de 2001 do Manual de Redação da Folha de S. Paulo, publicada não é analisada

pelos autores porque, de acordo com eles, se diferencia das anteriores apresentando um guia informativo e técnico, inexistindo discussão política.

Atualmente, em seu projeto editorial, a Folha de S. Paulo destaca que o “Jornalismo profissional é o antídoto para notícia falsa e intolerância”. O documento, divulgado no site do jornal, faz parte do Manual de Redação da Folha, publicado em 2023.

O Grupo Folha é um dos maiores conglomerados de mídia do país e possui, além do jornal Folha de S. Paulo, o instituto de pesquisas Datafolha, a agência de notícias Folhapress, o Centro Tecnológico Gráfico-Folha, e é sócio da SPDL, empresa de distribuição e logística, com o jornal O Estado de S. Paulo.

3.2 A ARGUMENTAÇÃO DISCURSIVA: DA RETÓRICA ÀS CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Breton explica que a retórica, enquanto um saber, surgiu na região do Mediterrâneo, no século V antes de Cristo. “A primeira retórica é ao mesmo tempo argumentação, raciocínio, busca de uma ordem do discurso e manipulação das opiniões e das consciências, afirmação que tudo é argumentável e que o orador é mais um homem de poder do que um homem de ética e de opinião” (BRETON, 2003, p. 24). Conforme o autor, na retórica todos os meios para persuadir seriam válidos, o que a distinguiria da argumentação. Portanto, ele não utiliza as noções de argumentação e retórica como sinônimos.

Breton (2003; 2012) compreende a argumentação como um ato de comunicação com o objetivo de partilhar uma opinião; ele defende que o homem pratica a argumentação desde o momento em que aprende a se comunicar, ou seja, a partir do momento em que possui opinião, crenças e valores. O autor destaca três elementos essenciais para a compreensão da argumentação: o primeiro deles é a ideia de que argumentar é, essencialmente, comunicar; o segundo, é o entendimento de que argumentar não é convencer a todo o custo; e o terceiro, é a ideia de que argumento é raciocínio, é “propor uma opinião aos outros dando-lhes boas razões para aderir a ela” (BRETON, 2003, p. 26).

Diferente de Breton, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) reforçam a aproximação entre a argumentação e a retórica. Segundo os autores, a argumentação tem como objetivo estudar as técnicas discursivas que têm a capacidade de provocar ou de aumentar a adesão a teses. No prefácio da obra “Tratado da Argumentação: A nova retórica”, Meyer (2005) diz que entre a ontologia e a racionalidade apodíctica, matemática ou silogística, Perelman optou pela via da

argumentação, que “racionaliza sem coagir, mas que também não obriga a renunciar à Razão em proveito do irracional ou do indizível” (p. XXI).

Por conta das transformações sociais e tecnológicas vivenciadas desde que tiveram início os estudos da retórica, as formas de proferir os discursos e de convencer um auditório passaram por diversas mudanças. O advento da mídia, sobretudo, modificou as lógicas discursivas, não sendo mais necessário utilizar o discurso argumentativo somente na presença de um público. Com a expansão do número de pessoas alfabetizadas já era possível que os discursos tocassem o público a quem eram destinados por meio de cartas ou de jornais. Mas com o rádio, a televisão e, mais recentemente, a internet, se fez necessário pensar a arte da retórica por meio dos diferentes formatos de se alcançar o auditório. E assim, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) propuseram a ideia de uma Nova Retórica:

O objeto da retórica antiga era, acima de tudo, a arte de falar em público de modo persuasivo; referia-se, pois, ao uso da linguagem falada, do discurso, perante uma multidão reunida na praça pública, com o intuito de obter a adesão desta a uma tese que se lhe apresentava. Vê-se, assim, que a meta da arte oratória – a adesão dos espíritos – é igual à de qualquer argumentação. Mas não temos razão para limitar nosso estudo à apresentação de uma argumentação oral e para limitar a uma multidão reunida numa praça o gênero de auditório ao qual nos dirigimos. [...] Nosso estudo, preocupando-se sobretudo com a estrutura da argumentação, não insistirá, portanto, na maneira pela qual se efetua a comunicação com o auditório (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 6).

Para explicar a relação da teoria da Argumentação no Discurso com a Nova Retórica e com a Análise do Discurso, e como esta difere da Análise Crítica do Discurso (ACD), Amossy (2016) faz uma revisão sobre os estudos dos primeiros analistas do discurso que, a exemplo de Pêcheux, buscaram identificar nos textos os aspectos ideológicos “e denunciavam a ilusão do sujeito como dono de significações” (p. 166). A análise de discurso francesa nas décadas de 1980 e 1990, conforme a autora, seguiam demonstrando desconfiança sobre a retórica. Ela explica que a argumentação foi introduzida nas ciências da linguagem pela corrente da “Argumentação na Língua, iniciada por Anscombe e Ducrot (1988), a qual nós sabemos ser uma teoria pragmático-semântica preocupada em mostrar como a orientação argumentativa dos enunciados determina o seu sentido” (Amossy, 2016, p. 167).

Desta forma, Amossy (2016) ressalta que o estudo linguístico das figuras e a argumentação na língua não dão conta da perspectiva da argumentação no discurso, pois este se propõe “articular a linguística do discurso, mais precisamente a corrente francesa da análise do discurso, e a argumentação retórica” (2016, p. 167).

Amossy (2016) retoma também o estudo da Pragmadialética, que se funda nos estudos de Austin e Searle, a qual considera o discurso enquanto uma troca dos atos de fala (pragmática) e a dimensão da resolução de diferenças de opinião por meio de tal troca (dialética). A autora explica que a perspectiva pragmática da linguística compreende que o dizer é um fazer, e pelas teorias interacionistas o exercício da fala implica vários participantes, em uma espécie de rede de influências. “É na articulação de todos estes componentes – o uso da língua em situação, o dialogismo, a fala como ação – que se situa a argumentatividade do discurso, entendida como uma dimensão constitutiva não da língua (Ducrot), mas do discurso” (2016, p. 176).

A Pragmadialética, desta forma, “se pretende expressamente normativa: não se trata simplesmente de descrever o modo como se desenrola a argumentação verbal no campo, mas, ao contrário, de avaliar o bom funcionamento da discussão crítica” (p. 169). Amossy ressalta que as duas teorias, a Pragmadialética e a Nova Retórica, apresentam pontos em comum. Como a perspectiva da racionalidade (interação baseada na razão) e a busca de acordo entre os interlocutores.

Ao refletir sobre a junção do que é apagado por uma e outra teoria, que a autora esclarece a sua proposição sobre a teoria da Argumentação no Discurso:

É tendo em conta tanto esquemas de raciocínio (com os quais analistas de discurso não se importam muito), quanto os procedimentos materiais de colocar em discurso (os quais os teóricos da argumentação negligenciam) que é possível esclarecer as modalidades de uso da língua em situação referidas, integrando nisso seus objetivos de influência (AMOSSY, 2016, p. 171).

A análise argumentativa deve levar em consideração o discurso em sua dimensão enunciativa, social e institucional. Tendo isto dito, partimos para a explicação de como a argumentação é uma das dimensões que constitutivas dos discursos na teoria de Ruth Amossy.

3.2 A ARGUMENTAÇÃO COMO UMA DIMENSÃO CONSTITUTIVA DOS DISCURSOS

Se “toda fala tende a fazer compartilhar um ponto de vista, uma forma de reagir a uma situação ou de sentir um estado de fato” (AMOSSY, 2016, p. 174), então a argumentação está imersa em praticamente todos os discursos. Desde que haja uma tese, uma opinião, um sentimento, ou uma observação divergente, há argumentação.

Para Amossy (2008) é importante destacar a materialidade languageira da argumentação; entendendo que a argumentação acontece na troca, na interação entre dois ou mais parceiros. Sendo que o eixo de comunicação e interação conferem à análise da

argumentação no discurso um caráter institucional e social que devem ser apreciados. E são estes dois aspectos (materialidade linguageira e entrecruzamento do linguístico e do social) que caracterizam a argumentação no discurso como um ramo da Análise do Discurso.

Na perspectiva de que todo discurso tem como propósito a tentativa de modificar, ou de compartilhar, uma ideia, uma crença ou um posicionamento, é preciso que se delineie quando um discurso busca somente orientar e quando ele visa persuadir. Neste sentido, o discurso pode ter uma visada ou uma dimensão argumentativa. Os discursos de dimensão argumentativa buscam orientar, problematizar e compartilhar. Já os discursos de visada argumentativa têm como missão persuadir, convencer.

De fato, é importante compreender, simultaneamente, como o discurso faz ver, crer e sentir, e como ele faz questionar, refletir, debater. Na prática linguageira, essas duas tendências estão intimamente ligadas e são, por vezes, indissociáveis. É por isso que a teoria da argumentação no discurso – explorando não somente a visada, mas também a dimensão argumentativa da fala – deseja cobrir um vasto inventário de discursos que ora conquistam a opinião, ora simplesmente orientam o olhar. Nessa perspectiva, considera-se que, na relação intersubjetiva, a fala eficaz não é somente aquela que manipula o outro, pois ela é também aquela que compartilha do raciocínio e do questionamento. (Amossy, 2018a, p. 11).

Ao abordar a construção discursiva das mídias, Charaudeau (2012) também fala sobre a tensão entre duas visadas. No caso abordado pelo autor, ele trata do contrato de comunicação midiática, em que existem duas visadas: a do *saber fazer*, ou da informação, e a visada do *fazer sentir*, que é a visada da captação. Segundo o autor, por estarem sempre na tensão entre credibilidade e captação, o discurso midiático tende a navegar entre os dois polos a depender da natureza dos acontecimentos narrados. Ao justificar o uso da emoção no discurso midiático, ele compartilha da visão de Amossy sobre a dimensão social e institucional do discurso de que as emoções são também parte. Sendo a emoção um fenômeno da racionalidade humana.

Para satisfazer esse princípio de emoção, a instância midiática deve proceder a uma encenação sutil do discurso de informação, baseando-se, ao mesmo tempo, nos apelos emocionais que prevalecem em cada comunidade sociocultural e no conhecimento dos universos de crenças que aí circulam – pois as emoções não são um inefável aleatório. Elas são socializadas, resultam da regulação coletiva das trocas. (Charaudeau, 2012, p. 92).

Para o autor (s/ano), o discurso argumentativo se expressa através de uma atividade cognitiva quadruple, sendo necessário: problematizar, tomar posição, elucidar e provar. Desta forma, a argumentação é dirigida ao interlocutor com o objetivo de apresentar a ele uma

realidade, questionar e apresentar uma tomada de posição, com base em comprovações (ou argumentos de prova), tendo como finalidade o levar a aderir à mesma tese.

Sobre a interpretação do “mestre da análise do discurso” (palavras da autora), Amossy (2016) considera que a argumentação, no sentido apresentado, seria condenada a dominar o outro, mesmo havendo espaço para o interlocutor se manifestar. O que ressalta um aspecto importante da teoria de Charaudeau, que é a relação entre discurso e poder, tendo em vista o jogo de força no discurso argumentativo apresentado pelo autor.

Amossy ressalta que sua teorização traz a retórica (especialmente de Perelman) como herança. Perspectiva que valoriza a negociação da diferença na interação dos sujeitos (AMOSSY, 2016). De Aristóteles, a perspectiva de Amossy adota os três componentes clássicos da retórica: *logos*, *pathos* e *ethos*; “e é a maneira como essa operação os liga em uma troca concreta ocorrida em uma situação de discurso particular que confere à fala sua força de persuasão” (Amossy, 2008, p. 134).

Um aspecto importante da teoria da argumentação no discurso diz respeito à “encenação do orador”, tendo em vista que todo orador constrói uma imagem de si ao proferir a palavra (Amossy, 2018b). Pensando na análise do discurso jornalístico, compreendemos que este se investe do *ethos* profissional e da legitimidade que lhe é conferida para construir suas narrativas. “Os antigos designavam pelo termo *ethos* a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório” (Amossy, 2018b, p. 10). Assim, compreendemos que o discurso jornalístico ao “traduzir” os acontecimentos do campo político utiliza estratégias discursivas próprias do campo da informação (*logos*), sendo uma delas a lógica da dramatização, ou de quaisquer outras formas que visem despertar um efeito emocional, que podem aparecer no discurso de diversas maneiras, explícita ou implicitamente, e que podemos chamar de *pathos*.

Em relação ao efeito *pathemico*, percebemos que as emoções podem ser percebidas no discurso através, por exemplo, de julgamentos de valor. Portanto, Amossy defende que as emoções podem fazer parte da argumentação. “É nessa perspectiva que a argumentação no discurso se aplica em buscar na própria trama dos textos a imbricação constitutiva do *pathos* e do *logos*.” (Amossy, 2018a, p. 206).

Retomando a questão da imagem de si, na retórica clássica, o *ethos* se confunde com a questão da moralidade. Embora Aristóteles compreendesse o *ethos* como o caráter e a imagem de si projetada pelo orador em seu discurso, ele também considerava que a autoridade conferida ao orador deriva dos seguintes aspectos: prudência, virtude e benevolência. Já Isócrates e Cícero trazem a moralidade como um aspecto central para o *ethos* do orador (apud Amossy, 2018). Ou

seja, as questões ligadas ao nome, à família, à reputação e aos modos de se comportar compunham o *ethos* do orador e eram aspectos considerados importantes para a eficácia da persuasão.

Enquanto nas ciências da linguagem a noção de *ethos* está ligada à enunciação. Neste sentido, de acordo com Amossy: “A imagem de si é, assim, apreendida por meio das marcas verbais que a constroem e a propõem ao parceiro da interlocução. A linguística da enunciação fornece uma primeira ancoragem à análise do *ethos* aristotélico” (2018, p. 84).

Para Amossy, o *ethos* na análise argumentativa deve ser compreendido com base no discurso que constrói uma imagem de si e que, ao mesmo tempo, se funda em dados preexistentes. É o que a autora classifica como *ethos* prévio ou pré-discursivo. “Ele precede à tomada de palavra e a condiciona parcialmente. Ao mesmo tempo, deixa no discurso traços tangíveis que podem ser identificados, ora nas marcas linguísticas, ora na situação de enunciação que está na base da troca” (ibidem, p. 90). Desta forma, para que se compreenda o *ethos* discursivo é necessário que se conheça o contexto em que o discurso é proferido, em seus aspectos sociais e institucionais, a representação prévia que se tem sobre o orador e a imagem que o locutor projeta na enunciação.

Ao abordarmos a construção discursiva em sua dimensão racional, emocional e a construção do orador, se torna imprescindível que falemos sobre a adaptação que orador faz em seu discurso com base no auditório. De acordo com Amossy, “o auditório possui um papel capital na medida em que ele define o conjunto das opiniões, das crenças e dos esquemas de pensamento no qual a fala, que visa levar à adesão, pode se apoiar” (2018a, p. 54). Logo, compartilhamos com a autora a compreensão de que a construção do auditório é uma estratégia discursiva.

No discurso, o auditório é uma construção porque é baseado na imagem/representação que o locutor tem de seu público. E quanto mais próxima a imagem for da realidade, maior a eficácia da argumentação. “O orador trabalha, então, para elaborar uma imagem do auditório na qual este desejará se reconhecer. Ele tenta influenciar opiniões e condutas mostrando a esse auditório um espelho no qual sentirá prazer em se contemplar” (Amossy, 2018a, p. 77). No discurso diplomático, a construção do auditório é baseada também na representação que o locutor acredita que o público tem sobre o seu país e na imagem que deseja construir sobre a nação que representa. Neste caso, o orador não fala por ele mesmo, mas sim em nome do seu país, servindo no momento do pronunciamento como um porta-voz da nação, em um processo de despersonalização do orador (Panke; Pimentel, 2020). Em geral, esse é o papel do diplomata. Como exemplo citamos um trecho do discurso do Brasil na Assembleia Geral das Nações

Unidas, proferido pelo chanceler Luiz Felipe Lampreia, em 1995: “Ao abrir hoje este debate, o Brasil quer renovar seu compromisso inabalável com os princípios da Carta das Nações Unidas”. Mas no caso da Assembleia Geral das Nações Unidas, a maior parte dos discursos que analisamos são proferidos pelo presidente da República. E, em alguns casos, percebemos que a comunicação de Estado se confunde com a comunicação de governo.

3.3 A ARGUMENTAÇÃO NOS DISCURSOS DIPLOMÁTICOS

Os discursos diplomáticos são o meio pelo qual as nações articulam a defesa de suas ações em política externa, organizam a defesa sobre pontos de interesse entre nações, negociam acordos de cooperação, criticam aspectos divergentes e apresentam alternativas para conflitos e problemas envolvendo outros países ou acordos internacionais sobre o clima, por exemplo. Através dos discursos é que as nações expõem as opiniões sobre diversos temas que são debatidos nos espaços de deliberações internacionais.

E ainda, “compõem um espaço territorializado de disputas argumentativas, isto é, de disputas pela elaboração e prevalência de enquadramentos de sentido em que diferentes campos do saber-poder se articulam e se desarticulam de acordo com interesses e objetivos específicos” (Panke; Pimentel, 2020, p. 55). Os autores consideram que os discursos diplomáticos fazem parte da estratégia de comunicação internacional de Estados e governos que envolvem interesses domésticos e externos. Entendemos assim os discursos diplomáticos como uma modalidade do discurso político em que as lutas simbólicas e de poder predominam as narrativas. Afinal, “o que caracteriza o discurso diplomático é seu gesto político: ele versa retoricamente sobre um posicionamento oficial, buscando exercitar a existência de dissensos por meio do diálogo a fim de favorecer o viés do seu orador” (ibidem, p. 59). Panke e Pimentel (2020) defendem que o estudo dos discursos diplomáticos apresenta um diferencial de pesquisa em Comunicação Política, pois destaca o cenário internacional e busca compreender diferentes interesses que envolvem as relações internacionais.

Tomemos como exemplo de discurso diplomático do Brasil nas Nações Unidas o pronunciamento da presidente Dilma Rousseff na Assembleia Geral em 2011, em que há o uso do ethos da mulher como uma estratégia argumentativa. Como em todos os outros discursos proferidos no âmbito da Assembleia Geral da ONU, o orador fala para um público formado por representantes das nações de quase todo o planeta. As palavras escolhidas por um chefe de Estado, nesta ocasião, podem repercutir positiva ou negativamente para cidadãos espalhados por todos os países.

“Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. É a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta tribuna, que tem o compromisso de ser a mais representativa do mundo” (Rousseff 2011, p. 1). Como primeira mulher eleita para a Presidência da República, Dilma se utiliza do *ethos* de representante feminina na busca pela igualdade e representatividade, que são também valores defendidos pela ONU. A presidente também busca falar diretamente às mulheres para quem ela deseja atingir com sua fala: “Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste Planeta, que, como eu, nasceram mulher”. Vê-se que mesmo falando para um auditório homogêneo, a oradora tem como propósito atingir principalmente o público feminino de quem ela imagina alcançar maior reconhecimento e, assim, afetar diretamente despertando, em suas palavras, o “justificado orgulho de mulher”.

Voltando sua fala para o auditório em toda sua homogeneidade, Dilma continua: “Mais que nunca, o destino do mundo está nas mãos de todos os seus governantes, sem exceção. Ou nos unimos todos e saímos, juntos, vencedores ou sairemos todos derrotados”. Ao usar as expressões “nos unimos todos” e “juntos”, a oradora busca levar o público à reflexão sobre a crise econômica mundial e persuadi-lo para que todos os países participem da solução de tais problemas.

Nesta breve observação sobre o uso do *ethos* e da construção do discurso com base no auditório, propomos exemplificar a construção do *ethos* e do auditório como estratégias na argumentação.

Na sessão anterior afirmamos que em alguns pronunciamentos do Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas, os discursos diplomáticos se confundiram com comunicação de governo. Temos dois exemplos em que discursos de presidentes se aproximaram de discursos de campanha, situação em que as ações de governo voltadas ao âmbito doméstico tiveram mais destaque do que as demais temáticas. O primeiro deles foi proferido pela presidente Dilma Rousseff, em 2014, e o segundo por Jair Bolsonaro, em 2019. Lembrando que a Assembleia Geral das Nações Unidas acontece anualmente no mês de setembro e as eleições presidenciais no Brasil acontecem a cada quatro anos, no mês de outubro.

Em 2014, Dilma Rousseff, que era candidata à reeleição, foi criticada pelos meios de comunicação por ter usado o espaço na ONU para campanha eleitoral. Ela abordou várias ações do governo na política interna, entre elas sobre índices de geração de emprego, saúde, educação e economia. Abaixo apontamos alguns trechos do discurso:

Abro este Debate Geral às vésperas de eleições, que vão escolher, no Brasil, o Presidente da República, os Governos estaduais e grande parte de nosso Poder Legislativo. [...] Nos últimos doze anos, em particular, acrescentamos a essas mudanças conquistadas a construção de uma sociedade inclusiva baseada na igualdade. [...] Trinta e seis milhões de brasileiros deixaram a miséria desde 2003; 22 milhões somente no meu governo. (Rousseff, 2011, ONU).

Em 2019, apesar de não ser ano eleitoral, Jair Bolsonaro utilizou estratégia parecida, mas dentro da ideia do que entendemos como campanha permanente. Ribeiro aponta como indício do uso da estratégia de campanha permanente quando “o discurso se refere a ações de mandatos passados para demonstrar o que deu certo, e quando ele se refere às próximas eleições como uma forma de resolução para todos os atuais problemas” (2019, p. 21). A seguir alguns trechos do discurso:

Apresento aos senhores um novo Brasil, que ressurgiu depois de estar à beira do socialismo. Um Brasil que está sendo reconstruído a partir dos anseios e dos ideais de seu povo. No meu governo, o Brasil vem trabalhando para reconquistar a confiança do mundo, diminuindo o desemprego, a violência e o risco para os negócios, por meio da desburocratização, da desregulamentação e, em especial, pelo exemplo. [...] Em primeiro lugar, meu governo tem um compromisso solene com a preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável em benefício do Brasil e do mundo. (Bolsonaro, 2019, ONU).

Bolsonaro também utilizou um versículo bíblico que usou em sua campanha eleitoral: “E conheceis a verdade, e a verdade vos libertará”. Já em 2022, ele finalizou o discurso nas Nações Unidas com uma frase baseada em seu lema de campanha: “um povo que acredita em Deus, Pátria, família e liberdade”.

Concluimos que a depender da ocasião os discursos diplomáticos podem se configurar como comunicação de Estado ou comunicação de governo.

3.4 ADAPTAÇÃO METODOLÓGICA E PROTOCOLO DE ANÁLISE PROPOSTO

Esta pesquisa tem como propósito identificar a “imagem pública projetada” do Brasil nos discursos diplomáticos e nos discursos jornalísticos. Para tanto, buscamos identificar e analisar as estratégias argumentativas utilizadas nos discursos diplomáticos do Brasil nas Assembleias Gerais da ONU e no jornal Folha de S. Paulo, a fim de apontar se a “imagem pública projetada” do Brasil naqueles discursos equivale à imagem construída pelo jornalismo. Desta forma, também buscamos identificar a presença da ideia de “diplomacia da mídia intermediadora” (Gilboa, 2001; 2008). O período de análise compreende o ano de 1988 – período de redemocratização do país, até o ano de 2022.

O corpus de análise da pesquisa são as reportagens, artigos de opinião e editoriais do jornal Folha de S. Paulo, que tratam da presença do Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas; o que inclui as publicações na data em que acontece a Assembleia e um dia após, a fim de analisar as repercussões dos discursos.

Para a análise dos discursos diplomáticos utilizamos os documentos em que constam os discursos na íntegra, e que estão disponíveis no portal do Centro de História e Documentação Diplomática e no site do Ministério das Relações Exteriores.

O protocolo de análise adotado para o desenvolvimento desta pesquisa faz uso de seis estratégias argumentativas, as quais são propostas por Amossy (2018a; 2018b), encontrando referência também em Perelman (2005) e Pozobon (2019). Sendo elas: Analogia, Entimema, Regra de Justiça, Consequência e Ethos. A partir das frases agrupadas em categorizações, identificaremos as finalidades das estratégias argumentativas. A definição das estratégias argumentativas se dá da seguinte forma:

- a) Analogia: argumento baseado na comparação, caracterizado no seguinte esquema: A está para B como C é para D. Ou seja, a “analogia produz paralelismos na medida em que se apoia em similaridades preexistentes” (Amossy, 2018a, p.157). Nos casos em que se estabeleça relação entre dois constituintes que na verdade sejam distintos, tem-se um caso de amálgama;
- b) Exemplo: quando uma nova situação é colocada remetendo a algo anterior. “O novo é posto em perspectiva e esclarecido pelo familiar e pelo antigo” (Amossy, 2018a, p. 152). Há ainda a possibilidade de dois tipos de exemplo, o histórico ou real, que consiste no relato de um fato, e o fictício;
- c) Entimema: espécie de silogismo, mas com termos menos numerosos. O resultado fica subentendido. Desta forma, “se pôde considerar o entimema um silogismo truncado, do qual se pode omitir tanto a premissa maior quanto a conclusão” (Amossy 2018a, p. 140);
- d) Regra de Justiça: estratégia que “requer a aplicação de um tratamento idêntico a ou a situações que são integrados numa mesma categoria” (Perelman, 2005, p. 248);
- e) Consequência: “o enunciador traz o resultado como uma consequência inquestionável” (POZOBON, 2019);
- f) Ethos: “ideia de que a eficácia da palavra está relacionada à imagem social (baseada numa legitimidade) e discursiva (construída a partir de coerções da situação de comunicação e das estratégias adotadas) do enunciador” (Pozobon, 2019).

Além das estratégias argumentativas descritas acima, utilizaremos algumas propostas de análise pragmática da narrativa, elaborada por Luiz Gonzaga Motta. De acordo com o autor, o objetivo da análise pragmática:

É revelar a relação social e cultural entre um narrador e um destinatário (ou um meio de comunicação e seu público ou audiência) em uma situação de comunicação concreta entre sujeitos vivos, interlocutores ativos que têm objetivos e intenções de coconstruir o sentido (em relações de cooperação ou de conflito, se houver assimetria entre eles). A análise pragmática leva em consideração o texto, parte dele, procura compreender as sequências, encadeamentos e ordem da intriga. Mas, faz isso com a finalidade de melhor compreender as estratégias argumentativas na situação de comunicação: o cotexto (dêiticos, gestos, posturas, entonação, ritmo, ponto de vista do narrador, enquadramentos, etc.), o contexto cultural (cultura compartilhada, memória social, hierarquia na recepção, etc.) e as interpretações sugeridas pelo texto. Ou seja, o texto, o cotexto e o contexto (Motta, 2013, p. 159-160).

O autor propõe que se busque identificar nas narrativas o uso de certos recursos de linguagem, como: metáforas, hipérboles, ironia, ênfases, repetições, dêiticos, verbos e adjetivos que produzam determinados efeitos de sentidos. Sugere também observar o ponto de vista adotado na narrativa e a evidência de enquadramentos dramáticos. Na proposta de Motta a identificação dos conflitos é fundamental na análise, pois considera o conflito dramático como o “frame cognitivo” por meio do qual o narrador organiza o relato. Na adaptação metodológica da pesquisa, entre os recursos de linguagem destacados por Motta (2013), buscamos identificar figuras de linguagem de metáforas e ironia, e o uso de qualificações – este último somente nos textos jornalísticos.

Ao iniciarmos as análises com base na proposta metodológica descrita acima verificamos a necessidade de alguns ajustes. A mudança no protocolo de análise incluiu a observação do uso das fontes de informação acionadas no discurso jornalístico. Em relação ao uso de fontes de informação pelo jornalismo Timothy Cook considera que:

a notícia é uma coprodução das fontes (em geral funcionários públicos) e dos jornalistas, mas que as fontes não podem simplesmente estalar os dedos e fazer notícias por conta própria. Em lugar disso, a notícia é uma re-elaboração de ações, eventos e declarações oficiais, à luz dos valores de produção. Esses valores de produção favorecem tipos particulares de notícias e informação em detrimento de outros, e acabam por dotar as notícias de uma política particular” (2011, p.240).

Desta forma, além das categorias que compõe as estratégias argumentativas, buscamos identificar as fontes acionadas nas notícias com base na proposta de Nilson Lage (2002). O autor classifica as fontes dos textos jornalísticos nos seguintes tipos:

- a) Oficiais, oficiosas e independentes;

- b) Primárias e secundárias;
- c) Testemunhas e *experts*.

A fim de sistematizar a tipologia das fontes com base em nosso objeto empírico às classificamos em: oficiais, oficiosas, testemunhas e especialistas (*experts*).

Conforme o autor, as fontes oficiais são aquelas mantidas pelo Estado ou por instituições que preservam algum poder de Estado, empresas e organizações (sindicatos, associações, fundações). As fontes oficiosas são ligadas à entidade ou indivíduo, mas não estão autorizadas em falar em nome dela (e) e muitas vezes são utilizadas em anonimato. As testemunhas são fontes que, como já diz o nome, testemunharam o acontecimento. E as fontes especialistas são formadas por pessoas com conhecimento em determinada área e acionadas nos textos para explicar um fato, ou reforçar um posicionamento.

Para facilitar a visualização do protocolo de análise, criamos dois quadros com as estratégias argumentativas e com a tipologia das fontes.

Quadro 1 – Protocolo de análise – Estratégias Argumentativas e figuras de linguagem:

Estratégias argumentativas:	Definição:
Analogia	Argumento baseado na comparação, caracterizado no seguinte esquema: A está para B como C é para D. Ou seja, a “analogia produz paralelismos na medida em que se apoia em similaridades preexistentes” (AMOSSY, 2018a, p.157). Nos casos em que se estabeleça relação entre dois constituintes que na verdade sejam distintos, tem-se um caso de amálgama
Exemplo	Uma nova situação é colocada remetendo a algo anterior. “O novo é posto em perspectiva e esclarecido pelo familiar e pelo antigo” (AMOSSY, 2018a, p. 152). Há ainda a possibilidade de dois tipos de exemplo, o histórico ou real, que consiste no relato de um fato, e o fictício.
Entimema	Espécie de silogismo, mas com termos menos numerosos. O resultado fica subentendido. Desta forma, “se pôde considerar o entimema um silogismo truncado, do qual se pode omitir tanto a premissa maior quanto a conclusão” (AMOSSY, 2018a, p. 140).
Regra de Justiça	Estratégia que “requer a aplicação de um tratamento idêntico a seres ou a situações que são integrados numa mesma categoria” (PERELMAN, 2005, p. 248).
Consequência	O resultado surge como uma consequência inquestionável.
Ethos	“ideia de que a eficácia da palavra está relacionada à imagem social (baseada numa legitimidade) e discursiva

	(construída a partir de coerções da situação de comunicação e das estratégias adotadas) do enunciador” (POZOBON, 2019).
Metáfora	Figura de linguagem utilizada no lugar de outra palavra com transferência de significado, por meio de comparação.
Ironia	Figura de linguagem usada para dizer o contrário do que se quer dar a entender.

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 2 – Protocolo de análise – Tipologia das Fontes:

Fontes de informação:	Definição:
Oficiais e oficiosas	As fontes oficiais são aquelas mantidas pelo Estado ou por instituições que preservam algum poder de Estado, empresas e organizações. Enquanto as fontes oficiosas são ligadas à entidade ou indivíduo, mas não estão autorizadas em falar em nome dela (e) e muitas vezes são utilizadas em anonimato
Testemunhas e <i>experts</i>	As testemunhas são fontes que testemunharam o acontecimento. E as fontes especialistas são formadas por pessoas com conhecimento em determinada área e acionadas nos textos para explicar um fato, ou reforçar um posicionamento.

Fonte: elaborado pela autora.

No capítulo a seguir aplicaremos o protocolo acima apresentado e traremos as análises da pesquisa.

4 ANÁLISES

Neste capítulo partimos para a aplicação metodológica, acompanhada de um levantamento das linhas de orientação em política externa dos governos brasileiros de 1988, período que marca a redemocratização do país, até o ano de 2022. A aplicação metodológica corresponde as análises dos discursos diplomáticos do Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas e as análises dos discursos jornalísticos de edições do jornal Folha de S. Paulo. Analisamos 18 discursos diplomáticos, proferidos pelos representantes do Brasil na Assembleia Geral da ONU, e 36 edições do jornal Folha de S. Paulo.

Investigamos os discursos do Brasil na ONU nos anos equivalentes ao primeiro e ao último mandato de cada governo. Desta forma, foram analisados os discursos diplomáticos dos anos de: José Sarney (1988 e 1989), Fernando Collor (1990), Itamar Franco (1994), Fernando Henrique Cardoso (1995, 1998 e 1999, 2002), Lula da Silva (2003, 2006 e 2007, 2010), Dilma Rousseff (2011, 2014 e 2015), Michel Temer (2018) e Jair Bolsonaro (2019 e 2022).

Começamos pelas linhas de orientação acerca da condução da PEB em cada governo seguido das subseções com as análises dos discursos diplomáticos e as análises dos discursos jornalísticos. Iniciamos pelo governo de José Sarney e finalizamos o percurso com as análises do governo de Jair Bolsonaro.

A escolha de análise dos discursos proferidos por chefes de Governo e de Estado na Assembleia Geral das Nações Unidas se deve ao fato de este ser um dos momentos mais importantes da diplomacia multilateral. “Os assuntos tratados vão desde a paz e a segurança internacionais até o combate à fome e à pobreza. É nas Nações Unidas que ressoam, desde 1946, as visões nacionais sobre como a comunidade internacional deve agir para impedir a guerra” (Amorim, 2007, p. 13). Meio ambiente, direitos humanos, desenvolvimento econômico e social e solução de conflitos são alguns dos principais assuntos debatidos pelas 192 nações membros da Organização das Nações Unidas durante a Assembleia Geral, evento que acontece anualmente no mês de setembro.

De acordo com Faria (2008), a produção de políticas na área da política externa brasileira é prioritariamente centralizada no Itamaraty, embora desde a década de 1990 os processos de internalização e crescente politização estejam, aos poucos, modificando o cenário. O que faz o autor chamar esse processo de “insulamento” da política exterior brasileira. Atribuindo tal aspecto a seis fatores, entre eles: a autonomia do executivo; o alheamento e não responsabilização do legislativo sobre a política externa nacional; o caráter “imperial” do

presidencialismo brasileiro. Os fatores apontados por Faria (2008) justificam que busquemos compreender as diretrizes da política externa brasileira conduzidas por cada governo.

O ex-secretário geral do Ministério das Relações Exteriores, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, na introdução do livro “O Brasil nas Nações Unidas”, em que analisa os discursos proferidos pelos representantes do país na Assembleia Geral da ONU, de 1946 a 2006, comenta a coerência com que o Brasil se apresenta ao mundo. De acordo com ele, “a diplomacia brasileira sempre buscou servir simultaneamente como instrumento para a preservação dos valores éticos do país e do respeito ao Direito Internacional, quanto como veículo para a inserção competitiva do Brasil no cenário internacional” (Corrêa, 2007, p. 16). Ainda de acordo com o autor, a compilação dos textos que compõem os 50 anos de discursos do Brasil na ONU, representam um diálogo do país e suas tradições diplomáticas, “sua auto-percepção, sua visão do mundo e sua inserção, real ou imaginária, no mundo” (ibidem, p. 18).

Patriota (2013) defende que a ação diplomática brasileira zela por determinados valores e atua para a “valorização da democracia, a promoção e proteção dos direitos humanos e o desenvolvimento sustentável, o Brasil atua para conformar, em sua ação externa, um sistema multipolar sustentado na cooperação e na legitimidade” (p. 8). Percebemos também que, a partir do governo do presidente Michel Temer, há uma mudança na condução da diplomacia nacional. O que é intensificado no período de governança de Jair Bolsonaro, momento em que é considerada uma ruptura com tradições diplomáticas do Brasil.

Buscamos compreender as diretrizes em política externa sob os governos de: José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro. Para tanto, utilizamos como referencial pesquisas de Vigevani e Cepaluni (2007), Vigevani, Oliveira e Cintra (2003), Casarões (2014; 2016), entre outros.

4.1 GOVERNO JOSÉ SARNEY

O objetivo desta etapa da pesquisa é elencar as diretrizes em política externa e os principais acontecimentos na área a partir de 1988, início do período de análise da pesquisa.

Na fase de transição para a democracia, que perdurou ao longo do governo Sarney, aumentou a percepção da crise do Estado e de seus próprios fundamentos. Isso atingiu a política internacional do Brasil, particularmente as relações econômicas com o mundo exterior: fluxos de investimentos, financeiros e de comércio (VIGEVAANI; CEPALUNI, 2007, p. 284).

Na década de 1980, o Brasil vivia uma crise por conta da dívida externa com alta inflação, estagnação econômica, além da mudança de regime político – saíamos de uma ditadura civil-militar (1964-1985) para o período de transição para a democracia. Eleito indiretamente por um Colégio Eleitoral, José Sarney presidiu o Brasil de 1985 até 1989. Neste período, passa-se a dar mais atenção às questões ligadas à agenda internacional (Ramanzini Jr., Mariano, Vigevani, 2021, p. 22). Um dos temas que ganha importância é a integração regional.

De acordo com os autores, com o enfraquecimento da Guerra Fria “o reconhecimento de que as debilidades internas dos países enfraqueceriam suas posições externas foram importantes para o processo de integração Brasil-Argentina e, posteriormente, para a inclusão do Paraguai e do Uruguai” (ibidem, p. 23). Dando início às discussões para a formação do Mercosul.

A condução da política externa no período também busca manter relações multilaterais. No âmbito da relação com o continente Africano, e com apoio do Argentina, foi criada a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) (Côrtes, 2010). A assinatura do termo aconteceu no ano de 1986, com objetivo da promoção da paz, cooperação e segurança de 24 países membros. Também foi realizado o encontro de países de língua portuguesa, que deu origem ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

A retomada democrática do país permite que o Brasil participe ativamente dos foros internacionais. “A presença do Brasil nas Nações Unidas é reforçada pelo dinamismo com que o País pauta suas intervenções, e, após anos de ausência, pela volta ao Conselho de Segurança” (Côrtes, 2010, p. 293).

Ao fim do governo Sarney, o paradigma da autonomia pela distância, que predominou durante os governos militares, passa a dar lugar ao paradigma pela participação. Ampliado principalmente ao fim da gestão de Abreu Sodré no Ministério das Relações Exteriores (1986-1989), e continuado durante o governo Collor (Vigevani; Cepaluni, 2007). Ainda sobre a ideia de continuidade na política externa dos dois governos, os autores argumentam que foi influenciada pelo fim da Guerra Fria e pela possibilidade de fortalecimento da cooperação internacional. “A partir de 1989, com o arrefecimento das tensões Leste/Oeste, o país passa a defender, de maneira oscilante, uma política externa que, mantendo o desejo de autonomia, substitui o termo “distância” pela expressão ‘participação’” (ibidem, p. 285).

Nos anos que se seguem, outros fatores da política doméstica e da política internacional influenciam para que a ideia de autonomia seja revista incorporando-se o conceito de participação, “não significaria mais ‘distância’ dos temas polêmicos para resguardar o país de alinhamentos indesejáveis, mas se traduziria por ‘participação’, por um desejo de influenciar a

agenda participando dos processos decisórios” (Vigevani; Aragusuku, 2015, p. 141). Fatores como a democratização do Brasil, o fim da Guerra Fria, a globalização e os novos temas que passam a fazer parte da agenda internacional, como direitos humanos e meio ambiente, são decisivos para a mudança de diretriz.

4.1.1 Os discursos diplomáticos no governo Sarney

Os assuntos em pauta na Assembleia Geral das Nações Unidas abrangem: paz e segurança, desarmamento, cooperação internacional em áreas como direitos humanos e meio ambiente, entre outros. Além de aprovação de novos membros e questões relativas ao orçamento.

O primeiro discurso diplomático por nós analisado foi realizado pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, chanceler Roberto de Abreu Sodré, no dia 26 de setembro de 1988¹³, na abertura do debate geral da 43ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A principal característica do discurso é a ideia do Brasil como defensor da paz. Vários trechos do discurso do chanceler deixam clara a intenção de manter a imagem que o Brasil sempre buscou manter no cenário internacional ao longo de sua trajetória diplomática: de país pacífico que busca através do diálogo a solução dos conflitos envolvendo as nações coirmãs. Valores reiterados nos seguintes trechos:

[...] testemunhou a firmeza da posição do Brasil em favor da causa do desarmamento e de sua discussão aberta e efetiva nos foros competentes. Tão forte e o repúdio de nossos povos as armas de destruição em massa, tão firme é nosso propósito de desenvolver a tecnologia nuclear com fins exclusivamente pacíficos (Sodré, 1988).

E o faz também ao reiterar que esses valores estão presentes na Constituição que logo viria a ser promulgada:

Reafirmando sua adesão histórica aos ideais mais elevados da convivência internacional, e fiel à vontade e a índole de seu povo, o Brasil consagrou em sua nova Constituição, prestes a ser promulgada, os princípios fundamentais de sua política externa: independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não-intervenção, igualdade entre os Estados, solução pacífica dos conflitos, defesa da paz, repúdio ao terrorismo e ao racismo, e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. (Sodré, 1988).

¹³ Os discursos diplomáticos aqui analisados podem ser acessados na íntegra através do link: <<http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/resenhas>>

Ao longo do discurso Sodré também demonstra a preocupação do país com a paz na América do Sul, no Oriente Médio e na Namíbia¹⁴ – país localizado no sudoeste da África. Ao defender a paz e a segurança nesse último reforça a necessidade de “erradicação do odioso crime do racismo institucionalizado”. Relembramos que a África do Sul viveu até 1994 os horrores do *apartheid*, regime de segregação racial que estabelecia a separação entre negros e brancos.

Também verificamos a presença da figura de linguagem de ironia, que está destacada no quadro acima. A figura de linguagem é utilizada como um recurso que destaca o argumento do autor sobre a necessidade da cooperação econômica entre os países. O posicionamento reforça o momento de grave crise econômica vivida pelo Brasil e da dívida externa do país com o Fundo Monetário Internacional (FMI)¹⁵. Durante o discurso, Sodré reitera a necessidade de auxílio e compreensão dos países desenvolvidos com a situação dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. As políticas públicas desenvolvimentistas implementadas durante o Regime Militar especialmente a partir da década de 1970, período conhecido como do “Milagre Econômico”, gerou dívidas internacionais ao país. No mesmo período, a economia doméstica vivia o caos da inflação.

No discurso verificamos também a presença da estratégia argumentativa de Regra de Justiça. A qual estabelece a ideia de exigência de tratamento igual a situações que fazem parte de uma mesma esfera. Por fim, a estratégia argumentativa de Ethos foi utilizada pelo chanceler para relacionar à imagem do Brasil como nação que sempre buscou democraticamente a união internacional.

Quadro 3 - 26 de setembro de 1988, ONU – Ministro das Relações Exteriores do Brasil Roberto Sodré:

Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Ironia	“E hora de proclamar que um grande mal-estar corrói os fundamentos da cooperação econômica internacional”.
Regra de Justiça	“Meu país está hoje submetido, por exemplo, a ameaça de retaliações comerciais simplesmente porque - em total consonância com o direito internacional e com a letra e o espírito dos acordos de que somos partes – temos estimulado dentro de nossas fronteiras a pesquisa e o desenvolvimento de insumos

¹⁴ A Namíbia pertencia à África do Sul, mas no período em questão já buscava a independência. O que veio a acontecer em 21 de março de 1990. Informações obtidas no site da Fundação Cultural Palmares: <<http://www.palmares.gov.br/?p=53685>>

¹⁵ Segundo o Banco Central do Brasil, o FMI foi criado na Conferência de Bretton Woods, em 1944, e iniciou sua atuação em 1945, quando 29 países, entre os quais o Brasil, subscreveram o convênio constitutivo do organismo internacional. O FMI conta atualmente com 189 países-membros.

	<p>farmacêuticos. Causa-nos perplexidade ver rompidas unilateralmente as regras mais estáveis e previsíveis do comércio e do direito internacionais”.</p> <p>“As negociações sobre temas de interesse de toda a comunidade das nações exigem a participação de todos os países, grandes ou pequenos. As conversações relacionadas com a paz e o desenvolvimento econômico, em particular, não se devem transformar em mera homenagem que o poder presta ao direito.”</p>
Ethos	<p>“Como representante de uma nação que sempre advogou o estabelecimento de uma ordem internacional democrática, justa e participativa”</p>

O segundo discurso diplomático analisado foi proferido pelo então presidente da República, José Sarney, no ano seguinte.

A paz continua sendo destaque no discurso diplomático brasileiro, considerada “valor supremo do convívio entre as nações”. Sarney inicia seu discurso destacando que “Há esperança” em relação aos avanços na conquista da paz por países como Irã e Iraque, Afeganistão, Namíbia, Angola, entre outros. Embora reitere preocupação com a situação de diversas outras nações que permaneciam enfrentando crises humanitárias.

Ao apresentar o Brasil como país em que reina a paz, o presidente declarava ser o principal propósito da nação, já em vias de concretização, a democracia. E através do uso da estratégia argumentativa de exemplo José Sarney aciona uma nova situação colocando-a em perspectiva a acontecimentos do passado, compara a democratização de países da América Latina com o processo ocorrido após a Segunda Guerra.

Ideia reforçada também no uso de metáforas: “Ela foi a bandeira que comandou nossos povos para varrer autoritarismos, caudilhos, tiranos, ditadores”. Apesar do entusiasmo em relação à democracia, da mesma forma que no discurso do Brasil na ONU em 1988, Sarney tocou em um ponto dramático não só vivido pelo Brasil, mas também por outros países em desenvolvimento: a falta de crescimento econômico. Algo que afetava a América Latina que ao contrário de outros continentes regredia. Reforçou ao longo do discurso a preocupação latente do Brasil com questões que afligem a sociedade, como a fome, a desigualdade, a exploração, a violência, o desemprego.

José Sarney argumenta que a retomada do crescimento econômico pelos países em desenvolvimento, como o Brasil, só poderia acontecer com a redução e renegociação da dívida externa. Por meio do argumento de Consequência o presidente afirmou ser a disciplina e cooperação substituídas pela autonomia dos países poderosos no que se refere à criação de

políticas macroeconômicas, assim provocando aumento da pobreza dos países em desenvolvimento.

Percebemos que o período em questão foi marcado pela preocupação dos governos do Brasil e de outros países com a dívida externa e a falta de crescimento econômico. Esse foi um ponto crucial na vida econômica de muitas nações e que as levaram à recessão econômica. No caso brasileiro, a dívida externa foi assunto debatido quase que diariamente pelos veículos de comunicação ao longo de duas décadas. Assim como Sarney, Sodré, em 1988 já havia levantado essa questão em seu discurso, o que deixa clara a intenção do Brasil em receber o apoio da comunidade internacional para a renegociação dos dividendos.

Quadro 4 - 25 de setembro de 1989, ONU – Presidente da República José Sarney:

Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Exemplo	“É latino-americana a maior onda de democratização que o mundo conheceu desde o último pós-guerra”
Metáfora	“Saía o Brasil de longa noite. Emergia de uma tragédia e enfrentava grandes incertezas” “Os ventos da liberdade não passaram somente pelo Brasil”
Regra de Justiça	“Urge compreender que não é possível crescer quando se remete para o exterior, todos os anos, cerca de um terço da poupança interna”
Ethos	“Trago testemunho e sofrida vivência do meu exemplo, na luta pela transição democrática. Tem o valor da vida e de amarga luta, mais o fascínio de participar das transformações” “Democracia e integração, eis o nosso objetivo de modernidade. Dessa causa tornei-me um andarilho. Vivi profundamente essa paixão. Esse binômio é a marca da América Latina” “os brasileiros se expressam pela voz do seu Presidente, para sonhar o sonho de paz e de justiça”
Consequência	“Os maiores inimigos da democracia no Continente têm sido os baixos padrões sociais e a inflação que corrói nossas economias.” “A disciplina e cooperação estabelecidas pelas instituições monetárias e comerciais criadas no pós-guerra cederam lugar à predominância da autonomia nacional dos países poderosos [...] Agravou-se a situação de penúria das economias em desenvolvimento. O Brasil, por exemplo, paga mais àquelas instituições do que delas recebe”

4.1.2 Os discursos jornalísticos no governo Sarney

Na capa da edição da Folha de S. Paulo de 27 de setembro de 1988, um dia após a 43ª Sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, o jornal destacou o discurso

do presidente dos EUA, Ronald Reagan, que elogiou a ONU. Porém, não deu destaque na capa para o discurso do ministro brasileiro, Roberto Sodré. O texto sobre o discurso do presidente estadunidense está na página oito da edição, mas não o incluímos nas análises, pois não figura no nosso objeto de pesquisa. Na página 12 o jornal tratou do discurso do brasileiro. A reportagem “Retaliações serão resolvidas no Gatt, afirma Sodré”, abordou um aspecto importante do discurso do ministro, o qual trata das retaliações comerciais que segundo Sodré estavam sendo impostas ao Brasil pelos Estados Unidos. O texto também trouxe trechos de entrevista concedida por Sodré em que foi questionado sobre o impasse entre Brasil e Estados Unidos. De acordo com a reportagem, o Brasil estava “sendo ameaçado pelos Estados Unidos de ter vários produtos sobretaxados em retaliação   inexistência de uma lei brasileira que protege as patentes de produtos farmacêuticos norte-americanos” (Folha, p. 12, 1988).

Não identificamos estratégias argumentativas, mas percebemos que o jornalista transcreve a fala do ministro brasileiro em discurso direto como recurso para explicar os fatos. Aplica-se essa técnica no jornalismo para alcançar a imparcialidade jornalística (Barros Filho, 2003). “Os jornalistas vêem as citações de opiniões de outras pessoas como uma forma de prova suplementar. Ao inserir a opinião de alguém, eles acham que deixam de participar na notícia e deixam os “fatos” falar” (Tuchman, 1993, p. 81).

A 44^a Assembleia Geral da ONU aconteceu no dia 25 de setembro de 1989. Mas a edição da Folha de S. Paulo de 25 de setembro daquele ano não fez nenhuma menção ao evento. Já a edição do dia seguinte traz foto de capa em que aparecem o presidente do Brasil, José Sarney e o presidente dos Estados Unidos, Jorge Bush, em reunião em Nova York. A legenda da imagem destaca que, após discurso na ONU, Sarney se reuniu com Bush para discutir acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Os textos, duas matérias e um artigo de opinião, que tratam sobre o encontro entre os dois líderes estão na página A4 da edição. Sob os títulos: “Sarney pede apoio a Bush na negociação do Brasil com o FMI”, “Sarney fala de d vida na ONU” e “Apelos do presidente não sensibilizam Bush”, todos foram escritos por repórteres que estavam presentes em Nova York.

Na primeira reportagem, “Sarney pede apoio a Bush na negociação do Brasil com o FMI”, identificamos o acionamento da estratégia de Consequência na fala de Sarney. A presença da estratégia reforça a ideia de que o jornal usa a construção argumentativa do próprio presidente para reforçar e apoiar seu posicionamento e esclarecer ao leitor a situação do país em relação ao endividamento internacional.

A mesma lógica está presente no texto “Sarney fala de d vida na ONU”. A construção discursiva da matéria jornalística é baseada quase que totalmente nos trechos de fala do

presidente Sarney que foram destacadas em citação ao longo do texto. Não verificamos a presença de nenhuma estratégia discursiva ou figura de linguagem.

Além dos três textos, na página A12 da edição, o jornal abordou o posicionamento do presidente dos EUA, durante a Assembleia Geral da ONU, sobre armas químicas. O texto não foi analisado, pois não tratou do posicionamento brasileiro em relação ao tema.

Quadro 5 - edição de 25 de setembro de 1989 da Folha de S. Paulo:

Título	Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Sarney pede apoio a Bush na negociação do Brasil com o FMI	Consequência	“‘O Brasil tem cumprido sua parte’, disse. ‘Quem não cumpriu, e isto está muito claro, foram os bancos. Os bancos comerciais não entraram com a parte que tinham que entrar, e os desembolsos que iam ser feitos pelos bancos de desenvolvimento mundiais não aconteceram’”
Apelos do presidente não sensibilizam Bush – artigo de Paulo Francis	Ironia	“Sarney que havia prometido ‘franqueza anglo-saxônica’, limitou-se a pedir que se encontrasse um mecanismo mais suave do que o FMI” “Logo, o apelo de Sarney é para bocó ver na mídia brasileira”

4.2 GOVERNO COLLOR DE MELLO

Eleito em 1990, Fernando Collor de Mello não cumpriu os quatro anos do mandato presidencial. Envolto em escândalos de corrupção e uma grave crise econômica, ele renunciou à presidência da República. O processo de impeachment, que culminou com seu afastamento e posterior renúncia, se deu entre setembro e dezembro de 1992.

Durante o mandato de Collor a condução da política externa nacional sofreu diversas pressões sistêmicas, sobretudo dos Estados Unidos. O Brasil buscou manter sua autonomia. Sendo que, “a autonomia revela-se, na prática, como a tentativa de reduzir as pressões sistêmicas sobre si, de modo a viabilizar a concretização de objetivos nacionais sem que sejam esgarçados pelos constrangimentos externos” (Casarões, 2014, p. 220).

O autor defende que “a política externa do governo Collor possuiu quatro momentos distintos, cada qual com uma característica e uma ênfase, mas todos guiados por um princípio diplomático caríssimo ao Brasil, o da busca pela autonomia, e uma estratégia comum, a

modernização” (Casarões, 2014, p. 13). Segundo Casarões (2014), o primeiro momento da condução da PEB no período seria o de viagens do presidente eleito marcado pela estratégia da autonomia pela modernização, quando usa a questão da credibilidade e da busca da inserção do país no Primeiro Mundo – com apresentação das linhas básicas do plano de estabilização da economia aos investidores internacionais. O segundo momento iria até a queda da ministra da economia Zélia Cardoso de Mello, quando Collor usa seu capital político “para definir a agenda internacional brasileira de acordo com os interesses nacionais (ibidem, p. 17). Período que Casarões classifica como de “Modernização na retórica, autonomia na prática” (p. 17). O terceiro período ocorre com a troca da ministra Zélia (ideais de integração competitiva e desenvolvimentismo) por Marcílio Moreira (liberal). A retórica da modernização não surtia mais efeito. E, por fim, o quarto momento é de realinhamento dos interesses do governo com os do Itamaraty, “coube aos diplomatas reaver a credibilidade do Brasil e aprofundar a autonomia da política externa brasileira” (Casarões, 2014, p. 19).

Um acontecimento importante no período foi a realização da Rio-92, que colocou o país em posição de destaque. Apesar de as questões ligadas à proteção do meio ambiente serem delicadas ao país, a realização de um evento internacional para debater e promover ações mundiais em prol da preservação ambiental, garantiu ao Brasil posição central na discussão da temática.

Outro fato internacional de relevância foi a Guerra do Golfo (1990-1991). O impacto da guerra na política externa brasileira se deu na relação com os Estados Unidos. Já que o Brasil manteve os preceitos diplomáticos tradicionais de valorização da soberania das nações e da não intervenção. Ao negar o envio de tropas, armas ou equipamentos para a região, em apoio aos EUA, pode ter enfraquecido a relação bilateral com o país. Situação que exemplifica as pressões e constrangimentos das relações internacionais, assim como a fidelidade do posicionamento brasileiro frente aos preceitos diplomáticos e a defesa de sua autonomia.

Com a crise do governo que atingia diretamente a imagem do Brasil no cenário internacional, se intensificaram as dificuldades do país na condução da política externa e na resistência às pressões, sobretudo dos credores. Ou seja, a pressão dos países com quem o Brasil possuía dívidas. Em meio a mudanças, no início do ano de 1992, Celso Lafer assumiu o Ministério das Relações Exteriores. “No auge dos chamados ‘novos temas’- democracia, direitos humanos, ecologia – e dos regimes internacionais erguidos em seu entorno, a política externa brasileira centrou-se no multilateralismo e no aprofundamento da integração sul-americana” (Casarões, 2014, p. 19). Com a intensificação de políticas voltadas ao

multilateralismo¹⁶ e à integração regional foram realizados importantes eventos e avanços em relação ao Mercosul.

4.2.1 Os discursos diplomáticos no governo Collor

No ano de 1990 o discurso de abertura da Sessão Geral da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas foi proferido pelo então presidente da República, Fernando Collor de Melo.

O discurso de Collor se diferencia dos dois primeiros textos analisados, pois o presidente reforça em vários momentos suas pretensões e objetivos enquanto chefe de Estado. Como revela o trecho:

Meu compromisso é o de recuperar o Estado e a sociedade, garantir o funcionamento em sua plenitude das instituições democráticas, reestruturar e revitalizar a economia, derrotar a inflação, liberar as forças criadoras da iniciativa privada, combater a miséria que ainda atormenta parcelas do meu povo. É meu dever, também, proteger os setores mais vulneráveis da sociedade. Por isso coloquei a criança e o jovem no alto da lista das prioridades do meu governo. (Collor, 1990).

Em comparação aos dois primeiros textos analisados, o discurso diplomático de Fernando Collor tem tons de personalismo quando o presidente, a exemplo do trecho destacado acima, utiliza o espaço do Brasil na Assembleia da ONU para falar de seus planos de governo. O que pode ser explicado por se tratar de seu primeiro ano de mandato e primeiro discurso na Assembleia Geral da ONU. Nesses momentos estratégias do discurso político se sobrepõem ao discurso diplomático.

Outra observação é quanto à preocupação dos discursos analisados com o fortalecimento da democracia. E, portanto, o valor democrático é proposto nos discursos e projetado à imagem que se buscava ter sobre o país. O Brasil vinha de um recente processo de redemocratização que havia tido início em 1985 e se consolidado com a promulgação da Constituição Federal em 1988 e a realização de eleições diretas em 1989. O que pode ser identificado no trecho a seguir: “A paz tem múltiplas faces e traduz, em nível internacional, a tendência a democracia, a participação e a representatividade. A democratização da ordem mundial é o pressuposto de uma paz justa, sólida, livre de ameaças de qualquer espécie” (Collor, 1990).

¹⁶ O multilateralismo é o movimento de acordo dos países com várias nações. Oposto ao unilateralismo que é a estratégia de estabelecer relações, prioritariamente, com um único país.

A defesa das relações multilaterais entre as nações e a equidade entre os países do eixo Norte-Sul, ou países desenvolvidos e países em desenvolvimento, é uma das pautas em destaque no discurso diplomático de Collor e que podemos identificar por meio da estratégia de Regra de Justiça encontrada em alguns momentos do discurso e destacada no quadro.

Ao abordar o tema do meio ambiente Collor convidou os Chefes de Estado para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, que viria a ser realizada no Brasil no ano de 1992. Para isso fez uso de metáfora: “O Brasil os espera de braços abertos”. Utiliza também a estratégia argumentativa de Entimema quando fica implícita a ideia de que os países não têm atuado com responsabilidade e que os objetivos traçados em relação à proteção do meio ambiente não são satisfatórios.

Quadro 6 - 24 de setembro de 1990, ONU – Presidente da República Fernando Collor:

Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Regra de Justiça	<p>“Esperamos resultados equilibrados em todas as áreas em negociação na Rodada Uruguai, que fortaleçam o multilateralismo e anulem tendências restricionistas. Não desejamos que se congelem disparidades entre o Norte e o Sul, nem que a livre competição continue a ser artificialmente frustrada”</p> <p>“Agravam esse panorama dois desafios. O primeiro se refere a absorção ordenada dos países do Leste Europeu no mercado mundial, sem que esse vasto e positivo processo perturbe as tradicionais correntes de comércio e investimento entre os países do Norte e do Sul, e sem que provoque novos traumas, agravando a já precária situação econômica dos países em desenvolvimento. O segundo deriva da persistência de radical desigualdade econômica entre as nações, fato que constitui um dos maiores obstáculos ao pleno desenvolvimento das forças econômicas e sociais em escala planetária”</p> <p>“Não mais se pode imaginar um mundo cronicamente dividido em metades que se hostilizam. Nem a ideologia, nem a pobreza podem continuar a separar os seres humanos.”</p>
Entimema	<p>“Esse encontro permitirá que a preocupação genérica com o tema do meio ambiente se defina de forma precisa, e que se firmem acordos com base no sentido de responsabilidade compartilhada entre todos os atores internacionais. Para tanto, será preciso que os governos assumam suas responsabilidades e reexaminem seus objetivos. O Brasil está disposto a fazer sua parte, certo de que os demais países farão o mesmo.”</p>
Consequência	<p>“O recurso aos subsídios a exportação e as medidas de apoio interno por parte de nações desenvolvidas têm atingido níveis exagerados, que prejudicam fortemente os países em desenvolvimento”</p> <p>“A permanência da fome, a privação dos confortos mínimos e a extrema necessidade econômica em muitas áreas acabam por</p>

	repercutir sobre o conjunto, por meios como a depredação do meio ambiente, a violação sistemática dos direitos humanos, a produção e o tráfico ilegal de drogas”
Ethos	“O Brasil quer desempenhar, em todas suas dimensões, o papel que lhe cabe na construção das estruturas mundiais de paz e de cooperação”
Metáfora	“O fim da Guerra Fria significou a liquidação de uma herança amarga de desilusões” “Os esforços pelo desarmamento ainda guardam forma embrionária” “o Brasil os espera de braços abertos”

4.2.2 Os discursos jornalísticos no governo Collor

Ao selecionarmos os textos das edições de 24 e 25 de setembro de 1990 (dia da Assembleia Geral da ONU e o dia seguinte) na Folha de S. Paulo constatamos que o jornal apresentava grande interesse em abordar assuntos internacionais, diferente das edições anteriormente analisadas, em 1988 e 1989. Na edição do dia 24 de setembro de 1990, quatro páginas do jornal na seção “Exterior” abordam diversos assuntos ligados a vários países. Além da página A-4 onde é abordado o encontro da ONU na reportagem: “Collor condenará testes nucleares pacíficos em discurso hoje na ONU”.

A capa da edição do dia 24 não traz nenhuma menção à Assembleia Geral da ONU que ocorria na mesma data. Mas dá destaque para encontro da ministra da economia, Zélia Cardoso, com o secretário do Tesouro dos EUA, ocorrido no dia anterior. Na pauta da reunião a dívida do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A única reportagem da edição que tratou da participação do Brasil na ONU focou sua construção em uma antecipação do que deveria ser abordado pelo presidente Fernando Collor na abertura da Assembleia Geral. O jornal apostou no tema dos testes nucleares. Sem deixar de lado outro assunto provável, por meio do qual destacou a imagem que o presidente gostaria de enaltecer: a de gestor preocupado com o meio ambiente.

Com base nas estratégias argumentativas elencadas, podemos constatar a simplificação por meio da estratégia de Entimema, quando o texto aborda os encontros do presidente dos EUA com os representantes de países da América do Sul, os quais, assim como o Brasil, possuíam dívidas com o vizinho norte-americano. A categoria de Ethos aparece em dois momentos no texto, no primeiro deles relaciona-se com a imagem sobre o Brasil e no segundo com a imagem do presidente. Quando diz que: “A reunião com Bush é vista pelo governo brasileiro como uma atenção especial ao país”, percebemos que o jornal traz a ideia de que o

governo vê o Brasil como especial. No segundo momento: “Collor também quer reforçar a imagem de presidente preocupado com ecologia e preservação das florestas tropicais”, o destaque é para o Ethos do presidente, que estaria preocupado com o meio ambiente.

Quadro 7 – edição de 24 de setembro de 1990 da Folha de S. Paulo:

Título	Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Collor condenará testes nucleares pacíficos em discurso hoje na ONU	Ethos	“A reunião com Bush é vista pelo governo brasileiro como uma atenção especial ao país” (ethos Brasil) “Collor também quer reforçar a imagem de presidente preocupado com ecologia e preservação das florestas tropicais.”
	Entimema	“A iniciativa Bush – de integração dos países americanos – e a dívida são assuntos comuns desses encontros”
	Metáfora	“Collor condenará testes nucleares” “O presidente terá uma maratona de contatos com a imprensa.”

No dia seguinte, além da capa da edição, que trouxe destaque para a fala do presidente: “Em discurso à ONU, presidente pede acesso a supercomputadores”, e traz sua foto durante o pronunciamento, a Folha de S. Paulo publicou o editorial, dois artigos de opinião e quatro matérias para abordar a atuação do Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas. O texto da capa da edição aborda brevemente o que os leitores encontrarão nas páginas A-8 e A-9. Identificamos o Ethos do Brasil como país em desenvolvimento e com capacidade tecnológica, ideia proferida no discurso diplomático, mas destacada pelo texto jornalístico.

No editorial da edição, identificamos que a Folha retoma o discurso do presidente Sarney como um bom exemplo. Mas o que destacamos neste texto é a imagem do presidente Collor. O jornal mais uma vez retoma a imagem de gestor preocupado com o meio ambiente e também traz a ideia de que ele representa uma mudança, já que seu pronunciamento foge do “habitual discurso terceiro-mundista”. Entretanto, também observamos um tom crítico na imagem que o jornal constrói sobre o presidente quando, pela segunda vez, no artigo “Discurso e paúra”, fala sobre sua corrida no Central Park. No editorial ela é descrita como “cenográfica” e no artigo de opinião como “irrefreável vocação publicitária”. O texto assinado por Newton

Rodrigues também abordou criticamente o discurso de Collor em relação à dívida externa, para o autor o tema foi abordado de forma superficial.

Bastante irônico, como boa parte dos artigos de opinião publicados nos jornais, o texto da página C-2, assinado por Joelmir Beting, vê como positivo o discurso do Brasil que não se limitou a traçar comparativos entre os países do eixo Norte-Sul e “ousou discutir o cotidiano político das grandes potências”. Na página A-8, três textos abordaram a presença do Brasil na ONU. No primeiro “Collor descarta na ONU os testes nucleares”, não encontramos as estratégias argumentativas categorizadas na pesquisa. O segundo texto da página se limita a retomar os temas abordados por José Sarney nas três vezes em que discursou na Assembleia da ONU. No terceiro texto “Governo teme os ‘megablocos’”, o jornal dá ênfase ao posicionamento de Collor que receia a criação de blocos econômicos entre os países desenvolvidos, aumentando as desigualdades entre os países em desenvolvimento.

Podemos identificar que, durante este primeiro mandato de Collor, a imagem de mudança que ela representava na política doméstica contagiou também a política externa. A imagem construída sobre o país se mistura à imagem de esperança e transformação com que os meios de comunicação representavam Fernando Collor. Representação que é identificada com clareza na reportagem da página A-9: “Há expectativa”. A expectativa de que trata o título está nas aparições de Collor na mídia estadunidense e na esperança que seu governo despertava na construção noticiosa do jornal. A estratégia argumentativa de entimema está presente como uma simplificação do texto sobre as expectativas de atuação do mandatário para a política externa, resumida na conclusão: “Tudo isso, está implícito, depois das eleições de outubro”.

Quadro 8 – edição de 25 de setembro de 1990 da Folha de S. Paulo:

Título	Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Em discurso à ONU, presidente pede acesso a supercomputadores (destaque capa)	Metáfora	“o presidente protestou contra o bloqueio”
	Ethos	“é um dos países em desenvolvimento com mais capacidade tecnológica e vive ‘absoluta normalidade democrática.’” (ethos Brasil)

Collor na ONU - editorial	Regra de Justiça	“Tem sido tradicional, na política externa brasileira, contrastar a importância conferida às relações Leste-Oeste com uma maior ênfase no plano das desigualdades entre o Norte e o Sul: termos que procuram expressar o gigantesco abismo existente entre os países desenvolvidos e aqueles do Terceiro Mundo.”
	Ethos	“mostrando apreensão com o problema do meio ambiente – que, ao lado de considerações corretas quanto a necessidade de auxílio por parte dos países desenvolvidos, sob forma caracteristicamente cenográfica, na corrida presidencial pelo Central Park, Collor transmitiu uma imagem comparativamente distante do habitual discurso terceiro mundista.”
	Exemplo	“Foi assim que, em 1985, o presidente Sarney conteria, com invulgar veemência, aos problemas dos países endividados a principal prioridade no discurso que pronunciou a Assembleia Geral nas Nações Unidas.”
Discurso e paúra (artigo de Newton Rodrigues)	Ethos	“Depois de exibir, mais uma vez, sua irrefreável vocação publicitária, correndo no Central Park, Fernando Collor disse finalmente o que tinha ido fazer de sério em Nova York”
	Entimema	“No momento, entretanto, em que os credores internacionais endurecem o jogo, a abordagem que fez da dívida externa adquiriu raro significado”
Falando para o mundo (artigo de Joelmir Beting)	Ironia	“Pela primeira vez, o Brasil não se contentou em choramingar a ‘deterioração dos termos de intercâmbio’ entre o norte opulento e o sul esfolado.” “A menos que os países ricos, contaminadores inveterados, passem a pagar ao Brasil (ainda deitado em berço esplêndido) um competente imposto ecológico.”

	Metáfora	<p>“Também não se limitou a reclamar da expiação da dívida externa, com sua transfusão de sangue ao contrário”</p> <p>“Com o encaixe verde e amarelo: estamos perdendo nos juros e também nos barris.”</p> <p>“o sul não se obriga a simplesmente limpar ou filtrar o que o norte suja ou polui.”</p> <p>“Há que se dar um tratamento diferenciado (de comércio e de capital) a países afluentes que perdem sangue na dívida e plasma do petróleo.”</p>
	Ethos	“O Brasil ousou discutir o cotidiano político das grandes potências”
Governo teme os ‘megabloços’	Regra de Justiça	<p>“O governo brasileiro teme a formação de ‘megabloços’ entre os países desenvolvidos que prejudiquem o comércio internacional dos países em desenvolvimento”</p> <p>“‘Uma das minhas preocupações é com a preservação da vida e dos costumes das comunidades indígenas do Brasil’, disse Collor, para quem o governo tomou medidas ‘drásticas’ de proteção aos índios.”</p>
	Consequência	“Segundo o presidente, os subsídios à exportação e o protecionismo comercial podem transformar os países desenvolvidos em ‘verdadeiras fortalezas comerciais’.”
Há expectativa sobre o governo Collor nos EUA (artigo de Paulo Francis)	Exemplo	“O que ficou combinado, com o FMI, foi um pagamento entre 20% e 40% dos juros, como foi relatado por este correspondente duas semanas atrás”
	Entimema	“de que ele vai abrir o Brasil ao comércio externo, que vai resolver a questão da dívida e, de um modo geral, modernizar a economia brasileira. Tudo isso está implícito, depois das eleições de outubro.”
	Ironia e metáfora	“Isso só será possível se o governo Collor resolver enfrentar o monstro estatal, da Petrobrás ou Banco do Brasil, todo falido e custando os olhos da cara à nação”
	Metáfora	“E o país precisa de doses maciças de capital estrangeiro para crescer.”

	Regra de Justiça	“Collor e Zélia têm dito que cabe aos países credores cobrar e aos devedores resistir.”
	Consequência	“Só um clima de absoluta liberdade individual, e de imprensa, é que a democracia pode ser exercida e trazer prosperidade como mostra o exemplo dos países realmente ricos”
Sarney também falou na ONU	Metáfora	“não tinha a intenção de pagar a dívida com a fome do povo.”

4.3 GOVERNO ITAMAR FRANCO

Vice-presidente de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco assumiu a presidência da República após a renúncia de Collor.

Ribeiro (2009) defende que a política externa sob os governos Collor e Itamar Franco buscou estreitar vínculos com os EUA, com a União Europeia e com os países da América do Sul. Em um processo de regionalização que já havia sido iniciado por Sarney. O autor considera ainda que durante o período foram priorizados a consolidação do Mercosul, o projeto de criação da Área de Livre-Comércio Sul-Americana (ALCSA) e a aproximação com China, Índia e Rússia.

Garantir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU também foi um objetivo traçado no período.

Dessa forma, ganharam destaque na gestão Itamar Franco as iniciativas de valorização do espaço da diplomacia multilateral objetivando assegurar ao Brasil voz e voto no processo de reforma institucional da ONU, quando o país buscou a articulação da “Agenda para o Desenvolvimento” à “Agenda para a Paz”. Também mereceu destaque o envolvimento do Brasil nas Operações de Paz promovidas pela ONU na América Central (Grupo de Observação das Nações Unidas na América Central – Onuca, Missão de Observação das Nações Unidas em El Salvador – Onusal) e na África, com a UNAVEN (Ribeiro, 2009, p. 316).

Nas relações bilaterais houve destaque para os acordos entre Brasil e Argentina no campo da segurança internacional, com aprovação do Acordo Quadripartite de Salvaguardas Nucleares e revalidação do Tratado para Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Ribeiro, 2009).

Santana (2006) argumenta que não houve rupturas ou mudanças na condução da política externa do governo Collor para o governo de Itamar Franco. Observando “o reforço da

prioridade das relações com a América Latina, mormente com a América do Sul – englobando as dimensões política, social e econômica, mas sem descuidar da dimensão de segurança” (2006, p. 10).

O autor considera que o principal objetivo da condução da política externa durante o mandato de Franco foi a consolidação do Brasil no cenário internacional, por meio da valorização da democracia e do desenvolvimento com justiça social e, ainda, da busca pela consolidação da integração regional (Santana, 2006).

Atuaram como ministros do MRE no governo de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (1992-1993) e Celso Amorim (1993-1994).

4.3.1 Os discursos diplomáticos no governo Itamar Franco

Na 49ª Assembleia Geral da Nações Unidas (1994) o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim foi quem discursou em nome do Brasil. Analisando o seu pronunciamento podemos confirmar alguns pontos do que os pesquisadores afirmam sobre a condução da PEB no período. Entre elas a intenção do Brasil em ocupar assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, conforme o trecho: “O Brasil tem participado ativamente do debate sobre a ampliação do Conselho de Segurança [...] Eleito para integrar o Conselho de Segurança no corrente período, o Brasil tem procurado corresponder à confiança recebida”. Assim como a valorização da democracia e do desenvolvimento (Santana, 2006), conforme identificado em: “A democracia e os valores a ela associados são a conquista maior do nosso tempo”; “A ordem que o Brasil aspira tem, como um dos seus pilares, o compromisso fundamental com o desenvolvimento”. A democracia e o desenvolvimento foram defendidos com base na imagem que o discurso buscou construir sobre o Brasil, entre elas a de país pacífico, como é possível observar nos trechos: “O desenvolvimento constrói a Paz”; “Forjada no diálogo, na conciliação e na reforma pacífica, a sociedade brasileira vive momento de grande afirmação democrática”. A valorização do desenvolvimento do país também aparece justificado nos argumentos de que os países ricos devem auxiliar para a superação do atraso nas nações mais pobres, que a Nações Unidas devem contribuir para a “construção de um sistema internacional aberto e participativo” e na promoção da paz entre as nações. Preocupações que, conforme Amorim, estiveram na origem do lançamento da Agenda para o Desenvolvimento, do qual a diplomacia brasileira esteve envolvida.

A análise das estratégias argumentativas permite que identifiquemos alguns posicionamentos defendidos através dos discursos diplomáticos, salientando os valores de paz

e democracia, assim como a imagem de uma país que está buscando e alcançando o desenvolvimento econômico e social.

Por meio da estratégia de Regra de Justiça percebemos também a busca de um consenso sobre a união internacional em prol do desenvolvimento dos países pobres e pelo fim de conflitos. A paz como consequência do fim dos conflitos e a defesa do multilateralismo são identificados no uso da estratégia argumentativa de Consequência.

Quadro 9 – 26 de setembro de 1994, ONU – Ministro Celso Amorim:

Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Entimema	“Tão vertiginoso se apresenta o processo, que alguns se iludem com fantasias de que o futuro já estaria domesticado.”
Consequência	<p>“A Guerra Fria desenvolveu-se sob o signo da negação, circunstância que se refletiu até mesmo na linguagem que caracterizou o período. As expressões que identificaram e explicaram quase quarenta anos de relacionamento tenso denotavam confronto, exclusão ou, na melhor das hipóteses, convivência incomoda”</p> <p>“A causa da paz conheceu avanços significativos. A guerra nuclear deixou de ser uma ameaça iminente. Conflitos que muitos de nós consideram insolúveis foram ou estão sendo superados pelo diálogo e pela negociação.”</p> <p>“Estamos ainda distantes da paz universal. Conflitos de grande crueldade chocam a sensibilidade do mundo e causam sofrimentos indizíveis a milhões de seres humanos.”</p> <p>“A Organização Mundial do Comércio abrirá novas e promissoras perspectivas para o relacionamento econômico das nações. O unilateralismo e o protecionismo, baseados em interesses paroquiais, perderão qualquer sombra de legitimidade.”</p>
Ethos	<p>“A paz e a fraternidade são a vocação da América Latina.”</p> <p>“O Brasil está convencido de que uma ordem efetivamente nova deve fundar-se sobre uma perspectiva pluralista e democrática das relações internacionais.”</p> <p>“A ordem a que o Brasil aspira tem, como um de seus pilares, o compromisso fundamental com o desenvolvimento.”</p> <p>“A América Latina tem sido fator de estabilidade internacional em um mundo conturbado.”</p> <p>“O Brasil está decidido a participar ativamente da construção da nova agenda internacional baseada na participação e na cooperação universal para a paz e o desenvolvimento.”</p>
Regra de Justiça	<p>“conclamamos todos aqueles que têm influência sobre a crise angolana a agir da mesma forma.”</p> <p>“Eliminar a exclusão e promover a participação de todos constitui não só um dever moral, mas demonstração de lucidez e tirocínio.”</p>

	“Um esforço internacional renovado em favor do desenvolvimento só será bem-sucedido se contar com a parceria ativa e mutuamente vantajosa entre países do Norte e do Sul.”
Analogia	“A defesa dos interesses das nações mais ricas requer seu envolvimento na superação do atraso nas nações mais pobres. Acreditar no contrário é acreditar que o incêndio que consome a casa do vizinho jamais ultrapassará as cercas da nossa casa.”
Metáfora	“O velho protecionismo, agora revestido de novas roupagens, resiste às investidas da racionalidade econômica.” “O domínio da tecnologia é um grande divisor de águas” “Angola, país tão próximo do Brasil por laços de sangue e de cultura”

4.3.2 Os discursos jornalísticos no governo Itamar Franco

No dia 26 de setembro de 1994, data da Assembleia Geral das Nações Unidas, nenhum texto da Folha de S. Paulo tratou do assunto. No dia posterior dois textos abordaram o acontecimento, mas apenas um abordou o discurso do Brasil. A reportagem “Ministro critica na ONU o isolamento imposto a Cuba”, além de falar sobre o posicionamento do Brasil acerca das restrições impostas a Cuba, o texto também menciona a defesa do ministro Celso Amorim à permanência do país no Conselho de Segurança da ONU, sobre a crise no Haiti e sua proposta para a realização de uma conferência para o desenvolvimento. Apesar de não expor juízo de valor acerca do posicionamento brasileiro sobre o isolamento imposto ao país latino, chama atenção o destaque dado ao tema, já que faz parte da tradição diplomática brasileira ser contra as políticas de isolamento e sanções econômicas. Não identificamos no texto nenhuma das estratégias argumentativas.

4.4 GOVERNO FHC

As orientações da política externa brasileira durante os dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) mantiveram a linha tradicional das relações internacionais do país (Vigevani; Oliveira; Cintra, 2003). Seguindo os principais parâmetros: pacifismo, respeito ao direito internacional, autodeterminação e não intervenção e o pragmatismo.

Os autores defendem que até então prevalecia a lógica da autonomia pela distância como diretriz predominante na política externa brasileira, e a partir de então, sob FHC foi intensificada a lógica da autonomia pela integração. “O conceito de mudança com continuidade, que prevaleceu no governo FHC, significava, segundo seus formuladores, que a renovação do paradigma tradicional deveria caracterizar-se por uma visão de futuro e adaptação criativa”

(Vigevani; Oliveira; Cintra, 2003, p. 34). A diretriz da autonomia pela integração é concretizada na busca da manutenção do multilateralismo, principalmente, pela prioridade dada às relações envolvendo o Mercosul, além da integração com outros países, como China, Rússia, Índia, África do Sul, Japão, Cuba e México.

Enquanto em Vigevani e Cepaluni (2007) classificam as diretrizes de condução da política externa nacional no período FHC como “autonomia pela participação”. Definida pelos autores da seguinte forma: “adesão aos regimes internacionais, inclusive os de cunho liberal, sem a perda da capacidade de gestão da política externa; nesse caso, o objetivo seria influenciar a própria formulação dos princípios e das regras que regem o sistema internacional” (Vigevani; Cepaluni, 2007, p. 283). A autonomia pela participação se traduziria na intenção de o país interferir na agenda internacional de acordo com os valores de sua tradição diplomática.

Durante o período FHC, outros aspectos importantes marcaram as relações internacionais do Brasil, como: o acordo de livre comércio com a União Europeia, a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), as alianças junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), a ampliação de relações comerciais com outros países fora do Mercosul, o desarmamento, a defesa dos direitos humanos e da democracia, a candidatura a vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, e a ampliação das relações com outros países de língua portuguesa.

Vigevani, Oliveira e Cintra (2003) também explicam que a atuação internacional do Brasil, assim como a chamada diplomacia presidencial¹⁷, exercida por FHC, melhorou a imagem do país no exterior. O que é positivo para as relações internacionais e o desenvolvimento de políticas na área. A diplomacia presidencial é uma forma de diplomacia pública, que pode aproximar a população dos acontecimentos relativos às relações exteriores. Porém, temas sensíveis, como tráfico de drogas, minorias, povos indígenas, criminalidade, são questões negativas para a imagem do Brasil no exterior e que enfraqueceram a posição do país à época.

Neste período, houve ainda uma maior aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos. “A busca de melhores relações bilaterais foi acompanhada da ênfase na autonomia da atuação internacional do país e da afirmação de sua condição de *global player* e de *global trader*” (Vigevani; Oliveira; Cintra, p. 2003, p. 43). Conforme os autores, a importância de tal relação bilateral se reflete na garantia do espaço de autonomia do Brasil e a viabilidade de seu papel na América do Sul. “Parte dos êxitos da diplomacia brasileira na gestão FHC relacionou-se com a

¹⁷ A diplomacia presidencial, de acordo com Albuquerque (1996), se refere à participação direta e pessoal do presidente nas formulações e em eventos relativos às relações exteriores do país.

parcial existência de um ambiente internacional cooperativo, em que se acreditava na relativa democratização das instituições internacionais” (Vigevani; Cepaluni, 2007, p. 289). De acordo com os autores, o crescimento econômico internacional se deu em boa parte pelo desempenho do governo norte-americano de Clinton. Sendo que o governo de George Bush, a partir de janeiro de 2001, modificou o quadro conceitual das relações internacionais, o que trouxe dificuldades na relação bilateral Brasil/EUA.

Vigevani e Cepaluni (2007), consideram que a política externa no governo FHC foi a consolidação e a sofisticação das formulações que foram iniciadas nos governos de Collor de Melo e de Itamar Franco. E ainda, de que no campo dos valores, FHC defendeu os princípios de direitos humanos, desenvolvimento sustentável, preservação da paz e da democracia e buscou objetivos universalistas, como institucionalização, transparência e democratização das organizações do sistema internacional.

A autonomia pela integração, que marcou a condução da PEB no período, pode ser evidenciada na defesa do multilateralismo, como nos trechos do discurso do Brasil na ONU em 1995: “um país em paz que busca constantemente estender sua presença no mundo pelo fortalecimento de parcerias tradicionais e a promoção de outras novas”, e “O Brasil atingiu um alto grau de abertura econômica, acelerando assim sua integração na economia mundial e criando condições mais favoráveis para uma participação acrescida no comércio internacional”.

4.4.1 Os discursos diplomáticos no governo FHC

A 50ª Assembleia Geral das Nações Unidas foi aberta com o discurso do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia, no dia 25 de setembro de 1995. Em sua fala o ministro defendeu alguns aspectos mencionados acima que denotam as diretrizes na condução da PEB. Como a defesa de valores de pacifismo, apelo pelo desarmamento, defesa do multilateralismo, ênfase na democracia brasileira e a luta pelos direitos humanos.

Por meio das estratégias argumentativas destacadas acima, podemos perceber com clareza alguns aspectos do discurso diplomático brasileiro. Entre eles, o ethos do Brasil. O discurso aciona alguns valores marcantes sobre a imagem que deseja projetar do país. Salientamos o ethos de país pacífico e comprometido com o desenvolvimento e a democracia. A cooperação e a liberdade econômica também são acionadas como valores do país.

A estratégia de Analogia é utilizada em um comparativo dos momentos bons e momentos ruins que para o ministro teriam marcado o período recente vivido pelo Brasil e pelo mundo, mas que ficariam para trás com a “revolução dos anos noventa: democracia e liberdade

econômica com justiça social”. Já a categoria de Regra de Justiça aparece em três momentos como argumento na defesa dos direitos humanos, contra os testes nucleares e na defesa de uma vaga permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Para defender um assento permanente no Conselho, o discurso também faz uso da estratégia de entimema que é acionada deixando subentendido que a entrada do Brasil no grupo garantiria maior representatividade e legitimidade ao Conselho de Segurança da ONU. Essa seria mais uma das reformas necessárias às Nações Unidas que é outra bandeira levantada no discurso brasileiro. O desenvolvimento sustentável é outro aspecto de mudança defendido no pronunciamento.

Quadro 10 – 25 de setembro de 1995, ONU – Luiz Felipe Lampreia:

Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Ethos	<p>“o Brasil quer renovar seu compromisso inabalável com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas.”</p> <p>“um país que ampliou seus compromissos com a democracia e os direitos humanos, com o desenvolvimento sustentável... um país em paz”</p> <p>“A democracia no Brasil continua a revelar extraordinária vitalidade [...] os avanços na esfera social geram entre os Brasileiros um sentido renovado de cidadania.”</p> <p>“O compromisso do Brasil com a paz”</p> <p>“as Nações Unidas uma consciência universal, um instrumento de paz e desenvolvimento tal como nenhum outro jamais o foi, com uma autoridade moral que os povos do mundo aprenderam a reconhecer e apoiar.”</p> <p>“as Nações Unidas sempre demonstraram força moral.”</p> <p>“E assim o Brasil vê confiante o futuro.”</p> <p>“O Brasil está pronto para assumir todas as suas responsabilidades nesse empreendimento.”</p> <p>“As Nações Unidas permanecerão como o maior símbolo do século XX”</p> <p>“O Brasil está comprometido com a paz e a democracia [...] O Brasil também está comprometido com o desenvolvimento e sabe que o desenvolvimento depende de um ambiente internacional de paz, cooperação e liberdade econômica.”</p>
Metáfora	<p>“a ação decidida no Governo para atacar os problemas sociais”</p> <p>“está finalmente a ponto de sanar as feridas abertas por anos de lutas intestinas.”</p> <p>“Esta é a linha mestra que dará os contornos do século”</p> <p>“parecem desaparecer uma nuvem de desculpas vazias.”</p> <p>“a lembrança das ameaças e horrores que assombraram a imaginação coletiva durante os anos de Guerra Fria.”</p> <p>“estimulam a retomada de uma corrida armamentista”</p>

Analogia	“Foram tempos de legítima esperança, mas também tempos de medo e horror. Tempos de realizações, mas também tempos de frustração. Tempos de confiança em um futuro melhor para a humanidade, mas também tempos de pesar pelo fato de que a paz, a liberdade, a justiça e o bem-estar permaneceram inalcançados em várias partes do mundo. Tempos em riscos e oportunidades coexistiram lado a lado.”
Regra de Justiça	“A promoção das liberdades civis e a busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, maiorias e minorias, fortes e fracos, estão definindo o debate, direcionando a ação e fortalecendo a cidadania” “Ao invés de ajudar a comunidade internacional a fortalecer os mecanismos de segurança coletiva, certos países insistem em seus testes e na atualização de seus arsenais nucleares. Deploramos isso.” “Acima de tudo, será essencial assegurar representação mais equitativa de países desenvolvidos e em desenvolvimento que tenham tanto capacidade de atuação quanto presença efetiva em escala global.”
Exemplo	“As imagens da ex-Iugoslávia são o exemplo vivo dos fracassos do passado e dos desafios e percepções equivocadas do presente. Elas nos lembram do quanto ainda resta por fazer para que possamos realizar as promessas contidas na Carta das Nações Unidas. A pobreza extrema e o desemprego surgem talvez com os mais difusos dos temas internacionais, afetando igualmente países desenvolvidos e em desenvolvimento”
Consequência	“Acreditamos firmemente que a visão ampla de uma reforma das instituições das Nações Unidas levará a uma Organização melhor, mais eficiente e revitalizada.”
Entimema	“Para cumprir seu mandato em matéria de paz e segurança internacionais em nome de todos os Estados membros, o Conselho de Segurança precisa ter legitimidade inquestionável. E, como bem sabemos, legitimidade depende em última análise de representatividade.”

Passamos agora à análise do discurso diplomático do Brasil, no ano de 1998, último ano do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Ano em que o governo brasileiro defendeu nas Nações Unidas, primordialmente, a união dos Estados no combate à crise financeira mundial. “É legítimo e necessário que os Governos atuem sobre a realidade, buscando antecipar-se aos problemas”, afirmou Lampreia. Além de ações conjuntas dos países, o ministro destacou pontos que o presidente Fernando Henrique havia defendido em mensagens aos líderes do G-7. A comunicação do presidente aos integrantes dos países membros do grupo também foi tema abordado pela Folha de S. Paulo.

O tema da crise econômica também é evidenciado nas estratégias argumentativas utilizadas e elencadas no quadro acima. Na estratégia de Exemplo o apelo pela união de forças

e o alerta pelo não adiamento de ações é feito ao retomar o exemplo da crise financeira da década de 1970. O clamor do ministro também é identificado no uso de metáforas. E por meio da Analogia, o discurso brasileiro traça um comparativo entre um mundo marcado pela instabilidade e um mundo com progresso material e social. O primeiro seria passível de guerras, conflitos e inseguranças, enquanto o segundo possibilitaria a convivência pacífica entre países e dentro deles. Por meio desta estratégia identificamos a busca do reforço ao argumento que defende a ação e a união dos países em prol do combate à crise.

Retomando o conceito de Ethos, que pode ser entendido como aspectos do discurso que constroem uma imagem de si baseado em dados preexistentes, salientamos que mais uma vez a imagem projetada do Brasil que é evidenciada, também pela estratégia de Ethos (mas não somente através dela), é a de país pacífico e democrático. A ideia de pacificidade também é expandida para a América do Sul – aspecto presente também no discurso diplomático do Brasil em 1995. A democracia como valor consolidado também é evidenciada na categoria de Consequência. Outros valores do país abordados no discurso são de desenvolvimento, justiça social e defesa dos direitos humanos.

A integração regional é outro tema importante que fez parte da linha de orientação da PEB no período FHC e que está presente no discurso. E a reforma das Nações Unidas com apelo pela vaga permanente do Brasil no Conselho de Segurança – assuntos bastante debatidos à época.

Quadro 11 – 21 de setembro de 1998, ONU – Luiz Felipe Lampreia:

Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Metáfora	“A cada dia tornam-se mais fortes os laços que unem nossos destinos” “A comunidade internacional, porém, não pode esperar de braços cruzados” “O Governo brasileiro luta para superar” “Seriam trágicas as consequências de um retrocesso que pudesse por terra os avanços” “Os frutos desse processo servem não apenas à meta do desenvolvimento”
Exemplo	“Até agora, a mobilização de vontade política não corresponde à magnitude e gravidade do desafio. A crise não se resolverá por si mesma. É imperativo unir esforços para enfrenta-la. Nesse, como em outros campos da vida internacional, devemos evitar a todo custo assumir a atitude que, nos anos setenta, o então chanceler brasileiro Antônio Azeredo da Silveira chamou de ‘síndrome do

	adiamento'. A experiência do passado no ensina que a inação pode ter custos altíssimos. Ensina também que, se guiadas por reações impensadas e irracionais, as respostas dadas pelos diversos países às situações de crise internacional podem transformá-las em problemas ainda mais graves”
Regra de Justiça	“A disposição de lidar com os problemas de forma coletiva levará os países, individualmente, a acreditar no benefício de encaminhar questões de seu interesse à consideração internacional”. “É imperativo avançar em ambas as frentes: trabalhar pelo estabelecimento de um clima de confiança tanto no campo das relações político-estratégicas entre as nações, como no contexto essencial da economia internacional.”
Analogia	“Um mundo marcado pela instabilidade ou pela desesperança na esfera econômica não pode ser um ambiente seguro, livre das ameaças da guerra, das formas mais variadas de conflito e violência. A recíproca também é verdadeira: o progresso material e social pressupõe condições mínimas de segurança e convivência pacífica, entre países e dentro dos países.”
Ethos	“O peso relativo do nosso país e o histórico de seu comportamento internacional são algumas das credenciais mais importantes do Brasil. Essas credenciais estão hoje fortalecidas pelo amadurecimento de nossa democracia e pela vigorosa modernização da economia brasileira”. “O Brasil sente-se assim especialmente motivado para cobrar dos Estados nuclearmente armados” “Para o Brasil, o fato de a América do Sul ser uma região na qual os países convivem de forma essencialmente harmoniosa, pacífica e cada vez mais integrada é um dado vital e definidor de que nossos povos se empenham em preservar.”
Consequência	“O advento e consolidação da democracia foi o fator determinante da extraordinária obra de integração na qual se acham engajadas as nações da América do Sul.”

O discurso do Brasil na ONU em 1999, na 54ª Assembleia Geral, também proferido pelo ministro das Relações Exteriores, o chanceler Luiz Felipe Lampreia, a exemplo do seu discurso em 1995, utiliza vários recursos com apelo às emoções. Mais uma vez nos filiamos à compreensão de Amossy (2018^a) que, baseada nos estudos de Aristóteles, entende que também cabe ao discurso argumentativo a persuasão por meio de recursos oriundos do *páthos*, ou seja, convencer através dos efeitos emotivos despertados no auditório. “Se o *logos* diz respeito às estratégias discursivas e o *ethos* diz respeito à imagem do locutor, o *pathos* incide diretamente sobre o auditório” (Amossy, 2018a, p. 195). A autora explica que ao conhecer o que desperta a afetividade, as emoções do auditório, o orador pode conquistar a convicção do auditório. Alguns dos trechos do discurso de Lampreia permitem perceber esse propósito, seja para despertar o sentimento indignação ou consternação:

A triste realidade, porém, é que a comunidade internacional só se sente compelida a agir de forma conjunta, e mobilizar a vontade política e os meios indispensáveis, depois que os problemas se agravam a ponto de tornar imensamente mais difícil sua solução. O resultado é o sentimento de frustração e impaciência de que as Nações Unidas têm sido alvo. [...] Por que determinadas situações desencadeiam intensa mobilização de vontades e meios, e outras não? Por que o sofrimento humano em certas áreas do globo desperta indignação infinitamente maior do que quando ocorre em outras regiões? [...] A sociedade brasileira, irmanada aos timorenses pela língua, pela cultura e pela história, rejubilou-se com eles pelo resultado inquestionável em favor da sua independência. Houve consternação no Brasil diante da violência e das perdas de vidas inocentes a que foi submetido aquele povo irmão. (Lampreia, 1999).

O apelo às emoções no discurso do Brasil teve como propósito despertar a atenção dos líderes dos países para as crises humanitárias e clamar pela integração das nações no combate a situações de desigualdade, conflitos, tragédias e a garantia de independência, como o exemplo citado do Timor Leste. Em agosto de 1999 o povo timorense decidiu, através de referendo, pela independência do seu país da Indonésia. Desde a proclamação da independência, em 1975, o Timor Leste teve seu território anexado pela Indonésia, o que provocou uma guerra civil. Em setembro do mesmo ano, uns dias antes da realização da 54ª Assembleia Geral das Nações Unidas, a Organização interveio para garantir a restauração da independência do país. O Brasil foi um dos países que encaminhou soldados para a missão de paz no Timor-Leste.

Desta forma, salientamos que o apelo às emoções também faz parte de estratégias argumentativas do discurso. No quadro abaixo, elencamos as estratégias argumentativas que fazem parte categorias que compõe o protocolo de análise da pesquisa.

As estratégias de Consequência, Exemplo e Regra de Justiça são utilizadas para reforçar o argumento sobre a necessidade de ação e mudanças nas Nações Unidas com o objetivo de combate às diferenças formas de desigualdade e crises humanitárias internacionais. A estratégia Ethos reforça a ideia do Brasil como país que em desenvolvimento econômico e social. Mas a estratégia é utilizada, principalmente, sobre a imagem dos países da América Latina que conquistaram a democracia. Neste sentido, essa imagem projetava sobre os países da região serve também para reforçar a defesa da integração regional, que é uma das causas defendidas na PEB no período. O Mercosul também é defendido no discurso diplomático e representaria a união dos países membros. Essa defesa do ministro acontece em um momento em que Brasil e Argentina viviam desavenças em relação a acordos comerciais dentro do bloco. O ministro aproveita a oportunidade para buscar amenizar a tensão na relação entre os dois países, como é possível acompanhar no fragmento: “Com o advento da democracia, o Brasil e a Argentina puderam desenvolver a sólida amizade que une nossos povos e erguer em pouco tempo uma

grande obra de integração”. Lampreia também citou todos os países da América do Sul e, além da integração regional, defendeu o multilateralismo.

Quadro 12 – 20 de setembro de 1999, ONU – Luiz Felipe Lampreia:

Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Consequência	“A cada crise, a cada tragédia humana que consegue romper a barreira do descaso internacional e se transforma em notícia, a opinião pública de nossos países olha para as Nações Unidas e exige respostas eficazes.”
Exemplo	<p>“O resultado é o sentimento de frustração e impaciência de que as Nações Unidas têm sido alvo. Seja porque as providências acabam por dar-se à margem da Organização, como ocorreu no Kosovo; seja porque as medidas aqui concertadas não foram suficientes para atender às necessidades concretas, como se viu no Timor Leste; seja porque, mais uma vez, as Nações Unidas têm diante de si, como acontece em Angola, conflitos que, apesar das consequências catastróficas de todos conhecidas, não recebem prioridade devida por parte da comunidade internacional.”</p> <p>“Em Angola, o descumprimento pela UNITA dos compromissos assumidos no Protocolo Lusaca, e o enrijecimento de posições, ameaçaram trazer de volta, com toda intensidade, a mesma guerra civil que, há quase um quarto de século, impõe privações e sofrimentos inaceitáveis a milhões de pessoas, em particular as mais desfavorecidas.”</p>
Regra de Justiça	“Por que determinadas situações desencadeiam intensa mobilização de vontades e meios, e outras não? Por que o sofrimento humano em certas áreas do globo desperta indignação infinitamente maior do que quando ocorre em outras regiões? Duas situações ilustrativas dessa verdadeira síndrome do tratamento desigual são as que vivem Angola e o Timor Leste.”
Ethos	<p>“o Brasil chegou a ser percebido como o ‘homem doente da América Latina’.”</p> <p>“Não haverá vacilação na determinação do Presidente Fernando Henrique Cardoso de consolidar as bases de um país moderno, economicamente sadio e dinâmico, socialmente mais justo e politicamente maduro.”</p> <p>“O MERCOSUL, [...] mudou o mapa econômico do hemisfério e do mundo.”</p> <p>“Graças à democracia, os países da região conseguiram resolver disputas que há muito perturbavam a harmonia do mais pacífico e estável continente do globo.”</p>
Entimema	“Ingerências externas indevidas somente serviriam para agravar um quadro já complexo, que deve ser superado pelos próprios colombianos.”
Metáfora	“Nesse país irmão, a comunidade internacional tem diante dos olhos”

	<p>“os avanços importantes que realizamos no terreno da luta pelo respeito”</p> <p>“levou-nos a superar longos surtos inflacionários”</p> <p>“avança a passos firmes no rumo da consolidação da democracia”</p> <p>“dos próprios cidadãos, que pagam com suas vidas o preço intolerável”</p>
--	--

A defesa do multilateralismo também foi bastante abordada no discurso do Brasil na 57ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2002, sob o discurso do ministro Celso Lafer. O multilateralismo aparece como um dos valores das Nações Unidas e da PEB. A integração regional e a valorização do Mercosul também são atreladas às ações do presidente Fernando Henrique Cardoso. Este ponto, inclusive, diferencia o discurso diplomático do Brasil dos anteriormente analisados. Há uma personalização na figura do presidente Fernando Henrique Cardoso. Já que em nenhum momento o discurso fala no “governo brasileiro”, quando se refere à condução da PEB a relação é direta com o presidente da República, conforme os fragmentos: “Assim tem sido a política externa do Presidente Fernando Henrique Cardoso no correr dos oito anos dos seus dois democráticos mandatos”; “Por isso, tanto tem feito o Presidente Fernando Henrique Cardoso em favor do fortalecimento do Mercosul e da integração sul-americana”; e “Sob a liderança do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a visão brasileira do mundo exprime objetivos, não apenas de um governo, mas do país e da sociedade”.

Identificamos que o uso da estratégia de Exemplo é acionada para justificar, com base na comparação com os conflitos no Oriente Médio, ações conjuntas para pôr fim aos conflitos em várias partes do mundo. Para tanto, uma das alternativas apresentadas é o fortalecimento do sistema de segurança coletiva e reforma do Conselho de Segurança. Situação em que o ministro reforça a disponibilidade do Brasil em fazer parte do grupo de países com assento permanente no órgão. De acordo com o discurso do brasileiro: “O Conselho de Segurança precisa ser reformado de modo a aumentar sua legitimidade e criar bases mais sólidas para a cooperação internacional”. A Regra de Justiça também é utilizada como estratégia ao argumento de necessidade de mudanças no sistema de segurança internacional e cooperação entre as nações, mas respeitando as deliberações do Conselho de Segurança e da Carta das Nações Unidas – um recado ao EUA que ameaçava ações contra o Iraque.

A estratégia argumentativa de Ethos aparece no texto reforçando a ideia defendida no discurso diplomático de um Brasil que apoia e acredita nas Nações Unidas e que defende, sobretudo, a cooperação entre as nações. Essa imagem de país solidário e cooperativo se confunde com a figura do presidente que personaliza a política externa brasileira.

Abaixo elencamos as estratégias argumentativas encontradas:

Quadro 13 – 12 de setembro de 2002, ONU – Celso Lafer:

Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Ethos	<p>“Como país, nunca fomos tentados pelo argumento do poder. Mas sempre, pelo poder do argumento”.</p> <p>“Sob a liderança do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a visão brasileira do mundo exprime objetivos, não apenas de um governo, mas do país e da sociedade”.</p> <p>“Daí nossa visão de futuro, uma visão consagrada da solidariedade entre povos e nações, uma visão legitimada por uma concepção renovada e participativa do poder.”</p>
Exemplo	<p>“A ONU foi criada para manter a paz e a segurança. No entanto, persistem conflitos armados e focos de violência e insensatez. A situação no Oriente Médio evidencia a distância que nos separa da ordem internacional imaginada pelos redatores da Carta das Nações Unidas”.</p>
Regra de Justiça	<p>“Somente através do conhecimento mútuo e generalizado das legitimidades em conflito na região, assim como mediante o aprimoramento de acordos existentes será possível estancar a destrutividade indiscriminada da violência e construir um caminho de solução”.</p>
Metáfora	<p>“compromisso com soluções negociadas sob o manto legitimador do multilateralismo”.</p> <p>“a forma de desanuviar tensões”</p>

4.4.2 Os discursos jornalísticos no governo FHC

No ano de 1995 o jornal Folha de S. Paulo publicou dois textos referentes à presença do Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas, ambos no dia 26 de setembro, um dia após o encontro anual. “Lampreia pede ampliação de Conselho”, na página 1-8, e “Diplomatas reclamam de gastos da ONU no início da assembléia”, na página 2-11, foram escritos por correspondentes de Nova York. Em nenhum deles identificamos a presença das estratégias argumentativas. O primeiro salienta a campanha do Brasil para ocupar assento permanente no Conselho de Segurança e o segundo aborda a ideia defendida pelo ministro de reforma nas instituições das Nações Unidas, mas dá mais ênfase para as críticas à ONU, realizadas pelo secretário de Estado dos EUA, Warren Christopher.

Em 1998, a Folha de S. Paulo publicou somente dois textos um dia após o encontro na ONU. A capa da edição de 22 de setembro destaca pedido do país pela “ação mundial anticrise”. Na página 2, o artigo de opinião assinado por Clóvis Rossi, é bastante enfático em sua crítica à condução da PEB. Utiliza as figuras de linguagem de ironia e metáfora e, por meio da estratégia argumentativa de Exemplo, retoma a crise global de 1929 como comparação. Já o texto

publicado na página 6, “Lampreia pede ação contra crise na ONU”, relata o principal argumento do Brasil, que foi justamente o apelo à comunidade internacional acerca da gravidade da crise financeira, e cita pequenos trechos dos discursos do presidente do EUA, Bill Clinton, do primeiro-ministro da Inglaterra, Tony Blair, e do presidente da África do Sul, Nelson Mandela, que também abordaram o tema. Neste texto não encontramos nenhuma das estratégias argumentativas. Na mesma página, o texto “Globalização gerou curto-circuito, diz FHC”, aborda aspectos ligados à crise financeira global e o posicionamento do presidente. A reportagem destaca as mensagens que FHC havia trocado com membros dos países que compõem o G-7 (composto por Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido), em que elenca propostas de ação contra a crise. Os dois textos são separados pela foto do ministro das Relações Exteriores do Brasil.

Das edições da Folha de S. Paulo analisadas em 1999, apenas no dia posterior à Assembleia das Nações Unidas teve publicação referente ao tema. O texto “Lampreia defende o bloco comercial”, publicado na página 2-5, teve chamada de capa. Nele verificamos somente a estratégia argumentativa de Ethos. Por isso não criaremos quadro. Destacamos os trechos a seguir: “O Brasil e a Argentina puderam desenvolver a sólida amizade que une nossos povos e erguer em pouco tempo uma grande obra de integração”; e “A estratégia do governo brasileiro foi reforçar a imagem do Brasil como um líder regional e ressaltar a recuperação econômica da região, minimizando o impacto de sobressaltos políticos como o da Venezuela”. Em ambos os fragmentos do texto, o jornal busca explicar a fala do ministro. O primeiro trecho que destacamos é uma fração do próprio discurso do Lampreia que a Folha citou.

O jornal também qualifica o discurso no que chama de “empenhada defesa do Mercosul”. E também acredita que o governo brasileiro minimiza as questões políticas que envolvem a Venezuela. Também chama a atenção o posicionamento da Folha acerca do Mercosul, o qual destaca no título ser um bloco comercial. Boa parte da imprensa nacional aborda o Mercosul somente sob o aspecto econômico (Soares, 2019) e deixa de lado os aspectos ligados à integração social e cultural que também são objetivos da criação do bloco. No entanto, entendemos que a construção noticiosa favorece a imagem do Brasil, ou do governo brasileiro, como preocupado com a integração regional. É importante salientar que a edição, apesar de pouco espaço para falar da presença do país na Assembleia das Nações Unidas, dedicou todo o restante da página 2-5 para tratar da relação bilateral Brasil/Argentina. Outra reportagem na página anterior também tratou da temática. Um acordo do Brasil com o FMI também teve espaço na edição, mas o destaque foi para o envio de tropas brasileiras para a missão de paz no

Timor-Leste. O que demonstra que a Folha de S. Paulo, ao longo dos anos, tem acompanhado de forma significativa os acontecimentos do mundo e das relações internacionais do Brasil.

Em 2002, o jornal Folha de S. Paulo destinou duas reportagens para abordar a participação do Brasil na Assembleia Geral da ONU. A primeira delas no dia do encontro é assinada pela diretora da sucursal de Brasília, Eliane Cantanhêde, sob o título: “Lafer condiciona o ataque ao Iraque à aprovação da ONU”. O texto é construído com base em uma antecipação sobre o que o ministro deveria falar durante seu pronunciamento, com foco sobre a apreensão mundial acerca da possível invasão dos EUA ao Iraque. O que é explicado no texto, já que o jornal teve acesso a uma prévia do discurso de Celso Lafer. Em relação às estratégias argumentativas, somente identificamos a de Exemplo, que é acionada para salientar a defesa do Brasil pela não invasão dos EUA ao Iraque sem aprovação do Conselho de Segurança, retomando o caso da guerra do Kosovo.

No dia 13 de setembro, após o discurso do Brasil na ONU, a Folha publicou o texto “Brasil defende solução pela via diplomática”, publicado na página A-7. Não identificamos estratégias argumentativas no texto que trata do posicionamento do Brasil sobre a relação dos EUA com o Iraque. São retomados alguns trechos do discurso de Celso Lafer e o jornal finaliza qualificando a posição do país como de “ataque” ao protecionismo. A capa da edição teve destaque para o discurso do presidente dos EUA, Bush. Nas duas reportagens da edição não é possível identificar uma imagem definida sobre o Brasil, mas as duas retratam o posicionamento do país que segue a tradição diplomática de seguir os ritos e buscar a solução de conflitos pela via pacífica.

4.5 GOVERNO LULA

Quando eleito o primeiro presidente brasileiro de origem operária, sindicalista e de um partido trabalhista, as expectativas eram de diminuição das desigualdades sociais. E o reflexo na política externa foi a presença dos temas sociais na agenda internacional. Em janeiro de 2003, no Fórum Econômico Mundial de Davos, o primeiro evento internacional de Lula como presidente do Brasil, ele defendeu o aumento da ajuda dos países ricos para combater a fome nos países em desenvolvimento (Vigevani; Cepaluni, 2007). Em uma demonstração da orientação da política externa brasileira.

De acordo com Guilherme Casarões, o período foi marcado por uma transformação na PEB:

O governo Lula mudou a política externa em muitas maneiras. Primeiro, ele levou o reconhecimento global do Brasil a um nível totalmente diferente, de modo que a voz da nação pudesse finalmente ser ouvida em negociações multilaterais, nos conflitos internacionais, nas instituições financeiras, e em contatos bilaterais com credibilidade e assertividade. Em segundo lugar, ele restaurou a estratégia desenvolvimentista aberta que marcou a política externa brasileira na segunda metade do século XX. Terceiro, como foi afirmado no discurso de inauguração do chanceler Celso Amorim em 2003, contribuiu para envolver ‘a sociedade como um todo’ nos assuntos externos, tornando a agenda global do país particularmente evidente entre os atores domésticos (2012, p. 231).

A política externa sob os governos de Lula da Silva (2002/2010) foi marcada pelo o que os autores classificam como “Autonomia pela Diversificação”¹⁸ (Vigevani; Cepaluni, 2007; Neves Jr., 2011). Desta forma, “a política da autonomia internacional pela diversificação das parcerias e espaços de ação, se configura em três diretivas gerais. A primeira e mais evidente é o da valorização da cooperação internacional sentido *Sul-Sul*” (Neves Jr., 2011, p. 50). A segunda diretiva é a de intensificação da integração regional. E a terceira evidência de mudança na condução da PEB, segundo o autor, se refere ao fortalecimento da liderança brasileira, por meio da diplomacia presidencial.

A orientação da política externa brasileira sob o governo de Lula teve o propósito de estabelecer parcerias com países desenvolvidos e em desenvolvimento. Além da cooperação internacional do eixo Sul-Sul, a parceria entre os emergentes, Brasil, Rússia, Índia e China, deu origem ao BRIC; após a anexação da África do Sul ao grupo, no ano de 2011, passou-se a chamar BRICS. E para intensificar o eixo Sul-Sul, em 2003, foi criado o IBAS, formado pela Índia, Brasil e África do Sul. A intenção era “alterar a geografia do poder mundial, buscando um melhor equilíbrio nas relações Norte-Sul” (Vigevani; Cepaluni, 2007, p. 282).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

Até 2006, os BRICs não estavam reunidos em mecanismo que permitisse a articulação entre eles. O conceito expressava a existência de quatro países que individualmente tinham características que lhes permitiam ser considerados em conjunto, mas não como um mecanismo. Isso mudou a partir da Reunião de Chanceleres dos quatro países organizada à margem da 61^a. Assembleia Geral das Nações Unidas, em 23 de setembro de 2006. Este constituiu o primeiro passo para que Brasil, Rússia, Índia e China comesçassem a trabalhar coletivamente. Pode-se dizer que, então, em paralelo ao conceito “BRICs” passou a existir um grupo que passava a atuar no cenário internacional, o BRIC. Em 2011, após o ingresso da África do Sul, o mecanismo tornou-se o BRICS (com “s” maiúsculo ao final). (site Ipea).

¹⁸ Os autores definem a diretriz de autonomia pela diversificação, como: “a adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional” (VIGEVANI E CEPALUNI, 2007, p. 283).

Ao traçar as diferenças entre a política externa sob o governo de Fernando Henrique Cardoso e Lula, Neves Jr. (2011) aponta que há práticas neoliberais entre os dois, porém no segundo estariam restritas às práticas comerciais, preservando e aumentando a força do Estado. “Essas diretrizes resgatam, então, uma prática de desenvolvimento nacional autônomo, guiado pelos interesses internos” (Neves Jr., 2011, p. 49).

Outro aspecto bastante característico do período no âmbito da política externa, é a intensificação do processo de integração regional. Dois exemplos práticos dessa integração é o fortalecimento do Mercosul e a criação da UNASUL. A criação do bloco da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) foi formalizada em 2008, no Brasil, e é composta por: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Segundo Vigevani e Cepaluni (2007), as principais mudanças no período podem ser explicadas pelas seguintes diretrizes:

(1ª) contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo; (2ª) fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; (3ª) adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural etc.; e (4ª) evitar acordos que possam comprometer a longo prazo o desenvolvimento. (2007, p. 291).

Os autores destacam ainda que a defesa da soberania nacional foi mais intensa no período de Lula da Silva do que durante os mandatos do seu antecessor. O que é evidenciado nas negociações no âmbito da ALCA, em que os dois principais países negociadores eram Brasil e EUA.

A diplomacia brasileira, por meio da diretriz da autonomia pela diversificação, “deixou de lado as negociações meramente ‘técnicas’ para enfatizar a defesa da soberania e do interesse nacional, com visão mais crítica das vantagens e desvantagens da liberalização comercial em uma situação de assimetria em relação aos países ricos” (Vigevani; Cepaluni, 2007, p. 317).

Durante os mandatos de Lula da Silva também encontra destaque a ideia de diplomacia presidencial. Já que o presidente disponha de prestígio no cenário internacional¹⁹, participando de diversos eventos, mas também realizando visitas oficiais a diversos países. O que pode ser

¹⁹ Luiz Inácio Lula da Silva obteve diversas honrarias no exterior, entre elas vários títulos *honoris causa*. Conforme reportagem do jornal Folha de S. Paulo, de 2011: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/981581-ex-presidente-lula-recebe-hoje-mais-um-titulo-de-doutor.shtml>>

também evidenciado nos pronunciamentos do Brasil na abertura da Assembleia Geral da ONU, tendo visto que durante seus mandatos, Lula discursou em seis edições. Apenas no ano de 2005, quem proferiu o discurso de abertura foi o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim.

Os dois períodos da política externa nacional, com FHC (1995/2002) e com Lula (2003/2010), mantiveram algumas continuidades, mas com ajustes e mudanças de programas (Vigevani; Cepaluni, 2007). Embora os principais objetivos perseguidos fossem os mesmos: de desenvolvimento econômico e social para o Brasil.

4.5.1 Os discursos diplomáticos no governo Lula

Em seu primeiro discurso na ONU, durante a 58ª Assembleia Geral, o presidente Lula defendeu, sobretudo, a erradicação da fome. Além dos valores de paz, segurança, desenvolvimento social e democracia, também defendeu aspectos ligados à condução da PEB em seu governo, como o multilateralismo, a integração regional, a cooperação internacional, a soberania das nações, a reforma da ONU e do Conselho de Segurança com uma vaga permanente para o Brasil. Abaixo aprofundamos a análise através das estratégias argumentativas elencadas.

Podemos observar que a estratégia de Consequência é usada na defesa da reforma da ONU e no combate à fome e à miséria. A Regra de Justiça é acionada na defesa da igualdade econômica entre nações. E a Analogia traça um comparativo entre o bem e o mal no uso da violência. A estratégia argumentativa é utilizada na defesa que o presidente faz sobre a resolução de problemas através do diálogo. Os valores defendidos pelo presidente são também identificados nos usos da figura de linguagem de metáfora.

Além disto, o uso do Ethos reforça a imagem do Brasil e da América do Sul como região pacífica e harmoniosa. Outro aspecto do discurso diplomático proferido pelo presidente que destacamos é o uso do apelo a emoções, por meio da crença religiosa ou espiritual: “Quanto mais a humanidade parece aproximar-se de Deus pela capacidade de criar, mais o renega pela incapacidade de respeitar e proteger suas criaturas. Quanto mais o celebramos ao gerar riquezas, mais o ferimos por não saber, minimamente, reparti-las”. A estratégia foi usada como argumento pelo combate à fome.

Quadro 14 – 23 de setembro de 2003, ONU – Luiz Inácio Lula da Silva:

Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Ethos	<p>“o humanismo tolerante, pacífico e corajoso que espelha a alma libertária do Brasil”.</p> <p>“um continente que hoje se distingue pela convivência harmoniosa e constitui um fator de estabilidade mundial”.</p> <p>“O Brasil tem se esforçado para praticar com coerência os princípios que defende”.</p> <p>“A América do sul afirma-se, cada vez mais, como região de paz, democracia e desenvolvimento”.</p>
Consequência	<p>“Não podemos confiar mais na ação militar do que nas instituições que criamos com a visão da História e a luz da Razão. A reforma da ONU tornou-se um imperativo, diante do risco de retrocesso no ordenamento político internacional.”</p> <p>“Precisamos nos engajar – política e materialmente – na única guerra das qual sairemos todos vencedores: a guerra contra a fome e a miséria.”</p>
Regra de Justiça	<p>“Somos favoráveis ao livre comércio, desde que tenhamos oportunidades iguais de competir.”</p>
Analogia	<p>“‘A violência, quando parece produzir o bem, é um bem temporário; enquanto o mal que faz é permanente’.”</p>
Metáfora	<p>“competência de Sérgio nutria-se das únicas armas que sempre acreditou: o diálogo, a persuasão”</p> <p>“A ONU não foi concebida para remover os escombros dos conflitos”</p> <p>“Não temos mais o direito de dizer que não estávamos em casa quando bateram à nossa porta e pediram solidariedade.”</p> <p>“Com ousadia e pés no chão.”</p> <p>“A verdadeira paz brotará da democracia, [...] do desmantelamento dos arsenais mortíferos”.</p>

Em 2006, último ano do seu primeiro mandato, Lula mais uma vez abriu a Assembleia Geral da ONU, em 19 de setembro. A luta contra a fome e a miséria mundiais continuou sendo a principal bandeira defendida no discurso diplomático. Ao lado de valores como desenvolvimento econômico e social para alcance da paz, multilateralismo, democracia, direitos humanos e direito internacional.

O presidente iniciou o seu pronunciamento falando sobre os resultados de políticas públicas adotadas pelo governo no âmbito doméstico e, em seguida, introduz o tema da luta pelo fim da fome em escala mundial. Identificamos o uso da estratégia argumentativa de Analogia, em que é feita uma comparação entre a fome e a violência. Em seguida, o Exemplo é utilizado como estratégia argumentativa na defesa de que os países invistam em recursos para a área social; a Guerra do Golfo é lembrada como um dos casos em que bilhões de dólares

poderiam ter sido usados para outro fim. A Regra de Justiça também é utilizada na defesa do argumento de que investimentos precisam ser feitos para acabar com a miséria.

A defesa do multilateralismo é evidenciada com o uso da estratégia argumentativa de Consequência. O seu resultado seria a aproximação das nações, a manutenção da paz, a defesa dos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento sustentável. A defesa do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança mais uma vez é tema do discurso diplomático brasileiro, sob o argumento de que “Isso tornaria o órgão mais democrático, legítimo e mais representativo”. A integração regional e o Mercosul também foram defendidos no discurso do Brasil: “Estamos expandindo o Mercosul e fortalecendo a Comunidade Sul-Americana de Nações. O futuro do Brasil está vinculado ao de seus vizinhos”. Podemos verificar também, conforme a quadro 15, que a figura de linguagem de metáfora foi bastante utilizada na abordagem de vários assuntos que analisamos.

Quadro 15 – 19 de setembro de 2006, ONU – Luiz Inácio Lula da Silva:

Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Analogia	“Onde existe a fome não há esperança, há desolação e dor. A fome alimenta a violência e o fanatismo e um mundo de famintos nunca será um lugar seguro”.
Exemplo	“Todos aqui também sabem que a segunda guerra do Golfo custou centenas de bilhões de dólares. Com muito menos poderíamos mudar a triste realidade de uma grande parcela da população mundial, poderíamos aliviar o sofrimento dessas pessoas, retirá-las da indigência e salvar milhões e milhões de vida”.
Regra de Justiça	“É preciso dar aos pobres razões para viver, não para matar ou morrer. A grandeza dos povos não está no belicismo, mas no humanismo. E não há verdadeiro humanismo sem o respeito ao outro, ao que é, sim diferente de nós, mas nem por isso menos digno, menos precioso, nem por isso com menos direito à felicidade, criatura que somos do mesmo criador”. “Soluções permanentes para a miséria só vão existir se os países mais pobres tiverem a oportunidade de progredir pelo seu próprio esforço. Desde que, livre e justo, o comércio internacional, será um valioso instrumento para gerar riqueza, distribuir renda e criar empregos”.
Consequência	“O Brasil é um firme defensor das organizações multilaterais como espaço de cooperação e diálogo. Não há modo mais efetivo de aproximar os estados, manter a paz, proteger os direitos humanos, promover o desenvolvimento sustentável e construir soluções negociadas para os problemas comuns”.
Ethos	“O Brasil acredita no diálogo”.
Metáfora	“a guerra só gera monstros”

	<p>“Nosso esforço coletivo começou a dar frutos” “A fome e a doença são irmãs gêmeas” “engajados nessa guerra, a guerra contra a degradação do ser humano” “É essencial nos libertarmos das amarras do protecionismo” “A velha geografia do comércio internacional” “perigosa erosão da credibilidade”</p>
--	---

No primeiro ano do seu segundo mandato, Lula novamente discursou na abertura da Assembleia Geral da ONU. O tema da Assembleia em 2007 foram as mudanças climáticas. Durante o seu pronunciamento, o presidente propôs a realização da Rio+20 no Brasil.

Ao abordar a questão das mudanças climáticas e cobrar dos países o cumprimento dos acordos e protocolos de proteção do meio ambiente, Lula diz ser “preciso reverter essa lógica aparentemente realista e sofisticada, mas na verdade anacrônica, predatória e insensata, da multiplicação do lucro e da riqueza a qualquer preço”. Pontos que também são possíveis de identificar através da estratégia argumentativa de Consequência, em que o resultado da manutenção do desenvolvimento não sustentável é o aumento dos riscos de catástrofes ambientais. Ainda sobre o tema de proteção ao meio ambiente, o brasileiro defendeu os biocombustíveis e abordou a redução do desmatamento da Amazônia.

O acionamento da estratégia argumentativa de Regra de Justiça remete a outro tema abordado por Lula e que se refere à luta pelo combate à fome e às desigualdades. Reforçado no uso da metáfora sobre a falta de renda que afeta homens, mulheres e crianças. E a estratégia de Exemplo foi usada na defesa da paz e do fim de conflitos entre nações que é uma das missões das Nações Unidas, como relembra o discurso diplomático do Brasil. E a estratégia de Ethos é acionada em diferentes momentos e remonta a todos os temas abordados, em que o Brasil e o governo têm atuado na defesa do meio ambiente, no combate à desigualdade e na integração.

O presidente ainda ressaltou as ações do Brasil em cooperação a países da África e Haiti. Defendeu também a integração regional e valorização do Mercosul, o multilateralismo e a paz como resultado da redução das desigualdades. E, novamente, a reforma do Conselho de Segurança foi abordado, com o Brasil se colocando como candidato à membro permanente. Com base na leitura atenta do discurso diplomático do Brasil e das estratégias argumentativas identificadas, consideramos que a imagem projetada do Brasil, a exemplo do discurso anterior, é de país que está trabalhando, se desenvolvendo e é cooperativo com os demais. E a paz é um valor que será conquistado através da justiça social mundial.

Quadro 16 – 25 de setembro de 2007, ONU – Luiz Inácio Lula da Silva:

Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Consequência	“Não nos iludamos: se o modelo de desenvolvimento global não for repensado, crescem os riscos de uma catástrofe ambiental e humana sem precedentes”.
Ethos	“O Brasil tem feito esforços notáveis para diminuir os efeitos da mudança do clima.” “o Brasil não abdica, em nenhuma hipótese, de sua soberania e nem de suas responsabilidades sobre a Amazônia.” “Estamos construindo um Brasil cada vez menos desigual e mais dinâmico.” “O Brasil orgulha-se da contribuição que tem dado para a integração sul-americana, sobretudo no Mercosul.” “O Brasil continuará a trabalhar para que essa expectativa tão elevada se torne definitivamente realidade.”
Regra de Justiça	“O combate à fome e à pobreza deve ser preocupação de todos os povos. É inviável uma sociedade global marcada pela crescente disparidade de renda. Não haverá paz duradoura sem a progressiva redução das desigualdades.”
Exemplo	“Ao entrar neste prédio, os delegados podem ver uma obra de arte presenteada pelo Brasil às Nações Unidas há 50 anos. Trata-se dos murais “Guerra” e “Paz”, pintados pelo grande artista brasileiro Cândido Portinari. O sofrimento expresso no mural, que retrata a guerra, nos remete à alta responsabilidade das Nações Unidas de afastar o risco de conflitos armados.”
Metáfora	“falta de renda que golpeia quase um bilhão de homens, mulheres e crianças”

Em 2010, último ano do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quem proclamou o discurso diplomático do Brasil foi o chanceler Celso Amorim. Em sua fala o ministro destacou políticas públicas brasileiras do âmbito doméstico voltadas à diminuição das desigualdades sociais. Também abordou e defendeu uma das principais marcas da PEB no período que foi a cooperação entre países do eixo Sul-Sul; a política de integração regional com países da América do Sul, através do fortalecimento do Mercosul e criação da Unasul; defendeu o Direito Internacional e as soluções pacíficas para conflitos entre nações, citando o caso da guerra do Iraque; o multilateralismo e outros.

Além dos valores que apontamos acima, por meio das estratégias argumentativas analisadas podemos perceber mais alguns aspectos do discurso diplomático. Dentre eles, identificamos que a estratégia de Entimema é utilizada pelo chanceler para se opor aos conflitos, como o do Iraque, e na defesa dos Direitos Humanos. Percebemos que nos dois momentos destacados no quadro 17, fica subentendido, respectivamente, que a invasão do Iraque pelos

EUA se deu mediante relatórios tendenciosos por conta de objetivos políticos escusos; e que alguns países têm sido arrogantes e não estão se baseando em um tratamento igualitário perante as demais nações na defesa dos Direitos Humanos. A estratégia de Regra de Justiça aparece no texto em apoio a um acordo internacional para a mudança climática e sobre os Direitos Humanos.

A estratégia argumentativa de Ethos nos auxilia a compreender de forma mais clara a imagem de si que é projetada pelo discurso diplomático do Brasil. Desta forma, somando-se à leitura atenta da íntegra do discurso e das demais estratégias argumentativas utilizadas, consideramos que alguns aspectos sobre o país são enfatizados, sobretudo, a ideia de uma nação que coopera com todos, mas que também está em pleno desenvolvimento e seguirá trabalhando na garantia da paz, dos direitos humanos e da igualdade. Neste sentido, constatamos também que estes valores estão presentes em todos os discursos e se mostram como a tônica da visão da PEB no período Lula.

Quadro 17 – 23 de setembro de 2010, ONU – Celso Amorim:

Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Ethos	<p>“Ao longo dos dois mandatos do Presidente Lula, o Brasil mudou.”</p> <p>“O Brasil orgulha-se de já ter cumprido quase todas as metas e de estar a caminho de alcançar, em 2015, todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”</p> <p>“O Brasil vem se empenhando em ajudar outros países a replicar experiências bem sucedidas.”</p> <p>“o Brasil moveu-se na cena internacional impulsionado pelo sentido da solidariedade.”</p> <p>“o espírito integracionista que anima os sul-americanos”</p> <p>“O Brasil [...] não se furtará a dar sua contribuição para a Paz a que todos anseiam.”</p> <p>“o Brasil continuará lutando para fazer desses ideais uma realidade”</p>
Entimema	<p>“em 2003, o mundo vivia sob a sombra da invasão do Iraque. É de esperar-se que tenhamos aprendido as lições daquele episódio. É preciso rejeitar a fé cega em relatórios de inteligência feitos sob medida para justificar objetivos políticos.”</p> <p>“Na nossa visão, o diálogo e a cooperação são mais efetivos para assegurar o exercício dos Direitos Humanos do que a arrogância baseada em uma suposta superioridade moral autoconferida.”</p>
Regra de Justiça	<p>“Para avançar nessa matéria, é preciso que os países deixem de esconder-se de uns atrás dos outros. O Brasil, como outros países em desenvolvimento, fez a sua parte. Mas, em Copenhague, várias delegações, sobretudo do mundo rico, procuraram justificativas para se esquivarem de suas obrigações morais e políticas. Esqueceram-se de que com a natureza não se negocia.”</p>

	“Temos um compromisso inabalável com a promoção dos Direitos Humanos. Favorecemos um tratamento não seletivo, objetivo e multilateral dos direitos humanos. Um tratamento sem politização ou parcialidade, em que todos – ricos ou pobres, poderosos ou fracos – estejam submetidos ao mesmo escrutínio.”
Metáfora	“o mundo vivia sob a sombra da invasão do Iraque”

4.5.2 Os discursos jornalísticos no governo Lula

No dia da 58ª Assembleia Geral da ONU, 23 de setembro de 2003, a Folha de S. Paulo publicou uma reportagem sobre o tema. O texto assinado pelo enviado especial à Nova York, Kennedy Alencar, intitulado “Lula faz crítica à ação antiterror dos EUA”, traz um posicionamento claramente em oposição ao discurso do Brasil na ONU e à política externa do presidente Lula. A lógica do conflito e da oposição está presente em vários trechos do texto em que os verbos “atacar” e “criticar” são utilizados com frequência. Os fragmentos que elencamos na estratégia argumentativa de Entimema (no quadro 18) demonstram o posicionamento do veículo ao simplificar a questão abordada. Isto porque o texto não esclarece os motivos pelos quais o Brasil se posicionava contrário à chamada “ação antiterror” dos EUA. Apesar de criticar o discurso diplomático brasileiro, a Folha, ao menos nesta reportagem, não explica que os EUA haviam invadido o Iraque e desrespeitado decisões do Conselho de Segurança da ONU sobre ações militares no país.

Para compreender melhor o posicionamento do jornal e verificar se se mantinha em demais publicações da edição, analisamos dois textos da página 11. Um deles sobre a participação do presidente Lula em um seminário sobre o terrorismo e o outro sobre um possível encontro dele com o presidente dos EUA, George Bush. Constatamos que a Folha manteve o posicionamento crítico sobre a fala de Lula no seminário e utilizou da ideia de antecipação (que simplifica o discurso jornalístico) para afirmar que o brasileiro deveria usar a mesma abordagem no seu pronunciamento na Assembleia Geral das Nações Unidas. No segundo texto, “Encontro entre Lula e Bush ainda é incerto”, o jornal se utiliza de diversas qualificações que enfatizam a lógica do conflito. Como é possível observar nos fragmentos: “o Brasil aumenta a agressividade de sua política externa em relação aos EUA”; “foi um marco da política agressiva brasileira em relação aos países ricos e aos EUA”; e ainda “a ação do G-23 contribuiu para o fracasso das negociações. Amorim trocou farpas com autoridades da União Européia e dos EUA”. Estes dois textos não terão as estratégias argumentativas elencadas, visto que não abordam a participação do Brasil na ONU, mas são importantes para auxiliar a compreensão da construção noticiosa da Folha de S. Paulo sobre a PEB.

Quadro 18 – edição de 23 de setembro de 2003 da Folha de S. Paulo:

Título	Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Lula faz crítica à ação antiterror dos EUA	Entimema	<p>“Em mais um gesto para marcar diferenças com a administração de George W. Bush, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva atacou duramente ontem a política de combate ao terrorismo dos Estados Unidos”</p> <p>“No seminário ‘Combatendo o Terror pela Humanidade’, Lula atacou os terroristas, mas até quando se referiu ao 11 de Setembro o fez também de modo crítico em relação aos EUA.”</p>
	Metáfora	<p>“Lula bateu pesado ao defender reformulação da ONU”</p> <p>“Todo o pronunciamento de Lula teve como pano de fundo”</p>

Um dia após a Assembleia Geral da ONU, a Folha de S. Paulo dedicou várias páginas sobre o tema. Já na capa da edição o destaque foi para o “ataque” de Lula, do presidente da França e do secretário-geral da Organização aos EUA. Mais uma vez o uso do verbo “atacar” é amplamente usado e reforça o enquadramento de conflito, situação em que os países contra a guerra são os que “atacam”.

No dia 24 de setembro, a Folha publicou quatro textos que abordam o discurso do Brasil na ONU. Abaixo a quadro com as estratégias argumentativas identificadas e, em seguida, prosseguimos com as análises. Nos textos desta edição o posicionamento da Folha de S. Paulo segue sendo evidenciado. Em “Lula critica Bush e defende ‘nova ONU’” o discurso jornalístico afirma que Lula: “subiu o tom das críticas aos EUA”, “apelou aos países ricos”, usou “críticas mais fortes”, “atacou” em condenação à guerra, mas teve “conversa amistosa” com Bush. Nesta reportagem o jornal explica que o Iraque estava “ocupado e controlado pelos EUA”.

Em “Discurso tenta agradar a Kirchner” somente identificamos o uso de ironia, a qual aparece quando considera que o Brasil é visto “como bom aluno” pelo FMI. Observamos que o discurso jornalístico faz uso de qualificações para falar sobre a relação entre Brasil e Argentina, como: “criticou de modo duro”, “ironicamente a citação de Lula”, discurso para “agradar” Kirchner, e Argentina “com menos força”. Na reportagem da página A-10, sobre a proposição feita por Lula em seu discurso na ONU para um fundo contra a fome, identificamos

apenas o uso das figuras de linguagem de metáfora e ironia que foram reproduzidas do discurso do presidente Lula. O texto basicamente retoma trechos do discurso do brasileiro e acrescenta a informação de que Noruega, Suécia e França se comprometeram em contribuir ao fundo contra a fome. Na mesma página, outro texto “Proposta surgiu após encontro do G-8 na França” aborda o mesmo tema. Nele não identificamos nenhuma estratégia argumentativa ou figura de linguagem.

Deixamos por último as observações sobre o artigo de opinião assinado por Clóvis Rossi, já que ele nos ajuda a compreender a imagem do Brasil que é projetava no discurso jornalístico. Mesmo sendo um artigo, cuja opinião não necessariamente é a mesma do veículo, Clóvis Rossi era colunista e membro do Conselho Editorial da Folha. O texto assinado por ele somado aos demais da edição nos permite compreender que a Folha de S. Paulo demonstra descrédito não somente com o governo Lula e o Partido dos Trabalhadores, mas também com o Brasil e sua política externa. Destacamos os fragmentos: “O Brasil é um parceiro importante no jogo comercial global, mas ainda é muito secundário quando se fala de alta política” e “que o PT e o presidente não caíam na vã ilusão de achar que o mundo está se dobrando diante do Brasil só porque eles chegaram ao poder”.

Quadro 19 – edição de 24 de setembro de 2003 da Folha de S. Paulo:

Título	Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
O ruído e o silêncio (artigo de opinião - Clóvis Rossi)	Consequência	“Depois da fala de Lula, Bush foi claro: o processo de restabelecimento da autonomia iraquiana ‘não será nem apressado nem atrasado pelos desejos de outras partes’.”
	Metáfora	“Bush não deu a mínima bola” “Mas é só sair um milímetro que seja da ‘linha justa’ e pronto: lá vem descaso, na hipótese benigna, ou uma tremenda carga de reprimendas”
	Ironia	“essa surdez seletiva”

Lula critica Bush e defende ‘nova ONU’	Exemplo	“Ao dizer que sua ‘experiência de vida e trajetória política’ ensinaram-lhe a acreditar na ‘força do diálogo’, afirmou que nunca se esqueceria de uma lição de Mahatma Gandhi – líder da Índia que pregava a não-violência ao lutar contra o domínio britânico na primeira metade do século passado”
	Ironia	“em outra alfinetada em Bush”
Discurso tenta agradar a Kirchner	Ironia	“o Brasil sendo visto como bom aluno pelo FMI, a Argentina fica com menos força”
Lula volta a propor fundo contra a fome	Metáfora	“a única guerra da qual sairemos vencedores: a guerra contra a fome” “a verdadeira paz brotará da democracia”
	Ironia	“não tinham o direito de dizer aos famintos que esperem pelo próximo século”

No ano de 2006, o jornal Folha de S. Paulo não publicou nenhuma reportagem ou artigo de opinião sobre o discurso do Brasil na 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Apesar de o encontro mundial ter sido destaque da página A-15, o foco foi sobre o discurso do presidente dos EUA, George Bush, e para o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, e até mesmo para o presidente da Bolívia, Evo Morales. Na página, o discurso do Brasil mereceu poucas linhas: “Momentos antes, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que abriu os discursos de chefes de Estado, criticou a campanha belicista dos EUA e disse que a ‘guerra traz insegurança e só gera monstros””.

Na página A-10 da mesma edição, a pauta da reportagem foi sobre entrevista de Lula, em Nova York, acerca das eleições presidenciais e um escândalo que envolvia o ex-assessor especial da Secretaria Particular da Presidência, Freud Godoy. O discurso do presidente na ONU é resumido ao fim do texto em um parágrafo: “A guerra do Iraque foi um dos principais temas do discurso que Lula fez na abertura da assembléia. O presidente falou ainda sobre o combate à fome, Bolsa Família e o comércio mundial. ‘Se não quisermos globalizar a guerra, é preciso globalizar a justiça’, discursou”. Para ilustrar a reportagem foi usada uma foto de Lula recebendo o Prêmio de Estadista do Ano 2006. Além da foto não há nenhuma outra menção à premiação entregue ao presidente na noite anterior, também nos EUA.

Tendo em vista que, discursos proferidos na Assembleia Geral das Nações Unidas foram pautas discutidas no jornal, consideramos que há um descrédito da Folha de S. Paulo com o discurso do Brasil – o que também significa um descrédito com a política externa brasileira no período. Não abordar o discurso do presidente brasileiro pode ser também o reflexo do descaso do jornal para com o governo Lula que era candidato à reeleição.

Em 2007, o destaque do jornal Folha de S. Paulo sobre o encontro mundial da Assembleia Geral das Nações Unidas aconteceu no dia posterior sua realização. Em 26 de setembro foram publicados um editorial, um artigo de opinião, duas reportagens e uma entrevista sobre o discurso de Lula na ONU. O foco dos textos foi a questão climática e a proposição do Brasil em realizar a Rio+20 no ano de 2012.

Começamos pelo editorial, já que é o espaço em que o jornal expõe claramente o seu posicionamento. O texto até marca pontos de concordância com o discurso do presidente, quando se refere que Lula acertou ao defender um acordo internacional para conter a emissão de gases de efeito estufa. E se posicionou contra a sugestão do uso de biocombustíveis produzidos a partir da cana-de-açúcar. Apesar de concordar que se os países em desenvolvimento não cumprirem metas estabelecidas para proteção climática a temperatura do planeta pode aumentar mais que 2°C, salienta que essa não é “mais uma bravata” do presidente. Este e demais trechos irônicos salientam à contrariedade do jornal com vários pontos defendidos no discurso diplomático do Brasil.

Nas demais publicações da edição aqui analisadas identificamos poucas estratégias argumentativas. Na análise de Marcelo Leite, publicada na página A-4, identificamos o uso da ironia, bastante comum nos artigos de opinião, e o acionamento da estratégia de Entimema – em que fica implícito que o aumento do cultivo de cana-de-açúcar pode provocar aumento da área de desmatamento da Amazônia para criação bovina. Mais uma vez a defesa do álcool como biocombustível é representada como “conversa de vendedor”, ou seja, o jornal demonstra descrédito com a proposta do Brasil. Na página A-5, o enquadramento da reportagem “Rodada Doha²⁰ sai neste ano, diz presidente” é de dúvida sobre a realização do acordo. O último texto analisado é a entrevista realizada pela Folha com o ex-presidente do Chile, Ricardo Lagos, que era enviado especial da ONU sobre mudanças climáticas. As estratégias argumentativas que destacamos são em fragmentos da fala do entrevistado, então não ajudam a esclarecer o

²⁰ “A Rodada Doha, também conhecida como Rodada do Desenvolvimento, tem como motivação inicial a abertura de mercados agrícolas e industriais com regras que favoreçam a ampliação dos fluxos de comércio dos países em desenvolvimento”. Disponível em: <<http://mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/contatos/9-assuntos/categ-comercio-exterior/363-certificado-form-33>>. Acesso em: 11 de set. de 2023.

posicionamento do veículo. Embora o destaque do subtítulo seja: “Ex-presidente do Chile e representante da ONU para mudança climática afirma que discurso de Lula ontem foi ‘um marco’”.

Com base na análise dos textos da edição da Folha de S. Paulo consideramos que a imagem pública que é projetada é de desconfiança sobre a política externa do governo Lula, o que acaba se expandindo como imagem pública do país.

Quadro 20 – edição de 26 de setembro de 2007 da Folha de S. Paulo:

Título	Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Lula e o clima (editorial)	Regra de Justiça	“Espera-se que a vaga menção presidencial à “participação” dos países em desenvolvimento marque inflexões da posição brasileira.”
	Consequência	“mas é certo que, se países em desenvolvimento como China, Índia e Brasil não aceitarem e cumprirem metas de redução [...] vai ser impossível limitar a 2°C o aumento médio da temperatura”
	Ethos	“o Brasil vem se recusando a comprometer-se com metas de redução”
	Ironia	“aproveitou a ocasião para vender ao mundo a idéia de biocombustíveis” “congratulouse-se por avanços no combate à miséria” “pressagiou para muito em breve seu Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, o PEMC [...] que agora ganha marketing em escala mundial” “[o Brasil] mostra-se alérgico aos que sugerem ‘zerar’ o desmatamento” “Essa não é apenas mais uma bravata de Lula”
Na ONU, Lula anuncia plano para clima e propõe ‘Rio+20’	Metáfora	“a expansão do consumo de álcool ‘roubaria’ terras” “para evitar que o álcool complique a questão alimentar”

Números selecionados ajudam discurso (artigo de opinião – Marcelo Leite)	Entimema	“Mesmo que a cana venha a ocupar apenas pastagens, como alegam canavieiros, os bois terão de comer capim em algum lugar. É na Amazônia que mais cresce a pecuária bovina nacional.”
	Ironia	“Lula apresentou-se mais como um mascote dos biocombustíveis [...] do que como estadista da onda verde-global” “É um feito e tanto, para ambientalista inglês nenhum deixar de ver.” “Seu item principal de venda” “Críticos como o mui companheiro Fidel Castro” “se este não se revelar só mais uma promessa de vendedor.”
Rodada de Doha sai neste ano, diz presidente	Metáfora	“Sentindo-se vitaminado por uma série de encontros” “Os EUA são peça fundamental para um acordo” “‘Acho que há um clima’.” “O norte-americano acenou diminuir subsídios”
País pobre terá meta no clima, diz Lagos (entrevista com Ricardo Lagos)	Ethos	“O Brasil enviou uma mensagem: a primeira responsabilidade é do mundo desenvolvido, mas nós, os países em desenvolvimento, também temos responsabilidade”
	Exemplo	“Isso me lembra a discussão que tínhamos antes: o aquecimento global é um fenômeno humano ou é algo que acontece a cada 600 mil anos na Terra? E esse é um debate científico. Hoje ninguém discute que o aquecimento da Terra é produto da ação humana [...] O presidente Lula fez uma defesa muito forte do etanol biocombustível. Mas acho que isso, como a questão do aquecimento global, é algo que vai se resolver do ponto de vista científico.”
	Consequência	“A mudança foi entender que esse assunto se debate na ONU. Agora, estamos em negociação.”
	Metáfora	“não pode colocar o Chile e o Haiti no mesmo pé”

No ano de 2010, último do segundo mandato de Lula, novamente, a Folha de S. Paulo não publicou nenhum texto na sua edição impressa referente à participação do Brasil na

Assembleia Geral das Nações Unidas. Na capa da edição apenas um destaque para reportagem publicada na edição online sobre o discurso do presidente do Irã, cuja manifestação provocou repúdio da delegação estadunidense que deixou a Assembleia. Na versão impressa, apenas uma pequena nota no pé da página C-2 menciona o encontro internacional, sob título “Premiê soviético propõe na ONU desarmamento em três etapas”, não há menção ao Brasil.

No site da Folha foi publicado a íntegra do discurso de Celso Amorim, uma entrevista realizada pelo jornal com o ministro após o seu discurso e a reportagem “Na ONU, Amorim pede que potências evitem risco de conflito com o Irã”, baseada em trechos da fala dele. Diferente do ano de 2006, em que houve grande destaque para os discursos de outros países e nenhuma publicação sobre a participação brasileira, em 2010, o destaque foi apenas para publicação online do discurso do Irã – que era aguardado no cenário internacional. Neste caso, não consideramos que houve descaso com a participação do Brasil na ONU.

4.6 GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Dilma Rousseff (PT) foi eleita presidente do país em 2010. E foi reeleita em uma disputa acirrada em segundo turno, que disputou com Aécio Neves (PSDB), em 2014. Logo após as eleições, Aécio deu início a uma campanha de oposição à presidente alegando fraude nas eleições. A movimentação política foi além da atuação descabida de Neves e, em 2015, o processo de impeachment contra Rousseff, assinado por Janaina Paschoal, Hélio Pereira Bicudo e Miguel Reale Jr., foi acolhido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. A crise no governo Dilma foi agravada por envolvimento de membros do partido (PT) em casos de corrupção, deflagrados no âmbito da controversa Operação Lava-Jato. Com base nas chamadas “pedaladas fiscais” e de decretos de créditos suplementar aprovados, ambos referentes ao ano de 2015, o processo de impeachment contra Dilma foi aprovado pela Câmara em 17 de abril de 2016, quando ela foi afastada do cargo; e a votação final aconteceu em 1º de setembro do mesmo ano, no Senado Federal.

Souza e Santos (2014) ao analisarem a política externa do governo Dilma Rousseff, com base nos pronunciamentos da presidente na Assembleia Geral da ONU, nos anos de 2011, 2012 e 2013, destacam alguns temas abordados e, com base neles, as linhas de orientação da gestão. De acordo com a análise dos autores, a gestão Dilma enfatizou a questão de gênero. Pela primeira vez na história da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas uma mulher foi a primeira a discursar. Isto porque, o Brasil é sempre o país que dá início à sessão da reunião ordinária anual. Desta forma, a presidente enalteceu a sua presença na tribuna.

É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo este momento histórico. Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste Planeta, que, como eu, nasceram mulher, e que, com tenacidade, estão ocupando o lugar que merecem no mundo. Tenho certeza, senhoras e senhores, de que este será o século das mulheres. (Rousseff, 2011, p. 51)

Destacamos que durante seus pronunciamentos na Assembleia Geral da ONU, Dilma ressaltou: a crise econômica mundial, ênfase nas questões de gênero, a necessidade de cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o multilateralismo, as questões ambientais, a integração da região Sul-Americana e o respeito à soberania das nações com destaque ao episódio envolvendo os EUA e a descoberta de espionagem.

Desta forma, as continuidades da política externa do primeiro mandato do governo Dilma, em relação ao seu antecessor, foi a agenda econômica e social. Em conformidade com o alinhamento partidário dos dois chefes do Executivo. Entre as continuidades na condução da política externa, durante os mandatos de Rousseff e Lula, também cabe destaque à busca do Brasil pela conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU²¹.

Um tema que fugiu da tradição diplomática brasileira foi a agenda de segurança do Oriente Médio, por meio da ênfase da Primavera Árabe.

Sobre a relação entre o Brasil e os Estados Unidos, Souza e Santos (2014) defendem que houve uma breve aproximação quando foi feita a escolha do chefe da “Casa de Rio Branco”, situação em que a presidente Dilma escolheu o nome do diplomata Antônio de Aguiar Patriota, que serviu como Embaixador em Washigton. No ano de 2012 a presidente viajou ao país, ocasião em que defendeu uma “agenda do século 21” entre as duas nações, em uma demonstração de aproximação com os EUA. A visita dela ocorreu após a vinda do presidente norte-americano Barack Obama ao Brasil. Porém, conforme acreditam os autores, a aproximação durou pouco. Pois, a “reconciliação embrionária foi interrompida pela descoberta das ações perpetradas por agências de inteligência dos EUA que feriam princípios do Direito Internacional ao direcionarem a espionagem ao país” (Souza; Santos, 2014, p. 136). Em contrapartida, o ex-chanceler Antônio Patriota defende que foram estabelecidos “mais de vinte mecanismos bilaterais de diálogo e cooperação, que cobrem uma ampla variedade de temas nos níveis bilateral, regional e internacional” (2013, p. 13) entre as duas nações. De acordo com ele,

²¹ De acordo com a Fundação Alexandre Gusmão, o Conselho de Segurança da ONU é o setor responsável primeiro pela manutenção da paz e da segurança internacionais. Sendo “a única instância internacional capaz de autorizar o uso legítimo da força em caso de ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão”. Devido à importância deste espaço, ocupar um assento permanente é, sobretudo, uma posição de poder, já que os Estados-membros têm a capacidade de deliberar sobre a segurança das nações em casos de conflitos.

durante o mandato de Rousseff, oportunidades de relação entre os dois países surgiram em áreas como: recursos energéticos, infraestrutura, tecnologia e inovação, aviação, defesa e educação. Devemos levar em consideração que o período em que Patriota (2013) analisa é o momento em que esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores.

Vigevani e Aragusuku consideram que:

Ao longo do primeiro mandato de Rousseff as posições que vinculam autonomia com integração regional não se fortaleceram do ponto de vista de suas bases de sustentação política e material. No segundo mandato, as forças que optam por uma maior inserção nos mercados “globais” tem presença importante no governo. (2015, p. 144).

Para dar ênfase à política de comércio exterior, em nível bilateral e multilateral, a partir do segundo mandato, o governo Dilma realizou alinhamento estratégico entre o MRE e o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Que se refletiu na assinatura de acordo de livre comércio automotivo com o Uruguai, em 2015. E demais acordos com países latino-americanos e africanos.

Miranda (2019), considera que a condução da política externa durante o governo Dilma (2011/2016) manteve a América do Sul como prioridade, embora tenha apresentado algumas mudanças na área diplomática, com uma retração relativa acerca da área.

Ainda sobre a questão da integração regional, “a troca de ofertas para acordo preferencial de comércio entre Mercosul e União Europeia foi finalmente realizado no início de maio, após doze anos de impasse” (Casarões, 2016, p. 84). O Programa “Ciência Sem Fronteiras” também fez parte da diretriz de aproximação entre os países do eixo “norte/sul”. Segundo Patriota (2013), os Estados Unidos foi o principal parceiro do Brasil no Programa.

Em relação às questões climáticas, o destaque da gestão Rousseff no âmbito internacional é a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que aconteceu em junho de 2012, no Rio de Janeiro. A Conferência “representou um esforço de convergência em torno de um novo paradigma que associa os pilares econômico, social e ambiental na definição do desenvolvimento sustentável” (Patriota, 2013, p. 15).

Na área de cooperação internacional, Patriota (2013), destaca a relação entre Brasil e China. Em 2012, o país asiático tornou-se a principal origem das importações brasileiras. Sendo que já ocupava o posto de maior destino das exportações do Brasil, tendo destaque para os produtos agropecuários.

Compreendendo que questões relativas à política doméstica impactam ações e decisões da condução da política exterior, ressaltamos que o processo de impeachment teve reflexo decisivo nas relações exteriores do Brasil. E dificultou a adesão a novos acordos internacionais.

4.6.1 Os discursos diplomáticos no governo Dilma

Em 2011 foi a primeira participação da presidente Dilma Rousseff na Assembleia Geral das Nações Unidas. Como já mencionamos, ela enalteceu a sua participação como mulher e também defendeu o direito das mulheres e a igualdade de gênero. Dentre outros valores, ao longo do discurso ela salientou a democracia, os direitos humanos e a liberdade, a exemplo do trecho: “Como mulher, que sofreu tortura no cárcere, sei como são importantes os valores da democracia, da justiça, dos direitos humanos e da liberdade”. A valorização da mulher também é defendida por meio de uso de apelo às emoções: “As mulheres anônimas, aquelas que passam fome e não podem dar de comer aos seus filhos; aquelas que padecem de doenças e não podem se tratar; aquelas que sofrem violência e são discriminadas [...] aquelas cujo trabalho no lar cria as gerações”. Abaixo elencamos as estratégias argumentativas e, em seguida, ampliamos a análise.

Com base na identificação das estratégias argumentativas acionadas no discurso diplomático do Brasil, em 2011, constatamos que a presidente Dilma faz uma Analogia entre a ascensão de uma mulher ao poder e a conquista da democracia e da igualdade. A defesa da cooperação entre as nações para o combate à crise financeira mundial aparece através da estratégia argumentativa de Regra de Justiça, quando a presidente defende a união de todos, países desenvolvidos e em desenvolvimento. Em uma crítica aos EUA, Dilma falou sobre as intervenções militares e afirmou que elas provocam como resultado a expansão do terrorismo. O Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança foi mais uma vez tema abordado pelo discurso brasileiro. No trecho em que classificamos como Exemplo, já que a situação de candidatura do Brasil é apresentada remetendo ao fato de que o tema da reforma do Conselho era debatido há 18 anos. A figura de linguagem de metáfora foi utilizada duas vezes na abordagem da crise financeira.

Por fim, o uso da estratégia de Ethos reafirma uma imagem de país cooperativo e solidário (característica apontada sobre os brasileiros de forma geral) com as demais nações, sendo também, nas palavras da presidente, “um vetor de paz”. Além disto, os valores de desenvolvimento, paz e segurança foram atrelados ao alcance da “paz sustentável” e a diplomacia brasileira também fez a defesa dos países árabes.

Quadro 21 – 21 de setembro de 2011, ONU – Dilma Rousseff:

Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Ethos	<p>“O Brasil está fazendo a sua parte.”</p> <p>“o Brasil tem orgulho de cooperar para a consolidação da democracia naquele país.”</p> <p>“Os brasileiros se solidarizam com a busca de um ideal que não pertence a nenhuma cultura, porque é universal: a liberdade.”</p> <p>“o Brasil é um vetor de paz, estabilidade e prosperidade em sua região, e até mesmo fora dela.”</p> <p>“inspirados por nossa própria história de superação. Queremos para os outros países o que queremos para nós mesmos.”</p> <p>“O Brasil está pronto para cooperar com o mais jovem membro das Nações Unidas e contribuir para seu desenvolvimento soberano.”</p>
Analogia	<p>“Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. É a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta tribuna”</p>
Regra de Justiça	<p>“Mais que nunca, o destino do mundo está nas mãos de todos os seus governantes, sem exceção. Ou nos unimos todos e saímos, juntos, vencedores ou sairemos todos derrotados.”</p> <p>“Um novo tipo de cooperação, entre países emergentes e países desenvolvidos, é a oportunidade histórica para redefinir, de forma solidária e responsável, os compromissos que regem as relações internacionais.”</p>
Consequência	<p>“Não haverá a retomada da confiança e do crescimento enquanto não se intensificarem os esforços de coordenação entre os países integrantes da ONU e as demais instituições multilaterais”</p> <p>“O mundo sofre, hoje, as dolorosas consequências de intervenções que agravaram os conflitos, possibilitando a infiltração do terrorismo onde ele não existia, inaugurando novos ciclos de violência, multiplicando os números de vítimas civis.”</p>
Exemplo	<p>“A cada ano que passa, mais urgente se faz uma solução para a falta de representatividade do Conselho de Segurança, o que corrói sua eficácia. O ex-presidente Joseph Deiss recordou-me um fato impressionante: o debate em torno da reforma do Conselho já entra em seu 18º ano. Não é possível, senhor Presidente, protelar mais.”</p>
Metáfora	<p>“[o desemprego] Golpeia as famílias, nossos filhos e nossos maridos.”</p> <p>“O mundo se defronta com uma crise”</p>

Passamos agora à análise do discurso diplomático do Brasil no ano de 2014, último ano do primeiro mandato de Dilma Rousseff. Na 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas mais

uma vez foi a presidente quem realizou o pronunciamento. Desta vez, o discurso de Dilma, que estava em período de campanha eleitoral pela reeleição ao cargo de presidente da República, é voltado mais a um balanço das ações de governo, tanto no nível doméstico quanto da política externa.

Podemos verificar que já no início do pronunciamento Dilma reforça todos os valores que tinham sido enaltecidos em outros discursos e que perpassam todo o discurso de 2014, que são: democracia, igualdade, Direitos Humanos, desenvolvimento sustentável, Direito Internacional, paz e solidariedade. A crise financeira global foi novamente tema abordado no discurso brasileiro. Conforme defendeu a presidente, a persistência de dificuldades financeiras em todas as regiões provocou como resultado dificuldade no crescimento dos países, como identificamos no uso da estratégia de Consequência. A estratégia argumentativa de Regra de Justiça, que prevê a aplicação de tratamento igualitário para situações de mesma categoria, aparece também na defesa de uma participação mais igualitária dos países em desenvolvimento em instituições como FMI e Banco Mundial. Ela também voltou a criticar o uso de forças militares em situações de conflitos entre nações, o que também está identificado na estratégia de Consequência. Em que a intervenção militar provoca como resultado o aumento dos conflitos. Mais uma vez a reforma do Conselho de Segurança da ONU foi defendida pelo discurso. Por meio da estratégia de Entimema, fica implícita a defesa de um assento permanente para o Brasil no Conselho.

Além dos temas abordados acima, o discurso diplomático brasileiro também defendeu o multilateralismo, a cooperação internacional e a integração regional, conforme se verifica nos fragmentos: “No que se refere ao comércio internacional, impõe-se um compromisso de todos com um programa de trabalho para a conclusão da Rodada de Doha”; “Em meio a tantas situações de conflito, a América Latina e o Caribe buscam enfrentar o principal problema que nos marcou, por séculos – a desigualdade social [...]. Avançam esforços de integração, por meio do Mercosul, da UNASUL e da CELAC”. Consideramos que a imagem projetada do Brasil é a de país solidário e cooperativo.

Quadro 22 – 24 de setembro de 2014, ONU – Dilma Rousseff:

Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Consequência	“Ainda que tenhamos conseguido resistir às consequências mais danosas da crise global, ela também nos atingiu, de forma mais aguda, nos últimos anos. Tal fato decorre da persistência, em todas as regiões do mundo, de consideráveis dificuldades

	<p>econômicas, que impactam negativamente nosso crescimento.”</p> <p>“O uso da força é incapaz de eliminar as causas profundas dos conflitos. Isto está claro na persistência da Questão Palestina; no massacre sistemático do povo sírio; na trágica desestruturação nacional do Iraque; na grave insegurança na Líbia; nos conflitos no Sahel e nos embates na Ucrânia. A cada intervenção militar não caminhamos para a Paz mas, sim, assistimos ao acirramento desses conflitos.”</p>
Regra de Justiça	<p>“É imperioso também, Senhor Presidente, pôr fim ao descompasso entre a crescente importância dos países em desenvolvimento na economia mundial e sua insuficiente participação nos processos decisórios das instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário e o Banco Mundial. É inaceitável a demora na ampliação do poder de voto dos países em desenvolvimento nessas situações. O risco que estas instituições correm é perder a sua legitimidade e sua eficiência.”</p>
Ethos	<p>“O Brasil será inteiramente solidário a isso.”</p> <p>“O Brasil tem feito a sua parte para enfrentar a mudança do clima.”</p> <p>“O meu governo combate incansavelmente a violência contra a mulher em todas suas formas.”</p> <p>“O Brasil está pronto e plenamente determinado a dar a sua contribuição.”</p>
Entimema	<p>“Os 70 anos das Nações Unidas, em 2015, devem ser a ocasião propícia para o avanço que a situação requer. Estou certa de que todos entendemos os graves riscos da paralisia e da inação do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Um Conselho mais representativo e mais legítimo poderá ser também mais eficaz.”</p>

Passamos à análise do discurso de Dilma Rousseff na Assembleia Geral da ONU em 2015, primeiro ano do seu segundo mandato. Como estamos analisando os encontros da ONU no primeiro e no último ano de cada mandato presidencial, o próximo ano analisado é em 2018. Momento em que o Brasil estava sob o comando de Michel Temer.

Na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, a presidente Dilma Rousseff abriu a rodada de discursos em uma crítica à Organização. Ela apontou os avanços, mas salientou que a ONU: “Não conseguiu o mesmo Êxito ao tratar da segurança coletiva”, apontando o terrorismo e a crise de refugiados. E finalizou o pronunciamento enaltecendo o trabalho de garantia da paz e do progresso da Organização.

Por meio das estratégias argumentativas acionadas no discurso diplomático brasileiro, é possível identificar os assuntos abordados. A questão dos refugiados aparece como o resultado de ações militares que contrariaram o Direito Internacional e abriram espaço para o terrorismo,

conforme argumento defendido pelo Brasil - uma crítica do Brasil também presente nos outros discursos da presidente Dilma na ONU. Sobre o mesmo tema, o país se coloca como acolhedor aos imigrantes de várias partes do mundo. O uso da figura de linguagem de metáfora também salienta o posicionamento brasileiro. O argumento brasileiro de que ações militares impostas por algumas nações a outros países contribui para o aumento dos conflitos e expansão do terrorismo é reforçado também no acionamento da estratégia argumentativa de Analogia. Esta prática foi bastante combatida por Dilma em um posicionamento crítico aos EUA nos discursos que analisamos anteriormente.

Outro tema abordado pela presidente foi sobre a questão climática. Um dia antes da Assembleia Geral, Dilma anunciou, na Cúpula do Clima da ONU, ações do Brasil para redução das emissões de gases de efeito estufa e retomou a informação na Assembleia. As metas do Brasil foram consideradas insuficientes pela Folha de S. Paulo, como veremos adiante. Dilma defendeu o plano sob o argumento de que o país iria contribuir “para que o mundo possa atender as recomendações do Painel de Mudança do Clima” e de que seria um dos poucos em desenvolvimento a assumir o compromisso (como sinalizamos no quadro 23, na estratégia argumentativa de Consequência).

Além dos assuntos evidenciados através das estratégias argumentativas, o discurso brasileiro também defendeu a reforma da Organização das Nações Unidas e, de forma específica do seu Conselho de Segurança com ampliação dos membros permanentes, lembrando que o Brasil é um dos candidatos a ocupar tal espaço. A cooperação, a solidariedade e o desenvolvimento sustentável foram novamente defendidos pelo Brasil. As ações do governo federal para a crise financeira também foram apontadas.

Já a defesa da democracia aparece em um novo contexto no discurso do Brasil. Desde março de 2015, a presidente enfrentava protestos populares, com apoio da imprensa, pelo impeachment. “Os avanços que logramos nos últimos anos foram obtidos em um ambiente de consolidação e de aprofundamento da democracia”, afirmou a presidente. Em seguida, ela abordou, de forma indireta, as denúncias de corrupção sob o argumento do vigor das instituições democráticas, do funcionamento do Estado, da imparcialidade da justiça e dos organismos de fiscalização, investigação e punição de desvios e crimes – uma forma de dar um recado para quem deseja o seu impeachment e também de tranquilizar os investidores internacionais. Dilma ainda descreveu as bases da democracia brasileira: o Direito e o respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa, a liberdade de imprensa e a livre manifestação. A democracia e a paz surgem como definidoras da imagem que a diplomacia deseja projetar sobre o Brasil.

Quadro 23 – 28 de setembro de 2015, ONU – Dilma Rousseff:

Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Consequência	<p>“Grande parte dos homens, mulheres e crianças que aventuram temerariamente nas águas do Mediterrâneo e erram penosamente nas estradas da Europa proveem do Oriente Médio e Norte da África, onde países tiveram seus estados nacionais desestruturados por ações militares ao arrepio do Direito Internacional, abrindo espaço para o terrorismo”.</p> <p>“Por isso, anunciei, ontem, aqui na ONU, nossa INDC. Será de 43%, a contribuição do Brasil para redução das emissões de gases de efeito estufa até 2030, com base no ano de 2005. [...] O Brasil contribui, assim, para que o mundo possa atender as recomendações do Painel de Mudança do Clima, que estabelece o limite de dois graus Celsius de aumento de temperatura, neste século. Somo um dos poucos países em desenvolvimento a assumir meta absoluta de redução de emissões.”</p>
Ethos	<p>“O Brasil é um país de acolhimento”</p> <p>“Nossa região – onde imperam a paz e a democracia”</p> <p>“A ambição continuará a pautar nossas ações”</p> <p>“A democracia brasileira se fortalece quando a autoridade assume o limite da lei como o seu próprio limite.”</p>
Metáfora	<p>“erram penosamente nas estradas da Europa. [...] ações militares ao arrepio do Direito Internacional”</p> <p>“Esse inquietante pano de fundo nos impõe uma reflexão”</p> <p>“o Brasil espera, de braços abertos, os cidadãos de todo o mundo”</p> <p>“sejamos capazes de escutar a voz dos povos que representamos”</p>
Analogia	<p>“A mensagem dos murais permanece atual. Alude tanto às vítimas das guerras como aos refugiados que arriscam suas vidas em precários barcos no Mediterrâneo e a todos anônimos que buscam na ONU proteção, paz e bem-estar.”</p>

4.6.2 Os discursos jornalísticos no governo Dilma

De uma forma resumida podemos afirmar que a Folha de S. Paulo, em 2011, primeiro ano de Dilma na presidência da República, se posicionava favorável à política externa sob o governo da presidente Dilma Rousseff. Em 21 de setembro daquele ano, quando aconteceu a 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o jornal publicou dois textos que analisamos, o primeiro deles abordou, principalmente, o encontro entre Dilma e Barack Obama no dia anterior, em que trataram de ação contra a crise econômica, mas também falou sobre o encontro mundial. No texto “Dilma e Barack Obama pedem ação conjunta contra a crise”, publicado na

página A-13, não identificamos as estratégias argumentativas, o jornal apenas mencionou o que acreditava que seriam temas abordados pela mandatária. As apostas da Folha giravam em torno do assunto financeiro mundial.

Na mesma página, o texto “Estilo de presidente mistura suco de abacaxi e museus” é uma espécie de artigo de coluna social focado nos hábitos e atividades de Dilma durante a viagem à Nova York. Nele também não identificamos o acionamento das estratégias argumentativas utilizadas em nosso protocolo de análise. Mas ele nos auxilia a identificar uma certa “simpatia” do jornal por Dilma e oposição ao seu antecessor, por isso optamos por trazê-lo para a análise, apesar de não se referir ao discurso diplomático do Brasil na ONU. No texto, há vários momentos em que há caracterizações da presidente, como: “Uma chefe de Estado que caminha com segurança discreta [...], que saca o cartão de crédito pessoal e divide igualmente a conta do restaurante com os convivas e que faz questão de ir aos museus”. E afirma ser esse “o estilo da presidente”. As comparações com Lula nada tem a ver com a condução da política interna ou externa. Destacamos do texto: “ela revela maneiras diversas do antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, que não tinha o hábito de tentar escapar da imprensa”, e chegam à cômica comparação sobre ele gostar de café e ela de suco de abacaxi.

Retomando as análises dos textos que compõem nosso *corpus* de estudo, a edição do dia seguinte à Assembleia Geral das Nações Unidas tem na capa destaque para o pronunciamento da brasileira: “Presidente critica planos anticrise dos ricos na ONU”. A pequena nota menciona que Dilma “atacou” Obama e os republicanos e a China. A foto da capa da edição mostra o plenário das Nações Unidas durante o pronunciamento de Dilma, ela é identificada pelos telões dos lados direito e esquerdo acima do púlpito e à sua frente uma plateia lotada. A edição trouxe um editorial, uma reportagem e dois artigos de opinião sobre o tema e uma página com a íntegra do discurso de Dilma. Além de uma foto da presidente sentada enquanto aguardava ser chamada para discursar, a publicação conta com vários balões que explicam momentos do pronunciamento como, por exemplo, quando a presidente afirma: “Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger, pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger” – o jornal explica que esta é uma crítica à ação da Otan na Líbia, que a diplomacia brasileira considera que extrapolou a função de proteger civis da ditadura.

No editorial, o uso das metáforas aparece quando o jornal menciona os assuntos abordados no discurso do Brasil e quando apoia o posicionamento da PEB de não permanecer “aferrado” a alianças com países periféricos “a fim de limitar a influência dos EUA”. A Folha se referia à cooperação entre os países do eixo Sul-Sul que foi uma das principais ações em política externa do governo Lula, e que tinha como objetivo tornar menos desigual a relação

comercial entre os países do hemisfério norte e sul. O jornal ainda aponta que o governo brasileiro impôs barreiras contra a indústria automobilística chinesa e a favor de montadoras norte-americanas. A Folha de S. Paulo qualifica como sendo uma “correção de rota” na política externa brasileira. Esta foi a segunda comparação com a PEB sob Lula, antes já havia mencionado que a gestão de Dilma era “mais serena e menos preocupada com questões geopolíticas distantes dos interesses brasileiros”.

O artigo de opinião, assinado por Clóvis Rossi, foi publicado na página A-17. A estratégia de Exemplo é acionada para defender o argumento de que a condução que Dilma está dando à PEB é correta, o que é esclarecido através da comparação com o período Lula, trazendo como exemplo o que na opinião do jornal foi um erro - o acordo com Turquia e Irã sobre o programa nuclear iraniano. O autor também qualifica as ideias de Dilma como “precisas”. Ele utiliza a metáfora “tsunami” e “atingir as costas brasileiras” para falar sobre a crise financeira em uma crítica a famosa expressão de Lula que chamou a crise financeira mundial de 2008 de “marolinha”. Constatamos que a Folha de S. Paulo estava aprovando a condução da política externa brasileira durante o primeiro ano de governo de Dilma. O posicionamento do jornal se mostra favorável ao governo.

Em outros dois textos publicados na edição: “Na ONU, Dilma ataca ‘teorias velhas’ dos ricos contra a crise” e “Fala da presidente cita mulheres e palestinos, mas foca em economia”, não identificamos as estratégias argumentativas. O primeiro é uma reportagem assinada por Álvaro Fagundes e Verena Fornetti, publicada na página A-14 da edição. Apesar de não identificarmos as estratégias argumentativas, o texto qualifica o discurso de Dilma e o compara com os pronunciamentos de Lula ao afirmar que ela “bateu duro nos países ricos, o que lembro seu antecessor”. Destacamos também o uso do verbo “atacar” no título do texto – o que reforça o uso do conflito como estratégia discursiva do jornalismo ao falar de política. O segundo é uma análise de Nelson de Sá, publicada na página A-15, em que novamente é utilizado o verbo “atacar” para classificar a fala de Dilma sobre EUA e Europa. O texto enfatiza os veículos de mídia internacionais que deram destaque para o discurso da presidente Dilma. E, novamente, faz comparação entre a PEB sob o governo dela e sob o governo de Lula: “Embora tenha seguido o roteiro lulista de se apresentar como representante de um grupo oprimido, as mulheres, e defender a nação palestina, seu foco maior e urgente estava na deterioração da economia”.

Quadro 24 – edição de 22 de setembro de 2011 da Folha de S. Paulo:

Título	Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
A estreia de Dilma – editorial	Metáfora	“Tocou também em temas atuais” “seria um equívoco manter-se aferrado a pressupostos ultrapassados”
	Entimema	“A presidente defendeu as posições do Brasil, mas sem abrir contenciosos desnecessários ou fazer provocações inúteis. Ao mesmo tempo, mostra-se menos disposta a transigir com violações de direitos humanos em nome de alianças políticas controversas.”
O mundo de Dilma é o Brasil (artigo de Clóvis Rossi)	Exemplo	“É obvio que um governante se preocupe mais com o seu país, mas, na gestão Lula, a diplomacia brasileira meteu-se em assuntos que não diziam respeito diretamente ao Brasil, de que dá prova definitiva e irrefutável o frustrado acordo Brasil/Turquia/Irã em torno do programa nuclear iraquiano.”
	Metáfora	“estava com o olho posto em sua repercussão no Brasil” “a ‘marolinha’ em que se transformaria o tsunami financeiro de 2008 ao atingir as costas brasileiras” “mas faz 60 anos que se buscam as patas desse bicho, sem conseguir pô-lo de pé.”

Passamos agora para a análise das publicações da Folha de S. Paulo sobre a Assembleia Geral das Nações Unidas no ano de 2014, último ano do primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff. No dia 24 de setembro, data do encontro mundial, a Folha publicou a reportagem “Em NY, Dilma diz ‘lamentar’ bombardeio”, em que trata do discurso da presidente na Cúpula do Clima na ONU, o texto menciona que no dia seguinte Dilma abriria a Assembleia Geral e deveria criticar novamente a ação dos EUA na Síria. A reportagem relembra que a relação do Brasil e EUA ficou abalada após a revelação da espionagem do governo norte americano à presidente, a assessores do governo brasileiro e à Petrobras. Já na edição do dia seguinte, a Folha publicou pequeno texto sobre o discurso do Brasil: “Dilma usa fala nas Nações Unidas para exaltar sua gestão”. A edição trouxe uma reportagem e um artigo de opinião sobre o tema.

Na reportagem, tanto a estratégia de Regra de Justiça quanto o uso da metáfora aparecem em citações da fala da presidente Dilma. A Folha ressaltou que Dilma usou tom de campanha eleitoral em seu pronunciamento nas Nações Unidas, de acordo com o jornal, em entrevista aos jornalistas, ela negou que tenha usado o espaço com esse fim. Os dois trechos que destacamos no quadro 25 dizem respeito à fala de Dilma sobre a ofensiva dos EUA na Síria. Além deste tema, a Folha destacou outros pontos do discurso: fortalecimento de instituições anticorrupção, direitos humanos e crescimento econômico. A análise de Igor Gielow, publicada na mesma página A-4, traz uma crítica sobre o posicionamento de Dilma e da diplomacia brasileira em relação à ação dos EUA, resumida já no título do texto. O argumento de que a manifestação da brasileira, indiretamente, legitima o Estado Islâmico pode ser identificado também através da estratégia de Consequência, destacado em quadro. O colunista também salienta que a presidente usou o espaço para fazer campanha, conforme identificado no uso da metáfora. De forma geral, com base nos textos aqui analisados, não se verifica uma oposição do jornal sobre a condução da PEB durante o governo Dilma. Em 2011, consideramos que a Folha de S. Paulo tinha uma boa expectativa com a política externa adotada e considerou o discurso de Dilma de forma positiva. Em 2014, fim do primeiro mandato, mesmo não demonstrando oposição, o jornal apontou o que considerava como erros da presidente na condução da política externa.

Quadro 25 – edição de 25 de setembro de 2014 da Folha de S. Paulo:

Título	Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Em discurso na ONU, Dilma aborda temas de campanha	Regra de Justiça	“Gente, vocês acreditam que bombardear o Isis [antiga sigla do Estado Islâmico, em inglês] resolve o problema? Porque, se resolvesse, eu acho que estaria resolvido no Iraque. E o que se tem visto no Iraque é a paralisia”
	Metáfora	“Sabe aquele negócio quando você destampa a caixa e saem todos os demônios? Os demônios estão soltos”
Fala da presidente legitima, mesmo sem querer, grupo radical que atua na Síria (análise – Igor Gielow)	Metáfora	“usou o palanque da ONU como estúdio do seu programa eleitoral [...] elenca o que vende como conquistas dos anos do PT” “O ponto fora da curva na viagem à Nova York foi o ataque às intervenções militares” “quando não recebem resgates para financiar seu reino de terror”

		“Já o IE, com exuberâncias irracionais, deu um passo além”
	Consequência	“Ainda que tenha modulado no discurso a crítica mais direta aos Estados Unidos por sua ação contra o EI (Estado Islâmico), feita na terça (23), o contexto da fala de Dilma é o de legitimação, mesmo involuntária, do grupo radical.”

Em 2015, ano em que foi celebrada a 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, a Folha de S. Paulo abordou o assunto um dia após o evento, em 29 de setembro. A capa da edição deu destaque para a crise financeira com o título “Modelo de crescimento do país se esgotou, diz Dilma”, um pequeno texto resumiu a reportagem da página A-4. Na página A-12, a reportagem salienta as críticas de Dilma sobre a ONU e a necessidade de reformas.

Na reportagem da página A-4, o texto “Modelo que fez a economia crescer se esgotou, diz Dilma”, no qual não identificamos o uso das estratégias argumentativas, faz referência ao discurso da presidente na ONU e a um vídeo que foi divulgado no dia 7 de setembro em suas redes sociais. O foco é o posicionamento do governo sobre a crise financeira. De acordo com o jornal, o discurso diplomático de Dilma em 2015 foi mais conciso do que os anteriores. Na reportagem “Dilma critica ONU por inépcia em crises” (página A-12) identificamos somente a estratégia de Ethos do país: “O principal pleito do Brasil na ONU é obter um assento permanente no Conselho de Segurança”. A reportagem qualifica o discurso como sucinto em comparação com os anteriormente proferidos pela presidente. Os dois textos são baseados nos pronunciamentos da presidente Dilma, não sendo possível identificar um posicionamento claro do jornal sobre o discurso do Brasil na ONU ou sobre a PEB no período.

Porém, na edição do dia anterior (28 de setembro) a Folha havia dado destaque para o anúncio de Dilma sobre os objetivos do Brasil para o clima, no que considera “meta cômoda”. A foto de capa da edição mostra Dilma sozinha e séria, a foto tem um jogo de luzes – um foco de luz incide sobre um dos lados do rosto da presidente, o outro lado fica com uma sombra. Ao lado da fotografia são utilizados gráficos com os dados apresentados pelo governo como metas ambientais até 2030. O jornal considerou que a meta de redução dos gases de efeito estufa é

“mais ambiciosa dos que as anteriores, mas que não implica um sacrifício ao Brasil” e que a presidente fez “promessas conservadoras” em relação ao setor energético.

4.7 GOVERNO MICHEL TEMER

Michel Temer, vice-presidente de Dilma Rousseff, assumiu a presidência da República de forma interina, em maio de 2016. Isto porque Dilma foi afastada do cargo até que o processo de impeachment fosse julgado. Após a conclusão do processo, ele assumiu de forma definitiva até o fim do mandato, em dezembro de 2018.

“Mais do que qualquer tentativa de construção de unidade, contudo, o que se observou foi uma súbita ruptura com as linhas do governo anterior, uma mudança de rumos que conduziu praticamente todos os partidos de oposição a ministérios-chave” (Casarões, 2016, p. 81). O Ministério das Relações Exteriores foi assumido pelo então senador José Serra (PSDB).

Com o propósito de desconstruir as ações em política externa dos anos Lula/Dilma, o novo chanceler “endureceu as críticas a países considerados aliados dos governos petistas, tanto nas notas oficiais quanto nas declarações à imprensa [...] enunciou uma guinada em direção aos temas comerciais e aos chamados “parceiros tradicionais” – notadamente, EUA e Europa” (ibidem, p. 82). A principal oposição política do chanceler se configurou contra a Venezuela e sua permanência no Mercosul.

Em março de 2017 outro senador pelo PSDB assumiu o MRE, Aloysio Nunes Ferreira, que manteve o mesmo discurso “anti-ideológico” para a condução diplomática adotado pelo antecessor. “A procura por uma obliteração do viés político-partidário da diplomacia brasileira, justamente em uma conjuntura capitaneada por dois políticos de carreira, não deixa de ser algo sintomático de uma posição ideológica claramente assumida, embora sob o véu da negação” (Miranda, 2019, p. 130-131).

A questão da integração regional e a prioridade da América do Sul, que marcou sobretudo a gestão de Lula da Silva, perdeu a preponderância no mandato Rousseff, mas viu seu declínio a partir de Michel Temer. Em relação ao Mercosul, a diretriz de condução da gestão Temer estabeleceu como prioritária a relação com os países membro e, em especial, com a Argentina, mas enfatizando somente a relação mercantil (livre-comércio), sem levar em consideração os demais aspectos da integração regional (Miranda, 2019).

Outro aspecto evidenciado pelos autores (Casarões, 2016; Miranda, 2019) sobre a condução da política externa no período, se refere a quebra da tradição e da centralidade do Itamaraty no cenário das relações exteriores.

4.7.1 Os discursos diplomáticos no governo Temer

O discurso proferido na abertura da 73ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, no ano de 2018, foi feito pelo então presidente da República Michel Temer.

Conforme verificamos o discurso diplomático de Temer, em 2018, tem como principais valores defendidos a diplomacia e o multilateralismo, o diálogo e a solidariedade. Os quais são colocados em oposição à intolerância e ao unilateralismo.

A paz também continua sendo mencionada como um valor inerente ao Brasil, como é perceptível no uso da estratégia argumentativa de Analogia (destacada no quadro 25). E ainda quando o presidente se refere ao posicionamento do Brasil diante às questões do Oriente Médio e Israel: “o Brasil renova seu apoio à solução de dois Estados – Israel e Palestina –, vivendo lado a lado, em paz e segurança”, disse ele. Uma imagem projetada do Brasil bastante clara no discurso do presidente, e que também está presente no imaginário sobre o brasileiro, é a ideia de povo acolhedor e solidário. Valor invocado por Temer como um Ethos do país ao abordar a questão da imigração dos venezuelanos para o Brasil.

Quadro 26 - 25 de setembro de 2018, ONU – Presidente da República Michel Temer:

Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Ethos	<p>“Também ao desafio da intolerância o Brasil tem respondido de forma decidida: com diálogo e solidariedade”</p> <p>“o Brasil tem trabalhado pela preservação da democracia e dos direitos humanos”</p> <p>“No Brasil, temos orgulho de nossa tradição de acolhimento. Somos um povo forjado na diversidade”</p>
Metáfora	<p>“Há um pedaço do mundo em cada brasileiro.”</p> <p>“E a nossa, senhoras e senhores, é uma democracia vibrante, lastreada em instituições sólidas”</p> <p>“Devolvemos o Brasil ao trilho do desenvolvimento.”</p>
Analogia	<p>“Se o diálogo e a solidariedade são antídotos para a intolerância, são também matéria-prima da paz duradoura”</p>
Consequência	<p>“E não é apenas em desarmamento e não proliferação nuclear, não é apenas em comércio internacional que a diplomacia e o multilateralismo nos proporcionam soluções efetivas. Isso também é verdade em tantas outras áreas, como a do desenvolvimento sustentável, crucial para o futuro da humanidade.”</p>

4.7.2 Os discursos jornalísticos no governo Temer

No dia em que ocorreu a 73ª Assembleia Geral da ONU, a Folha de S. Paulo publicou apenas uma matéria que se encaixou nos nossos critérios de seleção das notícias para análise. O texto “Em final de mandato, Temer vai à reunião da ONU com agenda enxuta” está disposto no quadro abaixo. Em seguida, no quadro 28, elencamos mais duas publicações.

Conforme é possível observar no quadro abaixo, na matéria “Em final de mandato, Temer vai a reunião da ONU com agenda enxuta” o jornal Folha de S. Paulo utilizou principalmente a estratégia argumentativa de Exemplo para retomar aspectos do discurso do presidente Temer em edições anteriores da Assembleia Geral da ONU e relacioná-los com o momento que o país vivia. Fez o mesmo para retomar acontecimentos envolvendo os Estados Unidos e a política de migração de Trump. É possível identificar que o jornal se posiciona com receio sobre o futuro brasileiro pós eleições presidenciais (as quais ocorreriam dois meses após o encontro na ONU). E também se posiciona contrário a atuação do presidente norte-americano que separou famílias de imigrantes mantendo crianças em abrigos, afastados dos seus pais. Apesar de utilizar como fonte de informação somente o presidente Michel Temer, a Folha buscou contextualizar o leitor sobre um acontecimento mundial importante que é a crise migratória, tendo como exemplo o caso dos EUA e da Venezuela – que no momento afetava o Brasil – e também as eleições no Brasil. Os dois acontecimentos além de refletirem sobre o futuro brasileiro, possivelmente fariam parte dos assuntos debatidos por Michel Temer durante os encontros com líderes mundiais em Nova York.

Quadro 27 – edição de 25 de setembro de 2018 da Folha de S. Paulo:

Título	Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Em final de mandato, Temer vai a reunião da ONU com agenda enxuta.	Metáfora	“Michel Temer em sua passagem a jato por Nova York” “começa a apagar as luzes do seu mandato”
	Exemplo	“Na ocasião, o presidente afirmou ainda que o investidor estrangeiro não precisava se preocupar com o bom funcionamento das instituições do país. Um ano depois, Temer volta ao palco maior da ONU com um país mergulhado em uma corrida eleitoral cujo resultado é pouco claro para os estrangeiros

		e que pode ter impacto ainda maior sobre as perspectivas econômicas” “Temer abordou, entre outros temas, a questão dos refugiados e migrantes. Dois anos depois, se decidir tocar no tópico, pode encontrar ouvidos menos acolhedores.”
	Consequência	“Com a Venezuela sofrendo com uma grave crise humanitária, muitos venezuelanos tentaram fugir da fome, do desemprego e da pobreza buscando abrigo em território brasileiro”
	Ethos	“O presidente disse ter vindo a Nova York para dar aos investidores essa ideia de segurança jurídica”

Na edição do dia 26 de setembro, um dia após o primeiro encontro da Assembleia Geral da ONU, a capa da Folha trouxe estampada a imagem de Donald Trump, presidente dos EUA, que aparece sorrindo. A capa também chama para análise da Patrícia C. Mello, publicada na mesma página 15.

O jornal expõe seu posicionamento contrário a algumas ações em política externa do governo quando afirma que: “Ele disse que o organismo precisa de reformas, especificamente o Conselho de Segurança (CS) – reivindicação antiga do Brasil, deixada em segundo plano por Temer e por sua antecessora, Dilma Rousseff”. E também na coluna da Patrícia Campos Mello quando ela critica o discurso do presidente Temer em defesa dos refugiados apesar de não ter cumprido promessa de receber no país mais 3000 sírios. Trecho destacado no quadro abaixo na estratégia argumentativa de Exemplo. Da mesma forma, a coluna reflete por meio de ironia e metáforas insatisfação com a política adotada por Temer. Aqui fazemos uma ressalva, já que as colunas de opinião não, necessariamente, correspondem à opinião do veículo, ou à sua linha editorial.

Quadro 28 – edição de 26 de setembro de 2018 da Folha de S. Paulo:

Título	Estratégias e de figuras linguagem	Trecho destacado
Sucessos descritos por líderes na ONU inexitem no mundo	Ironia	“Pena que esse paladino das instituições multilaterais esteja em fim melancólico de mandato, com rejeição acima de 90%”.

real (Patrícia Campos Mello)	Metáfora	“Em relação à Venezuela, a diferença de tom é gritante” “disse Temer, em frase calibrada para não sugerir intervenção externa”
	Exemplo	“Temer defende o pacto global e fala do dever de proteger os refugiados. No entanto, esquece a promessa feita em sua primeira participação na Assembleia-Geral da ONU, em 2016, de receber mais 3000 sírios, inconclusa”.

4.8 GOVERNO JAIR BOLSONARO

Jair Messias Bolsonaro foi eleito em outubro de 2018, na campanha mais polarizada da história da política brasileira, a qual foi disputada em segundo turno contra Fernando Haddad (PT).

A ascensão do ultradireitista ao poder mergulhou o país em diversas crises, entre as principais estão os retrocessos socioambientais (aumento das queimadas no Pantanal e na Amazônia, aumento do desmatamento da Amazônia, cortes no orçamento dos órgãos de proteção ambiental, enfraquecimento de políticas ambientais) e a péssima gestão da saúde pública durante pandemia da Covid-19, que matou mais de 700 mil brasileiros. Pesquisas sobre o uso das mídias sociais e a Covid-19 no Brasil identificaram que as redes de desinformação enquadraram a Covid-19 sob um aspecto político-partidário (Recuero; Soares, 2020; Recuero 2021). Por conta da polarização política e do viés ideológico dado às questões, a desinformação sobre a pandemia circulou, principalmente, em grupos de extrema-direita ligados ao presidente. A análise da desinformação sobre a pandemia evidencia que “as bolhas polarizadas em todas as conversações sobre Covid-19 que alinham a questão com ideologias políticas terminam por usar a desinformação como uma forma de sustentar o discurso da extrema-direita” (Recuero, 2021, p. 16). Todas as crises envolvendo o presidente tiveram reflexo para a política externa, pois macularam a imagem do Brasil no mundo.

Vidigal (2019) considera que a política externa sob o governo Bolsonaro apresenta aspectos em comum com a condução da política externa de seu antecessor, Michel Temer. As linhas de continuidade seriam: “comércio internacional, integração regional, Mercosul (comércio, investimentos) e na defesa do acordo Mercosul-União Europeia” (p. 4).

Mas a principal característica da política externa de Bolsonaro seria o alinhamento a Washington, por conta da proximidade do brasileiro com o governo de Donald Trump (2017-2021). Em relação à condução da política externa nacional nos governos Temer e Bolsonaro, o

autor defende alguns aspectos que uniram os dois: política econômica liberal, abertura de investimentos estrangeiros com mudança de ênfase da China para os EUA, prioridade às relações bilaterais, descaso com a integração sul-americana e oposição ao governo venezuelano.

Talvez a principal mudança na condução da política externa brasileira seja o não alinhamento com tradições diplomáticas do país. “Surpreendeu muitos analistas de política externa a facilidade com a qual Bolsonaro se afastava de preceitos constitucionais como a não-intervenção e a promoção da integração latino-americana” (Vidigal, 2019, p. 4). Tendo como chanceler Ernesto Araújo (2019-2021), o bastião da ala ideológica do governo.

Wietchikoski e Svartman (2020) relembram que já em seu discurso de posse Ernesto Araújo estabeleceu oposição do Brasil contra o que chamou de “globalismo”:

Essa retórica, que remete a uma espécie de despertar religioso, se desdobrou em ações como a promessa de transferência da embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém, a transposição da agenda contrária aos direitos humanos para a atuação junto aos órgãos da Organização das Nações Unidas e o esvaziamento do Mercosul e da Unasul (2020, p. 8).

Outro setor sensível da política externa brasileira sob Bolsonaro é a relação com a China, principal parceiro comercial do Brasil. “Quanto ao posicionamento do governo Bolsonaro em relação à China, cabe lembrar que nenhum dos governos ou presidentes anteriores havia colocado em dúvida a importância do país asiático na política externa do país” (Vidigal, 2019, p. 11). O autor atribui o posicionamento de Bolsonaro sobre a China à sua aproximação com o governo Trump. Já que EUA e China enfrentavam disputas, principalmente, no campo tecnológico.

No início da pandemia da Covid-19 a crise com a China foi intensificada após manifestações xenófobas do presidente e seus filhos sobre os chineses. Ocasão em que alegou que o vírus poderia ter sido criado intencionalmente em laboratórios do país asiático. Porém, as relações bilaterais Brasil/China parecem ter voltado ao status de normalidade, o que se atribui a “pressões de setores econômicos como o agronegócio, da interveniência de Hamilton Mourão e de críticas veiculadas na mídia em geral” (ibidem, p. 12).

Além dos aspectos elencados acima, destacamos a ausência de políticas de proteção ao meio ambiente durante o atual governo. Sendo o agravamento do desmatamento e queimadas na região da Floresta Amazônica ponto crítico nas relações exteriores do governo brasileiro, que enfrenta forte oposição mundial acerca das questões ambientais.

4.8.1 Os discursos diplomáticos no governo Bolsonaro

Em 2019, a 74ª Sessão da Assembleia Geral da ONU²² teve como representante brasileiro o presidente da República, Jair Bolsonaro, que discursou no evento pela primeira vez.

Percebemos que o discurso diplomático proferido pelo presidente Bolsonaro se aproxima do discurso de campanha, o que pode ser identificado, por exemplo, no trecho: “O Brasil agora tem um presidente que se preocupa com aqueles que lá estavam antes da chegada dos portugueses”. Ou, quando ao fim de seu pronunciamento, o presidente conclama o versículo bíblico que marcou sua campanha eleitoral: “E conheceis a verdade, e a verdade vos libertará” - (João 8:32)”. Entendemos que o presidente ao falar do Brasil aborda seus atos de governo, ou suas propostas, e assim, o seu Ethos de governante se confunde com a imagem que ele deseja projetar do país. Conforme podemos identificar em alguns dos trechos do pronunciamento destacados na categoria do Ethos (no quadro 29).

A ideia de Brasil acolhedor a exemplo do discurso de Michel Temer, no ano anterior, também é difundido na fala de Bolsonaro. A paz como valor ligado ao Brasil da mesma forma está presente: “A devoção do Brasil à causa da paz”.

Um dos trechos mais controversos do discurso de Jair Bolsonaro na ONU foi quando ele implicitamente elogia regimes da ditadura militar, que se estabeleceram no Brasil e em demais países da América Latina por longos anos. Seleccionamos a fala no quadro acima, na categoria de Entimema. Na mesma categoria, destacamos fragmento do discurso em que fica subentendido que o Brasil não possui uma democracia consolidada. Esse juízo está relacionado à ideia defendida pelo presidente de que os governos anteriores ao dele tentaram impor um regime socialista no Brasil. Posicionamento também evidenciado na categoria de Regra de Justiça, quando Bolsonaro recorre a valores do liberalismo econômico ao relacionar liberdade política e livre mercado.

O presidente também abordou em diversos momentos as questões ambientais e indígenas que têm sido amplamente criticadas em seu governo. Outro ponto que teve destaque no discurso foi o combate à ideologia. Jair Bolsonaro relaciona as mortes, a ignorância e a miséria no Brasil como consequência da ideologia que teria sido implantada por governos

²² Como o discurso do presidente Jair Bolsonaro na 74ª Assembleia Geral da ONU ainda não estava publicado no livro “Resenha de Política Exterior do Brasil” até o momento da análise, utilizamos a transcrição do pronunciamento realizado pela Agência Brasil e publicado no endereço: <<https://agencia.brasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/presidente-jair-bolsonaro-discursa-na-assembleia-geral-da-onu>>

anteriores. Mais uma vez identificamos uma marca discursiva presente na campanha presidencial sendo apropriada pelo discurso diplomático do presidente.

Quadro 29 - 24 de setembro de 2019, ONU – Presidente da República Jair Bolsonaro:

Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Ethos	<p>“No meu governo, o Brasil vem trabalhando para reconquistar a confiança do mundo”</p> <p>“O Brasil agora tem um presidente que se preocupa com aqueles que lá estavam antes da chegada dos portugueses”</p> <p>“Foram julgados e punidos graças ao patriotismo, perseverança e coragem de um juiz que é símbolo no meu país, o Dr. Sergio Moro, nosso atual Ministro da Justiça e Segurança Pública”</p> <p>“Hoje o Brasil está mais seguro e ainda mais hospitaleiro”</p> <p>“Com humildade e confiante no poder libertador da verdade, estejam certos de que poderão contar com este novo Brasil que aqui apresento aos senhores e senhoras”.</p> <p>“Em busca de prosperidade, estamos adotando políticas que nos aproximem de países outros que se desenvolveram e consolidaram suas democracias”</p>
Entimema	<p>“Há poucas décadas tentaram mudar o regime brasileiro e de outros países da América Latina. Foram derrotados! Civis e militares brasileiros foram mortos e outros tantos tiveram suas reputações destruídas, mas vencemos aquela guerra e resguardamos nossa liberdade”</p> <p>“Também rechaçamos as tentativas de instrumentalizar a questão ambiental ou a política indigenista, em prol de interesses políticos e econômicos externos, em especial os disfarçados de boas intenções.”</p>
Regra de Justiça	<p>“Não pode haver liberdade política sem que haja também liberdade econômica. E vice-versa. O livre mercado, as concessões e as privatizações já se fazem presentes hoje no Brasil.”</p> <p>“A vida é o mais básico dos direitos humanos.”</p> <p>“Nossa política é de tolerância zero para com a criminalidade”</p>
Consequência	<p>“Nossa Amazônia é maior que toda a Europa Ocidental e permanece praticamente intocada. Prova de que somos um dos países que mais protegem o meio ambiente.”</p> <p>“afastamos do Mercosul a ideologia e conquistamos importantes vitórias comerciais”</p> <p>“A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que Ele nos revestiu. E, com esses métodos, essa ideologia sempre deixou um rastro de morte, ignorância e miséria por onde passou”</p>
Exemplo	<p>“Seguiremos contribuindo, dentro e fora das Nações Unidas, para a construção de um mundo onde não haja impunidade, esconderijo ou abrigo para criminosos e corruptos. Em meu governo, o terrorista italiano Cesare Battisti fugiu do Brasil, foi preso na Bolívia e extraditado para a Itália. Outros três terroristas paraguaios e um</p>

	chileno, que viviam no Brasil como refugiados políticos, também foram devolvidos a seus países”
--	---

Passamos à análise do discurso do Brasil na 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas, que também foi proferido pelo presidente Jair Bolsonaro. O qual estava no seu último ano de mandato e era candidato à reeleição. As eleições presidenciais aconteceram poucas semanas depois da realização do evento. Bolsonaro foi derrotado em segundo turno por Luiz Inácio Lula da Silva. O discurso do presidente na ONU foi mais voltado aos seus eleitores do que para os líderes dos países membros das Nações Unidas.

A maior parte dos assuntos que costumam ser debatidos e defendidos na Assembleia Geral das Nações Unidas não foram abordados por Bolsonaro. Sobre a política externa brasileira muito pouco foi dito. Consideramos que a cooperação foi defendida em uma tímida passagem em que Bolsonaro fala sobre “prosperidade compartilhada” com vizinhos e parceiros. A reforma da Organização das Nações Unidas – tema recorrente nos discursos brasileiros, também foi tema abordado. Novamente o Brasil se coloca como candidato ao posto de membro permanente do Conselho de Segurança. E por meio do acionamento da estratégia argumentativa de Exemplo uma nova situação – o desenvolvimento sustentável ameaçado pelos conflitos mundiais – é esclarecida pelo antigo, que seria o ciclo de destruição provocado pela 2ª Guerra Mundial. A guerra na Ucrânia surge como um alerta. Sobre o conflito entre Rússia e Ucrânia o discurso do Brasil na ONU reforça o posicionamento diplomático do país: ser contra sanções econômicas que refletem em isolamento diplomático e econômico dos países envolvidos em conflitos, clamor pelo fim do conflito com base no diálogo e defesa da paz. A estratégia argumentativa de Consequência também é utilizada para apontar os resultados do conflito sobre o preço de alimentos e, portanto, contra o desenvolvimento sustentável.

Outra questão de interesse internacional abordada pelo presidente foi a crise dos refugiados. Bolsonaro salientou dados sobre a “Operação Acolhida”, em que o Brasil recebeu mais de 350 mil venezuelanos. As informações sobre acolhimento de venezuelanos foram checadas pela Agência Lupa como verdadeira e fez parte de uma publicação da Folha de S. Paulo que avaliou trechos do discurso de Bolsonaro. A figura de linguagem de metáfora aparece no texto reforçando uma das imagens que o discurso diplomático quer projetar – a de Brasil acolhedor.

Além destes temas, a maior parte do discurso foi sobre ações do governo no âmbito da política doméstica com forte tom de campanha. O presidente usou números superestimados para falar sobre economia como, por exemplo, o preço da gasolina e sobre a floresta Amazônica.

Se vangloriou do que chamou de “amplo programa de imunização”, enquanto sabemos que ele desestimulou a vacinação da população, amenizou o potencial do vírus e disseminou desinformação sobre a doença e sobre as vacinas; além de denúncias que apontam atrasos na compra dos imunizantes.

Quadro 30 – 20 de setembro de 2022, ONU – Jair Messias Bolsonaro:

Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Ethos	<p>“o Brasil traz a autoridade de um país que, em nome de um crescimento sustentável e inclusivo, vem implementando reformas para a atração de investimentos e melhoria das condições de vida de sua população”</p> <p>“Esse é o Brasil do passado” [sobre casos de corrupção]</p> <p>“Temos a tranquilidade de quem está no bom caminho.”</p> <p>“O nosso agronegócio é orgulho nacional.”</p> <p>“um povo que acredita em Deus, Pátria, família e liberdade.”</p>
Exemplo	<p>“A agenda do desenvolvimento sustentável é afetada, de várias maneiras, pelas ameaças à paz e à segurança internacional. Erguemos as Nações Unidas em meio aos escombros da Segunda Guerra Mundial. O que nos motivava, naquele momento, era a determinação de evitar que se repetisse o ciclo de destruição que marcou a primeira metade do século XX. Até certo ponto, podemos dizer que fomos bem-sucedidos. Mas, hoje, o conflito na Ucrânia serve de alerta. Uma reforma da ONU é essencial para encontrarmos a paz mundial.”</p> <p>“Trabalhamos no Brasil para que tenhamos mulheres fortes e independentes, para que possam chegar aonde elas quiserem. A Primeira Dama, Michelle Bolsonaro, trouxe novo significado ao trabalho de voluntariado desde 2019, com especial atenção aos portadores de deficiências e doenças raras.”</p>
Regra de Justiça	<p>“Nossa resposta a esse desafio foi a ‘Operação Acolhida’, que se tornou referência internacional. Já são mais de 350 mil venezuelanos que encontraram, em território brasileiro, assistência emergencial, proteção, documentação e a possibilidade de um recomeço. Todos têm acesso ao mercado de trabalho, a serviços públicos e a benefícios sociais.”</p>
Consequência	<p>“As consequências do conflito já se fazem sentir nos preços mundiais de alimentos, de combustíveis e de outros insumos. Estes impactos nos colocam a todos na contramão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.”</p>
Metáfora	<p>“o Brasil abre suas portas para acolher”</p>

4.8.2 Os discursos jornalísticos no governo Bolsonaro

No ano de 2019, o encontro na Assembleia Geral da ONU rendeu duas capas com destaque ao evento. No dia em que o Brasil abriria o debate geral, 24 de setembro, a Folha publicou em sua capa o que era esperado do discurso do presidente Jair Bolsonaro. De acordo com o jornal, a imagem do Brasil que o discurso buscava passar é de comprometimento com o combate ao desmatamento na Amazônia.

Apesar de não termos selecionado nenhum trecho da reportagem “Na defensiva, Bolsonaro chega a NY para atenuar desconfiança” nas categorias propostas, identificamos que o jornal aponta vários temas que podem ser debatidos pelo presidente em seu discurso. Salientando que a estratégia utilizada por Bolsonaro deverá ser a busca por manter uma boa imagem do país em relação à questão ambiental.

Ao lado da reportagem algumas notas abordaram aspectos da viagem de Bolsonaro à Nova York. Uma delas descreveu sobre um pequeno protesto na esquina do hotel em que o presidente se hospedou. Outra tratou da mudança de agenda do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, que participou de reunião sobre liberdade religiosa. Originalmente a agenda do ministro previa reunião com o Grupo de Lima²³, na qual o Brasil foi representado pelo secretário responsável pelas Américas, Pedro Miguel. A última nota descreveu o uso de um colar indígena por Bolsonaro durante um jantar em Nova York.

Na reportagem, “Reunião serve como sinalização de pautas de países”, também não observamos o uso de nenhuma das estratégias argumentativas. O texto buscou explicar como funciona a Assembleia Geral da ONU e sua importância nas relações entre os países. Para isso utilizou como fontes de informação dois professores de relações internacionais.

Além dos dois textos, a edição do jornal publicou uma entrevista com Stephen Walt, doutor em Ciência Política e professor em Harvard. Walt é autor do artigo “Quem vai salvar a Amazônia (e como)?”, o qual foi citado pelo chanceler Ernesto Araújo para ratificar a tese de que a soberania nacional estava ameaçada por atores internacionais interessados em intervir na Amazônia. Durante a entrevista Stephen Walt rebate o ministro brasileiro. O título da entrevista é o trecho da fala do entrevistado que resume o teor da conversa: “Ernesto está enganado, Amazônia é problema que afeta todo o planeta”. Consideramos que a entrevista revela o posicionamento do jornal que se mostra contrário às ações e declarações do ministro e do governo de Jair Bolsonaro no que se refere às questões ligadas à preservação da Amazônia.

²³ O Grupo de Lima é formado por ministros das relações exteriores de 14 países, que objetivam discutir formas de contribuir com a estabilização da Venezuela.

Quadro 31 – edição de 24 de setembro de 2019 da Folha de S. Paulo:

Título	Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Na defensiva, Bolsonaro chega a NY para atenuar desconfiança	Metáfora	“Jair Bolsonaro chega à Assembleia Geral da ONU na contramão de alguns dos principais líderes mundiais”

No dia 25 de setembro de 2019, um dia após a 74ª Assembleia Geral da ONU, o jornal Folha de S. Paulo dispendeu o uso de várias páginas da edição para a publicação de textos, reportagens, artigos e editorial, que abordaram a repercussão do discurso do presidente brasileiro, Jair Bolsonaro.

Na capa da edição o jornal destacou como título: “Bolsonaro ataca críticos na ONU e vê falácias ambientais”. Abaixo, o subtítulo resumiu os destaques do jornal sobre a fala de Bolsonaro: “Em tom agressivo, presidente alveja socialistas, ONGs e mídia e cita compromisso com Amazônia”. Logo abaixo, imagem mostra o aperto de mão entre os presidentes dos EUA, Donald Trump, e do Brasil, Jair Bolsonaro. Em coluna à esquerda o jornal destacou em azul alguns trechos da fala do presidente brasileiro que corroboram com o que é destacado pelo título e subtítulo da capa. Ainda há destaque para as análises dos colunistas e o editorial que tratam do encontro na ONU.

A reportagem principal do jornal sobre o discurso de Bolsonaro na Assembleia da ONU foi publicada na página 15 da edição sob o título “Presidente leva bolsonarismo para ONU em discurso de tom agressivo”. O texto apresenta enquadramento desfavorável sobre o discurso. Enfatiza pontos polêmicos da fala do presidente, e até mesmo capciosos, como quando elogiosamente ele se refere ao regime militar brasileiro e de outros países da América Latina. A reportagem também utiliza como fontes líderes mundiais que estavam presentes na Assembleia e rebateram direta ou indiretamente a fala de Bolsonaro.

O posicionamento da Folha de S. Paulo em contraposição às ideias defendidas por Jair Bolsonaro na ONU também é evidenciado na página 16 da edição. O jornal selecionou trechos do discurso do presidente brasileiro e, com contribuição da Agência Lupa, identificou mentiras e informações enviesadas na fala de Bolsonaro.

Em editorial publicado tradicionalmente na página 2, a Folha também abordou o discurso de Bolsonaro na ONU. Como é possível observar no quadro abaixo, as figuras de linguagem de ironia e metáfora ajudam a compor o discurso do jornal e evidenciam o

enquadramento desfavorável ao discurso diplomático do presidente. A estratégia argumentativa de Consequência acionada no discurso editorial resume essa ideia. O trecho: “Dela não se extrai pensamento ou doutrina minimamente coerentes” se refere à “colcha de retalhos”, consequência de um discurso voltado somente a grupos de apoiadores do presidente.

Ainda na página 2 da edição, ao lado do editorial, são publicados dois artigos de opinião assinados por Bruno Boghossian, jornalista da Folha e cientista político, e Ruy Castro, jornalista e colunista do jornal. “Fundamentalismo religioso” e “País de mentira” também são artigos que criticam o discurso de Bolsonaro na ONU. O primeiro utiliza principalmente metáforas como estratégia argumentativa para defender que o governo Bolsonaro, assim como seu discurso na ONU, possui um posicionamento ideológico constituído em uma espécie de fundamentalismo político. Já o segundo artigo, utiliza uma linguagem extremamente irônica para abordar o discurso do presidente que, na visão do autor, apresentou um país que não existe.

Apesar de termos identificado poucas das estratégias discursivas do protocolo de análise na reportagem da página 18 - “Reações ao Discurso vão de ‘extraordinário’ a ‘inadequado’”, destaca-se o fato de o jornal trazer o posicionamento de um dos principais opositores políticos de Bolsonaro à época, o governador de São Paulo João Doria. O jornal inclusive ressalta que ambos são presidenciáveis para 2022 (fato que não se confirmou, já que Doria desistiu da disputa à presidência em 22). A Folha destacou que Doria considerou o discurso do presidente como “inadequado” – termo empregado já no título do texto, e que “não tem referências que possam trazer respeitabilidade e confiança no Brasil”. Inclusive com o uso de metáfora: “A farpa de Doria faz parte de uma política estabelecida pelo governador para afastar-se de Bolsonaro”. Os posicionamentos do coordenador de políticas públicas do Greenpeace, do Observatório do Clima, da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e da deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL) também foram utilizados como exemplos dos que criticaram o discurso de Bolsonaro. Sobre os apoios ao presidente, a Folha cita a fala do vice-presidente, Gen. Hamilton Mourão, o qual chama o discurso de “extraordinário” – termo também empregado no título, e da deputada federal Carla Zambelli (PSL).

O jornal utiliza a estratégia argumentativa de consequência para explicar o resultado das manifestações tão díspares em relação às avaliações do discurso do presidente: “Num Brasil polarizado, as reações ao discurso de Jair Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU (Organizações das Nações Unidas) só poderiam variar de elogios derramados a críticas ferrenhas”.

Ao lado da reportagem, o jornal destacou trechos com resumos dos principais assuntos tratados pelos ex-presidentes do Brasil na ONU, desde José Sarney, em 1985, passando pelo

último discurso de Collor de Melo, os últimos discursos de FHC e de Lula, e da ex-presidente Dilma Rousseff. O jornal o faz como uma comparação ao discurso do presidente Bolsonaro, o qual chamou de “colcha de retalhos”, no editorial da mesma edição.

Desta forma, entendemos que nesta reportagem o posicionamento da Folha de S. Paulo sobre o discurso do presidente é de oposição. O jornal dá mais destaque às falas de seus opositores do que aos apoiadores, que são minoria no texto.

Mesmo que o as colunas de opinião não correspondam, necessariamente, ao posicionamento do veículo de comunicação, o jornalista Igor Gielow, autor do texto publicado na página 17 da edição, sob o título de “Bolsonaro pode ser acusado de tudo, menos de incoerência”, é repórter especial na Folha de S. Paulo desde o ano de 1992. Foi correspondente especial, editor, secretário de redação e diretor da sucursal de Brasília. Desta forma, compreendemos que a forma como ele se posiciona reflete, ao menos em parte, o posicionamento e a orientação editorial do veículo.

Gielow realiza uma análise bastante crítica ao discurso de Bolsonaro na ONU, deixando clara a sua reprovação ao que chamou de “discurso autocentrado e coerente com sua fase de radicalização”. Utiliza as figuras de linguagem de ironia e de metáfora para reforçar as críticas. Por meio da estratégia argumentativa de Exemplo, o autor retomou críticas a gestões anteriores: o pouco aprofundamento do discurso de Dilma na ONU, em 2011, e a abordagem de Lula, Dilma e Temer sobre as questões climáticas que, de acordo com ele, se aprofundaram (ao menos no campo do discurso) de forma crescente até Michel Temer. A Analogia também é utilizada como estratégia para enfatizar a crítica ao pouco aprofundamento das questões levantadas por Bolsonaro na ONU. O Entimema surge ao fim do texto como uma estratégia ao argumento de que a reação de governos e de investidores, ao discurso e à política interna e externa de Bolsonaro, será diferente dos seus apoiadores – os “12% de fieis irredutíveis”; eles não vão querer negociar com o Brasil governado por Bolsonaro.

A jornalista Patrícia Campos Mello assina a outra análise, publicada também na página 17 da edição, intitulada “Presidente e Trump mostram sintonia em discursos, só escolhem vilões diferentes”. Patrícia é repórter especial e colunista da Folha de S. Paulo. E em junho de 2022 o presidente Bolsonaro foi condenado por insultar a jornalista²⁴. No texto, a autora se posiciona contrária ao posicionamento de Bolsonaro e seu discurso na ONU, o qual ela argumenta

²⁴ Mais informações sobre o caso podem ser acessadas através do link: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/bolsonaro-insulta-reporter-da-folha-com-insinuacao-sexual.shtml>>.

apresentar semelhanças com o discurso do presidente dos EUA, Donald Trump. Por meio da ironia, a autora crítica a fala de Bolsonaro e utiliza a Analogia para compará-lo a Trump.

Na página 25 da edição foi publicado o artigo “Bolsonaro, ameaça à segurança nacional”, assinado pelo jornalista Vinícius Torres Freire, colunista e ex-secretário de redação da Folha. Como o próprio título do texto já deixa claro, o artigo elenca pontos de contradição do discurso de Bolsonaro na ONU e sua atuação é considerada antidiplomática. Além de metáfora e ironia, identificamos a estratégia argumentativa de Ethos. Considerando que a estratégia argumentativa de Ethos apresenta a ideia de que a eficácia da palavra é relacionada à imagem social e discursiva do enunciador, no trecho: “Bolsonaro demonstrou que é uma ameaça aos interesses econômicos e um risco para a segurança nacional do Brasil”, entendemos que traz a noção de que o presidente é uma ameaça pela imagem que transmitiu através de sua fala.

Das edições analisadas até o momento, a publicação do dia 25 de setembro de 2019 foi a que mais dedicou páginas para tratar do discurso do Brasil na ONU. Em geral, os textos refletem o posicionamento contrário do jornal ao discurso proferido pelo presidente do Brasil na ONU e também sobre a condução do país na política interna e externa. Um dos pontos levantados em alguns dos textos é sobre a política ambiental do Brasil, considerada um desastre, principalmente, no que se refere à proteção da Amazônia – preocupação não somente do Brasil, mas do mundo. Desta forma, a imagem que o discurso de Bolsonaro tenta projetar do país não encontra similitude na avaliação jornalística sobre a atuação brasileira na ONU.

Quadro 32 – edição de 25 de setembro de 2019 da Folha de S. Paulo:

Título	Estratégias e figuras de linguagem	Trecho destacado
Presidente leva bolsonarismo para ONU em discurso de tom agressivo	Metáfora	“Bolsonaro fez afagos a Israel e a Trump”
	Ironia	“implementação de medidas para a entrada do Brasil na OCDE, clube dos países ricos”
Colcha de retalhos – editorial	Ironia	“Pregou, mais uma vez, para os convertidos” “Também atçou a imaginação delirante de seus hooligans” “A minoria de brutamontes disposta a atropelar os indígenas”

	Metáfora	“Pílulas de pragmatismo que o presidente veio sendo obrigado a engolir”
	Consequência	“Como o interesse primordial do presidente era reforçar seus laços com uma miríade de nichos de fidelidade, o resultado foi uma colcha de retalhos mal cerzida. Dela não se extrai pensamento ou doutrina minimamente coerentes”
Reações ao discurso vão de ‘extraordinário’ a ‘inadequado’	Consequência	“Nem Brasil polarizado, as reações ao discurso de Jair Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU (Organizações das Nações Unidas) só poderiam variar de elogios derramados a críticas ferrenhas”.
	Metáfora	“A farpa de Doria faz parte de uma política estabelecida pelo governador para afastar-se de Bolsonaro”. “Foi um discurso extraordinário. Porque bateu em soberania, bateu na questão indígena” [...] sugeri que escrevesse ‘de coração’” (Hamilton Mourão). “destilou xenofobia, ofendeu indígenas, atacou imprensa” (Gleisi Hoffmann).
Bolsonaro pode ser acusado de tudo, menos de incoerência (análise de Igor Gielow)	Ironia	“Ao contrário, Bolsonaro novamente dobrou a aposta contra os críticos. E o fez no melhor estilo que o consagrou nas urnas, trazendo a exótica amálgama moldada pelos discípulos do escritor Olavo de Carvalho” “Em sua fala, Bolsonaro foi de dentro para fora, falando de um suposto ‘novo Brasil’ que representa” “parte da dinâmica morde-e-assopra que estabeleceu com o seu ministro estrela”

	Metáfora	<p>“Jair Bolsonaro (PSL) deixou a pé quem apostava na oportunidade de ver o presidente apresentar-se como um líder mais racional”.</p> <p>“Apanharam Cuba, Venezuela e o Foro de São Paulo”.</p> <p>“Pegou Raoni para Cristo”.</p> <p>“O belicismo também obscureceu a parte econômica do discurso”.</p> <p>“Isso pega bem junto aos 12% de fiéis ainda irredutíveis”.</p>
	Exemplo	<p>“cujos 32 minutos superaram até o vago discurso de estreia de Dilma Rousseff (PT) em 2011”.</p> <p>“só faltaram as famosas mamadeiras atribuídas ao PT na campanha eleitoral”.</p> <p>“A temática ambiental só fez crescer nesses fóruns: em 2003, em seu discurso de estreia na ONU, Luiz Inácio Lula da Silva mal o citou, enquanto Dilma fez uma referência maior, para vermos então Michel Temer em 2016 falar amplamente”.</p> <p>“Não é uma crítica totalmente vazia no conteúdo, bastando lembrar o apadrinhamento do indígena por gerações idealistas como o músico Sting ou por ecologistas de ocasião, como o atual presidente francês”.</p>
	Analogia	<p>“Donald Trump não falaria melhor”.</p> <p>“Mas o próprio Bolsonaro tratou de trazer o seu totem ‘nativo’”.</p> <p>“Desde que Sacheen Littlefeather subiu à tribuna do Oscar para rejeitar a estatueta de melhor ator em nome de Marlon Brando por ‘Poderoso Chefão’ em 1973, não se via tal terceirização para uma audiência global”.</p>
	Consequência	<p>“Bolsonaro prometeu conservar a floresta, mas ninguém irá acreditar, não menos pelos seus repetidos ataques à estrutura de monitoramento e combate à devastação amazônica”.</p>

	Entimema	“Para investidores estrangeiros e governos preocupados com a sua imagem ao negociar com países liderados por figuras abrasivas, a reação tende a ser outra”.
Fundamentalismo político (artigo de Bruno Boghossian)	Metáfora	“levou à ONU as credenciais de um governo que abraça de vez uma espécie de fundamentalismo político”. “mas todo o corpo do bolsonarismo”. “fez questão de deixar sua marca completa, mas deu peso especial”. “disposição em afrouxar a política ambiental brasileira”. “sua gestão mal arranhou a superfície da segurança pública”.
	Ironia	“Num pout-porri do repertório de campanha, o fantasma socialista”.
País de mentira (artigo de Ruy Castro)	Ironia	“Eu gostaria de morar no país que Jair Bolsonaro descreveu em seu discurso”. “as armas são liberadas e quem passar na frente de uma bala é por sua conta e risco”. “Um país em que nenhum corrupto ficar em pude, exceto nos casos de parentesco em primeiro grau, vínculo empregatício com estabilidade e cargo importante no governo”. “Um país governado sob a inspiração de Deus”.
Presidente e Trump mostram sintonia em discursos, só escolhem vilões diferentes (análise de Patrícia Campos Mello)	Ironia	“Jair Bolsonaro e seu ídolo”. “para Trump, o eixo do mal”. “para Bolsonaro a encarnação do demônio é feita de Cuba, Foro de São Paulo, Venezuela e ONGs ambientalistas”. “marca registrada dos paladinos da luta contra o globalismo”. “A pregação é música para os evangélicos”
	Metáfora	“os dois demonizam o socialismo”. “atacar um de seus espantalhos favoritos”.
	Analogia	“A narrativa de Trump e Bolsonaro é a mesma dos populistas de direita, do húngaro Viktor Orbán ao filipino Rodrigo Duterte”.
	Exemplo	“Ainda que a menção seja hipócrita, porque Trump adotou políticas como o veto a pessoas trans nas Forças Armadas”.

Bolsonaro, ameaça à segurança nacional (artigo de Vinícius Torres Freire)	Metáfora	“Brasil seja transformado em espantalho do mal”. “O nacionalismo agressivo”. “compartilha a mesma religião autoritária”. “O discurso desvairado”. “Permite a governos mais espertos usar o Brasil como um espantalho do mal”.
	Ironia	“um desvario nacionalista e paranoico, está mesmo entranhado nas profundas das almas dos habitantes do bunker ideológico do Planalto”. “apenas lavrando em cartório internacional sua certidão de identidade política”. “Pautar a política externa pelo irrealismo do angu ideológico do bunker ideológico planaltino”.
	Ethos	“Bolsonaro demonstrou que é uma ameaça aos interesses econômicos e um risco para a segurança nacional do Brasil”.

Em 2022, apenas a edição da Folha de S. Paulo de 21 de setembro (um dia após o discurso do Brasil na Assembleia da ONU) contou com publicações sobre o tema. Foram um editorial, três artigos de opinião e duas reportagens (uma da Agência Lupa).

Com base na análise dos textos e da identificação das estratégias argumentativas acionadas, avaliamos diversas críticas do jornal tanto sobre a política interna quanto sobre a política externa sob o comando de Jair Bolsonaro. Outro ponto bastante criticado pela Folha se refere ao uso do espaço da ONU para palanque eleitoral.

No editorial “Giro em falso” salientamos que a comparação realizada sobre a capacidade de compra de um litro de gasolina entre um trabalhador brasileiro e um trabalhador britânico é, na verdade, um caso de Amálgama, pois a Analogia é feita sobre dois constituintes distintos. Mas é uma estratégia intencional do jornal que critica a atitude de Bolsonaro ao visitar um posto de gasolina em Londres. A política de preços da Petrobras é tema retomado por ele no discurso na ONU. Apesar de qualificar como moderado o discurso do presidente em comparação com anos anteriores e classificar como sóbria a crítica de Bolsonaro acerca da ineficácia das Nações Unidas, a Folha avalia o discurso de forma negativa.

O artigo de opinião, assinado por Bruno Boghossian, salientou que o lema usado por Bolsonaro no discurso é “adotado por fascistas brasileiros”. Identificamos neste trecho o uso da estratégia de Entimema, já que fica subentendido que os apoiadores e o próprio Bolsonaro são fascistas. No artigo publicado na página A-14 da edição e assinado por Igor Gielow, a Folha de S. Paulo mais uma vez classifica o discurso do Brasil na ONU como moderado. Sobre as realizações do governo – que ocuparam a maior parte do discurso do Brasil – o artigo considera que foram “temperadas com uma mentira requeitada” já usada no ano anterior sobre as manifestações de 7 de setembro. Comparou o discurso do presidente na ONU em 2021 e 2022, classificando o anterior de “vexame” e o último de “anódino”. A situação atual foi comparada aos acontecimentos do ano anterior, no que identificamos a presença da estratégia de Exemplo, já que o novo é esclarecido pelo antigo. A imagem de “nanico diplomático” de Bolsonaro, evidenciada na estratégia de Ethos, é refletida também sobre a imagem da própria política externa brasileira. Na mesma página A-14, a checagem da Agência Lupa aponta trechos do discurso classificados como “falso”, “verdadeiro”, “verdadeiro, mas com necessidade de mais informação” e “exagerado”.

A única reportagem da edição foi publicada na página A-13. O título “Bolsonaro ataca Lula e adota tom de campanha na ONU” reforça a ideia de conflito através do uso do verbo atacar, mas o texto qualifica o discurso de Bolsonaro como mais moderado. Sobre as manifestações do presidente acerca da corrupção, que ele diz ter extinguido, o jornal lembra que a família Bolsonaro e membros do governo são investigados. O mesmo é feito sobre a questão da proteção a mulheres, tema do discurso do presidente que é questionado pelo jornal. A Folha de S. Paulo também considera que o Brasil está isolado do restante do mundo.

O último artigo da edição que analisamos é assinado pelo professor de Direito Internacional e colunista da Folha, Thiago Amparo. Destacamos que a metáfora presente no título do texto já resume a imagem construída sobre a PEB sob Bolsonaro – inexistente (morta). Por meio da estratégia de Analogia, identificamos o paralelismo entre os locais de fala de Bolsonaro, a ONU e o cercadinho em Brasília, em que ele usa o mesmo discurso, voltado às mesmas pessoas – seus eleitores.

Quadro 33 – edição de 21 de setembro de 2022 da Folha de S. Paulo:

Título	Estratégias e de figuras de linguagem	Trecho destacado
Giro em falso – editorial	Metáfora	“Giro em falso” “Leite derramado, Bolsonaro tentou reverter o dano”
	Ironia	“serviria para o presidente lustrar suas inexistentes credenciais moderadas ante o eleitorado mais refratário a sua postura tosca e radical” “Visitou um posto de gasolina tentando provar as maravilhas de sua política intervencionista” “emitiu uma ou outra besteira ideológica, repetindo seu lema fascistoíde sobre Deus, pátria e liberdade” “quis posar até de campeão da vacina, que sempre sabotou”
	Analogia	“Um brasileiro que recebe o salário mínimo precisa trabalhar o sêxtuplo de um britânico na mesma situação para comprar um litro daquele combustível!” [amálgama]
Horário eleitoral de alto custo (artigo de Bruno Boghossian)	Metáfora	“Jair Bolsonaro preencheu quase toda a cartela de sua plataforma de campanha” “Bolsonaro saiu em turnê internacional para evitar a síndrome do pato manco – aquela que drena o poder de governantes em fim de mandato” “esforço de Bolsonaro para modular a retórica inflamada” “pode ter reduzido o tom belicoso”
	Ironia	“a passagem de Bolsonaro pela ONU completou o horário eleitoral de alto custo em que ele transformou sua turnê internacional”
	Entimema	“lema ‘Deus, pátria e família’ adotado por fascistas brasileiros.”
Na ONU, Bolsonaro tenta consertar estrago de Londres	Metáfora	“tenta consertar estrago”
	Ethos	“Nanico diplomático”

(artigo de Igor Gielow)	Analogia	“O presidente apresentou-se agora transmutado em João Dória, seu rival tucano [...] enaltecendo a produção doméstica de imunizantes”
	Ironia	“Perto de sua primeira fala na ONU, em 2019, foi quase uma leitura do ‘Caminho Suave’ tão ao gosto do bolsonarismo” “ala ideológica, hoje apenas um pastiche usado em postagem de rede social”
	Exemplo	“Até aqui, diferentemente do salseiro britânico, não se viu nesta etapa nova-iorquina da viagem o vexame de 2021, quando o presidente foi obrigado a comer pizza na rua por não ser vacinado contra a peste”
Bolsonaro ataca Lula e adota tom de campanha na ONU	Metáfora	“o presidente fez de seu discurso um aceno ao eleitorado” “Principal calo do presidente aos olhos da comunidade internacional”
	Ethos	“além de reforçar a imagem de isolamento do Brasil no xadrez político mundial”
Em discurso morno, presidente sepulta a já gélida política externa de seu governo (artigo de Thiago Amparo)	Metáfora	“presidente sepulta a já gélida política externa” “o país que Bolsonaro pinta o porco com batom não existe” “é o silêncio que se escuta antes da tempestade a qual toda a comunidade internacional deve estar bem atenta”
	Ironia	“criticou a corrupção do alto do pódio de integridade que finge ocupar” “para quem faz do funeral da rainha Elizabeth 2ª ato de campanha, o inferno é o limite – e porque, mesmo estagnado nas pesquisas, Bolsonaro ainda não é cachorro morto para que chute a si mesmo” “Com a virada de 180 graus de negacionista a pai da vacina e guardião do clima”
	Analogia	“seja no palco de mármore verde em Nova York, seja no cercadinho de apoiadores em Brasília” “Bolsonaro estava nesta terça (20) apagado, menos estridente do que em discursos anteriores, como um jogador

		brasileiro que cumpre quadro até o fim da partida de futebol na qual está perdendo de 7 a 1”
--	--	--

Consideramos que a imagem que é construída no discurso jornalístico sobre o Brasil e sua política externa durante o período Bolsonaro é de ineficiência e de isolamento internacional, em um posicionamento bastante claro de oposição ao governo e de desqualificação de seus pronunciamentos.

4.9 APONTAMENTOS GERAIS

Como apontamentos gerais das análises, observamos que a imagem pública projetada do Brasil nos primeiros discursos analisados era a de um país que caminhava para a consolidação democrática. Enquanto nos últimos discursos analisados predomina a imagem pública de um país acolhedor em que se pode confiar. O sentido de confiança surge na tentativa de mostrar um país atrativo aos investidores internacionais, mas também de um país confiável e acolhedor nas causas humanitárias, devido às recentes ondas migratórias vividas mundialmente. Abaixo, resumimos os principais eixos argumentativos utilizados nos discursos diplomáticos analisados e as respectivas imagens públicas projetadas.

Quadro 34 – Principais eixos argumentativos dos discursos diplomáticos:

PERÍODO	PRINCIPAIS EIXOS ARGUMENTATIVOS	IMAGEM PÚBLICA PROJETADA
1988 e 1989	A defesa de que a solução dos conflitos se dá através do diálogo. A democracia surge como um propósito.	Brasil defensor da paz
1990	A cooperação é necessária para o alcance da paz e o fortalecimento da democracia.	País cooperativo e democrático
1994	Em um momento de afirmação democrática, o Brasil defende o desenvolvimento econômico e social – fatores indispensáveis para a paz.	Brasil, país em desenvolvimento
1995	Argumentos baseados na defesa do desenvolvimento, por meio da liberdade econômica e da cooperação. E valorização da democracia.	País pacífico comprometido com a democracia
1998	Defesa da cooperação para o combate da crise financeira mundial.	País pacífico e democrático
1999	Defesa da cooperação para resolução de crises humanitárias.	País em desenvolvimento

2002	Defesa de ações conjuntas para pôr fim aos conflitos.	País solidário e cooperativo
2003	A cooperação para o fim da fome e redução das desigualdades sociais.	País pacífico e harmonioso
2006	O multilateralismo para alcance da paz, do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos.	O Brasil está trabalhando e se desenvolvendo e é cooperativo
2007	Defende que a paz será conquistada através da justiça social mundial. E defesa da proteção climática.	O Brasil está trabalhando e se desenvolvendo e é cooperativo
2010	Argumentos baseados na ideia de que o país coopera com todos, está em pleno desenvolvimento e seguirá trabalhando pela paz, direitos humanos e igualdade. Também reforça a cooperação do eixo Sul-Sul.	País cooperativo e em pleno desenvolvimento
2011	Defesa da cooperação entre as nações para o combate à crise financeira mundial. E as intervenções militares são atreladas à expansão do terrorismo.	País cooperativo e solidário
2014	Defende a cooperação para combate à crise financeira. A integração regional para o fortalecimento da democracia e do desenvolvimento sustentável. E novamente as intervenções militares são atreladas à expansão do terrorismo e aumento dos conflitos.	País cooperativo e solidário
2015	A democracia é defendida com base nos argumentos sobre a força das instituições e da justiça. Na questão climática, o lançamento do plano de redução de emissão de gases de efeito estufa, defendido sob argumento de que o país (um dos poucos em desenvolvimento) iria contribuir para o Painel de Mudança do Clima.	País democrático, pacífico e acolhedor
2018	Argumentos baseados na defesa da diplomacia e do multilateralismo. Os quais são apontados como cruciais para a paz e o para o desenvolvimento sustentável.	País acolhedor e solidário
2019	Defesa de que o combate à ideologia e ao socialismo transformaram o Brasil, o que se faz necessário para a paz, o desenvolvimento, a democracia e os valores conservadores.	Um novo país
2022	Ameniza situação das queimadas na Amazônia sob argumento de que as informações divulgadas na imprensa são falsas. Na saúde, argumento de que o país protegeu a renda das famílias para facilitar o enfrentamento da pandemia.	País acolhedor

Fonte: elaborado pela autora.

A defesa da cooperação internacional é realizada por quase todos os representantes do Brasil, sendo um valor da diplomacia brasileira. Ela surge em temas como solução para crise

econômica, conflitos ou desenvolvimento das nações. O multilateralismo é outro tema bastante presente no discurso do Brasil, sendo defendido nos discursos na ONU, ao menos desde o ano de 1990. A integração regional é outro processo muito abordado nos discursos diplomáticos do Brasil há várias décadas. Dentre os textos que analisamos, ela foi defendida na ONU durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer. Conforme Miranda (2019), a integração regional sofreu forte declínio a partir do governo de Michel Temer, apesar de ele ter defendido a temática em seu discurso. A integração regional no período de Temer e Bolsonaro sofreu com um “esvaziamento da Unasul e as novas orientações para o Mercosul acabaram levando tais espaços para o caminho do regionalismo aberto, pautado exclusivamente em questões econômicas” (Maringoni; Romano; Berringer, 2021).

A reforma da ONU e do Conselho de Segurança também são defendidos em todos os discursos, desde o ano de 1989, isto porque o Brasil deseja ocupar uma vaga permanente no órgão. Os membros permanentes do Conselho são cinco: EUA, Rússia, China, França e Reino Unido. E somente eles têm poder de veto, o que significa que podem autorizar intervenções contra outras nações em casos de ameaças à paz. Podem ainda impor embargos ou sanções comerciais.

Observando o quadro com os principais eixos argumentativos utilizados pelo Brasil nos discursos diplomáticos da Assembleia Geral das Nações Unidas, podemos identificar que nos anos de 1988 e 1989 a democracia surge como o principal propósito defendido pelo Brasil, o país estava em pleno processo de redemocratização, após mais de 20 anos de ditadura militar. Portanto, a democracia como um valor importante para o Brasil aparece nos discursos conforme o período histórico em vive a sociedade brasileira. Em 1990, há a ideia do fortalecimento da democracia; em 1994 falou-se da afirmação democrática; em 1995 a sua valorização, sendo inclusive relacionada à imagem pública do país que é projetada pelo discurso diplomático; novamente em 1998 a imagem do país é relacionada a ela; a democracia segue sendo tópico obrigatório nos discursos, mas é em 2015, quando começam os pedidos pelo impeachment da presidente Dilma, que ela volta a ser defendida como um dos principais argumentos do discurso do Brasil na ONU; e em 2019, a defesa da democracia ganha outra perspectiva, no discurso do presidente Bolsonaro o “novo país” (imagem pública projetada do Brasil) traz a ideia de que, após combater os partidos da esquerda e uma possível revolução socialista, a democracia foi novamente garantida.

Em relação à imagem pública projetada do Brasil, percebemos que ao longo dos anos há poucas mudanças, muitas vezes essa imagem se repete ou é muito semelhante. O que não é

surpreendente já que a condução da política externa nacional respeita muitos valores da tradição diplomática brasileira. Ainda assim, alguns aspectos são interessantes de serem observados como, por exemplo, a imagem pública do Brasil projetava nos discursos durante o governo Lula, que apresenta uma crescente em relação a questão do desenvolvimento. A representação feita sobre o Brasil em 2006 e 2007 é a de um país que está trabalhando e se desenvolvendo, enquanto em 2010 ele alcançou a plenitude do seu desenvolvimento. Essa ideia faz parte da condução da PEB no período. O presidente Lula intensificou a diplomacia presidencial iniciada pelo presidente Fernando Henrique e buscou inserir o Brasil na agenda internacional. Colocando-o como um país disposto a cooperar com as demais nações e reforçando o potencial econômico e social do país no cenário internacional. O que tornou a agenda global do Brasil evidente também para a população brasileira (Miranda, 2019).

Em relação à análise dos discursos jornalísticos, podemos identificar que há uma mudança significativa na forma como se dá a construção noticiosa ao longo dos anos. Os primeiros textos analisados traziam reportagens descritivas sobre os acontecimentos envolvendo a política externa nacional. Mesmo as fontes de informação eram restritas aos líderes que haviam discursado na Assembleia da ONU. Verificamos, nestas reportagens, o uso da citação das falas em ordem direta, reiterando e reforçando os argumentos utilizados no discurso diplomático.

Enquanto os textos atuais demonstram uma posição crítica do jornalismo. Com reportagens que comparam os discursos anteriores dos líderes na Assembleia e discutem possíveis pontos que podem ser debatidos. Percebemos um posicionamento crítico e, em alguns casos, enquadramentos de oposição aos pronunciamentos e às conduções da política externa nacional.

Em relação ao uso das fontes de informação, na grande maioria dos textos jornalísticos as fontes acionadas são somente as oficiais: composta pelos presidentes de países, organizações não governamentais e representantes de partidos políticos. Em alguns casos foram consultados diplomatas ou auxiliares dos presidentes, que conforme Lage (2002) são fontes oficiosas. Em 2019, a Folha de S. Paulo também fez uso das fontes especialistas, quando entrevistou dois professores de Relações Internacionais que falaram sobre o funcionamento da Assembleia Geral das Nações Unidas e os encontros bilaterais que são oportunizados em função do encontro anual. Alguns textos também utilizaram como fonte de informação jornais internacionais, que também classificamos como fonte oficiosa.

Abaixo, apresentamos um quadro com as principais construções noticiosas da Folha de S. Paulo em cada período analisado e as respectivas imagens públicas projetadas pelo discurso jornalístico.

Quadro 35 - Construções noticiosas e imagem pública projetada no discurso jornalístico:

PERÍODO	CONSTRUÇÃO NOTICIOSA	IMAGEM PÚBLICA PROJETADA
1988/1989	Apoio sobre o posicionamento do presidente. E destaque às tentativas de solução para a dívida externa em negociações com o FMI.	Não identificamos a construção de uma imagem pública
1990/1994	Para o jornal, Collor representava uma perspectiva de mudança. A imagem do país se mistura à ideia de esperança e transformação relacionados ao presidente.	Transformação/mudança
1995/2002	O jornal apresentou críticas à condução da PEB, mas também favoreceu a construção da imagem de um país e de um governo preocupados com a integração regional.	Brasil líder regional
2003/2010	Oposição à condução da PEB e aos discursos do Brasil na ONU. Utiliza estratégia do conflito ao abordar o posicionamento brasileiro de crítica às ações militares dos EUA. O jornal demonstra descrédito sobre o governo e a política externa brasileira.	Descrédito e desconfiança
2011/2015	No início do mandato de Dilma, o jornal apresentava simpatia em relação a mudanças na condução da PEB. Também criticou o posicionamento do Brasil quando apresentou críticas às ações militares dos EUA. E em 2014, quando a fala da presidente se aproximou de discurso de campanha.	Não identificamos a construção de uma imagem pública
2018	O jornal expõe posicionamento contrário à condução da PEB e insegurança com os rumos do país após as eleições.	Não identificamos a construção de uma imagem pública
2019/2022	O jornal faz oposição ao discurso do Brasil e sobre a condução da política doméstica e da política externa. Considera que o país estava isolado internacionalmente.	Ineficiência e isolamento

Fonte: elaborado pela autora.

Com base nas imagens públicas construídas pelo jornalismo acerca dos discursos do Brasil na ONU e da condução da política externa, comparando o quadro acima com o quadro 34, verificamos que nem sempre a imagem pública projetada do Brasil pelos discursos

diplomáticos encontra similitude na construção noticiosa e na imagem construída pelo jornalismo.

Também analisando o quadro acima, verificamos que a chegada de Fernando Collor de Melo ao poder foi percebida com esperança pelo jornal Folha de S. Paulo, que projetou uma imagem pública de transformação ou mudança sobre o Brasil e a condução da PEB. No período de governo de Fernando Henrique Cardoso, a representação principal foi atrelada à questão da integração regional, o que nos levou a compreender que a imagem pública projetada é a do país como um líder regional. Apesar de termos identificado que as principais imagens públicas que são transmitidas pelos discursos diplomáticos neste período sejam atreladas aos valores de pacifismo, democracia, solidariedade e cooperação, entendemos que há uma proximidade entre a mensagem que o governo deseja transmitir e a imagem construída pelo jornalismo. Isto porque a integração regional foi uma importante pauta desenvolvida pelo governo FHC no âmbito da política externa.

Já no período em que Lula esteve na presidência (2003/2010), a Folha de S. Paulo manifestou oposição ao governo e à condução da PEB, projetando uma imagem pública de descrença e desconfiança. E apesar da questão da integração regional ter sido aprofundada neste período, o jornal não deu a mesma ênfase à questão, a exemplo da abordagem do tema durante o governo FHC. O que evidencia um posicionamento político ideológico do jornal em favorecimento de determinados atores e partidos políticos e em desfavorecimento de outros. Reforçando o que outros autores apontam sobre a construção jornalística no Brasil e a ideia do “antipetismo” – que atua como um fio condutor do posicionamento ideológico da grande imprensa nacional ao longo de décadas (Feres Jr; Gagliardi, 2019; Azevedo, 2016; Lycarião; Magalhães; Albuquerque, 2018).

Durante os mandatos de Dilma Rousseff a análise do corpus de pesquisa não foi suficiente para que pudéssemos apontar qual a imagem pública o jornal construiu sobre os discursos diplomáticos. Constatamos que no início do mandato da ex-presidente a Folha percebeu mudanças na condução da PEB e as avaliou como positivas. Porém, sabemos que o jornal, a exemplo da maior parte dos veículos da grande imprensa, fez oposição ao governo e apoiou o impeachment de Dilma Rousseff (Prates; Pozobon, 2017; Weber, et.al, 2017).

Do período em que Michel Temer esteve na Presidência da República analisamos somente o discurso diplomático do ano de 2018. Identificamos que a Folha de S. Paulo manifestou oposição à condução da PEB, mas não conseguimos definir qual imagem pública é construída.

Por fim, a análise da construção noticiosa da Folha de S. Paulo sobre os discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro nas Nações Unidas nos permitiu identificar que a imagem pública projetada é de ineficiência sobre a condução da PEB e de isolamento internacional do país – diferente da imagem pública que o discurso diplomático deseja transmitir que é de um novo país e de um Brasil acolhedor. Além disto, por meio da análise dos discursos diplomáticos do presidente na Assembleia Geral das Nações, identificamos que se sobrepõe uma imagem pública de governo em detrimento de uma imagem pública do Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito principal desta pesquisa é identificar a imagem pública do Brasil projetada nos discursos diplomáticos e nos discursos jornalísticos. Para isto, identificamos e analisamos as estratégias argumentativas utilizadas nos discursos do Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas e na construção noticiosa do jornal Folha de S. Paulo – por meio de uma análise documental; apontamos se a imagem pública projetada do Brasil nos discursos diplomáticos equivale à imagem que é construída pelo jornalismo; identificamos as fontes acionadas pelo jornalismo na construção das notícias; e avaliamos se há a presença da ideia da “diplomacia da mídia intermediadora” (Gilboa, 2001; 2008) nos discursos jornalísticos.

O corpus de análise da pesquisa são a íntegra dos discursos diplomáticos do Brasil na Assembleia Geral da ONU e as reportagens, artigos de opinião e editoriais da Folha de S. Paulo, que tratam do encontro anual da ONU. Foram analisados 18 discursos diplomáticos e 36 edições impressas do jornal.

Para a realização das análises adotamos como perspectiva teórico-metodológica a argumentação discursiva (Amossy, 2018), a partir de um protocolo de análise composto por seis estratégias argumentativas, as quais são propostas por Amossy (2018a; 2018b), encontrando referência também em Perelman e Tyteca (2005) e Pozobon (2019). São elas: Analogia, Entimema, Exemplo, Regra de Justiça, Consequência e Ethos; além das figuras de linguagem de metáfora e ironia. A partir das frases agrupadas em categorizações, identificamos as finalidades das estratégias argumentativas presentes nos discursos.

A análise argumentativa nos permitiu identificar alguns aspectos além da imagem pública que a diplomacia deseja transmitir sobre o Brasil nos encontros anuais da Assembleia Geral das Nações Unidas. Identificamos que a paz surge como um dos valores mais presentes nos discursos, ao lado da valorização da democracia, do desenvolvimento sustentável, da defesa dos direitos humanos e da solidariedade. Aspectos ligados às diretrizes da condução da política externa como, cooperação, multilateralismo e integração regional, também são temas recorrentes nos discursos em diferentes governos. Podemos afirmar que os temas ligados à tradição diplomática brasileira perpassam todos os governos, sendo temas comuns e que auxiliam na imagem pública que é projetada sobre o país nas Nações Unidas.

Em relação a abordagem sobre a paz, ainda que este seja um dos temas sugeridos pela Organização para ser debatido no encontro e, sobretudo, a paz seja uma das missões da ONU, consideramos que ela é acionada nos discursos brasileiros como um valor supremo, na busca da imagem pública de um país pacífico e solidário. O Brasil não tem em sua história recente

envolvimento em conflitos armados. E, tradicionalmente, se posiciona contra conflitos entre nações, se colocando a favor de resoluções pacíficas por meio do diálogo. Tal posicionamento diplomático é, portanto, enfatizado por meio dos discursos diplomáticos que buscam consolidar a imagem pacífica do país junto ao cenário internacional.

Na hipótese de pesquisa, apontamos a presunção de que o discurso jornalístico é construído em oposição à condução da política externa nacional, construindo uma imagem pública antagônica à desejada pela diplomacia; e assim, possibilitando a identificação da “diplomacia da mídia intermediadora” (Gilboa 2001; 2008) – consideramos que ela foi confirmada em parte. Confirmamos que há períodos em que a construção noticiosa marca oposição ao governo federal e à condução da política externa, como nos governos de Lula da Silva, de Michel Temer e de Jair Bolsonaro. Em relação ao período Lula, evidenciamos que se confirma a ideia de que a imagem pública projetada nos discursos diplomáticos é antagônica à imagem construída pelo jornalismo. O mesmo pode ser dito sobre as imagens públicas projetadas no período Bolsonaro. Ainda assim, a hipótese foi em parte confirmada porque não são em todos os períodos analisados que o jornal Folha de S. Paulo se posicionou contrário às políticas adotadas. No período FHC, constatamos que em alguns momentos o jornal apresentou críticas à condução da PEB, mas favoreceu a construção da imagem de um país e de um governo preocupados com a integração regional.

Compreendendo que o jornalismo atua como um mediador das negociações internacionais, consideramos que em algum sentido a ideia de “diplomacia da mídia intermediadora” é identificada na construção discursiva. Mesmo que em alguns momentos tenhamos evidenciado simplificações e generalizações na construção noticiosa, na maior parte dos textos analisados há na construção noticiosa um posicionamento e apontamentos críticos, tanto sobre os discursos do Brasil quanto sobre a condução da política externa e também da política doméstica. Entendemos que a ideia de mediação nas negociações não significa, necessariamente, uma participação direta na resolução de um conflito, mas pode possibilitar um movimento diplomático no sentido da mudança nos discursos ou mesmo na elaboração de alguma proposta política. Neste sentido, consideramos também que os discursos projetam o Ethos jornalístico de instituição fiscalizadora e atenta aos acontecimentos da esfera política.

Nesta relação há um movimento de tensionamento entre a diplomacia e a comunicação. Abordamos no primeiro capítulo desta pesquisa a questão da temporalidade como fator de influência da comunicação sobre o fazer diplomático, o que é intensificado pela tecnologia – que afeta o tempo do fazer e a necessidade de respostas rápidas para os dois campos. Além disto, pontuamos que a forma como o jornalismo constrói as notícias tem poder de afetação

sobre a compreensão da opinião pública sobre os temas. Salientamos que não temos uma visão determinista acerca desta relação, mas a percebemos como importante para compreender os sentidos que circulam socialmente.

A relação da opinião pública, da mídia e das relações internacionais alerta a um outro aspecto relevante que é a interferência das redes sociais na divulgação de acontecimentos internacionais. A capacidade de “viralização” de notícias nas redes, as bolhas de informação e a polarização política são fatores que exigem atenção do jornalismo. Através da divulgação de vídeos e informações, a opinião pública também tem a capacidade de promover uma espécie de agendamento sobre o jornalismo e sobre os tomadores de decisão quando o debate sobre os acontecimentos envolvendo a política internacional se dissemina nas redes sociais (Oliveira; Farias, 2022). Embora em algumas situações o jornalismo possa perder a primazia na divulgação de acontecimentos internacionais, ainda é a instituição oficial para dar aos fatos a chancela de veracidade e, sobretudo, tem o comprometimento de apuração das informações. Mais um aspecto que reforça a necessária aproximação entre a diplomacia e a comunicação para o bom andamento das relações exteriores dos países.

A mídia também exerce importante papel na construção e disseminação de imagens públicas, especialmente em situações de crise ou sobre temas que tenham potencial de gerar crises. E a atuação do governo junto aos meios de comunicação é indispensável para dar as respostas que serão exigidas pela opinião pública e obter apoio da comunidade internacional e nacional (Cirino; Leite; Nogueira, 2019). Neste sentido, a atuação da mídia se mostra relevante para o processo de intermediação das questões da política externa brasileira no exterior.

Ainda no capítulo primeiro do texto, abordamos as diferenças nas construções noticiosas na imprensa doméstica e na imprensa estrangeira. Retomando os principais apontamentos do levantamento realizado, identificamos que há uma discrepância na forma como a PEB é abordada pelo jornalismo brasileiro e pelo jornalismo estrangeiro, a principal delas é evidenciada durante o governo Lula. Enquanto jornais norte-americanos aprovam o governo e as relações internacionais estabelecidas pelo Brasil, os jornais brasileiros fizeram oposição ao governo e às políticas adotadas. Salientamos o que já abordamos anteriormente, que são as ideias de “antipetismo” e oposição ao “Lulopetismo” (Gagliardi, 2018).

Já a ex-presidente Dilma Rousseff encontrou dificuldade em relação à construção noticiosa também na imprensa internacional. Principalmente, quando teve início o processo de impeachment, momento em que o país enfrentava dificuldade em se manter como uma nação em potencial de crescimento e importância no cenário internacional. Apesar disto, alguns dos principais jornais mundiais realizaram cobertura do impeachment e destacaram o resultado final

do processo em tom de crítica. Enquanto no período de governo do ex-presidente Bolsonaro verificamos que há presença de oposição e crítica em relação à condução da PEB e da política doméstica tanto na imprensa brasileira quanto na imprensa estrangeira. Principalmente, por conta da atuação do governo durante a pandemia da Covid-19 e em relação às políticas voltadas à preservação do meio ambiente, com especial atenção à Amazônia.

Para concluir os apontamentos desta pesquisa, defendemos que o jornal Folha de S. Paulo poderia aprofundar e problematizar os assuntos abordados se acionasse mais fontes especialistas para abordar temas que são debatidos na Assembleia Geral das Nações Unidas. Um exemplo seria ampliar o debate sobre as propostas do Brasil em relação à questão climática. Em dois momentos o jornal criticou propostas do país, uma vez sobre o uso de biocombustíveis (governo Lula) e em outro momento sobre o plano de redução da emissão dos gases de efeito estufa (governo Dilma), mas trouxe pouca explicação técnica sobre a efetividade das propostas apresentadas. Outro tema que poderia ser melhor abordado, por meio do acionamento de fontes especialistas, é a reforma do Conselho de Segurança. Desde 1989 o assunto é debatido pelo Brasil que deseja ocupar um assento como membro permanente do Conselho. Temas mais complexos como as relações bilaterais do Brasil, sobre os termos de cooperação com outros países ou sobre o Mercosul também são pouco aprofundados e merecem ser debatidos para que os leitores possam compreender como as questões relativas à política externa afetam a vida cotidiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, José A. Guilhon. A presidência na linha de frente da diplomacia. **Carta Internacional**, v. 4, n. 35, 1996.
- ALBUQUERQUE, A. d.; GAGLIARDI, Juliana; PRUDENCIO, K.. Editorial Dossiê Mídia, Polarização e Crise da Democracia. **Confluências**, v. 22, p. 5-7, 2020.
- ALBUQUERQUE, Afonso d.; HOLZBACH, Ariane. Metamorfose do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de S. Paulo. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, vol. 5, n.14, p. 149-170, 2008.
- ALDÉ, Alessandra. “**A construção da Política**”: Cidadão comum, mídia e atitude política. 2001. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2001.
- AMORIM, Celso. Apresentação Segunda Edição: O Brasil nas Nações Unidas. In.: CORRÊA, L. F. de Seixas (ORG.) **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018a.
- _____. **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. 2ed. SP: Contexto, 2018b.
- _____. É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. **ReVEL**, edição especial vol. 14, n. 12, 2016.
- _____. O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. **Filol. lingüíst. port.**, n. 9, p. 121-146, 2007.
- _____. Argumentation et Analyse du discours: perspectives théoriques et découpages disciplinaires. **Argumentation et Analyse du Discours** [En ligne], Tel-Aviv, n. 1, 2008, mis en ligne le 06 septembre 2008. Disponível em: <<http://aad.revues.org/index200.html>>. Acesso em: 21 de out. 2022.
- AZEVEDO, F. **A grande imprensa brasileira**: Paralelismo Político e Antipetismo (1989-2014). [s.l.] Universidade Federal de São Carlos, 2016.
- BAPTISTA, Érica A.; TELLES, Helcimara. Lava Jato: escândalo político e opinião pública. In: KERCHE, Fábio; FERES, João Jr. (coord.). **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018, pp. 229-255.
- BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. São Paulo: Summus, 2003.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís F. Orgulho e preconceito: a “objetividade” como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opinião Pública**, vol.18, n.1, p. 22-43, jun., 2012.
- BRETON, Philippe. **A argumentação na comunicação**. Tradução: Viviane Ribeiro. 2 ed. Santa Catarina, SC: EDUSC, 2003.

_____. Como convencer? Da comunicação argumentativa à manipulação. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.3, pp.117-132, 2012.

BOMFIM, Ivan. **O global player ‘megalomaniaco’**: a visão do portal Veja sobre a política externa do Governo Lula. 2015. 306 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

_____. Entre uma Nova Arquitetura e a Reafirmação das Estruturas de Poder Hegemônicas: A Cobertura do Portal Veja sobre a Constituição dos BRICS (2005-2010). **Brazilian Journalism Research** (Online), v. 12, p. 102-121, 2016.

BURITY, Caroline. **Mídia e Relações Internacionais**: Diplomacia Midiática no Governo Lula. 2012. 134f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2012.

CASARÕES, Guilherme Stolle P. **“O tempo é o senhor da razão”?** a política externa do governo Collor, vinte anos depois. 2014. 238 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdades de Filosofia, Artes e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014.

_____. A Política Externa Interina e os Riscos à Integração Regional. **Conjuntura Austral**, v.7, n.37, p. 81-93, 2016.

CASTRO, Júlio S. L. Entre Escândalos e Silêncios: a fetichização da corrupção no discurso jornalístico. In: MEJOR III Colóquio Internacional: Os silêncios do jornalismo, 2015, Florianópolis: Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina, 2015.

CERVO, A.; Lessa A. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Rev. Bras. Polít. Int.* n.57 (2). 2014. p. 133-151.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **A conquista da Opinião Pública**: como o discurso manipula as escolhas políticas. São Paulo: Contexto, 2016.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; TORRES, Ricardo. Impactos da autonomia das mídias sociais no jornalismo político. In: MEJOR III Colóquio Internacional: Os silêncios do jornalismo, 2015, Florianópolis: Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina, 2015.

CIRINO, Thaís; LEITE, Alexandre; NOGUEIRA, Sílvia. Mídia e política externa brasileira: a diplomacia midiática na crise do impeachment de Dilma (2016). **Intercom – RBCC**. São Paulo, vol.42, n.1, pp. 57-71, jan./abr. 2019.

CIRINO, Thaís. Fato ou Fake? A (de)informação no discurso presidencial de Jair Bolsonaro. In: MELO, F.; NOGUEIRA, S.; FERREIRA, T. (ORG.) **Mídia, opinião pública e política internacional** [livro eletrônico] - Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2022. p. 253-274.

CONDE, Leandro. Representação e posicionamento midiático: uma análise da política externa de Dilma Rousseff (2011-2014) aos olhos da grande mídia. **Aurora: revista de arte, mídia e política**. São Paulo, v.15, n.43, p. 103-121, jan.-abril 2022.

COOK, T. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.6, p. 203-247, jul./dez., 2011.

CÔRTEZ, Octávio Henrique D. G. **A Política Externa do Governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia**. Brasília: Funag, 2010.

DALMONTE, Edson Fernando. Presente: o tempo do jornalismo e seus desdobramentos. **História** (São Paulo. Online), v. 29, p. 328-344, 2010.

FARIA, Carlos, A. P. Opinião Pública e Política Externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, p. 80-97, 2008.

FERES, João Jr.; BARBARELA, Eduardo; BACHINI, Natasha. A Lava Jato e a Mídia. In: KERCHE, Fábio; FERES, João Jr. (coord.). **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018, pp. 199-228.

FERES JUNIOR, J.; GAGLIARDI, J.. O antipetismo da imprensa e a gênese da nova direita. In: Esther Solano Gallego. (Org.). **Brasil em colapso**. 1ed. São Paulo: Unifesp, 2019, v. , p. 25-43.

FERREIRA, T.; RIBEIRO, P. O Brasil dos governos FHC e Lula pela lente editorial de 4 grandes jornais dos EUA. In: : MELO, F.; NOGUEIRA, S.; FERREIRA, T. (ORG.) **Mídia, opinião pública e política internacional** [livro eletrônico] - Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2022. p. 141-162.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

GAGLIARDI, J.. LA ELECCIÓN DE 2018 Y LA GRAN PRENSA BRASILEÑA. **Revista Política Latinoamericana**, v. 7, p. 1-9, 2018.

GALDINO, A. C.. O poder dos veículos de comunicação sobre a representação da imagem ambiental do Brasil: manchetes dos meios de comunicação estrangeiros 2021. In: MELO, F.; NOGUEIRA, S.; FERREIRA, T. (ORG.) **Mídia, opinião pública e política internacional** [livro eletrônico] - Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2022. p. 117-140.

GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. **Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach**. *American Journal of Sociology*, v. 95, p. 1-37, 1989.

GHENO, Nicholas. **A Nova Política Externa Brasileira na Imprensa: uma análise a partir do** jornal Folha de S. Paulo. 2022. 128p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2022.

GILBOA, E. Diplomacy in the media age: three models of uses and effects. **Diplomacy & Statecraft**, vol.12, n.2, jun-2001, pp. 1-28.

_____. Searching for a Theory of Public Diplomacy. **American Academy of Political and Social Science**. 2008. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0002716207312142>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis, Vozes, 2012.

GOMES, Wilson. **Transformações da Política na era da Comunicação de Massa**. São Paulo: Editora Paulus, 2004.

_____; DOURADO, Tatiana. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 16, p. 33-45, 2019.

GOULART, Bárbara. O conceito de cultura política nas Ciências Sociais e as especificidades brasileiras. **Revista de Ciências Sociais**, v.5, n.1, p. 111-133, jan./jun. 2015.

GUAZINA, Liziane. **Jornalismo em busca da credibilidade**: a cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2011.

_____. Campos em disputa: jornalismo *versus* política na cobertura do *Jornal Nacional* sobre o Escândalo do Mensalão. **SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**. 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Brasília: UnB, 2013.

_____. Quando cultura política e subcultura jornalística andam de mãos dadas: a desconfiança na política em tempos de escândalos. In.: XXIII Encontro Anual da Compós, de 27 a 30 de maio de 2014, Belém: Pará. **Anais...** Universidade Federal do Pará, 2014.

_____; PRIOR, H.; ARAÚJO, B. Enquadramentos de uma crise: o *impeachment* de Dilma Rousseff em editoriais nacionais e internacionais. In.: VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA), de 10 a 12 de maio de 2017, Porto Alegre: Rio Grande do Sul. **Anais...** UFRGS, 2017.

IPEA. **Conheça os BRICS**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>>. Acesso em: 13 maio. 2022.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LYCARIÃO, D.; MAGALHÃES, E.; ALBUQUERQUE, A. Noticiário “objetivo” em liquidação: a decadência do padrão “cath-all” na mídia comercial. **Revista Famecos – mídia, cultura e tecnologia**, vol.25, n.2, p. 1-19, mai./ago., 2018.

MARINGONI, G.; ROMANO, G.; BERRINGER, T. (Org.). **As bases da política externa bolsonarista**: relações internacionais em um mundo em transformação. Santo André, SP: EdUFABC, 2021.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais**: linguagens, ambientes, redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Teoria da Comunicação**: ideias, conceitos e métodos. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARQUES, Ângela. SILVA, Célia. Estratégias Comunicativas para a (des)construção da imagem pública: a política de imagem no contexto de campanhas eleitorais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 45 - 63, jul./dez. 2009.

MARQUES, Jamil; CERVI, Emerson; MASSUCHIN, Michele. Perspectiva para o jornalismo político. In: MARQUES, J. et al (Org). **Estudos sobre jornalismo político**. Curitiba: CPOP, 2018. p. 239-258.

McCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, n. 55-56, p. 155-184, 2002.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. Visibilidade na mídia e campo político no Brasil. In: **Revista de Ciências Sociais**. vol.3, n.3, 2010. p. 695-735.

MIRANDA, Samir P. A “Nova Política Externa Brasileira” de Temer para a América do Sul. **Conjuntura Austral**, v.10, n.51, p. 126-138, 2019.

MOISÉS, José Álvaro. **Democracia e Confiança**: Por que os cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas? São Paulo: Editora da USP, 2010.

MONT'ALVERNE, Camila. Jornalismo Político no Brasil e Democracia: potencialidades e tensões. In: BARRETO LIMA, Martonio M.; CARMO, Valter M.; COUTINHO, Julia M. (org.). **Progresso e Regresso Político**: a democracia em risco. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2017. p. 67-78.

_____; MARQUES, Francisco P.J. Almeida. Jornalismo político e Imagem pública: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. In: **Revista Contracampo**, v.28, n.3, ed. dezembro ano 2013. Niterói: Contracampo, 2013.

_____. **A imprensa como agente interessado na reforma política**: um estudo sobre a cobertura noticiosa e editorial de Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo (1989/2017). 2020. 262 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, 2020.

MONTEIRO, E.; LESSA, M. Mídia e Política Externa Brasileira: uma abordagem crítica. **Revista NEIBA**, v. 9, 2020, p.1-21.

MOTTA, Luiz G. GUAZINA, Liziane. O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do Jornal Nacional. **Brasilian Journalism Research**, vol.6, n.1, p. 132-149, 2010.

MOTTA, Luiz G. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs.) **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. **Contracampo** (UFF), Rio de Janeiro, v. 12, n.1, p. 23-49, 2005.

_____. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

NEVES, JR. Uma análise da política externa do governo Lula em relação à temática das mudanças climáticas. **Aurora**, ano V, n. 7, pp. 45-61, 2011.

NOGUEIRA, Silvia. Estratégias governamentais e usos políticos da mídia na construção de percepções da identidade internacional brasileira (2003-2021). In: Filipe Reis Melo; Silvia Garcia Nogueira; Túlio S.H. Ferreira. (Org.). **Mídia, opinião pública e política internacional**. 1ed. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/ UFMG, 2022, v. 1, p. 83-116.

_____. As estratégias da Secom/PR e a construção de uma identidade brasileira no âmbito internacional. In: Isabel Travancas; Silvia Garcia Nogueira. (Org.). **Antropologia da Comunicação de Massa**. 1ed. Campina Grande: EdUEPB, 2016, v. 1, p. 283-302.

_____; BURITY, Caroline. A construção da imagem do Brasil no exterior e a diplomacia midiática no governo Lula. **Política & Trabalho – Revista de Ciência Sociais**, n.41, pp. 375-397, 2014.

_____; Melo, F. R. ; GALDINO, A. C. . A imagem ambiental do Brasil no governo Bolsonaro: análise de uma percepção latino-americana. **Revista Sul Global**, v. 1, p. 31-63, 2020.

OLIVEIRA, Isadora Emanuelle A.; FARIAS, Samuel A. H. Conceitos e teorias relevantes para a pesquisa nas áreas de Mídia, Opinião Pública e Relações Internacionais. In: Filipe Reis Melo; Silvia Garcia Nogueira; Túlio S.H. Ferreira. (Org.). **Mídia, opinião pública e política internacional**. 1ed. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/ UFMG, 2022, v. 1, p. 33-56.

PANKE, Luciana; BOZZA, Gabriel. Imprensa e construção da imagem pública de Enrique Peña Nieto na eleição presidencial do México em 2012. **Estudos em Comunicação**, n 13, junho-2013, p. 237-260.

PATRIOTA, Antonio. **Política externa brasileira**: discursos, artigos e entrevistas (2011-2012). Brasília: FUNAG, 2013.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIMENTEL, P. **Qual Brasil os representantes brasileiros levam para as Nações Unidas?** Os discursos diplomáticos na abertura da Assembleia Geral (1985-2017). 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, 2018.

PIMENTEL, Pedro; PANKE, Luciana. Discursos Diplomáticos: objeto de pesquisa da Comunicação Política. **Intercom** – RBCC. vol.43, n. 2, p. 53-71, mai/ago. 2020.

POZOBON, Rejane. A argumentação enquanto perspectiva teórico-metodológica para estudos de mídia e política. In: VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA), 15 a 17 de maio de 2019, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB, 2019. Disponível:

<http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT6/gt6_Pozobon.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

PRATES, A.; POZOBON, R. **Relações entre mídia e política**: enquadramentos dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo acerca do impeachment de Dilma Rousseff. 2017. 220. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos** – Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa, nº 6, 2005.

RECUERO, Raquel (Coord.). **Desinformação, mídia social e COVID-19 no Brasil** [livro eletrônico]: relatório, resultados e estratégias de combate. 1. ed. Pelotas, RS : MIDIARS - Grupo de Pesquisa em Mídia Discurso e Análise de Redes Sociais, 2021.

_____; SOARES, Felipe. O discurso desinformativo sobre a cura da Covid-19 no Twitter: Estudo de Caso. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. vol.24, jan./dez. 2020. p. 1-29.

RIBEIRO, Cláudio. As relações Brasil-África entre os governos Collor e Itamar Franco. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.1, p. 289-329, 2009.

RODRIGUES, Malena Rehbein. **Imprensa, Congresso e Democracia**. 214f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 1997.

SANTANA, Carlos R. Política externa em perspectiva: um balanço sobre a diplomacia dos presidentes Collor, Itamar, Cardoso e Lula. **Carta Internacional**, v.1, n.3, p. 8-14, 2006.

SANTOS, Ébida. **Qualidade no jornalismo político brasileiro**: a cobertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Tese. 2019

SILVA, G. A engrenagem da noticiabilidade no meio do redemoinho. **Revista Observatório**, v. 4, n. 4, p. 308-333, 29 jun. 2018.

SILVA, José Roberto C. **A cobertura da diplomacia brasileira em Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo**: a representação do Itamaraty e as narrativas sobre o papel do Brasil no mundo. 2014. 161p. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2014.

SOARES, Murilo César. O papel do jornalismo na política democrática. **Anais...** 32º Encontro Anual da Anpocs, de 27 a 31 de outubro de 2008, Caxambu/MG. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-32-encontro/gt-27/gt11-12/2393-murilosoares-o-papel/file>>. Acesso em: 06 de mar. De 2022.

SOARES, Thaís. **Narrativas midiáticas sobre a política externa brasileira**: os casos de entrada e suspensão da Venezuela do Mercosul. 2019. 178p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2019.

SOUZA, A.; SANTOS, V. A análise da política externa do governo Dilma Rousseff na perspectiva dos pronunciamentos oficiais na ONU. **Mural Internacional**, v.5, n.2, pp. 128-138, jul-dez., 2014.

TAVARES, Frederico de Mello B; BERGER, Christa; VAZ, Paulo B. Um golpe anunciado: Lula, Dilma e o discurso pró-impeachment na revista Veja. **Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo**. Ponta-Grossa, v. 3, n. 2, p. 20-44, jul./dez. 2016.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. IN: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Veja, 1999. pp. 74-90.

VALENTE, Leonardo. **Política externa na era da informação**: o novo jogo do poder, as novas diplomacias e a mídia como instrumentos de Estado nas Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

VIDIGAL, Carlos E. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. **Meridiano 47 – Journal of Global Studies**, v.20, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/27792>. Acesso em: 11 jun. 2022.

VIEIRA DE JESUS, Diego. O mundo na primeira página: mídia, política externa e diplomacia. **C&S – São Bernardo do Campo**, v.37, n. 2, p. 131-157, maio/ago. 2015.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol.29, n.2, jul./dez. 2007, p. 273-335.

_____.; ARAGUSUKU, J. A. S. A orientação da política brasileira para as Américas em tempos de vicissitudes domésticas. **Pensamento Propio**, v. 42, p. 135-163, 2015.

_____.; MARIANO, M.; RAMANZINI, JR. O Brasil e o Mercosul: atores domésticos e oscilações da política externa nos últimos 30 anos. **Lua Nova**. São Paulo, p. 15-54, 2021.

_____.; OLIVEIRA, M.; CINTRA, R. Política Externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social - USP**, p. 31-61, nov. 2003.

WEBER, Maria Helena; BECKER, Camila; CESAR, Camila; GALLAS, Débora. Manifestações e votos sobre o impeachment de Dilma Rousseff, na primeira página de jornais brasileiros. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, p. 96-113, 2016.

WIETCHIKOSKI, Luciana; SVARTMAN, Eduardo. Decifrando o “Trump tropical”: análise das percepções dos think tanks dos Estados Unidos sobre a eleição e o governo Bolsonaro. **Conjuntura Austral**, v.11, n.56, p.7-20, 2020.

B. 12 - Terça-feira, 27 de setembro de 1988

Economia

Retaliações serão resolvidas no Gatt, afirma Sodré

De Novo York. O ministro das relações exteriores do Brasil, Roberto de Abreu Sodré, disse ontem que a ameaça de retaliações comerciais dos Estados Unidos em relação a produtos brasileiros será resolvida no Gatt (Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio).

Depois de dizer que "não se pode ter uma solução na área diplomática", Sodré voltou atrás para dizer que "o embaixador Moreira (Marcelo Margem Moreira) ainda está fazendo contatos com as autoridades americanas em Washington".

brasilero que protege as patentes de produtos farmacêuticos norte-americanos. O ministro brasileiro disse ainda que empresas brasileiras tenham desrespeitado leis sobre direitos autorais, e considera "normal" esse tipo de problema.

Abreu Sodré disse que está "otimista" em relação ao problema, o que o Gatt vai ter poder para impedir as retaliações norte-americanas - "senão não existiria o Gatt". O prazo que o governo espera para ter tudo resolvido é de dois meses.

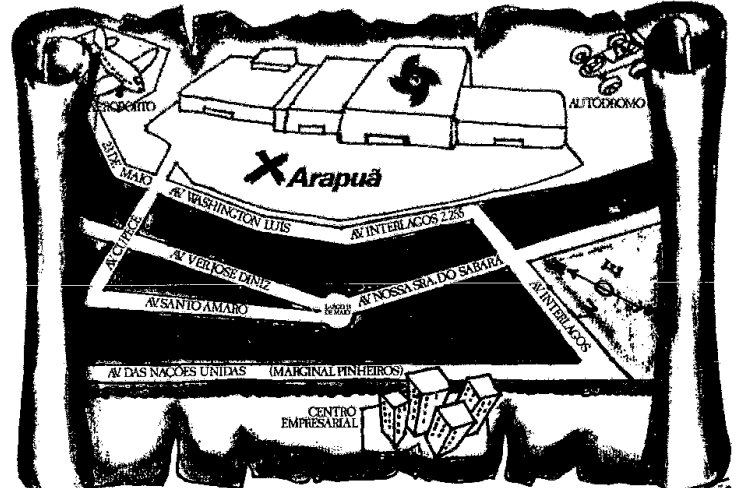
Em seguida, o ministro brasileiro pediu ao secretário geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, que a assembleia geral da entidade "votasse em bases efetivas, resistentes e construtivas, sem recorrer a retóricas ou a reencimações, o diálogo norte-sul".

Orçamento da Eletrolab será superior US\$ 3 bi

Do Soursul do Rio. A Eletrolab e a Siderbrás terão que "vender alívio" - privar empresas - e se defender de outros bens - se quiserem investir no petróleo, afirmou o ministro das empresas estaduais, João Batista de Abreu, no orçamento das empresas estatais, que deverá estar concluído no mês de outubro, o governo federal já definiu que a prioridade são os investimentos da Eletrolab, porque não quer que a produção de energia se transforme em "gargalo" para o crescimento econômico do país.

Acharam ouro em Interlagos.

A mina de ouro é a nova Arapuã do Shopping Interlagos. É mais um endereço da maior rede de lojas do Brasil. Moderna, confortável e completa. Com as facilidades de lazer e estacionamento do Shopping. Você encontra tudo em som, imagem, refrigeradores, freezers, máquinas de lavar, secadoras, fogões, ternos, utilidades domésticas, artigos de cama-mesa-banho, móveis e presentes. Para explorar bem esse fôlego, você tem o Cartão Arapuã (com até 45 dias para pagar), o SOC (Serviço de Orientação ao Cliente), a entrega super-rápida e a montagem grátis dos móveis. Os preços de inauguração são ótimos, daqueles de provocar uma verdadeira corrida. Aproveite. Essa economia vale ouro.



O mapa da mina.

Onde você tem mais por menos.

Arapuã

NOVA LOMA ARAPUÁ SHOPPING INTERLAGOS - AV. INTERLAGOS, 2255.

Segundo o ministro, os investimentos no setor petrolífero serão "prioridade de absoluta" em seu orçamento de 1989. Para os demais setores, Eletrolab pode superar a US\$ 3 bilhões. Para os demais setores, Abreu disse que não será permitido nem mesmo que haja qualquer diferença não convertível em ações porque seriam uma forma, segundo ele, de pressionar o déficit público e o governo vai punir a meta de 1988 do Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao déficit público no próximo ano.

O cumprimento da meta do déficit público está "dentro do controle" do caso o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o ministro do Planejamento, para indicar que o resultado do setor público é um compromisso do governo com a sociedade. Segundo Abreu, o governo não irá poder socorrer a Petrobrás, nem com recursos do Tesouro, nem com recursos de recursos externos. O déficit da conta álcool, disse ele, não poderá ser atendido pelo governo federal. Um dos argumentos do Planejamento para que a empresa estatal álcool é a dívida da conta álcool e o fato de que não há modo de que através as empresas de produção de combustíveis para o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) está, na prática, captando recursos a curto prazo do mercado.

Técnico defende investimento no setor energético

Especialista em Petróleo. A transição energética mundial ainda não terminou e o Brasil precisa investir rápido em tecnologia para garantir a produção de energia elétrica e o crescimento econômico, afirmou o técnico de petróleo e gás natural, Roberto II Williams, presidente do Conselho de Administração da Agência de Petróleo e Gás Natural da Universidade de Brasília. Segundo Williams, o Brasil não está preparado para a produção de petróleo, mas precisa investir em tecnologia para garantir a produção de gás natural.

Williams também afirmou que o Brasil precisa investir em tecnologia para garantir a produção de gás natural. Williams também afirmou que o Brasil precisa investir em tecnologia para garantir a produção de gás natural. Williams também afirmou que o Brasil precisa investir em tecnologia para garantir a produção de gás natural.

Olade promove seminário sobre petróleo

De Quito. A Organização Latino-Americana de Energia (Olae) iniciou ontem um seminário em Quito, capital do Equador, dirigido a executivos de companhias petrolíferas. O objetivo do seminário é o de incrementar as atividades de exploração de petróleo nas fronteiras do país. O secretário-geral da organização, Gabriel Sanchez, disse que o seminário terá um "ponto de partida" para fortalecer os laços de integração latino-americana e proporcionar o esforço pelo aproveitamento de recursos energéticos do região. Durante a inauguração do evento, o ministro de Energia e Minas Diego Tamarit, ressaltou a importância das experiências sobre atividades petrolíferas na região.

A-4 - POLÍTICA - Terço-feira, 26 de setembro de 1989

FOLHA DE S. PAULO

Panel

Em último caso

Collor só irá participar de debates eleitorais caso desabe nas pesquisas. Por enquanto, o candidato permanece irredutível contra a ideia.

Cerco

Collor também não responderá a ataques individualizados. Somente irá rebater genericamente o cerco que considera ter sido montado contra ele.

Emissário

César Maia terá um encontro hoje às 7h30 no hotel Miramar em Recife com empresários pernambucanos.

Em bloco

O encontro entre Brizola e Arnes, hoje em Recife, vai reunir também a esposa de PDT, Neiva Moreira, Cibyllis Viana e Doulet de Andrade.

Silêncio

Apoio no segundo turno é assunto tabu no PSDB.

Parado

Desde fevereiro deste ano, o processo sobre o ex-candidato na carreira Banespa se encontra parado na Procuradoria da República em São Paulo.

Comprometedor

Lideranças indígenas indagavam ontem se Afif vai cumprir a promessa de visitar os xucarambê no Xingu depois de ter recebido o apoio do governador de Roraima, Romero Jucá, inimigo dos índios inamamã.

Engajado

No último sábado, Jucá era um dos mais entusiasmados participantes da corrida de Afif que circulou pelas ruas de Recife. Em Roraima, é um dos maiores defensores do garrim no tempo indígena.

Reduto

O "trator" Afif tomou mesmo conta de Minas. Em prévia realizada num encontro de secretários do Estado, o candidato do PL teve mais votos do que a soma de todos os seus adversários.

Madrugador

O deputado Paes de Andrade não está desperdiçando nem um segundo de sua interinidade presidencial. Ontem, ele chegou ao Planalto às 7h45 para o café da manhã, compartilhando com deputados e senadores.

Embate ideológico

Francis Monteiro acha que Covas deve combater o liberalismo de Afif com a defesa de "democracia participativa".

Alfinetada

Ouvindo no comitê de Maluf: "O Passarinho acompanha o carreirô de Covas muito de perto. Até assinou a cassação dele".

Bandeira branca

Júlio devolveu à filha Dirce Tatu Quadros o cachorro John Totô Quadros. O ex-presidente e a deputada não se falavam há dois anos.

Debate

A Rede Bandeirantes restituiu o debate entre os candidatos que havia cancelado. Será em duas etapas. A primeira no dia 16 de outubro deve reunir os cinco principais concorrentes.

Reforço

Hoje, a Bandeirantes envia um ministro para tentar convencer pessoalmente Collor a comparecer.

Perigo na base

Nem tudo está "collorido" para Antônio Rogério Magri, presidente da CDT. Ele pode perder o controle do Sindicato dos Eletrotécnicos de São Paulo, que realiza eleição a partir do próximo dia 5.

Charge

Uma charge publicada sábado no jornal "Gazeta de Alagoas" da família de Collor, mostra o candidato dirigindo um carro que tem um adesivo escrito Gallup. Detalhe: os dois "olhos" de Gallup imitam o logotipo de Collor.

Campanha

O deputado estadual é economista Francisco Carrion Jr. (PDT-RS) lança hoje no bar Avenida, em São Paulo, o livro "Brizola - Momentos de Decisão".

Omissão

Afif parece que esquece que é deputado federal, com passagem registrada pelo Congresso constituinte. Sua propaganda eleitoral, pelo menos, tem se esforçado bastante para ocultar o fato.

"Velhinho"

No cronograma da campanha de TV do PMDB, a marchinha "Bela é no velhinho" estava programada para ir ao ar só no próximo dia 6, quando Ulisses faz 73 anos.

O sonho acabou

A estréia foi antecipada como recuso para tentar reverter a anemia eleitoral do candidato. Agora, até os mais fanáticos alviverdes já chegaram à conclusão de que só um bom programa de TV não resolve a situação.

Vespertino

Nos bastidores políticos de Brasília, crescem os rumores de que o senador Hauer Franco, vice de Collor, está cada vez mais incomodado com as críticas à campanha em Minas.

Crise

O senador Hauer Franco, vice de Collor, está encontrando dificuldades para convencer o prefeito de Juiz de Fora (MG) a continuar na campanha do PRN.

Infiéis

O Diretório do PSDB de Santos (SP), a terra de Covas, quer punição para as deputadas Cristina Tavares (PSDB-PE) e Dirce Tatu Quadros (PSDB-SP), que não estão apoiando o candidato do partido.

Pérola

De Afonso Camargo no horário eleitoral de ontem: "Eu ponho dinheiro no seu bolso todos os dias".

Sem confusão

Roberto Freire foi apresentado ontem em Londrina (PR) como "candidato do PC do B à Presidência". Freire corrigiu rapidamente: "Sou do PCB, do pecebô".

Híper

Assessores de Brizola dizem que o candidato já está se preparando para "falar grosso" sobre a hiperinflação.

Oratória

O programa de TV do PFL vai mudar. Na nova fase, Aureliano terá mais tempo para falar. Pode ser pior.

Drogas

Fernanda Gabriela tem reunião agendada amanhã, em Brasília, com Romeu Tuma. O candidato vende que discute o assunto drogas com um especialista.

Privatização

A correspondente à zona azul paulista no Rio está sendo privatizada. A empresa que ganhou a concorrência para administrar a quer fazer o mesmo em São Paulo.

Contraponto

Candidato ideal

Getúlio Vargas vai à Bahia em 36. Esperava-se, ainda, quem seria candidato à próxima eleição presidencial. No jantar em homenagem a Getúlio, o governador Juracy Magalhães correu a traçar o perfil do presidente ideal para o país.

O governador defende o lançamento de um candidato honesto, prudente, firme, corajoso, paciente etc. Getúlio apelou o discurso, não diz mais nada e vai embora.

No dia seguinte, Getúlio chamou seu amigo Amaral Peixoto, então Secretário de Turismo, para conversar e o candidato do Juracy, Amaral Peixoto diz que o candidato de Juracy é ele. Getúlio não concordou: "Nada disso. O candidato dele é o Senhor do Bonfim".

Sarney pede apoio a Bush na negociação do Brasil com o FMI

MARIA ESTER MARTINHO De Nova York

O presidente José Sarney pediu ontem a George Bush o apoio do governo norte-americano na negociação de um acordo provisório entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) que permita a obtenção, pelo país, de novos empréstimos até o fim do ano. "Com toda franqueza, expressa à nossa terrá decepção pela apatia e pela morosidade com que tem sido encarrada a solução do nosso problema da dívida externa", declarou Sarney após o encontro que aconteceu no hotel Waldorf-Astoria, em Nova York. "O Brasil tem cumprido sua parte", disse.



O presidente José Sarney discursa na 44ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York (EUA), sobre a dívida externa

Apelos do presidente não sensibilizam Bush

PAULO FRANCIS De Nova York

No encontro que teve com George Bush, no hotel Waldorf Astoria, Sarney, que havia prometido "franqueza anglo-carioca", limitou-se a pedir que se encontrasse um mecanismo mais suave do que o FMI e bancos particulares na dívida de países como o Brasil.

Bush ouviu impassível, sem dizer nem que "sim" nem que "não". Bush nada tem a ver com a dívida externa do Brasil, excetuando alguns trocados que o Brasil deve ao Banco Central dos EUA. A maior parte da dívida é devida a bancos particulares, dos quais 70% são dos EUA, e, sim, da Europa e do Japão.

A única posição inteligente assumida por Sarney é de que, instado por Bush a negociar o acordo internacional do café, em favor da Colômbia, disse que não abriria mão das coisas brasileiras. Esta é a posição certa. O encontro durou 35 minutos. Metade do tempo é gasto em tradução. Além disso, não deixa de ser uma vitória dos diplomatas brasileiros que tinham arrancado este tempo do ocupadíssimo George Bush. Isto porque o Brasil não poderia estar com pior reputação no exterior e porque Sarney disse coisas espantosas, tais como que bloqueio por completo o tráfico de drogas no Brasil, o que deve provocar Sarney é um presidente não-ileto gargalhadas em certos círculos de São Paulo e Rio.

Disse que os devedores não todos democratas agora. As dívidas foram contraídas por ditaduras. Ditaduras não têm que dar satisfações a ninguém. Democracias são impedidas pelo Congresso etc. de infringirem princípios científicos.

GANHAMOS! A sorte falou primeiro com Lucimide Araújo Reis e logo depois com Sebastiana Ferreira. As duas já estão comemorando dentro dos seus carros Gabriel Américo, que ganhou de Juscelino Kubitschek para o Colégio Independência e Sorite. O próximo prêmio será seu.

- 1º PRÊMIO 1 Kader SLE Luno 89 Lygia Paschoa, Sorocaba - SP.
2º PRÊMIO 1 Mobilite XR 50 Márcia Manfrotto de Oliveira, Piracicaba - SP.
3º PRÊMIO 1 Videocassete Mitsubishi Maria Carmen Travassos dos Santos, São Paulo - SP.
4º PRÊMIO 1 Refrigerador Frost Free Brastemp Margareth Aparecida Barbosa Noronha, São Paulo - SP.
5º PRÊMIO 1 Mês de supermercado grátis Hilton Lins de Vasconcelos, Ocidental - GO.
6º PRÊMIO 1 TV Color 20" Panasonic Osvaldo Sea, São Paulo - SP.
7º PRÊMIO 1 Forno Microondas Panasonic Evaldo de Paula Fernandes, Campo Limpo Paulista - SP.
8º PRÊMIO 1 Conjunto System Gradiente Vanda Márcia Souza dos Santos Goes, Taboão da Serra - SP.
9º PRÊMIO 1 Máquina de lavar roupa Brastemp Maria Elcinia Macedo, São Paulo - SP.
10º PRÊMIO 1 Fogão Continental 2001 Cláudia - Comércio de Ferramentas Ltda, Arapongas - PR.

ANIVERSÁRIO Jumbo ELETRÔ. Não pague a 0,0000. Você acaba de ganhar um prêmio de 100.000 em dinheiro. Cada R\$ 100,00 em compras dá direito a um sorteio. Não se esqueça de levar o seu cupom e voltar de novo para o sorteio. Este sorteio só termina às 23h59 em 01/10/89. O GLEB - empresa bancária. Fax: 011-1018-0011/99-51. Cor. de introdução de M.P. 111-0001/99-12-12.

A - 4 política Segunda-feira, 24 de setembro de 1990

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Apreensão

Crise e interpretação entre economistas próximos à equipe econômica de que apressa o anúncio monetário não será suficiente para deter o avanço de inflação.

Serão

As negociações entre os membros da comissão econômica de que apressa o anúncio monetário não será suficiente para deter o avanço de inflação.

Fora

O secretário-geral da CUT, Cláudio Carneiro, exigiu a exclusão do candidato da comissão de negociação de Frenkel, Alexandre Rossi, da última rodada de negociações entre banqueiros e bancários, em São Paulo.

Amigos, agora



Sintomaticamente, o avanço de resultados de testes de inflação que os banqueiros não conseguiram controlar com o anúncio monetário não será suficiente para deter o avanço de inflação.

Pombo-correio

A CUT passou em aceitar um anúncio de reunião do pacto, em Brasília, depois de um mês, para reunir as condições de participação de entidades nas negociações. Devido para não convencer a regressão da inflação.

Outros tempos

O encontro com Collor não ocorreu a nível de Mengeswilly no Brasil, onde já tinha ocorrido em setembro de 1984. Para promover uma reunião de negociações de caráter. São repetidos para não se voltar com Figueiredo.

Sigilo

A Caixa Econômica Federal está realizando atividades internas para apurar detalhes de envolvimento de funcionários em vendas de informações cadastrais sigilosas para entidades estaduais. Um empreendimento já foi afirmado.

Supérfluo

Collor enviou ao Congresso projeto que extinga o decreto-lei 1.090, de 1970, que fixava em 200 milhas o limite territorial brasileiro. Sob o argumento de que o artigo 20 do Constituição estabelece a definição anterior.

Apareceu a Margarida

Em entrevista semina passada, Margarida Proença afirmou não se apresentar no momento de implementação operatória de seu ministério. Horas depois, apareceu informando para jornalistas, corrigindo a omissão.

Olimpícos

Collor já recebeu o convênio que vai trazer para o Brasil os jogos olímpicos de ano 2000.

Luz-do-mel

Está aberto para 1, 2 e 3 de dezembro a viagem de Collor à ilha de Trindade, Rosário vai acompanhar o navio.

CONTRAPONTO

Vida paralela

Da 15 de setembro último segue a Igreja Nossa Senhora de Fátima, no bairro paulista de Pôrto Alegre. Toda a equipe econômica do governo esteve presente, para o casamento do diretor de Política Monetária do Banco Central, Luiz Eduardo de Azeite, Zélia Cardoso de Mello, Ibrahim Eris e Arabella Kande foram alguns dos convidados. A cerimônia foi presidida pelo governador Marco Aurélio Damo Pierre, proprietário da Faza (Fábrica de Açúcar Paulista).

Quanto aos degressos do casamento, Alzina Mercadante, candidata

Contra o chefe

O diretor-geral da Polícia Federal está no fim de mês, Tami é o alvo da paralisação do trabalho por duas horas marcadas para amanhã pela Federação Nacional dos Policiais Federais.

Espionagem

Flávio e, talvez, Luís, viajaram a Brasília para receber o 75º aniversário da criação do TARE judicial. Dizem que o embalo projeta a campanha do partido.

Os mais mais

Queria não de atualizar no auto para saber a bancada que faz. Diz que os parlamentares não votaram para a Câmara de Rossi, Cláudio Amador, Walter Nogueira e Tânia de Lima.

Primeiros

A lista dos mais mais de Collor para a Assembleia Legislativa vai: Osmário Leite, Rubens Furlan, Amândio Jardim, Osmário Justo e Vitor Siqueira.

Fila

A lista André Rêgo, o mais de "Paraná", é o maior número dos candidatos do candidato do PTB ao Senado pelo Paraná, José Eduardo Vieira. Os pedidos para participar da comissão de negociação para negociar com a mesa.

Vem pra Caixa

João Francisco não deixou o Palácio do Jaburu depois que Collor retornou da viagem aos EUA e Tchecoslováquia, no início de outubro. Vai atuar em um departamento funcional da Caixa Econômica Federal.

A substituta

Como João Francisco não deixou, quem faz as vezes de primeiro-dama nas solenidades oficiais é sua chefe de gabinete, Maria Luiza Pereira Guimarães. Com o mesmo ou outro cargo oficial.

Embalado

A pedido de Collor, a banda dos Danças de Independência tem encabeçado a música "América", de Roberto Carlos, durante os eventos da campanha. Ém especial, quando ele atende a sua em direção aos turistas e carismos.

No mesmo caminho

O PT do Distrito Federal criou o Alô Brasil, mas também pretende divulgar suas reivindicações. Faz a ressalva de que a distribuição será "voluntária".

Rede final

O novo coordenador de campanha de Gilberto Mendonça (PMDB) ao governo do Amazonas é o empresário paulista Gilberto Mendonça, irmão do secretário de Desenvolvimento Regional, Ezequiel Buarque.

Chumbo grosso

Os irmãos Miranda e Batista estiveram envolvidos na operação que levou Miriam Castanho, ex-ministro de Luís, ao programa eleitoral de Collor durante a campanha presidencial.

Voto

Antônio, Jairo Quadros garantiu votos à filha, Tati, que votou em 3 de outubro. De acordo com o pai, se for preciso.

TIROTEIO

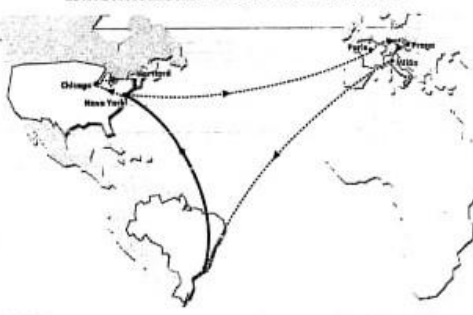
Do deputado Paulo Delgado (PT-MG), sobre a crítica de dirigentes próximos e críticos à participação de CUT nas negociações para o pacto social.

— Acabou a guerra. É a época da política.

Collor condenará testes nucleares pacíficos em discurso hoje na ONU

SERGIO LEO
Enviado especial a Nova York

ESTA É A AGENDA DE COLLOR NOS EUA E EUROPA



O presidente Fernando Collor, 41, dará hoje na abertura da 45ª Assembleia das Nações Unidas que o Brasil denuncia o desenvolvimento de tecnologia nuclear com fins militares e que condena os testes nucleares pacíficos. É um dos pontos do governo brasileiro para trazer atenção à supercomputadores no Brasil. Essa máquina de alta tecnologia facilitam a criação de míssis e bombas nucleares.

Collor será recebido no domingo pelo presidente dos Estados Unidos, George Bush. A reunião com Bush é vista pelo governo brasileiro como uma atitude especial ao país. Collor não é, porém, o único presidente latino-americano a ter um encontro com Bush. Este também deve se reunir com os presidentes da Argentina, Carlos Menem, da Uruguai, Luis Lacalle, e do Chile, Patricio Aylwin. A reunião em Brasília é de integração dos países americanos — o a divisão em assuntos comuns desses continentes.

Collor fará também uma reunião com a TV Televisão, ao vivo, em entrevista que será reproduzida pela União, rede de rádio espalhada em alcance de todo o continente latino-americano. No seu discurso na ONU, Collor deve ainda criticar a posição brasileira de apoio ao bloqueio econômico no Iraque.

34.9 - Encontro com o secretário-geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuellar. Discursos em conjunto da AP Assembleia-geral das Nações Unidas (na sede da ONU). Almoço separado pelo presidente-geral da ONU em homenagem aos chefes de Estado presentes à abertura da Assembleia. Reunião na residência do Ministro Permanente do Brasil para o G-16.

35.9 - Palestra no "Council of the Americas" ("Conselho das Américas") por Donald Rumsfeld, presidente da entidade. Almoço no hotel Intercontinental por Henry Kissinger.

36.9 - Programa a ser difundido.

37.9 - Viagem para Chicago. Almoço no "Chicago Council on Foreign Relations". Visita ao jornal "Chicago Tribune". Início da viagem ao "Chicago Council on Foreign Relations".

38.9 - Viagem para Hartford (Connecticut). Viagem para New Haven (de passagem). Almoço no Universidade de Yale. Solenidade de abertura do "Cuba Fellowship", pelo professor Bruno Schwab, presidente da Universidade. Partida para Roma.

39.9 - Reunião com chefes de Estado (de passagem). Almoço com o presidente eleito, Alessandro Natta, presidente do Conselho Federal. Visita ao Palácio da Cultura. Almoço em ambiente brasileiro, com o presidente eleito, Alessandro Natta, presidente do Conselho Federal de Itália. Partida para Roma de volta. Partida para Nápoles. Partida de volta para o Rio de Janeiro. 3.10 - Chegada ao Rio.

40.9 - Início da viagem aos chefes de Estado pelas reuniões do Conselho Interamericano de Comércio e Indústria. 31.9 - Solenidade de abertura da Cúpula Mundial de Chicago (primeira de 1990). Partida para o Rio de Janeiro.

1.10 - Partida para Praga. Almoço com o presidente eleito, Alexander Dubček, presidente da República Tcheca e do Senado (Cabeza de Estado do Conselho de Praga). 2.10 - Encontro com Alexander Dubček, presidente da República Tcheca. Visita ao Palácio da Cultura. Almoço em ambiente brasileiro, com o presidente eleito, Alessandro Natta, presidente do Conselho Federal de Itália. Partida para Roma de volta. Partida para Nápoles. Partida de volta para o Rio de Janeiro. 3.10 - Chegada ao Rio.

Presidente faz "cooper" no Central Park

Do enviado especial a Nova York



Collor planta uma roseira no Central Park em homenagem ao compositor e ex-Bocle John Lennon.

O presidente Collor iniciou sua programação nos Estados Unidos com um "cooper" de 6,5 minutos no Central Park, mesa área de lazer no meio do Novo York. Collor vestiu uma camiseta com o slogan "Venda, eu te quero vivo", em inglês.

Ele parou no sinal da rua 72, onde o cantor John Lennon foi assassinado. Passando para clarinetas e trompetas, pôs uma rosa sobre a placa colocada no local em homenagem a Lennon, e recitou em inglês a frase de uma das músicas do cantor: "vamos dar uma chance à paz". A rosa foi providenciada por voluntários que se apresentaram no local.

Antecipando-se aos seus seguidores e por um carro-patrolha da polícia local, o presidente se retirou com milhares de seguidores que pararam em bicicletas e duas carruagens de aluguel, chamadas a atenção dos frequentadores. Collor deu sobre o dia estava ensolarado, em lugar da chuva da viagem, e a temperatura em torno de 15 graus. Foi coincidência, os cinco brasileiros pagaram o presidente, passava no primeiro turno suas declarações.

OAB defenderá restrições ao uso das MPs

Da Escorial de Belo Horizonte

Comunidade entrou em contato com Beto Hortense a 13ª Conferência Nacional da Sociedade dos Advogados do Brasil (OAB). Antes da abertura do evento, o presidente nacional da entidade, Ophir Filgueiras Cavalcante, 53, disse que a OAB pretende defender a regulamentação das medidas provisórias e a instituição dos limites dos membros do pacto social que vem sendo discutido entre governos, empresários e trabalhadores. Cavalcante afirmou que é preciso restringir o uso abusivo das medidas provisórias a casos de relevância e urgência.

"Mas é o Collor", respondeu o jornalista José Alberto Pereira, 39, chefe de Collor no segundo turno que se viu passage de longo. O gerente do Xenos do Brasil, Gustavo Gutierrez, 41, e sua mulher Cláudia chegaram a comprimentos. "Who is he (quem é ele)?" foi a frase mais ouvida, invertidamente seguida, após a resposta, por "Aaaaaaa (oooooooooooo)", "Com a segurança dada permite uma "cooper" aqui?", perguntou o advogado socialista Anil Kapoor, 28.

AGENDAS

Executivo
Presidente
Discursos em Nova York com o ministro da Defesa, José Carlos de Collor, no dia 24. Almoço com o presidente da OAB, Gustavo Gutierrez, 41, e sua mulher Cláudia chegaram a comprimentos. "Who is he (quem é ele)?" foi a frase mais ouvida, invertidamente seguida, após a resposta, por "Aaaaaaa (oooooooooooo)", "Com a segurança dada permite uma "cooper" aqui?", perguntou o advogado socialista Anil Kapoor, 28.

Collor chegou a Nova York no sábado, mas foi direto ao bairro Hotel Plaza, em frente ao Central Park, onde está hospedado. Foi primeira vez após tomar posse, ele viajou em avião de carreira, da Varig. O presidente dedicou a tarde de domingo ao teatro. Ele foi com a esposa, Rosária, a peça "City of Angels", uma comédia musical.

AGENDAS

Executivo
Presidente
Discursos em Nova York com o ministro da Defesa, José Carlos de Collor, no dia 24. Almoço com o presidente da OAB, Gustavo Gutierrez, 41, e sua mulher Cláudia chegaram a comprimentos. "Who is he (quem é ele)?" foi a frase mais ouvida, invertidamente seguida, após a resposta, por "Aaaaaaa (oooooooooooo)", "Com a segurança dada permite uma "cooper" aqui?", perguntou o advogado socialista Anil Kapoor, 28.

CURIATI É ESTADUAL Nº 11.111 SEMPRE MALUF COM FERRERIA NETO SENADOR R. C. 20, P. 64, 500

DER FEDERAL ROBERTO CORNETTE 1499 R. Tiquatuz, 463 - Vila Geometria - Fone: 562-0955 562-9177 511-0562

AMO SP Voto Maluf Fernando Silveira SENADOR ESTADUAL PLE 14111

SENADOR FERREIRA NETTO ADESSO E AFUNDAMENTO Nogueira - Av. 13 de Maio, 2128 Tardes - R. Marguerite, 743 Metrô Ana Rosa

FOLHA DE S. PAULO

Director de Redação: Otávio Frias Filho • São Paulo, terça-feira, 25 de setembro de 1990 • Um jornal a serviço do Brasil • Ano 70 • Nº 22.155 • Al. Barão de Limeira, 125 • CxS 50.900

Collor descarta explosões nucleares



O candidato do PMDB ao governo paulista, Fleury Filho, faz campanha à tarde dentro de uma loja de material de construção na Praia Grande, litoral do Estado - Pág. B-2

Candidato promete casa própria a quem fizer boca-de-urna

Em troca de apoio no pleito eleitoral, o candidato a deputado estadual Osniur Severino prometeu entregar a cada eleitor uma casa própria junto à Companhia Estadual (CDH).



Paulo Maluf (PMDB) lança beijo em carreta na zona leste de São Paulo e a Justiça do Estado pediu império policial sobre a Fariates, da qual ele é vice-presidente - Pág. B-2

Opinião da Folha

Uma vez por mês, a Folha publica opiniões de especialistas em diversos assuntos de interesse da comunidade.

Alenxantha Oriental sai do Pacto de Varsóvia

A República Oriental da Alemanha saiu do Pacto de Varsóvia após a reunificação com a Alemanha Ocidental.

Sena acumulada pode ter prêmio de Cr\$ 300 mi

A Caixa Econômica Federal estima que o prêmio acumulado do sorteio da Loteria Federal pode chegar a Cr\$ 300 milhões.

classifolha

Classificação dos resultados das eleições municipais em São Paulo.

Table with columns for candidate names and vote counts.

eleições-90

★ Em discurso à ONU, presidente pede acesso a supercomputadores

O presidente Fernando Collor disse ontem na abertura da Assembleia Geral da ONU, em Nova York, que o Brasil não fará nenhum teste que implique explosões nucleares. O enviado especial Sérgio Eden informou que o presidente protestou contra o bloqueio à venda de tecnologia de ponta ao Brasil pelos países desenvolvidos, que temem seu uso para fins militares.



Collor faz discurso na assembleia das Nações Unidas em Nova York

Acordo em bancos fura lei salarial; greve acaba

Acaba hoje a greve dos funcionários de São Paulo e do Rio. Eles aceitaram a proposta da federação dos bancos, que prevê reajuste em torno de 100% para quem ganha o piso salarial - 75% de categoria - e de 120,85% para os demais.

Ameaça de Sadam faz petróleo subir de novo

O petróleo alcançou ontem preços recordes após a ameaça do presidente iraquiano, Saddam Hussein, de destruir Kuwait e campos produtores dos países vizinhos se for atacado. Em Nova York, o barril subiu 8% e fechou a US\$ 36,25. No mercado à vista, o barril chegou perto de US\$ 40 e o tipo "brent" subiu a US\$ 37,60.

Iraque concede visto para 120 brasileiros

A embaixada iraquiana em Brasília anunciou que 120 de seus funcionários no Iraque obtiveram ontem visto de saída. Outros 85 têm a promessa do visto, ainda não emitido. Um ministro iraquiano afirmou que "está tudo resolvido".

Inflação é de 14,27%, diz a Fipe-USP

A Fipe-USP apurou inflação de 14,27% na segunda quadrimestral de setembro (período de quatro semanas encerrado dia 14). Combustíveis e carne foram os principais responsáveis pela alta de um ponto sobre a quadrimestral anterior. O índice punta-a-ponta, entre a segunda semana de setembro e a segunda de agosto, foi de 12,92%.



O cantor João Gilberto (dir.) deixa o Fiesum do RJ num seu aniversário após deparar com chuva e avião que o levou ao Rio passou de lado devido a um pneu furado - Pág. D-6

Emprego é estável na indústria de SP

O nível de emprego na indústria paulista ficou estável na segunda semana de setembro - cresceu 0,02%. Segundo Carlos Uchôa Fagundes, diretor da Fiesp, nada indica que as admissões irão crescer até o final do ano.

negócios



Para Copel, o novo nível de energia elétrica é uma oportunidade para o setor privado.

Escola de arte no Rio faz 15 anos

A Escola de Artes Visuais do Parque Lage, no Rio, comemora 15 anos com exposições e debates. Situada numa área verde de 523 mil m2, é o maior espaço núcleo de arte do Rio, com cerca de 50 cursos. Uma campanha para restaurar o museu onde funciona a escola e conservar o parque será lançada em outubro.



Escola de Artes do Parque Lage, no Rio, que vai ser restaurada

Intelectuais vão debater Benjamin

O Instituto Getúlio de São Paulo realiza de hoje a sexta-feira um simpósio sobre o filósofo e crítico literário alemão Walter Benjamin (1892-1940). Participam dos debates estudiosos de sua obra como Sérgio Paulo Rouanet, Olga Maria Mouton e Willi Böhle, entre outros, além de docentes de universidades alemãs.

A-2 opinião Terça-feira, 25 de setembro de 1990

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil... (Módulo Anua 1991)
Projeto de Editorial Folha de S.P.A.
Diretora Executiva: Lúcia Faria, Diretor Geral: Paulo Frestoni Jr., Assessor Executivo: Eduardo Almeida, Assessor de Planejamento: Roberto Moreira, Assessor de Circulação: João Roberto de Castro, Assessor de Administração: João Roberto de Castro, Assessor de Produção: João Roberto de Castro

Collor na ONU

O discurso do presidente Fernando Collor, pronunciado na 45ª sessão plenária da Assembleia Geral das Nações Unidas, parece refletir, pela própria escolha dos temas que abordou, uma situação de rápidas mudanças e reestruturas em todo o cenário mundial...

populações indígenas e mostrando apreço com o problema do meio ambiente - que, no lado de manifestações concretas quanto à necessidade de auxílio por parte dos países desenvolvidos, não deixou de empregar, sob forma característica congruente, os currículos presidenciais pelo Central Park...

Tem sido tradicional, na política externa brasileira, caracterizar a diplomacia brasileira em relação ao mundo ocidental como uma minoria no plano da desigualdade entre o Norte e o Sul...

É importante, sem dúvida, este esforço de atualização, ao qual têm correspondido, de modo algum ineficiente, essas iniciativas, tendo em vista a maior abertura econômica e de reassunção do papel do Estado na política desenvolvida internacionalmente pelo atual governo...

Dependerá assim do vigor com que se promoverem, no futuro imediato, reformas estruturais profundas, tanto econômicas quanto sociais e da lucidez com que os países avançados vierem a realizar uma política voltada para a superação do subdesenvolvimento...

Projeções pessimistas

O estudo divulgado pelo Banco Mundial, contendo projeções sobre o impacto do colapso do preço do petróleo...

modificações na política econômica dos EUA, do Japão e dos países industrializados de Europa, no cenário que se apresentam as novas condições do mercado petrolífero...

Para aumentar essas consequências, as autoridades brasileiras não têm o cuidado de adaptar, o mais rápido possível, os preços internos do petróleo às novas condições do mercado internacional...

o estudo mantido entre os membros do grupo não desmoraliza, porém, em todo um a deterioração do poder. Não que eles não possam ter um certo poder e alguma influência no mundo...

Trata-se mesmo de uma situação fatal no momento de discussões que o país precisa fazer para a manutenção de sua economia produtiva.

O entendimento de Zélia no sentido passado em Brasília, ocorreu da maneira...

As dificuldades a serem enfrentadas por países importadores de energia no Brasil não se restringem, certamente, ao domínio doméstico que essa situação inevitavelmente atinge...

A idéia de convocar e adotar, talvez com mais êxito do que a parerá brasileira nos aspectos de opinião por muito tempo de mudanças de volta e finalmente está...



Dívida e privatização

Clóvis Rossi

SÃO PAULO - Quando começaram a conversar com o governo brasileiro, no mês que vem, os fundos credores vão voltar a pôr o dedo no nariz do ministro Zélia Cardoso de Mello...

Palpite infeliz

José Serra

A administração federal corre o risco de ser rotulada a curto prazo, em razão de o Congresso não ter deliberado sobre o projeto de lei que prevê o orçamento de 1991...

Um dos problemas mais importantes da nova Constituição refere-se à proibição de que o governo abra o orçamento sem "prévia autorização legislativa".

Nem durante o regime militar, sob a vigência da Constituição de 1964, o Legislativo teve o poder de vetar ou aprovar o orçamento sem a prévia autorização do Congresso.

Como o país não pode viver sem um orçamento aprovado, em razão da ineficácia das distorções inflacionárias...

Cabral, Zélia e a imprensa

Gilberto Dimenstein

BRASÍLIA - O sôffiz Bernardo Cabral e Zélia Cardoso de Mello jantaram, sob o signo da solidariedade...

O apelo mantido entre os ministros não aponta nada desastrosos, mesmo assim vale a deterioração do poder. Não que eles não possam ter um certo poder...

Discurso e paúra

Newton Rodrigues

RIO DE JANEIRO - Depois de voltar, mais uma vez, ao infernal exercício publicitário, iniciado no Central Park...

FRASES

De hoje: "Exato o Brasil a receber seus atuais com os credores, externos comprometidos com a renegociação de seu programa com o FMI." (O. João Barão, secretário de Economia da F. B. no dia 24/9)

De ontem: "Não há intermediação na negociação da dívida. O certo é que não há poder de veto. Não há negociação possível."

A - 8 política Terça-feira, 25 de setembro de 1990

FOLHA DE S. PAULO

Collor descarta na ONU os testes nucleares

SERGIO LEO
Especialista em Nova York

No discurso que fez na Assembleia Geral das Nações Unidas, o presidente Collor afirmou novamente que o Brasil não fará nenhum teste que implique explícitos testes nucleares. O compromisso brasileiro com o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) é o ponto de partida para o Brasil não fazer nenhum teste que implique explícitos testes nucleares. O compromisso brasileiro com o TNP é o ponto de partida para o Brasil não fazer nenhum teste que implique explícitos testes nucleares.

Uma contrapartida à abertura de suas economias", disse Collor. O governo norte-americano, disse Collor, em seu discurso na ONU, fez muito em desarmamento nuclear e muito em países desarmados, porém, não fez nada em favor da tecnologia nuclear. "Espero que as referências do presidente ao seu militar tecnológico não sejam feitas em favor da tecnologia nuclear", disse Collor. "O que está em jogo é uma política prioritária de integração do núcleo doméstico de tecnologia nuclear", disse Collor. "O que está em jogo é uma política prioritária de integração do núcleo doméstico de tecnologia nuclear".

destinam a um militar. Para vencer a resistência norte-americana, Collor, em seu discurso na ONU, fez muito em desarmamento nuclear e muito em países desarmados, porém, não fez nada em favor da tecnologia nuclear. "Espero que as referências do presidente ao seu militar tecnológico não sejam feitas em favor da tecnologia nuclear", disse Collor. "O que está em jogo é uma política prioritária de integração do núcleo doméstico de tecnologia nuclear", disse Collor. "O que está em jogo é uma política prioritária de integração do núcleo doméstico de tecnologia nuclear".



O presidente Collor discursa na abertura da Assembleia das Nações Unidas em Nova York.

Governo teme os "megablocos"

Do estado especial

O governo brasileiro teme a formação de "megablocos" entre os países desenvolvidos que prejudicariam o comércio internacional das nações em desenvolvimento, disse o presidente Fernando Collor, na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas. Segundo o presidente, os subsídios à exportação e o protecionismo comercial podem transformar os países desenvolvidos em "verdadeiros fortalezas comerciais". Collor voltou ao assunto no discurso de tarde, para os países latino-americanos e Caribe.

É importante que o diálogo no sentido da liberalização econômica e comercial continue com a mesma intensificação", disse o presidente. Collor exigiu ao presidente das Nações Unidas, George Bush, do eixo da cooperação econômica no comércio internacional. Ele também se encontrou com o presidente Bush, que fez algumas promessas de detalhes sobre a proposta do governo norte-americano. Em seguida, em um momento de abertura da Assembleia Geral, Collor fez um discurso de 45 minutos, garantindo o apoio brasileiro a qualquer medida de cooperação econômica no comércio internacional. Ele também se encontrou com o presidente Bush, que fez algumas promessas de detalhes sobre a proposta do governo norte-americano.

OS DISCURSOS DE PRESIDENTES BRASILEIROS NA ONU

- Fernando Collor, 24 de setembro de 1990**
 - Manifestou sua preocupação de que a organização de blocos comerciais agrava a situação dos países em desenvolvimento.
 - Denunciou o comércio de drogas ilícitas no Brasil.
 - Propôs que os Estados em desenvolvimento tenham que fazer um esforço maior para melhorar a situação econômica dos países em desenvolvimento.
 - Pediu ao secretário da ONU que apresentasse um relatório sobre a situação econômica dos países em desenvolvimento.
- João Sarney, 25 de setembro de 1989**
 - Pediu maior cooperação internacional para tratar os problemas de energia.
 - Propôs que o Brasil tenha mais acesso à tecnologia nuclear para fins pacíficos.
 - Pediu ao secretário da ONU que apresentasse um relatório sobre a situação econômica dos países em desenvolvimento.
- João Figueiredo, 27 de setembro de 1982**
 - Descreveu em quatro áreas de atuação o programa de desenvolvimento econômico do Brasil.
 - Abordou a questão da cooperação internacional para tratar os problemas de energia.
 - Pediu ao secretário da ONU que apresentasse um relatório sobre a situação econômica dos países em desenvolvimento.

O presidente Collor discursa na abertura da Assembleia das Nações Unidas em Nova York

O presidente Collor fez um discurso de 45 minutos, garantindo o apoio brasileiro a qualquer medida de cooperação econômica no comércio internacional. Ele também se encontrou com o presidente Bush, que fez algumas promessas de detalhes sobre a proposta do governo norte-americano. Em seguida, em um momento de abertura da Assembleia Geral, Collor fez um discurso de 45 minutos, garantindo o apoio brasileiro a qualquer medida de cooperação econômica no comércio internacional. Ele também se encontrou com o presidente Bush, que fez algumas promessas de detalhes sobre a proposta do governo norte-americano.

Leia a íntegra do discurso de Collor nas Nações Unidas

Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, Senhor Presidente da Assembleia Geral, Senhor Presidente do Conselho de Segurança, Senhor Presidente do Conselho Econômico e Social, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Saúde, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Alimentação, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Cultura, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Educação, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Ciência, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Tecnologia, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Comunicação, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Informação, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Energia, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Meio Ambiente, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Paz, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Democracia, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Liberdade, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Justiça, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Igualdade, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Solidariedade, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Cooperação, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Integração, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Harmonia, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Paz e da Prosperidade.

Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, Senhor Presidente da Assembleia Geral, Senhor Presidente do Conselho de Segurança, Senhor Presidente do Conselho Econômico e Social, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Saúde, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Alimentação, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Cultura, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Educação, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Ciência, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Tecnologia, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Comunicação, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Informação, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Energia, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Meio Ambiente, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Paz, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Democracia, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Liberdade, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Justiça, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Igualdade, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Solidariedade, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Cooperação, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Integração, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Harmonia, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Paz e da Prosperidade.

Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, Senhor Presidente da Assembleia Geral, Senhor Presidente do Conselho de Segurança, Senhor Presidente do Conselho Econômico e Social, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Saúde, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Alimentação, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Cultura, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Educação, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Ciência, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Tecnologia, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Comunicação, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Informação, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Energia, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Meio Ambiente, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Paz, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Democracia, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Liberdade, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Justiça, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Igualdade, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Solidariedade, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Cooperação, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Integração, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Harmonia, Senhor Presidente do Conselho Mundial da Paz e da Prosperidade.

Há expectativa sobre governo Collor nos EUA

PAULO FRANCIS
De Nova York

O "Wall Street Journal" noticiou ontem que o presidente Fernando Collor irá falar na ONU, fato já raro. Especificamente, o artigo discorria sobre a ONU sem receber uma linha da imprensa de presidentes dos EUA e reles de televisão.

O artigo é um voto de confiança em Collor, de que ele vai atrair o Brasil ao comércio exterior, que vai resolver a questão da dívida e, de um modo geral, modernizar a economia brasileira. Tudo isso, está incluído, depois das eleições de outubro.

Antes, mesmo o próprio Collor que até que não vai fazer um julgamento semelhante (sic) aos europeus. O que ficou combinado, com o FMI, foi um pagamento de 20% e 40% dos juros, como foi relatado por este correspondente duas semanas atrás, e reformulado em pessoa pelo Sr. Michel Camdessus, diretor-executivo do FMI, a dois representantes do FMI.

Mas a miniatura da Economia, Zélia Cardoso de Mello, está falando outro linguagem em Washington, na reunião do FMI e Banco Mundial, criticando os bancos por não realizarem a dívida externa do Brasil e sugerindo que os governos dos países credores pressionem os seus bancos.

É certo que o "Wall Street Journal" não acredita que ele esteja falando sério.

O jornal cita a inflação de 13% ao mês, que é, ali, o dobro da anual dos países ricos. A Folha apresenta esse problema, mas o governo Collor resolveu enfrentar o problema de inflação de 13% ao ano, em 91, e que já seria batido para 5% ao mês, em dezembro. E prometeu um superávit orçamentário, em 90, de 0,5%, e déficit zero em 91.

Pois só será possível se o governo Collor resolver enfrentar o problema atual, de inflação de 13% ao ano, em 91, e que já seria batido para 5% ao mês, em dezembro. E prometeu um superávit orçamentário, em 90, de 0,5%, e déficit zero em 91.

liberdade de ação. Collor foi entrevistado ontem pelo "New York Times", a que visitou, e deu entrevista, no Hotel Plaza, onde está hospedado, ao "Washington Post". Os dois jornais são mais fortes do país. Mas esta reportagem comentada no "Wall Street Journal", órgão que reflete o espírito dos meios financeiros nos EUA, é mais significativa.

Collor e Zélia têm dito que cabe aos países credores cobrar e ser desvencidos resistir. Nada mais simples do que não pagar, até. Os bancos vão mal. O Chase Manhattan demitiu 1 mil funcionários e fechou suas operações na Europa. O Chemical Bank não anunciou demissões, mas também cancelou suas atividades na Europa. Não há clima para concessões de espécie alguma. Um 20% dos juros da dívida já melhoraram a situação, mas o importante é que o Brasil, se não se acertar com os banqueiros, não obterá crédito de parte alguma do Primeiro Mundo. E o país precisa de alguma injeção de capital estrangeiro para crescer.

Collor conseguiu crédito pessoal através de Bush, por permissão do Brasil a favor de samples da ONU contra o Iraque. E é também argumentável que o presidente é mais brasileiro fora do país do que no Brasil, onde se critica muito o seu autoritarismo.

A situação não mudou a seu desfavor depois das eleições em outubro. É evidente que o contrato com de ser descontinuado em face do dólar, porque está tão baixo e o cravado, superavaluado, que trouxe as exportações brasileiras inoperantes. E de onde tiramos o dinheiro para nossa subsistência como nação.

Certo desmentiu o artigo do "Wall Street Journal", a grande mídia dos EUA espera que o presidente concerte o Brasil. E admitir, ao menos, que ele tenha melhorado, no seu discurso à ONU, seu compromisso com direitos civis na América Latina. Só não é mais de absoluta liberdade individual, e de imprensa, é que a democracia pode ser criada e trazer prosperidade como nunca no exemplo dos países realmente ricos. Um dos fundadores de Brasília dos EUA, em que a economia à impetora é produzida pelo Congresso. Thomas Jefferson, disse: "Entre governo e uma imprensa livre, prefiro uma imprensa livre".

É FIA MAIS
Leia o artigo de Collor na pag. A 8

'New York Times' sabatina Collor por hora e meia

De Nova York

O presidente Fernando Collor disse ontem num encontro com diretores e 12 jornalistas do "The New York Times" que pretende estabelecer uma lei que impeça funcionários do União de trabalhar para outros governos.

Collor esteve reunido durante uma hora e meia respondendo, segundo Warren Hope, editor-assistente de direção do jornal, a "tudo o que se possa imaginar".

"Desde a dívida externa, é claro, até muitas questões sobre a Amazônia e a relação Brasil-Iraque. E tivemos respostas para tudo".

Segundo Hope, Collor disse ser inaceitável a insistência no Brasil de leis que regulamentem a conduta de pessoas que vendem segredos a outros países após deixar o governo. Após a entrevista, Collor foi para o hotel Plaza, onde recebeu jornalistas do "Washington Post".

Brasil abriu as Assembléias das Nações Unidas

Da correspondência de Brasília

As sessões de abertura da Assembleia Geral da ONU começaram tradicionalmente com o discurso do representante brasileiro, desde a primeira, em setembro de 1945, um mês após o fim da Segunda Guerra Mundial. O então chanceler brasileiro, Oswaldo Aranha, foi escolhido, por não ser de nenhuma potência envolvida na guerra. Depois criou-se uma tradição.

De 1945 até 1982, o discurso de abertura sempre foi feito pelos chanceleres. Segundo o humorista, entre 64 e 82 isso se deu com "deliberada diplomacia discreta" dos governos militares, que temiam as críticas às violações dos direitos humanos. O então presidente João Baptista Figueiredo, como chefe de um governo "de transição", foi o primeiro a falar na ONU. Depois, vieram José Sarney e, ontem, Fernando Collor.

GYGNUS

ILUMINADO O FUTURO

Oferta Especial!
Mesa de Som pr/Rack c/ 5 canais + Equalizador, MM 1000



4 Módulos de processamento para ajuste: Modulador, Equalizador Gráfico, Compressor Limitador e Pré Amplificador de Sinais.

À vista **31.490,**

INFORMÁTICA

Micro computador GRADIENTE Expert DD Plus



À vista **74.900,**

Drive pr MSX **25.900,**

TELEVISORES

TV P&B TELEFUNKEN 17" mod. 17B5100 **23.590,**

TV TELEFUNKEN 16" mod.16C3270 c/remoto **59.900.**

PREÇOS IMPUBLICAVÉIS - COMPROVEM!

CP 1800 X - Full Control Stereo Pre-amplifier

PA 1800 X - Dual Channel Professional High Power Amplifier

GC 1800 X - Multi-Track Graphic Equalizer

TV 1800 X - Quantum Locked Systemed AM-FM Stereo Tuner

PA 1400 X - Stereo Power Amplifier

SAN 800 - Stereo Auto Mixer

A PlayTech dá um Banho de Loja na Sta. Ifigenia!

E POR 3 DIAS, OS MELHORES PREÇOS DA LOJA VELHA!!!

SOM PROFISSIONAL

Mixer / Mesa de Som 8 canais CHORUS MX-800 c/ Pré de Fono

Mesa de Som 8 canais ACOUSTIC c/ Pré de 240 W, Equaliz. Import.

Orgão Eletrônico GAMBIT mod. DX 150R

Guilherme Giannini Mod. GC 81

Violão GIANNINI Fiat Estúdio Nylon

Guitarra DOLPHIN GA-105

Guitarra DOLPHIN GST-50

Contra Baixo DOLPHIN BST-50

Bateria MARGATO 7 peças níquel

Bateria TAIKO 7 peças

Teclado CASIO MT-200

Orgão GAMBIT DX-180R

Kit p/ Guitarra Import. EMG mod. SA

Kit p/ Baixo Import. EMG mod. PJ

DIVERSOS

Fita GRADIENTE T-120 p/ vídeo **540,**

Compact Disc - Vários títulos **990,**

CONJUNTOS DE SOM

Conjuntos de Som

- 80 W de Potência
- Tuner AM/FM/Stereo TV
- Deck c/ Auto Stop
- Toca Discos Dual Drive
- Caixa Baixa Plástico
- Cien Rack Balsa

À vista **29.900,**

Conj. de Som DS-66 Conquest Matrix **79.000,**

Conj. de Som CDE Mod. 4890 c/ Laser **54.390,**

Receptor CDE SR-250 **15.490,**

Caixa Acústica GRADO GL-100 (cada) **12.600,**

Caixa Acústica GRADO GL-80 (cada) **9.490,**

Despachamos para todo o Brasil

Na PlayTech o crédito é aberto imediatinho, na própria loja!

PlayTech

R. Santa Ifigenia, 250 - Tel.: (011) 220-1733 - S. Paulo

500 José Maria Carrazo

- Centro Novo Shopping - Loja T 110 - Tel.: 22-557
- R. Rubião Júnior, 218 - Tel.: 21-213
- Av. Francisco J. Louço, 544 - Tel.: 22-0955

ISK GRÁTIS

★ AMERICA ★

The myth is near

BE IT



FOLHA DE S. PAULO



Diretor de Redação: Otávio Frias Filho • São Paulo, terça-feira, 27 de setembro de 1994 • Um jornal a serviço do Brasil • Ano 74 • Nº 23.916 • Al. Barão de Limeira, 425 • R\$ 0,60



Ágio ameaça o plano, diz Ciro

Para o ministro da Fazenda, está de volta o "micróbio" que minou programas econômicos anteriores

BRASIL

Opinião da Folha
Leia na pág. 1-2 as editoriais "PT, punido e nada", analisando seu papel no país; "Bela de encruzilhada", sobre a crise econômica; e "Destin S.A.", sobre a privatização de empresas.

FOLHA INFORMAÇÕES DOLAR
900-0312
Ligue para saber notícias atualizadas do dólar livre, paralelo e fixado. Consulte desde 1983 por um ou mais dias úteis. Taxa de ligação R\$ 1,17 e minuto.



O cardeal d. Paulo Evaristo Arns se reúne com FHC e Covas; ele não revelou o voto, mas disse que PT e PSDI se identificam com a doutrina de justiça social da Igreja - Pág. Exp.1

O ministro Ciro Gomes (Fazenda) disse em São Paulo que o "micróbio" do ágio, do desabastecimento e do aumento de preços está de volta.

Ciro disse que o "micróbio" é o mesmo que minou outros planos de estabilização.

Ele anunciou para empresas que pratiquem preços conside-

Limite para emitir moeda deve crescer

O governo deve aproveitar a melhoria da moeda provisória (MP) do real para aumentar os limites para expansão da base monetária até março de 95. Base monetária é a soma de dinheiro em poder do público mais as reservas bancárias.

O limite previsto até março é de R\$ 9,5 bilhões inicialmente. O novo seria de R\$ 11 bilhões, sem os 207 adicionais permitidos. A meta dos bilhões dólares da base monetária, a cerca de R\$ 8,7 bilhões até o dia 30 de dezembro.

ESPORTE

Palmeiras lidera chave mais forte
Campanha palmeirense é a melhor entre os clubes do Grupo V, que somaram 16 pontos contra 11 dos times do E. PÁG. 3-1

POVEST 95

Empresa Júnior substitui estágio
Há vagas desde o primeiro ano. As inscrições para a Unicap são até 7/9 em relação ao ano passado. Póvest 95 e PÁG. 1-3

ORIENTE-SE

Cidade	Moeda
Brasília	Real
Porto Alegre	Real
Recife	Real
Salvador	Real
São Paulo	Real
Uberlândia	Real
Uruçubá	Real
Viçosa	Real

BOLSAS

Índice	Variação
Dólar	-3,4%
Real	-3,1%

TEMPO

14° 24°
Céu: 14-17 / Nuvens: 12-14

03 15 22 27 36 39
Póvest 95 até 01/09/95

Seções

Seção	Preço
1. Brasil	14
2. Opinião	14
3. Esportes	14
4. Economia	14
5. Internacional	14
6. Opinião	14
7. Opinião	14
8. Opinião	14
9. Opinião	14
10. Opinião	14
11. Opinião	14
12. Opinião	14
13. Opinião	14
14. Opinião	14
15. Opinião	14
16. Opinião	14
17. Opinião	14
18. Opinião	14
19. Opinião	14
20. Opinião	14
21. Opinião	14
22. Opinião	14
23. Opinião	14
24. Opinião	14
25. Opinião	14
26. Opinião	14
27. Opinião	14
28. Opinião	14
29. Opinião	14
30. Opinião	14
31. Opinião	14
32. Opinião	14
33. Opinião	14
34. Opinião	14
35. Opinião	14
36. Opinião	14
37. Opinião	14
38. Opinião	14
39. Opinião	14
40. Opinião	14
41. Opinião	14
42. Opinião	14
43. Opinião	14
44. Opinião	14
45. Opinião	14
46. Opinião	14
47. Opinião	14
48. Opinião	14
49. Opinião	14
50. Opinião	14
51. Opinião	14
52. Opinião	14
53. Opinião	14
54. Opinião	14
55. Opinião	14
56. Opinião	14
57. Opinião	14
58. Opinião	14
59. Opinião	14
60. Opinião	14
61. Opinião	14
62. Opinião	14
63. Opinião	14
64. Opinião	14
65. Opinião	14
66. Opinião	14
67. Opinião	14
68. Opinião	14
69. Opinião	14
70. Opinião	14
71. Opinião	14
72. Opinião	14
73. Opinião	14
74. Opinião	14
75. Opinião	14
76. Opinião	14
77. Opinião	14
78. Opinião	14
79. Opinião	14
80. Opinião	14
81. Opinião	14
82. Opinião	14
83. Opinião	14
84. Opinião	14
85. Opinião	14
86. Opinião	14
87. Opinião	14
88. Opinião	14
89. Opinião	14
90. Opinião	14
91. Opinião	14
92. Opinião	14
93. Opinião	14
94. Opinião	14
95. Opinião	14
96. Opinião	14
97. Opinião	14
98. Opinião	14
99. Opinião	14
100. Opinião	14

Genebaldo pode ter os seus bens sequestrados

A Justiça determinou o sequestro dos bens do ex-deputado Genebaldo Corrêa. É o primeiro caso pela CPI do Collor a receber essa sentença. Ele pode recorrer ao Tribunal Regional Federal.

A Procuradoria Geral da República pediu ao Supremo Tribunal Federal a quebra de sigilo bancário de Cid Carvalho, contra acusado pela CPI. PÁG. 1-5

Sem acordo, petroleiros iniciam hoje paralisação

Petroleiros e a Petubrás se reúnem hoje para audiência no Tribunal Superior do Trabalho sobre divórcio. Não houve acordo e a categoria marcou greve a partir da zero hora de hoje.

Ozônio foi o primeiro dia de paralisação na construção civil de São Paulo. Com o sindicato, 610 mil trabalhadores entre 1 milhão pararam; segundo a indústria, foram 3 mil. PÁG. 1-7

BOA NOTICIA

Venda externa do país bate recorde

As exportações brasileiras atingiram o recorde de US\$ 4,281 bilhões em agosto.

O salto da balança comercial ficou em US\$ 1,498 bilhões, crescimento de 32,65% em relação ao mesmo mês de 93. É o maior salto desde 60. PÁG. 2-3



Presos se rebelam no Carandiru

Um grupo de 21 presos se rebelou durante quatro horas e meia no Complexo Penitenciário do Carandiru, zona norte de São Paulo. Eles exigiram ser transferidos a outros presídios.

Os presos fizeram 11 reféns — 3 ficaram feridos. A rebelião ocorreu no pavilhão 4, que abriga detentos, os amaldiçoados de morte por outros presos e os de bom comportamento.

Um acordo acabou com a rebelião, a segunda no Carandiru em menos de um mês. Em 2 de outubro de 92, uma intervenção da PM em revolta teve a morte de 111 detentos. PÁG. 1-6



Amorim na ONU critica isolamento de Cuba

DANIELA ROCHA

O chanceler Celso Amorim disse que a política de isolamento imposta a Cuba é o "último resquício da Guerra Fria".

Em discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU, ele voltou a ponto controverso na 22 e 23 de setembro de 94: "Se garantias não são dadas à ONU". PÁG. 1 e 2-10

EUA agora controlam a polícia do Haiti

CLAUDIO JULIO TOGNOLLI

O comando de paz da ONU de estabilização do Haiti e Polícia Nacional, los controla as tropas de ocupação dos 11 países.

Furiosos de que o presidente do Haiti Jean-Bertrand Aristide tentaram a cidade de 1 e 2 de setembro. O embargo ao país foi suspenso, anunciou ontem o governo dos EUA. PÁG. 2-12

Ser jurado de O.J. Simpson é bom negócio

DAVID DREW ZINGG

Seu jurado de O.J. Simpson pode ser lucrativo. Depois do julgamento haverá livros, artigos e palestras que concederão ao jurado um bom dinheiro. O jurado de futebol americano acusado de matar sua ex-esposa e um amigo dela. PÁG. 2-11

1.4 Terça-Feira, 27 de setembro de 1994

brasil

RELAÇÕES EXTERIORES

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Diferenças

No último semana de campanha, Lula, animado com o resultado de São Paulo, agitou em grande mobilização. FHC optou pela abstenção, ao ficar em silêncio em São Paulo. Um corte atrás de grandes e o outro administrado a cartazes.

Tomou lá do ed

O PT programou as últimas eleições de Lula para o Estado onde o candidato a governador do partido não chegou de 10 a 20 por cento, ao mesmo tempo, cresceu em outros pontos. A estratégia da maior mobilização de votos.

Deixa como está

A campanha de FHC tem uma marca política de ênfase nesse aspecto: "Não fazer nada".

Corte e contum



Lider do PT na Câmara, José Fernando de Azevedo, não se contenta mais sendo derrotado em São Paulo. "Ele insistiu em fazer política não para fazer diferença de votos, mas para fazer diferença de votos", diz. É a estratégia dos diferenciais entre os dois lados.

Colunidade pública

Membros de alguns grupos de pressão estão no Brasil, avaliando o impacto de uma possível vitória de Lula em 2000.

Mesmo caminho

De um lado, a campanha de FHC, apoiando uma reforma eleitoral após as eleições. Do outro, a campanha de Lula, visando a vitória em 2000.

Tampouco

Medida proposta sobre o sistema eleitoral chegou hoje ao Senado para a aprovação de FHC. O texto é o mesmo que foi aprovado no Senado em 1993.

Contra a fêmea

Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, o ministro José de Azevedo, defendeu a manutenção do sistema atual de segurança alimentar.

Visita à Folha

O ministro-geral mineiro dos ELA em São Paulo e o ministro para Assuntos Econômicos e Políticos, Gilberto Diniz, visitaram a Folha, onde foi recebido em almoço.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Armistício eleitoral

Durante ato pró-Brasil em frente ao Palácio de São Paulo, foi lançado o desafio de estabelecer o período de armistício eleitoral. Entre eles, José Américo Gama e José Gregório.

No pulso

Mafu centista Melchior (PP) para realizar os próximos trabalhos da quinta. O ministro não declarou a quem aderiu a Frente Popular (FAP) na ocasião pública. FHC preservou seu partido e FHC, e não melhora assim.

Últimos entusiasm

Os últimos pontos avaliados, nos últimos dias de campanha, não demonstram a ação dos partidos do PSD, do PT, e do PFL, para assegurar a vitória de Lula em 2000.

Ataque eleitoral

Ante a falta de apoio de outros partidos, Lula decidiu atacar o candidato a governador do PT, José Américo Gama. O candidato a governador do PT, José Américo Gama, não se contenta mais sendo derrotado em São Paulo.

Colunidade pública

Membros de alguns grupos de pressão estão no Brasil, avaliando o impacto de uma possível vitória de Lula em 2000.

Mesmo caminho

De um lado, a campanha de FHC, apoiando uma reforma eleitoral após as eleições. Do outro, a campanha de Lula, visando a vitória em 2000.

Tampouco

Medida proposta sobre o sistema eleitoral chegou hoje ao Senado para a aprovação de FHC. O texto é o mesmo que foi aprovado no Senado em 1993.

Contra a fêmea

Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, o ministro José de Azevedo, defendeu a manutenção do sistema atual de segurança alimentar.

Visita à Folha

O ministro-geral mineiro dos ELA em São Paulo e o ministro para Assuntos Econômicos e Políticos, Gilberto Diniz, visitaram a Folha, onde foi recebido em almoço.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Grande diferença

Comentário de Paulo Roberto de Azevedo, ministro-geral dos ELA, sobre a campanha de FHC. "Quando ele for eleito, não haverá mais diferença entre os dois lados", diz.

Ministro critica na ONU o isolamento imposto a Cuba

Celso Amorim diz que política de confronto é 'resquício da Guerra Fria'



Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, na ONU

DANIELA ROCHA
De São Paulo

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, criticou nesta terça-feira a política de isolamento imposta a Cuba no discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas).

Amorim disse que "o isolamento econômico para manter o sofrimento do povo cubano". Ele defendeu uma política de não escalada para acabar com o "último resquício da Guerra Fria".

Em seu discurso, o ministro defendeu a proposta permanente do Brasil no principal órgão da ONU, o Conselho de Segurança. Cinco países têm lugar permanente no conselho: EUA, França, China, Inglaterra e Rússia. Outros dez participam no sistema rotativo.

"A anulação do Brasil como membro permanente pode acontecer dentro de um ou dois anos, se houver consenso dos países da comunidade internacional", afirmou o ministro à Folha.

Leia íntegra do discurso do chanceler brasileiro

Paula e a agenda do discurso de Celso Amorim na ONU

Amorim iniciou seu discurso na Assembleia Geral da ONU, em Nova York, nesta terça-feira (27). O ministro das Relações Exteriores defendeu uma política de não escalada para acabar com o "último resquício da Guerra Fria". Ele criticou o isolamento econômico imposto a Cuba e defendeu a proposta permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Amorim também falou sobre a situação política no Brasil e a importância da democracia.

TIROTEIO

De José Américo Gama (PP) sobre o cenário de Lula em São Paulo que contou com a presença de FHC.

O cenário foi de "chovo caindo". Amorim criticou a campanha de FHC e defendeu a candidatura de Lula.

Amorim também falou sobre a situação política no Brasil e a importância da democracia. Ele defendeu a proposta permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Amorim também falou sobre a situação política no Brasil e a importância da democracia. Ele defendeu a proposta permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Amorim também falou sobre a situação política no Brasil e a importância da democracia. Ele defendeu a proposta permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Amorim também falou sobre a situação política no Brasil e a importância da democracia. Ele defendeu a proposta permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Amorim também falou sobre a situação política no Brasil e a importância da democracia. Ele defendeu a proposta permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Amorim também falou sobre a situação política no Brasil e a importância da democracia. Ele defendeu a proposta permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Amorim também falou sobre a situação política no Brasil e a importância da democracia. Ele defendeu a proposta permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Amorim também falou sobre a situação política no Brasil e a importância da democracia. Ele defendeu a proposta permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Amorim também falou sobre a situação política no Brasil e a importância da democracia. Ele defendeu a proposta permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Amorim também falou sobre a situação política no Brasil e a importância da democracia. Ele defendeu a proposta permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Amorim também falou sobre a situação política no Brasil e a importância da democracia. Ele defendeu a proposta permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Amorim também falou sobre a situação política no Brasil e a importância da democracia. Ele defendeu a proposta permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Amorim também falou sobre a situação política no Brasil e a importância da democracia. Ele defendeu a proposta permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Amorim também falou sobre a situação política no Brasil e a importância da democracia. Ele defendeu a proposta permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Amorim também falou sobre a situação política no Brasil e a importância da democracia. Ele defendeu a proposta permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Amorim também falou sobre a situação política no Brasil e a importância da democracia. Ele defendeu a proposta permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Amorim também falou sobre a situação política no Brasil e a importância da democracia. Ele defendeu a proposta permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Amorim também falou sobre a situação política no Brasil e a importância da democracia. Ele defendeu a proposta permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Table with 2 columns: Location/Service and Phone Number. Includes entries for Agência Folha, Anuário, and various services.

1-B Terça-Feira, 26 de setembro de 1995

brasil

FOLHA DE S. PAULO

DE FATO E DE FICÇÃO

Orçamento real chega a zerar verba social

Lei de previsão orçamentária aprovada pelo Congresso não tem suas prioridades cumpridas pelo governo

MARTA SALOMON

De São Paulo

O país tem dois Orçamentos. Um é o real, votado no Congresso e deturpado que 1 milhão de famílias brasileiras deixam de pagar, até o fim do ano, de serviços de saneamento básico. Outros Orçamentos, o real, chega, em alguns casos, a zero verba social.

acompanhada por um episódio de fúria de Chama, especialmente no Orçamento, as liberações de crédito no primeiro semestre voltaram a ser feitas de maneira ad-hoc e não uma intenção de priorização.

Em meio ao Ministério da Fazenda para a análise dos efeitos e impacto de suas favoráveis quotas, tem previsão para o ano, 93,5% do valor previsto para o ano inteiro, de pouco mais de R\$ 13 bilhões.

De acordo com os registros do Sinc, até o primeiro de setembro, o governo recebeu cerca de 22,1% do valor autorizado (R\$ 764,8 milhões) em recolhimentos para o período.

Resumo de gastos em setores: EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, SAÚDE, CONTRIBUIÇÃO, FINANÇAS, CONTAS TOTAIS.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Lampreia pede ampliação de conselho

De Nova York

Lampreia defendeu que o Conselho de Segurança (principal órgão deliberativo da ONU) passe por uma reestruturação, aumentando o número de países membros.



Luz Felipe Lampreia (esq.) e Boutros Boutros-Ghali

ROTEIROS TURÍSTICOS FIAT/FOLHA-BRASIL

Personalidades falam sobre o melhor do país

De Reportagem Local



TURISMO NA FOLHA

RECADO A ADVERSÁRIOS

"Voltarei melhor, não se iludam", diz Motta

De Reportagem Local

acompanhada do Elio Roman. Não permitiu perguntas.

Ministério vai pedir auditoria sobre prédio

De Governos de Brasília

ASSINE A FOLHA E GANHE A FITA DE VIDEO "FOLHA CONTA A CONQUISTA DO ESPACO" 50% DESCONTO

IX SIM. Ex. quem enviar a Folha, de acordo com a região e o plano que quiser adotar. Tabela de preços e formulário de inscrição.

A Folha recebe de segunda a domingo das 14h às 18h.

FOLHA DE S. PAULO

mundos

Terça-feira, 26 de setembro de 1995

Julgamento de O. J. entra na fase final

Promotora e defesa apresentam argumento final; 50% dos americanos acham que ex-jogador é culpado, diz pesquisa

Greve traz tensão a Detroit

De Washington

A greve dos jogadores de futebol dos Estados Unidos chegou ao seu momento de maior tensão com a descoberta de bombas de alto poder explosivo no acampamento dos camaleões locais.

A bomba não chegou a explodir, mas levou os policiais ao ápice de sua indignação e a polícia, ao anúncio de que o jogo não será realizado.

Os dois jogadores foram acusados de colocar as bombas no acampamento para causar a interrupção do início da greve, o que aconteceu.

Mas o governo federal agora investiga se uma bomba explodiu antes da partida e se houve alguma tentativa de assassinato.

CIÊNCIA

AZT é mais útil usado com outras drogas

Das agências internacionais

Um estudo divulgado ontem confirma que a droga AZT é mais eficaz para evitar a morte por AIDS quando usada em combinação com uma de duas outras drogas de AZT.

Os resultados foram apresentados por pesquisadores que fazem parte do Projeto Datas, uma das maiores pesquisas internacionais em HIV/AIDS, em São Paulo.

Os pesquisadores, que não sabem explicar o motivo do menor número de mortes.

Panda dá à luz gêmeos em reserva da China

Uma panda gigante deu à luz dois gêmeos, elevando a quatro o número de filhotes da espécie nascidos em reservas chinesas no último mês. Os novos gêmeos estão incapazes de estirar e dificilmente nascem em cativeiro.

Gilmer negocia novo governo com a direita

A primeira-ministra da Turquia, Tansu Gilmer, defendeu a formação de uma nova coalizão governista com o Partido da Mãe Pátria, de direita. Gilmer rompeu com os social-democratas na última semana. Ela disse que pode aceitar aceitar as eleições.

Cataluña antecipa eleição para novembro

O primeiro-ministro do governo regional da Cataluña, Jordi Pujol, antecipou as eleições parlamentares para 19 de novembro. Pujol disse que adiaram as eleições, previstas para março de 1996, para que não coincidam com as eleições nacionais.

EUA voltam a negar a extração de Ruda

A Justiça dos EUA negou pela segunda vez a extração do esboço-procurador de Justiça do México Miguel Alemán. Ele é acusado de corrupção e de prejudicar as investigações da morte de seu irmão, o político José Francisco Ruiz Massieu.

Serra Leoa acusa rebeldes de matar 87

O governo de Serra Leoa (África) acusou a guerrilha local de haver matado 80 civis e 7 militares no fim-de-semana. Forças independentes não puderam confirmar a acusação.

Bomba na Argélia provoca quatro mortos

A explosão de uma bomba dentro de uma delegação de polícia em Tizi-Ouzou (sudeste da Argélia) matou quatro pessoas. Radicales libanês foram acusados pela acusação.



O ex-jogador de futebol americano Orestis Simpsom diz no tribunal que é inocente

Diplomatas reclamam de gastos da ONU no início da assembléia

DANIELA FALCÃO

De Nova York

A defesa de certos gastos e diminuição da burocracia interna da ONU foram a tônica dos discursos de abertura da 50ª Assembleia Geral das Nações Unidas, ontem pela manhã, em Nova York.

Como é costume, o Brasil foi o país encarregado de fazer a abertura oficial da assembleia.

Em seu discurso, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lara, disse que a ONU "está limitada por sua estrutura" e que é necessário uma avaliação dos seus déficits para trazer a zona da entidade para os próximos 50 anos.

Mas foi o secretário de Estado dos EUA, Warren Christopher, quem fez críticas mais severas à organização. Ele afirmou que a ONU precisa passar por mudanças administrativas urgentes para cumprir o seu real finalidade.

"Não tem sentido a ONU gastar boa parte de seu orçamento apenas para manter a burocracia funcionando. Nossa maior preocupação tem que ser com as pessoas reais, que vivem no mundo real."

Segundo Christopher, por serem os "líderes burocráticos", milhares de dólares são desperdiçados. A milíade vive sem, em algumas áreas de sua história. O orçamento para 95 acabou em agosto, e a ONU passou a gastar em suas atividades o dinheiro destinado à tropa de paz.

A reclamação para que o dinheiro da ONU seja melhor aplicado, no espírito de Christopher, é eliminada os órgãos e programas que cumpram a mesma função.

"Há vários programas cujos objetivos finais já foram atingidos e que, por isso mesmo, não precisam continuar existindo."

Apesar de defender mudanças urgentes na ONU, Christopher afirmou que o órgão é vital. "É o único organismo de que a burocracia se orgulha e que a ONU vive sem ele sem ruído. Mas tenho certeza de que, para as pessoas que vivem em países onde há milhões de paz, a ONU tem um rosto."

De Washington

Um ano depois de iniciado o julgamento de O. J. Simpsom, hoje em sua fase final.

Promotora e defesa apresentam seus argumentos finais ao juiz, composto por dois juizes e dois jurados (seis negros, dois brancos e um hispânico).

O juiz Lewis Ho resolveu não limitar o tempo da exposição.

A promotora, a quem cabe provar "a culpa de qualquer dúvida razoável", não deve vencer uma sessão de defesa e outra depois.

A defesa só precisa levantar dúvidas sobre as provas da acusação para que o júri absolva o réu.

Simpsom é acusado das assassinatos de sua ex-mulher, Nicole Brown, e de seu amigo íntimo, Ronald Goldman, na noite de 12 de junho de 1994.

Ele alega inocência. A defesa afirma que o réu, negro, é vítima de um comploto da polícia racista.

A promotora alega que Simpsom, que casou-se com a mulher várias vezes durante os 17 anos em que viveram juntos, matou Brown por não aceitar a ideia da separação e Goldman por estar no lugar errado na noite fatal.

O. J. Simpsom, 46, foi um dos mais famosos jogadores de futebol americano na década de 70 nos Estados Unidos.

Depois, se manteve cético quanto ao jogo-pagamento, contenda esportiva e mar de cruzeiros (participou de filmes de vídeo "Carra que a Polícia Venha Aí").

Sua segunda mulher, Nicole Brown tinha 25 anos e era loira. O casal teve dois filhos: Sidney, 10, e Justin, 9, que vivem com os avós maternos.

A outra vítima, Ronald Goldman, tinha 25 anos e era branco. Ele havia ido à casa de Brown, local do crime, para devolver um celular que ela havia comprado no restaurante onde ele trabalhava como garçom.

As famílias das duas vítimas acusam Simpsom dos crimes. Pesquisas do Instituto Gallup divulgadas ontem mostram que 50% dos americanos concordam com elas.

29% acham que Simpsom é inocente e os demais não têm opinião.

Não há testemunhas vivas do crime. A maioria dos assistentes, uma irmã, não foi encontrada. A única prova material é uma luva usada pelo assassino e encontrada no quarto da mãe de Simpsom.

De o júri o considerar culpado, Simpsom, a pessoa mais rica já julgada por homicídio nos EUA, pode pagar pena de 15 anos de prisão a prisão perpétua sem direito a liberdade condicional.

(Carlos Eduardo Lima da Silva)

VALORIZAÇÃO DO REAL

TEMPRA 8V

Ent. R\$ 9.880, + saldo 24x R\$ 665,*

+ 1 parcela intermediária R\$ 7410,**

OU Ent. R\$ 7.410, + saldo 24x R\$ 1.026,*

A venda de R\$ 24.700

Travema 824-1000

Múltipla escolha.

Copiladora X-5614

- Zoom ponto a ponto
- Redução ou ampliação
- 12 cópias por minuto

Impressora X-4504

- Laser
- 4 ppp
- 300 dpi

Copiladora X-5785

- 4 cópias por minuto
- Full color
- Qualquer tamanho até Duplo Garça/13

Multifuncional X-3006

- Copiladora
- Fax
- Impressora
- Scanner (opcional a partir de setembro/95)

- Flexibilidade de pagamento em até 48 meses.
- Assistência técnica em todo o Brasil.
- Produtos de consumo grátis, dentro dos limites de cada contrato.

TELEMARKETING
0800-15-4444

THE DOCUMENT COMPANY
XEROX



FOLHA DE S. PAULO

São Paulo, terça-feira, 22 de setembro de 1998

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FREITAS FILHO *** UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL *** ALAMEDA BARÃO DE LIMEIRA, 495 *** ANO 78 *** Nº 25.374 *** R\$ 1,00

O DEPOIMENTO



Imagens mostram o presidente Bill Clinton, durante depoimento de quatro horas dado ao júri de inquérito

Clinton relata "contatos íntimos"

O presidente dos EUA, Bill Clinton, admitiu "contatos íntimos" com Monica Lewinsky ao júri de inquérito. O vídeo com seu depoimento foi exibido publicamente ontem.

A fita não apresentou novidades e mostrou que o presidente evitou ser agressivo, o que fez a Bolsa de Nova York levantar a cabeça de apenas 0,48%.

No depoimento, em 17 de agosto, o presidente disse que os contatos que manteve com a ex-estagiária, incluindo beijos e sexo oral, não constituíram "relações sexuais".

Mesmo sem novidades, o vídeo vai ajudar os norte-americanos a definir se o rollout ou não em Clinton, informou Carlos Eduardo Luis da Silva. **Págs. 1-12 a 1-15 e 2-14**

Porta-voz de FHC nega tributação maior; ministro espera corte de juros nos EUA

Malan não descarta ajuste com aumento de imposto



O ministro Pedro Malan segue prêmio que recebeu ontem do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros

O ministro Pedro Malan (Bazenda) não descartou aumento de impostos na reforma fiscal que está em estudo. "Nos não podemos eliminar, a priori, qualquer alternativa", disse.

O ministro não detalhou o que poderá ser feito. Disse apenas que, ao aumento de impostos, o governo prefere trabalhar com o corte dos seus gastos. Em Brasília, o porta-voz da Presidência, Sérgio Amarelal, negou que haja intenção de aumentar impostos, "se há alguma razão, é preciso que o ministro apresente os argumentos ao presidente Fernando Henrique Cardoso".

Malan reiterou que o governo não vai alterar a política cambial nem controlar remessas. Para reduzir os efeitos da crise, Malan defendeu "ações coordenadas internacionais", preventiva, que começará na próxima semana, nas reuniões do FMI e do Fed, o Banco central dos EUA, do qual espera redução dos juros. **Pág. 2-1**

O RELATÓRIO



Vestido de Monica Lewinsky apresentado pelo promotor Kenneth Starr como uma das provas do relacionamento da ex-estagiária com Bill Clinton; exame de DNA comprovou que a peça foi manchada com o esperma do presidente durante um dos encontros que os dois tiveram, em um salão da Casa Branca

Morre a velocista Florence Joyner, 38

A velocista norte-americana Florence Griffith Joyner, recordista mundial dos 100 m e 200 m rasos e três medalhista de ouro na Olimpíada de Seul-88, morreu aos 38 anos, aparentemente de ataque cardíaco, nos EUA. Não há informação precisa sobre quando ocorreu a morte. Há dois anos, Finney sofreu ataque de apoplexia (perda temporária de função cerebral) durante um voo e foi internada. Apesar de nunca ter sido surpreendida no exame anti-doping, Florence desistiu a suspeita de que usou substâncias proibidas. **Pág. 3-12**



Florence Griffith Joyner na corrida dos 200 m rasos em Seul-88

País pede na ONU ação mundial anticrise

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Laursen, pediu ontem que a comunidade internacional não espere, sem tomar atitudes, até descobrir o alcance da crise global. Em discurso na abertura de 54ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York, Laursen citou propostas que o Brasil tem enviado a outros países, como uma maior cooperação entre autoridades monetárias. Em Brasília, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que a globalização financeira "tem dado muito certo-circuito". **Pág. 2-6**

Brasil
Opinião da Folha
Leia os editoriais "Dieta fiscal não basta", sobre política econômica "Brasil e Washington", dizime da crise; e "Portadores de deficiência e serviços públicos". **Pág. 1-2**

Agrofolha
Importação de leite aumenta
Com o real subvalorizado, as importações de leite podem crescer até 30% em 98, atingindo US\$ 990 milhões. **Pág. 5-8**

ATMOSFERA
Pág. 3-8
Médica 15°C Máxima 19°C
Ondas 14°C Úmida 15,5°C
Máxima 14,5°C Mínima 11,2°C

Remédios pertencentes:
Folha de São Paulo
Folha de São Paulo
Folha de São Paulo

116-010 35374
0771610570052

ÍNDICE
Ibovespa 100
Dólar 1,00
Euro 1,00
Real 1,00
Sugestão de compra
Sugestão de venda

http://www.folha.com.br

Trânsito de SP volta à lentidão pré-rodízio

O trânsito em São Paulo voltou à situação anterior ao rodízio de veículos, que impede a circulação de 20% da frota. No pico da manhã, em agosto, foi registrado um congestionamento médio de 90 km, contra 86 km no primeiro semestre de 1996. A principal explicação é o crescimento de 5,43% da frota em dois anos. A partir de segunda, passa a vigorar o rodízio municipal, restrito a bônus de preço. **Pág. 3-1**

GM anuncia programa de dispensa voluntária

A General Motors anunciou a adoção, a partir de hoje, de um novo programa de demissões voluntárias nas fábricas de São José dos Campos (SP) e São Caetano do Sul (SP). A montadora não informou os critérios da medida. Este ano, 400 empregados da empresa já aderiram a demissões. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José realta hoje, às 16h, assembleia para cobrir a posição dos trabalhadores. **Pág. 2-7**

Rússia não deve ter mais ajuda, diz Kohl

O chanceler alemão, Helmut Kohl, disse que "não se justificava" mandar mais dinheiro para a Rússia. O motivo, segundo ele, é a declaração do ministro-chefe russo, Vladimir Solovov, de que boa parte da ajuda do FMI (Fundo Monetário Internacional) foi perdida. "É dinheiro dos contribuintes, não nosso", disse Kohl. A Alemanha é o maior credor da Rússia, que deve US\$ 59,5 bilhões ao país. **Pág. 2-9**

English Conversation

Todo sábado nas bancas.
Folha + R\$ 6,00 = CD-ROM

FOLHA

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal independente
Publicado de 1959 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Presidente: Luís Figueiredo
Diretor Editorial: Osvaldo Figueiredo
Diretor: Pedro Pinheiro Jr.

Conselho Editorial: Luiz Alberto de Lencastre, Roberto Cruz de Campos Leite, Marcelo Cavali, Italo de Freitas, Cláudio Diniz, Luiz Nassif, Flávio Nogueira, Cláudio Rossi, Carlos Heitor Correia, Fábio Pinheiro, Luis Figueiredo e Orlando Pires Filho (secretário).

DIETA FISCAL NÃO BASTA

A superação da crise de confiança que abala a economia brasileira exigirá do governo e da sociedade disposição para sacrifício.

Cortar gastos e aumentar a arrecadação, isto que os economistas chamam de ajuste fiscal, é como uma dieta. E a dieta será tanto mais durável e prolongada quanto mais fronedos os hábitos que os brasileiros adotarem durante o período em que o governo e a sociedade viverem sem dos próprios meios.

Para os credores internacionais, mas também para os que, no Brasil mesmo, empobreceram graças ao crescimento deficiente e à instabilidade. Afinal, para pagar a dívida e precisar comprar e vender coisas e a aumentar receitas não, pois, através para recuperar a estabilidade. Acreditar, porém, que o ajuste fiscal é suficiente constituir uma política governamental.

Mas, frente ao montante da dívida pública acumulada e que, sob taxas de juros escandalosas, deverá crescer ainda mais, há dúvidas respeitáveis

até mesmo sobre a capacidade do governo de ajustar-se ao longo de dois ou três anos de pagamentos devidos aos credores.

O tempo de vacas gordas foi, especialmente, uma fase de abundância de capitais externos. Liberalidade na abertura a importações, descuido com a expansão do consumo por meio da crédito e falta de estímulo à exportação. Houve ainda, apesar de crises e de crises externas recorrentes, uma insistência irresponsável na valorização do real frente ao dólar.

É ilusório acreditar que uma forte exigência fiscal seja suficiente para compensar a suspensão da entrada de capitais estrangeiros e de recursos de investidores, de que mudanças fundamentais no modelo de ajuste externo são cruciais.

O ajuste, no entanto, não é suficiente, mas é necessário, mas é insuficiente. Sem novos parâmetros e prioridades nos regimes do comércio exterior, da política cambial e da administração dos fluxos de capitais, a desconfiança continuará, latente ou explícita. É isso sem falar na hipótese de piora na situação financeira mundial.

BRASÍLIA E WASHINGTON

Na semana passada, os dois principais responsáveis pelo furo norte-americano, o senador Robert Byrd e o subsecretário Lawrence Summers apresentaram depoimentos ao Congresso e o Brasil foi abundantemente mencionado, por um e outro, sempre na linha de que o processo de ajuste em Brasília, a tentativa a partir da qual se tenta implementar a política de estabilização econômica, é lento e pouco transparente. Mas a única decisão divulgada foi a de que tentarão programar a votação das reformas logo depois das eleições.

E, talvez, a mais importante, não necessitam de horas de crise, não foram divulgadas, o que cria uma anomalia todas as decisões se concentrarem nas mãos da tecnocracia, que, por mais competente que possa ser, está sujeita a erros, com, de fato, o desempenho a situação atual.

E lamentável, para dizer o menos, que o Congresso norte-americano acabou sendo uma fonte de debate sobre o Brasil mais rica do que o próprio Congresso Nacional.

E, natural, mas não menos triste, que o Congresso Nacional esteja igualmente inerte diante da crise.

Sem dois principais líderes, o presidente do Senado Eduardo Carlos Magalhães e o da Câmara (Michel Temer), tentaram café da manhã com o presidente da República, na semana passada. Mas a única decisão divulgada foi a de que tentarão programar a votação das reformas logo depois das eleições.

Lamentável, mas não menos triste, que o Congresso Nacional esteja igualmente inerte diante da crise.

É lamentável, para dizer o menos, que o Congresso norte-americano acabou sendo uma fonte de debate sobre o Brasil mais rica do que o próprio Congresso Nacional.

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Tudo-se que para combater o grau de criminalidade de um país deve-se verificar como ele trata seus prisioneiros. Nesse exame, hoje, deveria incluir também a situação dos portadores de deficiência físicas e mentais. Mais que ideologia politicamente correta, é a falta de solução de problemas muito comuns que se trata, e para parcela considerável da população, que vê direitos básicos atenuados em um insospitado ambiente urbano.

Estima-se que só na cidade de São Paulo há um milhão de pessoas nessa condição. Os tipos de deficiência são múltiplos e variados. Podem exigir providências concretas de caráter quantitativo e semântico e outras que se referem a portadores de deficiência.

O Dia Nacional de Luz dos Portadores de Deficiência, inaugurado em 1984, foi marcado por manifestação dos portadores de deficiência, mas não é suficiente, para quem quiser ver, que não aceitem a pseudo-solução do confinamento. Cabe à sociedade deixar patente que, mesmo com as muitas dificuldades do presente, não se fechar os olhos para esse imperativo civilizatório.

Intais públicos com capacidade para mais de cem pessoas a facilitar o acesso para cadeiras de rodas. Basta por um passeio pelas ruas de São Paulo e alguma atenção para verificar que são ainda muito insuficientes.

Isso para não falar do transporte, elevadores para cadeiras de rodas, mas a circulação dos bondes é limitada, operam só das estações das quatro linhas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos têm os equipamentos necessários, como rampas. Restam da estação de metrô na primeira linha implantada (Suzano-Jabaquara) é necessário a portadores de deficiência.

O Dia Nacional de Luz dos Portadores de Deficiência, inaugurado em 1984, foi marcado por manifestação dos portadores de deficiência, mas não é suficiente, para quem quiser ver, que não aceitem a pseudo-solução do confinamento. Cabe à sociedade deixar patente que, mesmo com as muitas dificuldades do presente, não se fechar os olhos para esse imperativo civilizatório.



De hora em hora piora

CLÓVIS ROSSI

São Paulo — Por fim uma autoridade brasileira deve ao território em que nasceu, preparando os recursos comuns para dizer que a crise é um fenômeno cujo alcance, profundidade e permanência não cabe ainda dizer. Foi o que disse ontem, à Assembleia Geral das Nações Unidas, o chanceler Luiz Felipe Lima.

É o hábito preferir uma tradução mais livre e mais generosa, o que Lima fez ao dizer que o segredo ninguém tem a mais remota idéia do que vai acontecer ao mundo daqui para a frente. Quem disser que sabe ou outro não está nada informado.

A única coisa que vale dizer é que, da perspectiva do mundo inteiro, a situação do Brasil não mudou de um jeito para o outro. É isso sem falar na hipótese de piora na situação financeira mundial.

Quando o Brasil disse que o desempenho foi de 70 anos.

Até velhos adões podem, naturalmente, equivocarse. Mas o que teria trazido de gênero mais presentes e mais sustantivos é o fato de que não se vêem líderes nem líderes criando para recuperar do arrendido criado pela falta de sustentabilidade dos capitais que cruzam fronteiras a cada momento.

Para voltar à linguagem quotidiana dos diplomatas, Lima fez duas coisas: fez um apontamento das últimas semanas e fez um comentário das últimas semanas.

Uma razão, se falta aqui fazer a pergunta inevitável para fechar a racionalização de tais mecanismos econômicos "mundanos", o que faz o governo brasileiro de Alencar e não de Lula, exceto pelo fato de que os mercados não aceitam. E improvisam.

Vida ou morte

ELIANE CANTANHÊDE

Brasília — Adil Jansen, 69, cardiologista, é um dos mais prestigiados cirurgiões cardíacos do país, se não o maior. Foi secretário de Saúde em São Paulo e ministro da Saúde com aval do FFI.

Falando hoje, 18, na tribuna, é um dos "experts" em saúde e Previdência no Congresso. É cirurgião desde a fundação da medicina.

Além de médico, os dois estão envolvidos na mesma causa: lutar contra a crise que vem do lado de fora, de um lado, e do lado de dentro, de outro.

E, talvez, a mais importante, não necessitam de horas de crise, não foram divulgadas, o que cria uma anomalia todas as decisões se concentrarem nas mãos da tecnocracia, que, por mais competente que possa ser, está sujeita a erros, com, de fato, o desempenho a situação atual.

É lamentável, para dizer o menos, que o Congresso norte-americano acabou sendo uma fonte de debate sobre o Brasil mais rica do que o próprio Congresso Nacional.

Intais públicos com capacidade para mais de cem pessoas a facilitar o acesso para cadeiras de rodas. Basta por um passeio pelas ruas de São Paulo e alguma atenção para verificar que são ainda muito insuficientes.

Isso para não falar do transporte, elevadores para cadeiras de rodas, mas a circulação dos bondes é limitada, operam só das estações das quatro linhas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos têm os equipamentos necessários, como rampas. Restam da estação de metrô na primeira linha implantada (Suzano-Jabaquara) é necessário a portadores de deficiência.

O Dia Nacional de Luz dos Portadores de Deficiência, inaugurado em 1984, foi marcado por manifestação dos portadores de deficiência, mas não é suficiente, para quem quiser ver, que não aceitem a pseudo-solução do confinamento. Cabe à sociedade deixar patente que, mesmo com as muitas dificuldades do presente, não se fechar os olhos para esse imperativo civilizatório.

tem envergadura e o corte já anunciado para o Ministério da Saúde (R\$ 820 milhões). Aproveitaram para preparar um relatório de defesa e fazer da manutenção do CPMF e outros novos cortes a partir de qualquer negociação com o FFI.

Isso não quer dizer que é partidária que os dois declinem apoio direto ao ministro José Serra (PSDB) quando defendem votos para o setor.

"O Brasil não quer nada de partidária que os dois declinem apoio direto ao ministro José Serra (PSDB) quando defendem votos para o setor.

"A bancada da saúde" do Congresso não e nenhuma. Portanto, também não e nenhuma. Portanto, também não e nenhuma. Portanto, também não e nenhuma.

"O Brasil não quer nada de partidária que os dois declinem apoio direto ao ministro José Serra (PSDB) quando defendem votos para o setor.

Erro essencial de pessoa

CARLOS HEITOR CONY

Rio de Janeiro — O senador Antônio Carlos Magalhães pediu um orçamento de saúde da saúde, considerando a importância não país em que os portadores de deficiência física e mental, mas a situação dos bondes é limitada, operam só das estações das quatro linhas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos têm os equipamentos necessários, como rampas.

Restam da estação de metrô na primeira linha implantada (Suzano-Jabaquara) é necessário a portadores de deficiência.

O Dia Nacional de Luz dos Portadores de Deficiência, inaugurado em 1984, foi marcado por manifestação dos portadores de deficiência, mas não é suficiente, para quem quiser ver, que não aceitem a pseudo-solução do confinamento. Cabe à sociedade deixar patente que, mesmo com as muitas dificuldades do presente, não se fechar os olhos para esse imperativo civilizatório.

O Dia Nacional de Luz dos Portadores de Deficiência, inaugurado em 1984, foi marcado por manifestação dos portadores de deficiência, mas não é suficiente, para quem quiser ver, que não aceitem a pseudo-solução do confinamento. Cabe à sociedade deixar patente que, mesmo com as muitas dificuldades do presente, não se fechar os olhos para esse imperativo civilizatório.

Solução Porto Rico

ROBERTO MANGABEIRA UNGER

A incorporação do Brasil aos Estados Unidos como comunidade associada, no modelo Porto Rico, resolve os problemas fundamentais do país. É a grande reforma modernizadora.

Considera-se estranho o modelo Porto Rico. No entanto, modernos independentistas sempre pousa mais do que diáspora. Explícito é o desejo que foi logo completa a destruição da economia e da família em Porto Rico que matou a ideia de desenvolver projeto nacional de vida coletiva. Só por isso é que os porto-riquenhos lutam, preferindo a associação à independência.

Assim, a aparência de um liberalismo e o socialismo, é uma ideologia elaborada na Europa no início do século 19. De lá se difundiu. Antes disso, convencionais, não fantasmas, ocorriam a construção dos Estados soberanos. Hoje a justificativa de manter Estado nacional é organizar a sociedade de forma própria. Não basta a mera consciência de diferença cultural; até um Estado federado como o Brasil encontra muito fôlego. Estratégias de mudança institucional, identidades vivam independentistas. Mas justificam a opção ideológica pela associação.

Não há elite tão indiferente às ideologias e tão objetiva no descarte de seus interesses quanto a brasileira. Aquilo que sempre se idealizou como um hábito de aderir às ondas no mundo sem acreditar nelas, e sem se deixar contaminar pela fé ideológica que tantas vezes deterioraram nossas classes médias, agora mortifica seus benefícios. Otimos a realidade de um mundo em marcha.

Por que ter moeda atrelada ao dólar e sofrer a pressão de que nosso dólar acabe, e podemos ter o dólar como moeda? Por que importar do outro país tudo que se precisa? — o neoliberalismo, a ecologia, os patins, tudo que vem de outra parte de nosso próprio país? Por que não sair a competitividade com uma moeda nacional? Só o preconceito impede.

Grave obstáculo seria a rejeição de nossa elite às mudanças, o comportamento exigido pela incorporação. Mesmo comunalmente associada só sob a lei federal americana, que castiga severamente práticas viciadas, como a manipulação de preços e o uso de monopólios, como a manipulação de preços e o uso de monopólios, como a manipulação de preços e o uso de monopólios.

Isso não quer dizer que é partidária que os dois declinem apoio direto ao ministro José Serra (PSDB) quando defendem votos para o setor.

"O Brasil não quer nada de partidária que os dois declinem apoio direto ao ministro José Serra (PSDB) quando defendem votos para o setor.

"A bancada da saúde" do Congresso não e nenhuma. Portanto, também não e nenhuma. Portanto, também não e nenhuma.

"O Brasil não quer nada de partidária que os dois declinem apoio direto ao ministro José Serra (PSDB) quando defendem votos para o setor.

Intais públicos com capacidade para mais de cem pessoas a facilitar o acesso para cadeiras de rodas. Basta por um passeio pelas ruas de São Paulo e alguma atenção para verificar que são ainda muito insuficientes.

Isso para não falar do transporte, elevadores para cadeiras de rodas, mas a circulação dos bondes é limitada, operam só das estações das quatro linhas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos têm os equipamentos necessários, como rampas.

Restam da estação de metrô na primeira linha implantada (Suzano-Jabaquara) é necessário a portadores de deficiência.

O Dia Nacional de Luz dos Portadores de Deficiência, inaugurado em 1984, foi marcado por manifestação dos portadores de deficiência, mas não é suficiente, para quem quiser ver, que não aceitem a pseudo-solução do confinamento. Cabe à sociedade deixar patente que, mesmo com as muitas dificuldades do presente, não se fechar os olhos para esse imperativo civilizatório.

O Dia Nacional de Luz dos Portadores de Deficiência, inaugurado em 1984, foi marcado por manifestação dos portadores de deficiência, mas não é suficiente, para quem quiser ver, que não aceitem a pseudo-solução do confinamento. Cabe à sociedade deixar patente que, mesmo com as muitas dificuldades do presente, não se fechar os olhos para esse imperativo civilizatório.

FRASES

"Decoração é um lixo. Decoração é o antídoto."

— Alencar Borges, 20 de setembro de 1998, página 2 de S. Paulo.

HABER DE

"Eu estou tão bem que posso fazer outra maratona agora."

— Ronaldo de Costa, 20 de setembro de 1998, página 2 de S. Paulo.

HABER DE

"Eu estou tão bem que posso fazer outra maratona agora."

— Ronaldo de Costa, 20 de setembro de 1998, página 2 de S. Paulo.

2 ■ 6 dinheiro terça-feira, 22 de setembro de 1998

FOLHA DE S. PAULO

MERCADO TENSO Para presidente, situação do país tem que ser enfrentada com "espírito de solidariedade internacional"

Globalização gerou curto-circuito, diz FHC

de Fernando de Borja

O presidente Fernando Henrique Cardoso avisou ontem que a globalização do sistema financeiro "tem dado muito curto-circuito", em discurso no qual disse a representantes do G-7 (o grupo dos países mais industrializados) que quer "cada vez mais" diá-

As declarações do presidente, que evocou as recentes negociações do país em busca de uma ajuda financeira externa, foram dadas ontem durante as comemorações do Dia da Aréno, no Palácio da Alvorada, quando foram criadas áreas de preservação ambiental com o apoio do G-7.

O discurso de FHC misturou temas ecológicos e econômicos —paralelamente a crise financeira internacional—. Segundo o presidente, a crise atual tem que ser enfrentada "com espírito de solidariedade internacional".

Acordo

O governo negocia um acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional) para ter acesso a um socorro financeiro em troca de muitas para o desempenho da economia.

Outras entidades, como o Banco Mundial e o G-7, podem contribuir para o acordo.

O presidente se valeu da comparação entre a questão ambiental e a crise econômica para, mais uma vez, aliar o tema da globalização ecológica (sem, aliá explicitamente).

"A questão do meio ambiente é meio que como essa crise financeira parece que se trata dos outros, não são, trata-se de cada um de nós. Quando se tem a impressão que se vai afetar apenas os outros —que estão de longe—, daí que a pouco afeta a todos", afirmou o presidente.

Globalização

Fernando Henrique Cardoso disse que, por isso, é preciso "solidariedade internacional" para "encontrar respostas".

Segundo FHC, isso não significa "abrir mão da soberania", nem deixar de dizer que "a responsabilidade primária" é do Brasil.

"Mas, hoje, é que temos de estar a frente desses programas e tentando de ampliar nossos conhecimentos", afirmou o presidente.

"A questão ecológica foi globalizada —hávez antes dos circuitos financeiros—, só que com uma diferença: a globalização nos circuitos financeiros tem dado muito curto-circuito e a globalização ecológica tem dado bem-estar, sem nenhuma flutuação".

O governo brasileiro tem defendido internacionalmente um controle maior sobre os fluxos de capital no mundo, embora a política econômica dos últimos anos tenha elevado a dependência do país em relação aos investimentos estrangeiros.

APELO



Luiz Felipe Lampreia, ministro das Relações Exteriores, na ONU

Lampreia pede ação contra crise na ONU

Ministro cita "propostas concretas" de FHC

ALESSANDRA BLANCO de Nova York

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, abriu ontem a 53ª Assembleia Geral da ONU com um discurso pedindo à comunidade internacional que não espere de outros países que se ofereçam a ajudar, mas que tome a iniciativa de ajudar o Brasil.

"O tempo mais fértil do momento que vivemos hoje é o quadro de preocupação instabilidade dos mercados financeiros globais", disse o ministro.

Lampreia não especificou que tipo de medidas espera que a comunidade internacional venha a tomar em relação à crise financeira, mas citou, em seu discurso, algumas "propostas concretas" que o presidente Fernando Henrique estaria enviando em mensagens aos países membros do G-7 desde 1995: aumento da cooperação entre autoridades monetárias, ampliação da coordenação de políticas macroeconômicas entre países que possuem impacto significativo nas finanças mundiais, aperfeiçoamento da capacidade internacional de monitorar políticas macroeconômicas domésticas e expansão dos mecanismos de estabilização de moedas submetidas a ataques especulativos.

seus discursos, referências à crise econômica.

"O mundo econômico global ameaça minar a confiança em mercados livres e a democracia. Aquelas de nós que se beneficiam particularmente dessa economia têm uma responsabilidade especial de fazer mais para minimizar o tamanho e espalhar os benefícios dos mercados globais para todos os cidadãos. E os G-7, estão determinados a fazer isso", disse Clinton.

Nelson Mandela dialogou o discurso e reforçou a necessidade de agricultores a crise econômica.

O primeiro-ministro da Inglaterra, Tony Blair, falou rapidamente em seu discurso na ONU sobre a crise econômica, mas, antes disso, fez um discurso na Bolsa de Nova York pedindo reformas no Banco Mundial e no FMI. Blair pediu aos investidores para "retornarem claro a seus legisladores" a necessidade de fortalecer os recursos do FMI.

"Os países precisam colocar em prática a estrutura política correta —alvarar uma política monetária de baixa inflação, políticas fiscais sustentáveis e reformas estruturais destinadas a melhorar o lado de suprimento, sistemas de impostos que funcionem fortes, propinamente regulamentados e sistemas financeiros e bancários completamente transparentes", disse.

Blair pediu ainda melhores respostas a crises de liquidez e melhores negociações referentes aos fluxos massivos de capital.

CONFERÊNCIA DO INTERNACIONAL ADVERTISING ASSOCIATION EM MIAMI DE 07 A 10/ OUTUBRO DE 98

EFICIÊNCIA DO MARKETING E DA PROPAGANDA E AS ESTRATÉGIAS REGIONAIS E GLOBAIS PARA O PRÓXIMO SÉCULO.

EMPRESAS PARTICIPANTES: ADVERTISING AGE, AMERICAN EXPRESS, AMERICA ECONOMIA, BBDO, CNN, DMB&B, FORTUNE, FCB, GAZETA MERCANTIL, GEMS TV, IPOPE, J.W. THOMPSON, LUCENT, MCCANN-ERICKSON, MTV, NICKELODEON, NEWSWEEK, OGLIVY & MATHER, PROCTER & GAMBLE, PUBLICITAS, READERS DIGEST, SKY LATIN AMERICA, STAR ALLIANCE, STARMEDIA, THE WALL STREET JOURNAL, TIME, UNILEVER, YOUNG & RUBICAM, FOLHA DE S. PAULO.

TEMAS ABORDADOS

- IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE MARKETING
- A EFICIÊNCIA DO MARKETING
- NÚMERO DE CLIENTES
- EFICIÊNCIA DE MARKETING
- GLOBAIS QUE
- JORNALISMO
- MENTE

ORGANIZAÇÃO:

PATROCÍNIO:

APOIO:

PARA MAIORES INFORMAÇÕES, LIGUE (011) 573-5016 OU PELA INTERNET: www.dainet.com.br

MERCOSUL Menem não pretende ir à desforra contra as represálias brasileiras, dizem funcionários do país vizinho

Argentina descarta guerra comercial

PELA INTEGRAÇÃO

Lampreia defende o bloco comercial

'Mudou o mapa econômico do hemisfério'

RENATO FRANZINI de Nova York

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, fez ouvir uma mensagem de defesa do Mercosul em seu discurso na abertura da 54ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York.

Lampreia disse que o Mercosul "mudou o mapa econômico do hemisfério e do mundo" e que "nessa integração não se vêem sinais de guerra que se veja, no sentido, porém reforçar os laços entre os países da América Latina".

O discurso não fez referência à crise pela qual o Mercosul passa agora, considerada a mais séria desde que o bloco que une Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai foi criado. Bolívia e Chile não membra associados.

na integração com o país vizinho. Disse que "com o advento da democracia, o Brasil e a Argentina puderam descobrir a sólida amizade que une nossos países e fazer em pouco tempo uma grande obra de integração".

Pela primeira vez em um discurso de abertura de Assembleia Geral, um chanceler brasileiro citou todos os países da América do Sul. Nomenclatura, o Brasil fala apenas de temas mundiais contemporâneos. Já que a assembleia é usada para os países definirem posturas em relação a acontecimentos mundiais e ao fim econômico da ONU.

"Acho que era importante fazer uma referência à América Latina. As pessoas estão falando muito se tivesse havido uma recadada econômica política".

A estratégia do governo brasileiro foi voltar à imagem do Brasil como um líder regional e ressaltar a recuperação econômica da região, minimizando o impacto do descontentamento político econômico venezuelano.



O ministro Luiz Felipe Lampreia durante discurso na ONU

ANDRÉ SOLARI de Buenos Aires

A Argentina ainda não sabe como responder a represálias brasileiras, que incluem barreiras técnicas para centos de produtos argentinos.

As declarações de funcionários do primeiro e segundo escalões argentinos indicam que o governo de Carlos Menem não pretende a desforra.

"Não haverá guerra comercial. Precisamos evitar represálias", afirmou o chanceler argentino, Guido Di Tella.

O secretário de Indústria e Comércio, Alcio Gasoliani, concordou com seu colega: "Não há lugar para um conflito similar por parte da Argentina".

A guerra comercial entre os parceiros do Mercosul começou na sexta-feira, depois do fracasso de uma missão diplomática brasileira, que chegou a Buenos Aires tentando suspender medidas que taxam a entrada de calçados e têxteis no mercado argentino nos próximos meses.

Depois de dois dias de negociações, sem avanços, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior anunciou que incluiu os produtos argentinos nos têxteis brasileiros para dar paridade aos países.

Adinda não se deu conhecimento público que a medida brasileira consista para a Argentina. O Ministério de Relações Exteriores argentino está aguardando um relatório do seu embaixador no Brasil, Jorge Herrera Vegas, para averiguar do que se trata a decisão brasileira e quais os efeitos comerciais.

Como lembrou a sexta-feira o embaixador brasileiro na Argentina, Adolfo de Rego Barros, o principal pedicador do país que tem superior comercial - no caso, a Argentina.

Ao que tudo indica, os argentinos querem evitar a briga frontal, pois temem não a ganhar o preço de US\$ 400 milhões.

Para Vegas, a decisão levou fácil seis meses, isto é, o tempo necessário para que os setores produtivos de ambos países, o que permitiria a suspensão da necessidade de certificação, que incomoda os brasileiros. Os calçados, no entanto, não conseguem entrar a taxa de importação, que eliminaria a disputa.

O ex-secretário de Comercio Exterior Raúl Chelba também acredita que só há clima para negociações entre os setores privados.

Segundo ele, não existe espaço para negociações entre os governos, pois Menem está debilitado na reunião com o presidente e sem condições de enfrentar a pressão por parte dos industriais argentinos.

Chelba afirma que a questão continua em aberto de o fim do governo de Menem, isto é, o presidente de facto Carlos Menem, ao final de seu mandato, também poderá convocar eleições e apresentar as relações com o Brasil.

Smiles
Seus vôos valem milhas. **Rio Sul**

Brasil quer apoio para pressão Uso de 'política de poder' é criticado

de Buenos Aires

O Brasil quer apoio das embaixadas argentinas que tenham com o Mercosul para pressionar o governo de Carlos Menem a levantar as medidas contra as importações brasileiras de calçados, têxteis e tecidos, segundo apurou o Folha.

Com a medida anunciada na sexta-feira, cerca de 900 produtos argentinos, calçados e têxteis, não poderão mais entrar no Brasil, segundo o acordo.

Os funcionários argentinos revelaram que apenas alguns setores produtivos estão se preparando com a desvalorização do real. O Brasil quer mostrar que e melhor ocorre a concorrência desses setores do que iniciar uma guerra comercial em um sócio que ofereça a possibilidade de superar comércio Argentina. (A3)

de Buenos Aires

O Brasil optou pela política de poder, descepcionando os setores de calçados e têxteis de seu país. Segundo o presidente da Câmara de Exportações da Argentina, Enrique Méndez.

Segundo ele, quando o país se sentiu prejudicado por medidas similares adotadas por Brasil em 99, Brasil e Uruguai ofereceram

Mercosul para apoiar o caso, ao mesmo tempo que o Brasil. Segundo o presidente, em caso de derrotas, os membros tomam por representantes dos membros do bloco quem tem razão.

Em abril, a Argentina ganhou um processo contra o Brasil e a Argentina pediu a adesão de calçados e têxteis argentinos, que não foram atendidas, com o que se deu origem a uma guerra comercial.

de calçados e têxteis. O Brasil demonstrou que não quer as medidas contra o Mercosul, disse Méndez.

A diplomacia brasileira afirma que a medida de calçados e têxteis não tem nada a ver com a política de comércio internacional.

Pela medida, a entrada de têxteis e calçados argentinos no Brasil será proibida por um período de seis meses.

segundo o acordo. Segundo o comércio Mercosul, não existem negociações a respeito das medidas desde que os países foram adotados os procedimentos para poder, podem ser da decisão de calçados e têxteis, afirmou o representante argentino.

Nesse sentido, o chanceler de Carlos Menem, no final do seu mandato, também poderá convocar eleições e apresentar as relações com o Brasil. (A3)

Supermercados não param de importar

FÁTIMA FERNANDES de reportagem local

Os supermercados vão continuar comprando produtos argentinos, como leite e derivados, frutas, vitinhos, arroz e cachaça, se no prazo desses bens continuarem competitivos no país.

Esses produtos, dizem os supermercados, já fazem parte da lista de compras dos consumidores. "Se os preços forem competitivos, mesmo pagando uma alíquota de importação, vamos continuar comprando da Argentina", diz Oscar Assal, presidente da Associação Paulista de Supermercado.

A Casa Santa Luzia propõe que este ano importe de US\$ 255 mil da Argentina. Entre os produtos estão cereais, óleo e frutas secas. "Se tivermos de pagar uma alíquota de importação de 5%, ainda assim vale a pena fazer estes produtos da Argentina", afirma Jorge da Associação Lapa, médico-líder.

A Santa Luzia compra produtos da Argentina há 30 anos. Para Lopez, a retaliação da Argentina no Brasil é vice-versa "não leva a nada".

da. O mercado deve ser livre. Assim, os dois países saem ganhando".

A decisão da Argentina de restringir a entrada de produtos brasileiros responde país premium reagido de alguns consumidores.

O importador Chiappetta nota que alguns clientes estão deixando de comprar produtos argentinos. "Previamente, os consumidores trocavam com exportação de calçados", diz Ricardo Chiappetta, sócio-diretor.

Ele diz que alguns supermercados argentinos que fazem parte da lista de compras da empresa não podem ser substituídos. "Tela não trazer produtos da França em decorrência da EU".

Os preços e os valores mudaram, segundo ele, em produtos mais baratos de serem substituídos. "Não podemos vir do Chile e querer paralisar a Dinamarca da Holanda. Isso, se tiver a quota de importação".

Rádio.
Um veículo de comunicação que tem mais que memória: tem currículo.

Uma variedade de modelos para todos os gostos e necessidades. Desde o clássico até o moderno, com recursos avançados e design inovador.

Uma variedade de modelos para todos os gostos e necessidades. Desde o clássico até o moderno, com recursos avançados e design inovador.

Uma variedade de modelos para todos os gostos e necessidades. Desde o clássico até o moderno, com recursos avançados e design inovador.

FOLHA DE S.PAULO

MUNDO

quinta-feira, 12 de setembro de 2002 A 13

GUERRA À VISTA Mudança, inicialmente para exercício militar no Qatar, poderá ser efetivada; Aznar pede apoio a ataque ao Iraque

EUA deslocarão altos oficiais para o golfo

Bush vai defender hoje na ONU ação contra o Iraque

DIÁLOGO

O presidente dos EUA, George W. Bush, deve pedir hoje na Assembleia Geral da ONU a aprovação de uma resolução para desarmar o Iraque. Segundo fontes diplomáticas, o presidente também vai pedir que a ONU autorize o envio de tropas para o Iraque.

Bush afirmou que fará um apelo à ONU porque "é um problema internacional, e devemos trabalhar juntos para resolvê-lo". Ele também reiterará à ONU a oferta de um acordo de desarmamento do Iraque, caso o Conselho de Segurança não tenha tomado nenhuma medida até o fim de setembro.

Fontes da Casa Branca indicaram que Bush seguirá à ONU que é possível que os EUA possam ter um projeto de resolução sobre o Iraque.

Washington, 12 de setembro de 2002. O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, vai pedir hoje na Assembleia Geral da ONU a aprovação de uma resolução para desarmar o Iraque. Segundo fontes diplomáticas, o presidente também vai pedir que a ONU autorize o envio de tropas para o Iraque.



Saddam Hussein em um momento de sua rotina militar. Ele está acompanhado por seus filhos e outros membros da família.

DIÁLOGO

As Forças Armadas dos EUA deverão deslocar em breve altos oficiais de seu Comando Central de Florida para o Qatar, no golfo Pérsico. O deslocamento, inicialmente para um exercício militar de três semanas, poderá se tornar permanente, segundo funcionários do governo americano.

Segundo militares americanos, alguns altos oficiais do Comando Central de Florida, perto da base aérea de Al Udeid, perto da Península Arábica, já foram enviados para o Qatar. Os militares americanos já haviam enviado anteriormente para o Qatar, em novembro de 2001, um grupo de oficiais de alta patente para participar de um exercício de treinamento.

O Qatar, um pequeno país do Golfo Pérsico, está sendo usado pela Força Aérea dos EUA para apoiar as operações no Afeganistão. O país está abrigando milhares de soldados americanos.

DIÁLOGO

"O Iraque nunca aceitará ser destruído", disse Aznar em um discurso na Assembleia Geral da ONU. Ele afirmou que o Iraque não aceitará ser destruído e que ele não aceitará ser destruído.

A Espanha, sob o governo de Aznar, pediu hoje na Assembleia Geral da ONU a aprovação de uma resolução para desarmar o Iraque. Aznar afirmou que o Iraque não aceitará ser destruído.

A Espanha, sob o governo de Aznar, pediu hoje na Assembleia Geral da ONU a aprovação de uma resolução para desarmar o Iraque. Aznar afirmou que o Iraque não aceitará ser destruído.

DIÁLOGO

Os membros do Conselho de Segurança da ONU vão se reunir hoje para discutir o Iraque. O Conselho de Segurança da ONU vai se reunir hoje para discutir o Iraque.

O Conselho de Segurança da ONU vai se reunir hoje para discutir o Iraque. O Conselho de Segurança da ONU vai se reunir hoje para discutir o Iraque.

O Conselho de Segurança da ONU vai se reunir hoje para discutir o Iraque. O Conselho de Segurança da ONU vai se reunir hoje para discutir o Iraque.

Lafer condiciona o ataque ao Iraque à aprovação da ONU

DIÁLOGO

O ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, afirmou hoje que o Brasil não apoiará o ataque ao Iraque sem a aprovação da ONU. Lafer afirmou que o Brasil não apoiará o ataque ao Iraque sem a aprovação da ONU.

O Brasil não apoiará o ataque ao Iraque sem a aprovação da ONU. O Brasil não apoiará o ataque ao Iraque sem a aprovação da ONU.

O Brasil não apoiará o ataque ao Iraque sem a aprovação da ONU. O Brasil não apoiará o ataque ao Iraque sem a aprovação da ONU.

O Brasil não apoiará o ataque ao Iraque sem a aprovação da ONU. O Brasil não apoiará o ataque ao Iraque sem a aprovação da ONU.

O Brasil não apoiará o ataque ao Iraque sem a aprovação da ONU. O Brasil não apoiará o ataque ao Iraque sem a aprovação da ONU.

PANORÂMICA

RÚSSIA

Putin ameaça agir na Geórgia

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, afirmou hoje que a Rússia não vai hesitar em agir na Geórgia se a situação lá se deteriorar. Putin afirmou que a Rússia não vai hesitar em agir na Geórgia se a situação lá se deteriorar.

A Rússia não vai hesitar em agir na Geórgia se a situação lá se deteriorar. A Rússia não vai hesitar em agir na Geórgia se a situação lá se deteriorar.

ILUSTRAÇÃO

Primárias têm problemas na Flórida

A eleição primária do Partido Democrata para escolher o candidato ao governo da Flórida teve problemas. A eleição primária do Partido Democrata para escolher o candidato ao governo da Flórida teve problemas.

A eleição primária do Partido Democrata para escolher o candidato ao governo da Flórida teve problemas. A eleição primária do Partido Democrata para escolher o candidato ao governo da Flórida teve problemas.

ORIENTE MÉDIO Líder palestino perde queda-de-braço com parlamentares; eleições serão em 20 de janeiro

Em derrota política de Arafat, gabinete renuncia

DIÁLOGO

O gabinete ministerial da Autoridade Nacional Palestina (ANP) apresentou ontem a Yasser Arafat sua renúncia coletiva, em um momento em que o líder palestino estava enfrentando uma crise política.

O líder palestino Yasser Arafat perdeu uma votação crucial no Parlamento Palestino, o que levou ao fim de seu governo. Arafat perdeu uma votação crucial no Parlamento Palestino.

O líder palestino Yasser Arafat perdeu uma votação crucial no Parlamento Palestino, o que levou ao fim de seu governo. Arafat perdeu uma votação crucial no Parlamento Palestino.

O líder palestino Yasser Arafat perdeu uma votação crucial no Parlamento Palestino, o que levou ao fim de seu governo. Arafat perdeu uma votação crucial no Parlamento Palestino.

O líder palestino Yasser Arafat perdeu uma votação crucial no Parlamento Palestino, o que levou ao fim de seu governo. Arafat perdeu uma votação crucial no Parlamento Palestino.

AUSTRIA Ele liderará partido em eleições

Haider volta a liderar a extrema direita

DIÁLOGO

Jörg Haider, líder do partido de extrema direita na Áustria, foi reconduzido ontem à presidência do Partido da Liberdade. Haider voltou a liderar o partido de extrema direita na Áustria.

Haider voltou a liderar o partido de extrema direita na Áustria. Haider voltou a liderar o partido de extrema direita na Áustria.

ARGENTINA Justiça anula acusação contra ex-presidente

Menem se livra de processo por contrabando ilegal de armas

DIÁLOGO

O ex-presidente argentino Carlos Menem se livrou de um processo por contrabando ilegal de armas. Menem se livrou de um processo por contrabando ilegal de armas.

Menem se livrou de um processo por contrabando ilegal de armas. Menem se livrou de um processo por contrabando ilegal de armas.

Menem se livrou de um processo por contrabando ilegal de armas. Menem se livrou de um processo por contrabando ilegal de armas.



FOLHA DE S. PAULO

São Paulo, sexta-feira, 13 de setembro de 2002

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRILAS FELIJO *** UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL *** ALAMINHA BARÃO DE LIMEIRA, 425 *** ANO 82 *** Nº 26.424 *** R\$ 2,00

Presidente americano diz em discurso que, se a organização não agir contra Saddam Hussein, os EUA o farão

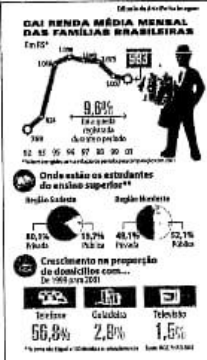
Bush dá ultimato à ONU sobre Iraque



Bush faz discurso na ONU diante do secretário-geral Kofi Annan (no alto)

Em tom de ultimato, o presidente George W. Bush disse na ONU que, se a entidade não agir de imediato contra o Iraque, os EUA agirão sozinhos. "As resoluções do Conselho de Segurança serão seguidas, e as justas exigências de paz e da segurança serão alcançadas", afirmou. "Ou uma ação será inevitável, e um regime que perdeu a legitimidade perderá também o poder." Depois questionou: "A ONU servirá ao propósito para o qual foi criada ou será irrelevante?". Bush elencou as 16 resoluções da ONU que o ditador do Iraque, Saddam Hussein, vem ignorando há décadas.

Antes, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, afirmou que um ataque ao Iraque sem aprovação da entidade violaria o direito internacional e a estabilidade global. Segundo os registros do Conselho de Segurança, um país não pode atacar outro sem razão provocativa. Para o embaixador do Iraque na ONU, Mohammad Alkhatib, o discurso de Bush foi "a mais longa série de inverdades que a líder de uma nação já fez". A Liga Árabe e líderes europeus atacaram Bush. "O presidente enfraquece o papel central que a ONU deve desempenhar", disse o chanceler francês, Dominique de Villepin. Pág. A6-A7



Renda das famílias cai pela quarta vez seguida, diz IBGE

A renda familiar no Brasil caiu no ano passado, o que também aconteceu nos últimos três levantamentos do Prad (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios), feita pelo IBGE. Em 2001, a média ficou em R\$ 993 mensais. Em 2000, era de R\$ 1.050 — uma redução de 9,6%.

Na faixa mais pobre, a renda ficou quase a mesma. Quase todos os indicadores sociais, como o analfabetismo, milhionários. No ensino superior, a matrícula está em diminuição privada. Pág. C6 e C10

Greenspan alerta para a alta do déficit fiscal dos EUA

FMI teme que crise do Brasil atinja outros emergentes

O presidente do Fed (banco central) americano, Alan Greenspan, disse que, se o governo dos EUA não reduzir o déficit fiscal, a economia será afetada. "O retorno a um ambiente de grandes e contínuas déficits tem o risco de voltar de uma era de juros elevados, baixo investimento e menor crescimento produtivo".

As declarações surpreenderam. Em 2001, Greenspan apoiou a redução de impostos. A expectativa de ataque ao Iraque e a fala de Greenspan afetaram os mercados. O Índice Dow Jones caiu 2,33%, e a S&P 500 recuou 2,72%. Pág. B1

Um relatório do FMI mundial que o pacote de socorro de US\$ 30,5 bilhões não melhorou a percepção dos investidores em relação ao Brasil e tem que a crise econômica do país contage outros mercados emergentes — como o México, que ainda não havia se firmado.

O documento do Fundo analisou o cenário econômico semestral do ano, mas está uma atualização na relação sobre o Brasil até o dia 12 de agosto.

Em entrevista, o porta-voz do FMI, Thomas Dawson, destacou que, mais recentemente, o pacote estabilizou a retomada do crédito. Pág. B5



Lucro dos bancos sobe 45% e atinge R\$ 9,7 bi, revela BC

Os bancos que operam no Brasil lucraram R\$ 9,7 bilhões no primeiro semestre deste ano, o que representa um crescimento de 45% em comparação com os primeiros seis meses do ano passado, aponta levantamento do Banco Central. O aumento do lucro reflete a alta do dólar e elevadas taxas de juros. Pág. B1

Após rebelião, RJ impõe restrições em Bangu 1

Depois de 23 horas, o traficante Femandinho Beira-Mar e os líderes do Comando Vermelho em Bangu 1 terminaram a rebelião que lançou para eliminar quatro inimigos de flocos rivais, libertaram os seus reféns e se renderam.

A governadora do Rio, Benedita da Silva (PT), anunciou várias restrições aos passos.



O traficante Femandinho Beira-Mar sorri após sua rendição em Bangu 1

moda

Especial vem focado no varejo

ERIKA PALOMBO

No terceiro número da revista Moda, de 160 páginas, Costanza Palombo — que só usou sapato sem salto — aponta as melhores estratégias para as lojas de moda, o imaginário fashion com links para a primeira versão ilustrando negócios com o cotidiano, França com Brasil, ênfase em tribal.

GUAC

TEATRO
500 Peças de teatro para 2002
são 100 peças de teatro e 400 peças de teatro

EXPOSIÇÕES
132 exposições sobre o Brasil
vão até junho de 2002

CIRCULA AMANHÃ O JORNAL DE RESENHAS

Atmosfera

Temperatura em São Paulo:

Máxima	18°C
Mínima	13°C
Umidade	75%

OPINIÃO

EDITORIAIS

Leis "sem multa", no bojo da legitimidade da ONU? Para Blair com Saddam Hussein: "O PT obscuro", acerca de mudanças no partido e "Cristina Franco", acerca de mudanças no partido.

COTIDIANO

Ônibus mata um na pista de Congonhas

Motociclista atropelado por ônibus em pista de Congonhas.

ISSN 1414-5723

FOLHA DE S. PAULO

MUNDO

sexta-feira, 13 de setembro de 2002 A 7

REAÇÃO Embaixador na ONU diz que o americano 'não tem credibilidade' e que intenção é desviar a atenção da crise israelo-palestina

Para Iraque, discurso de Bush é 'invenção'

REDAÇÃO

O embaixador do Iraque na ONU descreveu o discurso do presidente dos EUA, George W. Bush, como "a mais longa série de invenções que o líder de uma nação já fez". Para Mohammed Al-Douri, foi uma tentativa de desviar a atenção da crise entre israelenses e palestinos.

O diplomata iraquiano disse que os EUA não encamparam nenhuma prova de que o Iraque esteja envolvido em terrorismo. "Se posso dizer que o discurso do presidente de Bush não tem credibilidade alguma", disse.

Segundo Al-Douri, os EUA estão desviando a atenção "da verdadeira ameaça à paz", provocada, em sua opinião, pelo apoio à Irã no conflito no Oriente Médio.

"Ficaria satisfeito se o presidente dos EUA tivesse falado sobre as verdadeiras razões por trás de seu discurso — omissões, perseguições, repressão política", disse.

Líderes europeus elogiaram o discurso de Bush. A maioria estava fazendo comentários sobre a possibilidade de um ataque se o Iraque não permitir que os inspetores da ONU retomem a fiscalização do armamento depois.

"O presidente enfatizou o papel crucial que a ONU deve desempenhar, e isso é muito bom", afirmou o chanceler da França, Dominique de Villepin.

"Precisamos agir imediatamente."

Brasil defende solução pela via diplomática

REDAÇÃO

O ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Lafer, abriu hoje a 57ª Assembleia Geral da ONU afirmando o ponto de vista de estabelecer a agenda ao invés de aprovação do Conselho de Segurança da entidade.

Para o chanceler brasileiro, "o uso da força no plano internacional só pode ser admitido se esgotadas todas as alternativas de solução diplomática e de todos os aspectos com as obrigações do Conselho de Segurança".

O Brasil apoiou fortemente a proposta da França de uma resolução de cessar-fogo da ONU no Iraque para encerrar a existência de bases de armas nucleares e químicas no país, embora com uma reserva em seu voto depois do discurso de Lafer, tendo dito que o país "não está preparado" porque não fez parte do Conselho.

Em seu discurso, Lafer atacou ainda o protecionismo dos países ricos. "O protecionismo e o não a ser de barreiras ao comércio tarifárias ou não, continuam a prejudicar a economia dos países em desenvolvimento".

Fora há 18 anos, EUA decidem voltar à Unesco

REDAÇÃO

O presidente dos EUA, George W. Bush, anunciou que os EUA voltarão a fazer parte do Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) após 18 anos.

"Como símbolo de nosso compromisso para com a dignidade humana, os EUA vão retornar à Unesco", disse Bush à Assembleia Geral da ONU. Essa organização foi rejeitada em 1984 por uma resolução integralmente de sua missão de promover os direitos humanos, a ciência e a cultura.

Os EUA saíram da Unesco em dezembro de 1984, durante o governo de Ronald Reagan (1981-1989), alegando que a organização era excessivamente burocrática e política. Os EUA retornaram em 2002, segundo o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, depois a decisão dos EUA. "Ter um país do tamanho dos EUA, com os recursos dos EUA, não entrar na Unesco", disse.

A rejeição foi criada em 1984 para impedir a entrada do organismo em seu país. Paris.

te, cuidadosamente e respectivamente. Temos de assegurar que não vamos contribuir para a crise e a instabilidade, que não vamos criar — e o risco é claro — novos focos de frustração e des-

equilíbrio", afirmou.

O secretário de relações exteriores de União Europeia, Chris Patten, disse: "Desejamos o multilateralismo como um modo efetivo de lidar com os problemas, não

como desculpa para focar os

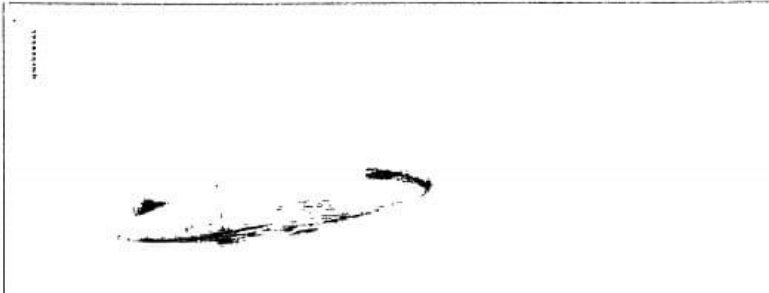
O secretário-geral da Liga Árabe, Amr Moussa, elogiou o discurso de Bush no Conselho de Segurança e disse que vai viajar ao Iraque nos próximos dias. Segun-

do ele, os iraquianos devem aceitar o retorno dos inspetores

Em entrevista ao jornal "The New York Times", o presidente do Conselho, Javier Solana, disse que em etapas norte-ameri-

caso no Iraque influenciar o retorno à Unesco em seu país e em toda a região. "Não gostamos de estar envolvidos nisso."

Com Agência France Press



NINGUÉM ACREDITA. PARECE COISA DE FILME.

PACOTE PRATA PREMIUM DA DIRECTV: HBO, HBO2, CINEMAX, CINEMAX PRIME E UMA PROGRAMAÇÃO IMPERDÍVEL.

60 CANAIS POR APENAS 66,80



Os canais que têm os melhores filmes do mundo na melhor TV por assinatura com qualidade digital. HBO, HBO2, Cinemax e Cinemax Prime com filmes campeões de bilheteria, vencedores do Oscar, premiadas Produções Originais HBO, grandes diretores e muito mais. A melhor TV por assinatura com qualidade digital, som de CD e imagem de cinema. Tudo isso você só encontra aqui.

LIGUE JÁ:
GRANDE SÃO PAULO E LOCALIDADES COM DDD 11
(11) 3457-1234
DEMAIS LOCALIDADES
0300-789-1234*
OU PROCURE UM DE NOSSOS REPRESENTANTES
www.directv.com.br



Assento e preço de R\$ 149,00

ANEXO S – CAPA FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 23/09/2003



FOLHA DE S. PAULO

São Paulo, terça-feira, 23 de setembro de 2003

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIGOLINI • UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL • ALAMEDA BARÃO DE MELHORA, 455 • ANUNCIOS: Nº 27 201 • R\$ 5,15



Restos do veículo que explodiu atrás do hotel onde fica o escritório da ONU em Bagdá

Em artigo, americano culpa país pelo fracasso em reunião da OMC e o acusa de cobrar tarifas elevadas de importação

Brasil rebate crítica dos EUA e afirma que quer negociar

Ministros brasileiros reagiram às críticas feitas por Robert Zoellick, ex-chefe de ministros do Comércio dos EUA, que acusa o "Brasil e seus colegas" pelo fracasso da última reunião da Organização do Comércio Mundial...

Para o americano, o Brasil ficou exigindo dos países ricos menores tarifas de importação quando cobra e cobra tarifas altas que celebradas pelos EUA. Em nota oficial, o ministro Celso Amorim (Relações Exteriores) diz que o Brasil mantém uma "posição construtiva" no México...

Antonio Palocci (Fazenda) rebateu a questão das tarifas. "Quando se trata de negociação comercial, não se pode se iludir por tarifas médias, mas por as de cada produto". E disse que o país quer negociar. "Não vejo nenhum motivo econômico da decisão de se retirar do Brasil e de seus parceiros negociantes". Pág. B1

Lula ataca em NY a política americana antiterror

Lula Enico Lula da Silva atacou a política americana de combate ao terror num seminário em Nova York. "O ódio que anima os terroristas não se dissipará pelo emprego de métodos repressivos", disse...

FMI afirma que juro alto é obstáculo ao crescimento

Jorge Miqozes-Baserte, diretor-adjunto do FMI, que chefiou a missão do Fundo no Brasil, fez várias críticas ao país. Para ele, os altos juros de juros e o atual patamar de depósito compulsório exigido das bancas são os obstáculos do crescimento brasileiro...

Argentina diz a credor que só paga 25% de sua dívida

O governo argentino fez uma proposta de reestruturação de sua dívida que prevê o pagamento de apenas 25% das cerca de US\$ 94 bilhões que admite dever a credores privados. Deve ainda perdido para juros de mais de US\$ 12 bilhões. O anúncio foi feito pelo ministro Roberto Lavagna (Economia), em última instância, durante encontro com investidores em reunião do FMI...

ONU sofre novo ataque em Bagdá

A sede da ONU em Bagdá sofreu o segundo ataque desde 19 de agosto. Um homem explodiu ao ser alvo de um veículo em inspeção numa barreira na rua atrás do hotel onde fica a organização, matando um político e ferindo 19 pessoas.

No primeiro ataque, o diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello e outros 22 pessoas morreram em ação similar. O Exército dos EUA elogia a polícia iraquiana por não ter permitido que o material se aproximasse da sede da ONU.

O principal responsável da ONU no Iraque, Kevin Kennedy, afirmou que o país continua como "zona de guerra". Já a porta-voz da entidade no Iraque, Antonia Parodi, afirmou: "Não sei a que vai acontecer conosco". Pág. A9

Para Stedile, governo recicla neoliberalismo

O coordenador do MST José Paulo Stedile disse que parte do governo defende a continuidade do modelo econômico "neoliberal" e que vários ministros da área econômica "ainda não se deram conta de que o povo quer mudanças". Para ele, há setores no Brasil que defendem uma "retrogressão na mudança social, mas será modificada". Pág. A6

Sem exibição de programa, Gugu perde R\$ 750 mil

O SBT e o apresentador Gugu Diniz não exibiram o programa de humor cerca de R\$ 1,2 milhão em 10 dias, pela falta, à exibição do "Domínio Legal" autossucesso. A medida foi punida pela cobrança de entrevista em que dois supostos integrantes do PCC faziam perguntas ao Gugu em troca de R\$ 750 mil a cada domingo pelas seguras de marketing que fazem no programa. Pág. E4

Turista chileno é assassinado com tiro no Guarujá

O técnico em informática chileno Arturo Ugaldes Escobar, 31, foi assassinado em suposta tentativa de assalto na praia da Enseada, no Guarujá (SP), na tarde de domingo. Ugaldes trabalhava no Brasil com visto temporário desde junho e possuía o fim de semana com as duas filhas, de 15 e 24 anos. Ele foi atingido no tórax e fugiu de três adolescentes. Pág. C3

Advertisement for SP450 featuring an image of the obelisk under construction and text: 'ARQUITETO DIZ COMO NASCEU O IBIRAPUERA'.

Advertisement for 'SEM CARRO' (Without Car) featuring an image of a road with a 'RAPPÉL' sign and text: 'Parisienses de bicicleta e veículo elétrico no dia em que ruas ficaram fechadas para campanha pelo uso do transporte coletivo'.

Market index table with columns for 'ÍNDICE' and 'www.folha.com.br' listing various stock indices and their values.

Opinion and world news section with sub-headers: 'OPINIÃO', 'ILUSTRADA', 'MUNDO'. Includes text about 'Sul-africano fala de apartheid de classes' and 'Só 1% tem remédio anti-Aids na África'.

ANEXO T – PÁGINA A11 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 23/09/2003

FOLHA DE S.PAULO

MUNDO

terça-feira, 23 de setembro de 2003 A 11

DIPLOMACIA Em seminário em NY, presidente ataca também a ocupação do Iraque, unindo-se às críticas de Annan e Chirac

Lula faz crítica à ação antiterror dos EUA

REUTERS/AGF

Em sua primeira aparição pública desde o lançamento da administração de George W. Bush, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve durante o encontro a política de combate ao terrorismo dos Estados Unidos em um seminário em Nova York, com a presença de 25 chefes de Estado e governo.



Lula (2) ao lado do presidente do Argentina, Néstor Kirchner, durante seminário em Nova York

Encontro entre Lula e Bush ainda é incerto

Se o encontro entre o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente dos Estados Unidos George W. Bush, em Nova York, ainda é incerto, o encontro entre o presidente brasileiro e o primeiro-ministro britânico Tony Blair, em Londres, já está confirmado.

Em sua primeira aparição pública desde o lançamento da administração de George W. Bush, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve durante o encontro a política de combate ao terrorismo dos Estados Unidos em um seminário em Nova York, com a presença de 25 chefes de Estado e governo.

Presidente se contradiz sobre bases do terror

Logo se supõe, porém, que o presidente Lula se contradiz sobre as bases do terror. Em um momento da reunião, Lula afirmou que o Brasil não se oporia a uma guerra contra o terrorismo, desde que esta fosse baseada em princípios de justiça e não em interesses políticos.

FMI e Banco Mundial associam pobreza a terror no Oriente Médio

Um relatório conjunto do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial afirma que a pobreza é um dos principais fatores que contribuem para o surgimento do terrorismo no Oriente Médio.

Três dias depois de Lula, o presidente brasileiro chegou ao Brasil após o encontro em Nova York. Lula afirmou que o encontro foi muito proveitoso e que ele se comprometeu a continuar trabalhando pela paz e pela justiça.

Advertisement for '23 de setembro Dia do Técnico em Edificações e do Técnico Industrial'. It features a photo of Eng. José Alvaro and text promoting a course for technicians in construction and industry.

Advertisement for 'SERVIÇO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL (SEADE) - EMPRESAS DE SUCESSÃO'. It offers consulting services for business succession.

Advertisement for 'UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA'. It lists services for hematology and hemotherapy.

Advertisement for 'EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA'. It is a call for an extraordinary general assembly for a company.

Advertisement for 'IMPEDIÇÃO DA ESTANCIAÇÃO DE ATIVIDADES'. It provides information regarding the suspension of activities.

Advertisement for 'CURSO DE TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES E TÉCNICO INDUSTRIAL'. It advertises a course for technicians in these fields.

Advertisement for 'EDITAL DE HABILITAÇÃO Nº 003/2003'. It is a call for bids for a public work project.



FOLHA DE S. PAULO

São Paulo, quarta-feira, 24 de setembro de 2003
DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRASSETTI • UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL • ALAMEDA BARÃO DE LIMEIRA, 155 • ANUÍAS • Nº 17.208 • R\$ 2,50

Doutrina Bush foi principal alvo de discursos na Assembléia Geral; americano defende guerra no Iraque

Annan, Chirac e Lula atacam EUA na ONU

Alfina preocupação é que, uma vez adotado, a Doutrina Bush, esse tipo de atitude possa estabelecer precedentes e resultar na proliferação do uso unilateral e ilegal da força

Kofi Annan, secretário-geral da ONU

A guerra no Iraque, lançada sem a autorização do Conselho de Segurança, ostensiva e séria violação da Carta

Jacques Chirac, presidente da França

A política externa do presidente norte-americano, George W. Bush, sofreu forte ataque na abertura da 58ª Assembléia Geral da ONU, a começar pelo discurso do secretário-geral Kofi Annan — o mais agressivo já proferido por um alto funcionário da entidade, fundada em 1945, contra a política dos Estados Unidos.

Annan criticou diretamente a "Doutrina Bush", que prescreve ações militares "pretextadas sem o aval da ONU. Disse que isso pode resultar no uso unilateral e ilegal da força. O presidente da França, Jacques Chirac, também atacou os EUA, ao salientar países que decidiram sobre segurança mundial sem o aval da ONU.

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, foi outro a criticar os Estados Unidos e o unilateralismo. "Pode-se talvez vencer uma guerra isoladamente, mas não se pode construir a paz sem o consenso de todos", depois disse: "A ONU não foi concebida para permitir os escombros dos conflitos que ela não pode evitar".

Em tom conciliatório, o presidente Bush elogiou a atuação do Conselho de Segurança da ONU. Defendeu com veemência a guerra no Iraque, dizendo que a democracia no país se irradiará pelo Oriente Médio e será um exemplo para o mundo. E disse que o mundo pode usufruir da destruição da regime iraquiano. Pág. A9-A12

Acusação de que o Oriente Médio só encontrará solução num quadro multilateral, que a ONU tenha um papel central

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil

Se não há alguns membros que observem os nossos apelos, não estamos nos inclinados a deixar da nossa segurança a mão alheia

George W. Bush, presidente dos EUA

Ministros se queixam da escassez de recursos

Os ministros Anderson Adato (Transportes) e Cícero von Borstel (Educação) criticaram a escassez de recursos. Adato disse que a infraestrutura do país é um "caos". Críticas voltam a recair a falta de verbas e gestão apertada.

O governo cedeu mais R\$ 414 milhões do Orçamento, sendo R\$ 114 milhões nos Transportes. Um corte de R\$ 14,1 bilhões ocorreu em fevereiro, mas R\$ 1 bilhão foi liberado em maio. Pág. A4-A5 e C8

Volks ameaça demitir quem fizer greve no Brasil

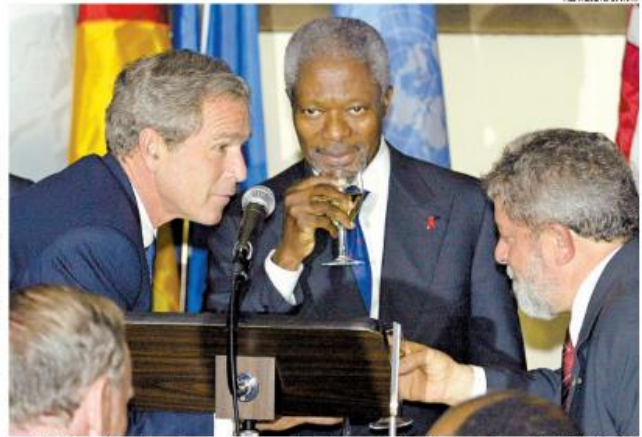
O presidente mundial da Volkswagen, Bernd Pischersrieder, disse que demitirá os funcionários que fizerem greve no Brasil. Empregados das fábricas de São Bernardo e Taubaté estão em greve há meses. A empresa quer transferir 1.800 funcionários e abrir programa de de missões voluntárias. Em Boforte, estão em estado de greve.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC afirmou que não se converterá à ameaça. Pág. B1

ESPORTE

Justiça tira 4 pontos do Paysandu

A Justiça Desportiva tirou quatro pontos do Paysandu no Brasileiro por ter usado atleta em alguns jogos irregulares contra Corinthians e Ponte Preta, que ganharam dois e três pontos. São Carlos e Humaneira também tentaram levar pontos do clube paranaense, que deve recorrer. Pág. D1



Bush, Kofi Annan e Lula durante almoço oferecido pelo secretário-geral após os discursos na Assembléia Geral da ONU

Presidente pede comitê mundial contra a fome

Em seu discurso na ONU, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs a criação de um comitê mundial de combate à fome e o engajamento dos países em uma "guerra contra a fome e a miséria". Pela proposta do Brasil, o comitê teria o status do Conselho de Segurança e do Conselho Econômico e Social da ONU.

O presidente francês, Jacques Chirac, apoiou a ideia. Pág. A10

Igreja estuda vetar aplausos durante missa

A revista católica italiana "L'Espresso" divulgou notícia de um rascunho preliminar de um documento que está sob análise do Vaticano e propõe restringir alguns aplausos durante a missa eucarística, como aplausos e danças e a utilização de meninos como coristas.

O texto se origina em um editorial lançado neste ano pelo papa João Paulo II, que propõe limitar duras contra o que ele considera abusos na missa. Pág. A13

Senado aprova estatuto para proteger idosos

O Estatuto do Idoso, que define normas de proteção a pessoas com 60 anos ou mais, foi aprovado no Senado por unanimidade, em votação simbólica. Agora, o texto vai à sanção do Presidente da República.

O estatuto prevê pena de até 12 anos para maus-tratos que resultem em morte. Proíbe cobrança diferenciada em planos de saúde e determina que o poder público forneça atendimento a idosos de 60 anos. Pág. C6



DESTRUIÇÃO Homem tenta controlar chamas na Chapada dos Veadeiros (GO), uma das regiões do país que estão sendo queimadas; segundo o Ibama, são incêndios proposital ou causados por manejo agrícola sem os devidos cuidados. Pág. C4

OPINIÃO

EDITORIAIS

Leia "Requisito das moedas", sobre desvalorização do dólar; "Falta consumismo", crítica de soja transgênica; e "Bush na ONU", sobre discurso do presidente. Pág. A2

MUNDO

Iraque restringe ação de TVs árabes

Conselho subordinado aos EUA vetou a restrição e acesso a canais públicos as redes Al Jazeera e Al Arabiya. Pág. A10

DINHEIRO

Caem os juros do cheque especial

Pesquisa do BC mostra que a taxa caiu de 13,9% ao ano em julho para 13,3% ao ano as dias 19 e 20 de setembro. Pág. B4

CIÊNCIA

Comissão prorroga apuração sobre VLS

Relatores terão mais 30 dias para investigar causas do fogo na Usina Lacerdosa de Sobradinho, em Alcantara. Pág. A14

INFORMÁTICA

Novos chips têm maior capacidade

Computadores de 64 bits, o dobro da capacidade dos modelos atuais, e confirmam teste com eles. Pág. F1

ISSN 1414-5723
02209
2 71414 57209

ATMOSFERA Pág. C3
Probabilidade de precipitação de chuva
Mínima — 22°C Máxima — 32°C

ÍNDICE
www.folha.com.br

www.folha.com.br

28/09
Biblioteca
FOLHA

NESTE DOMINGO, como para a Folha por mais R\$ 11,50

ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU | O ATAQUE DO BRASIL AOS EUA

Lula critica Bush e defende 'nova ONU'

Presidente diz que protecionismo de ricos penaliza pobres e pede uma 'ordem econômica social mais justa'

KENNEDY VALENÇAR
CORRESPONDENTE EM BRUXELAS

As discussões sobre o futuro dos debates da 58ª Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou o "protecionismo" dos países ricos e pediu uma "ordem econômica social mais justa". Lula afirmou também que os Estados Unidos, especialmente ao promover a intervenção da ONU.

Segundo o diplomata na PMA e seu presidente, George W. Bush, Lula afirmou: "Vamos nos preocupar tendencialmente de desmontar a nossa organização e nos mesmos de fortalecer a ONU, de sua autoridade política".

Disse ainda que "pouco se faz para vencer uma guerra simultaneamente, mas não se pode construir a paz durante a guerra sem o consenso de todos", numa referência à situação atual do Iraque, ocupado e controlado pelas 15 nações guerreiras.

Lula afirmou que a situação internacional é "um cenário desafiador para que o mundo possa ter uma nova época de progresso econômico e social". Ele apoiou por consenso o começo dos países ricos: "Somos favoráveis em favor comum, desde que tenhamos respeito pelos direitos iguais de comércio".

As críticas aos EUA foram as mais fortes já feitas desde que Lula assumiu a Presidência. A ONU não foi convidado para receber os membros dos conflitos que ele não pôde evitar — por razões técnicas que são os conflitos humanitários, disse o presidente em clara condenação da guerra dos EUA contra o Iraque, que ocorreu sem o aval da ONU.

Mais tarde, num discurso pronunciado pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, aos chefes do Estado e de governo, Lula e Bush se sentaram na mesma mesa. "Tivemos um encontro e conversamos de forma amigável, segundo relatares do Brasil".

O presidente Lula disse que a ONU não foi convidado para receber os membros dos conflitos que ele não pôde evitar — por razões técnicas que são os conflitos humanitários, disse o presidente em clara condenação da guerra dos EUA contra o Iraque, que ocorreu sem o aval da ONU.

As críticas aos EUA foram as mais fortes já feitas desde que Lula assumiu a Presidência. A ONU não foi convidado para receber os membros dos conflitos que ele não pôde evitar — por razões técnicas que são os conflitos humanitários, disse o presidente em clara condenação da guerra dos EUA contra o Iraque, que ocorreu sem o aval da ONU.

Em sua fala, o presidente também disse o papa João Paulo II, disse ao falar da situação mundial.

Lula começou o discurso referindo-se ao presidente brasileiro, Kofi Annan, e disse que o Brasil não tem nada de novo a dizer. O norte-americano fez questão de dizer que não tem nada de novo a dizer. O norte-americano fez questão de dizer que não tem nada de novo a dizer.

Característico, Kofi de Lula fez uma referência ao líder do discurso seguinte, do presidente norte-americano.

Mas Lula e Bush realizaram o primeiro encontro de forma diferente. Lula disse que não tem nada de novo a dizer. O norte-americano fez questão de dizer que não tem nada de novo a dizer.

Reforma da ONU

"Precisamos nos voltar para o futuro, não para o passado. O futuro é o que importa. O futuro é o que importa. O futuro é o que importa."



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva faz discurso durante a abertura dos debates da 58ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York

"Não podemos confiar mais no regime militar do que nos institutos que clamam com a visão da história e da cultura", afirmou em seguida, defendendo a reforma do Conselho de Segurança da ONU, para que "seja, de fato, um órgão que possa orientar a paz e não apenas a guerra". Ele afirmou ao dizer que a composição do conselho, especialmente dos cinco membros permanentes (Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido), "não pode ser a mesma de quando a ONU foi criada há 58 anos".

Afirmou que o Brasil está "pronto" para dar a sua contribuição em assuntos de segurança, mas observou que a atenção do país de se tornar "um membro permanente do Conselho".

Ele também fez críticas ao relatório de forma justa com seus vizinhos e que a América do Sul era exemplo de "região de paz, democracia e desenvolvimento".

Economia

Lula pediu que fosse devolvido ao Conselho Econômico e Social (Ecosoc), órgão da entidade, um papel de importância semelhante ao do Conselho de Segurança.

"Queremos um Ecosoc capaz de participar ativamente da criação de uma nova ordem econômica mundial".

Segundo Lula, "a proteção dos países ricos penaliza injustamente os produtores e consumidores das nações em desenvolvimento".

Governo

Lula disse ainda em seu discurso que, desde que assumiu a Presidência, tem "buscado significativamente" a economia, criando condições para um crescimento econômico "sustentado".

LULA

AGENDA DE LULA*

HOJE
12h15 - Reunião com o presidente da Argélia, Abdelaziz Bouteflique. 13h - Recepção oferecida pelo embaixador francês em Brasília, em homenagem a Lula.
15h30 - Reunião com o presidente da França, Jacques Chirac.
16h - Reunião com o presidente da Argentina, Néstor Kirchner.
16h15 - Encontro com integrantes sindicais norte-americanos.
18h30 - Jantar com o presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, ao lado do chefe de missão diplomática brasileira em Pretória, Sérgio Pinheiro.

AMANHÃ
8h30 - Reunião com o secretário-geral da ONU, Kofi Annan.
10h - Reunião com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, para discutir o envio de tropas brasileiras para o Iraque.

SEXTA-FEIRA
Viagem a Cuba por sábado. Lula volta ao Brasil.

*Modificado de acordo com o cronograma oficial.

RISCO-NANQUIM

Lula volta a convidar Bush a visitar o Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva convidou o presidente norte-americano, George W. Bush, para uma visita ao Brasil. Lula disse que Bush deve visitar o Brasil para discutir a situação do Iraque e a situação econômica mundial. Lula também convidou o presidente argentino, Néstor Kirchner, para uma visita ao Brasil.

Grupo do Rio

Após do almoço organizado por Annan, Lula se reuniu com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o ministro da Economia, Roberto Campos Neto. Lula também se reuniu com o ministro da Saúde, Roberto Campos Neto.

Discurso tenta agradar a Kirchner

Lula fez um discurso que tenta agradar ao presidente argentino, Néstor Kirchner. Lula disse que o Brasil está pronto para discutir a situação do Iraque e a situação econômica mundial.

ANEXO X – CAPA FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 26/09/2007

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★ WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

QUARTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2007 ANO 87 N° 35.065

EDIÇÃO SÃO PAULO/DF, CONCLUIDA ÀS 23H12 R\$ 2,50

informática

Tela de um software de TV na internet

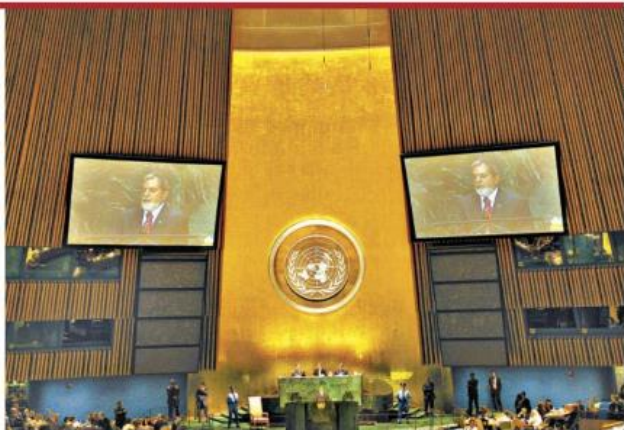
Confira dicas para ver filmes, programas e séries de TV pela web Págs. F1 e F6

Microsoft começa a vender HALO 3: nos EUA, há filas para comprar game Pág. F1 e B12

Na ONU, Lula propõe reunião em 2012 para debater o clima

O presidente Lula propôs, na abertura da Assembleia Geral da ONU, um encontro no Rio em 2012 para debater as questões ambientais. Ele anunciou um plano nacional para mudanças do clima e rejeitou a tese de que investir em biocombustíveis ameaça a produção de alimentos. Sobre o programa nuclear do Irã, Lula disse que o país "até agora não cometeu nenhum crime". Págs. A4, A5 e A13

MARCELO LEITE Presidente parece um mascote dos biocombustíveis Págs. A4



O presidente Lula discursa na abertura da 62ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York, em que propôs a realização do Rio + 20

ilustrada

Elza Soares, 70, lança primeiro DVD e declara odiar o passado Págs. E1 e E4

Protagonista de "24 Horas" é preso por dirigir embriagado

Kiefer Sutherland, o Jack Bauer da série, é garoto-propaganda da Citroën. Págs. A12

Interpol investiga foto feita em Marrocos que pode ser de Madeleine Págs. A12

Dois jovens são achados mortos na Cantareira

Policiais encontraram na mata fechada da serra da Cantareira (zona norte de SP) os corpos de dois irmãos, de 13 e 14 anos, que estavam desprotegidos desde sábado. Os dois estavam nus e tinham sinais de tortura, como marcas de perfuração. A polícia apura se houve abuso sexual. Págs. C1 e C4

Pesquisa aponta baixo consumo de vitaminas no país

Pesquisa feita pela Unifesp, em parceria com a USP, afirma que a dieta do brasileiro é pobre em vitaminas e minerais em todas as classes e todas as regiões. Só o consumo de cálcio é maior nas classes A e B. O estudo foi patrocinado pela Wyeth, que produz suplementos vitamínicos. Págs. C8

Walfrido afirma inocência e diz que fica no ministério

Ministro nega saída para se defender no caso do valerioduto mineiro

O ministro Walfrido dos Moraes Guimarães (Relações Institucionais) afirmou que pretende permanecer no cargo mesmo que seja denunciado pela Procuradoria Geral da República no inquérito que apura o esquema do valerioduto em Minas Gerais.

"Vou enfrentar a denúncia como ministro, denúncia não é culpa", disse, acrescentando estar seguro de sua inocência. Walfrido é suspeito de formar caixa d'água na campanha do ex-governador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) à reeleição.

A Receita suspeita que uma empresa do ministro tenha tido movimentações financeiras atípicas em 2002, ano em que o ministro fez um empréstimo a Azeredo para o atual senador buscar quitar dívida de campanha de R\$ 500 mil.

Azeredo disse que o ministro atuou na campanha "como um todo" e que não havia rigor na prestação de contas. O procurador-geral Antonio Fernando de Souza afirmou não saber se vai denunciar Walfrido. Págs. A6 e A12



Helicóptero retira corpo de jovem da mata na Cantareira, em SP

Relatório da CPI do Apagão não pede punição a diretoria da Anac

O relatório da CPI do Apagão Aéreo na Câmara não pede o indiciamento da diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil, que vem sendo trocada, e diz que os acidentes da Gol e da TAM não têm relação com a crise. O relator, Marco Maia (PT-RS), afirmou não ter provas para acusar a diretoria. A oposição chamou o relatório, que deve ser votado na semana que vem, de "pizza". Ontem, Josef Banat tornou-se o quarto diretor da Anac a renunciar. Págs. C9

Após leilão, Oi obtém direito de operar telefonia celular em SP

A Oi, ex-Telemar, será a quinta operadora de celular no Estado de São Paulo. A empresa arrematou por R\$ 80,55 milhões, em leilão da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), frequências para operar telefonia móvel em todo o Estado. No mercado paulista, liderado pela Vivo, também atuam TIM e Claro. A Uolcel, que obteve sua licença em fevereiro, ainda não iniciou operações. A Oi é a quarta maior empresa de telefonia celular do país. Págs. B3

Planalto engorda base aliada com verbas, admitem parlamentares

Os deputados Cláudio Cajado (DEM-BA) e Geraldo Thadun (PS-MG), que devem passar para o lado do governo, afirmam que o Planalto amplia sua base prometendo liberar verbas para emendas de parlamentares que debruem a oposição. Cajado diz que os prefeitos de sua base eleitoral o pressionam para aderir ao governo. Segundo Thadun, que vai para o PMDB, a execução de emendas é mais fácil para os aliados. Págs. A7

Encarte Especial

FACAMP

a melhor faculdade particular do Estado de São Paulo

Esta edição tem 74 páginas e 15.400 exemplares

Grande SP: 21°C

interior: 21°C

Sua cidade: 21°C

ATMOSFERA Pág. C7

Grande SP: 21°C

interior: 21°C

Sua cidade: 21°C

EDITORIAIS Pág. A7

Leia "Lula e o clima", sobre discurso do presidente na ONU: "Uma sedução aos meios", acertado caso Ream.

RODÍZIO EM SP Pág. C1

Seu governo de hoje: 5 e 6

brasil

FOLHA DE S. PAULO
QUARTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2007 • A4

Planalto usa emendas para ampliar base aliada Pág. A7

Painel
RENATO LOPES

A hora do acerto

A rebelião pedemebista motivou outros aliados do governo a tentar um acordo de contas com o PT antes da segunda votação da prorrogação da CPMF na Câmara. O PT, que deu 100% de apoio ao projeto no primeiro turno, já mandou o recado ao Palácio do Planalto: quer que o partido de Lula pare de atravessar as nomeações do presidente e do diretor financeiro do Jucely, o fundo de pensão de Raulo Ferraz da Federal.

Oportunidade. Aliados do deputado Jader Barbalho (PA) do senador José Siqueira (AP) aproveitaram o clima de pressão e voltaram a pedir a concentração de suas indicações para a Eletrobras e a Eletrobrás, respectivamente.



Macambuzão. O calendário foi cruel com José Milton (PTB-PE). O líder do governo completou ontem 59 anos com a base aliada de Lula em pé de guerra na Câmara.

Sinal. Chamado ontem para visitar o edifício de sede do ministro Walfrido de Moraes Guimarães (Deliberação Institucional), citado no caso da vale-troca mistério, um líder da base contendeu: "Quando começa com essa coisa de desagravo é que o caso é grave".

Doce. O fim da sessão recebeu apenas exaltações de celebração a única concessão que governantes e parlamentares aceitaram fazer para a oposição. Já o voto aberto pode até começar a tramitar a fim de evitar novas objeções, mas, na opinião geral, feições já estão caladas.

De novo. Almeida Lima (PMDB-SE) pede novo redator das duas outras representações contra Renan Calheiros (PMDB-AL), o que deve levar a oposição a designar novamente alguém para elaborar os votos em separado.

Mãos lavadas. Abaila Moura (PT-SP) perguntou ontem a sete colegas de bancada se havia restrição quanto ao afastamento de Fernan da presidência do Senado. Ninguém se opôs à ideia.

Tiroteio

Quem acompanha a programação de TV já sabe: caiu na rede o ministro de Lula.

Do deputado EDUARDO SOARES (DEM-PI) sobre o ministro de Lula: "O ministro de Lula não tem competência para ser ministro".

Contraponto

Desproporcional

Carlos Brito, ministro do Supremo Tribunal Federal, foi convidado a encerrar o Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, em Aracaju, na semana passada, Carlos Pina, seu amigo de longa data, fez a apresentação: "Está aqui Carlos Augusto Aguiar de Freitas Brito! O ministro tem a palavra e observou: "São poucos os que me chamam pelo nome completo... É do alto de seu Imp55, arrebatou bem-humorado: "Meu pai, que era juiz, não observou o princípio da proporcionalidade ao me registrar no cartório. Vejam só: um nome tão grande para um corpo tão pequeno!"



CHERGADA Renan Calheiros chega ao Senado por volta das 16h; líderes fecham acordo para deslizar a pauta Pág. A11

Na ONU, Lula anuncia plano para clima e propõe 'Rio+20'

Na abertura da Assembléia Geral, presidente pede nova reunião no Rio em 2012

Discurso é marcado também por defesa do programa de biocombustíveis, criticado por outros líderes em relatório das Nações Unidas

SERGIO DÁVILA

O Brasil se ofereceu ontem para sediar uma reunião mundial de discussão de questões ambientais. O anúncio foi feito pelo presidente Lula Inácio Lula da Silva em sua discursão de abertura da 62ª Assembléia Geral da ONU, em Nova York. O brasileiro propôs um novo encontro no Rio de Janeiro, mais modesto do Rio-92.

"Propoço a realização, em 2012, de uma nova Conferência, que o Brasil se oferece para sediar, a Rio-20", discursou. O segundo mandato de Lula termina em 2011. No mesmo texto, o presidente atenuava um plano para mudanças climáticas e responde às críticas recebidas pelo programa brasileiro de álcool.

Lula não deu detalhes do plano, além do título Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas. A frase, o chanceler Celso Amorim diria que esse deve envolver "amanuário e acompanhamento do desmatamento", entre outros aspectos. No discurso, o presidente só mencionou que não "rescindirá estratégias nacionais claras que impliquem responsabilidade dos governos diante de suas próprias populações".

Quando ao biocombustível, Lula aproveitou a visibilidade do evento para responder a críticas que o programa do álcool brasileiro vem enfrentando. Ele desafiou pelo cubano Fidel Castro, o venezuelano Hugo Chávez e alguns acadêmicos a reforçar o papel do petróleo, no dia anterior, de relatório feito a pedido da ONU.

No texto, o líder especial da entidade pediu o Diálogo Alimentação, Jero Ziegler, agrotecnólogo de cinco anos em re-



Lula aguarda para discursar na abertura da Assembléia Geral

gração ao aumento da produção de álcool feito a partir de cana-de-açúcar e milho. A crítica comum é que a expansão do consumo de álcool "trabalha" terras que poderiam ser usadas na produção de alimentos. O Brasil é o maior produtor do biocombustível.

"Decidimos catahecer completamente momentaneamente agrícolas do país para definir quais áreas agrícolas podem ser destinadas à produção de biocombustíveis", disse Lula após falar que "a importância histórica de três décadas mostra que a produção de biocombustíveis não afeta a segurança alimentar".

Depois de dizer que a cana-de-açúcar ocupa 1% das terras brasileiras agrícolas, "com crescentes índices de produtividade", o presidente falou que o problema da fome no planeta não decorre da falta de alimentos, "mas da falta de renda que golpeia quase 1 bilhão de homens, mulheres e crianças".

Crítico frequente do álcool e visto com simpatia por Fiel e ONGs socialistas, Ziegler sugeriu que nova geração de biocombustíveis seja criada para evitar que o álcool comprometa o comércio alimentar mundial.

Indagado pela Folha se o presidente respondia a Chávez, Fiel ou aos relatórios Celso Amorim contemporâneos, "Não é uma resposta a nenhuma pessoa em particular, é uma resposta a ideias que, ainda que bem intencionadas, não se baseiam em fatos reais". Para o presidente, o exemplo mais eloquente é que São Paulo, o Estado brasileiro que mais produz alimentos, também é o que mais produz álcool.

"Um presidente que propôs e realizou o Fome Zero, a preocupação principal dele é com a segurança alimentar", disse Amorim. "Grande parte dos países africanos não tem problema de falta de alimentos e não têm álcool", afirmou.

ANÁLISE

Números selecionados ajudam discurso

MARCELO LEITE COLUNISTA DA FOLHA

Em seu discurso na ONU, o presidente Lula apresentou-se mais como um mascote dos biocombustíveis — álcool combustível — do que como estadista da vida verde global. Bem vendedor, usou números curtos, mas selecionados, e lhes deu a interpretação mais favorável ao produto nacional.

Primeiro, a Amazônia. Lula destacou, como não poderia deixar de fazer, a redução do desmatamento em 50% durante seu primeiro mandato. É um feito e tanto, para ambientalista inglês-nordestino de ver. Só que essa desvalorização torna por base a área desmatada recortada de 2004, 57 mil hectares, segundo o que já registrado em 1995, havia sido de 29 mil hectares. Tratar a um patamar de 10 mil hectares constitui, bem melhor, mas isso ainda é meio Siqueira — um único ano.

O presidente defende que países mais ricos comprometem-se financeiramente ao Brasil e ou-

tras nações que contigam reduzir o desmatamento. Parece oportuno, tendo em vista que essa fonte responde por cerca de três quartos das emissões nacionais de gases do efeito estufa causados pelo homem. Na conta planetária, por que tem quinto do aquecimento global.

Sem um mecanismo de mercado, porém, é improvável que países desenvolvidos possam ajudar no bolso. Só o farão se ganharem com isso créditos de carbono, ou seja, abatimentos voluntários. Lula pressiona os relatórios de emissões que se obrigaram a fazer por força do Protocolo de Kyoto (e outras que venham por aí, para o segundo período do tratado, depois de 2012). O Brasil resistiu. Talvez um eficiente fundo voluntário. Lula pressiona os relatórios de emissões que se obrigaram a fazer por força do Protocolo de Kyoto (e outras que venham por aí, para o segundo período do tratado, depois de 2012). O Brasil resistiu. Talvez um eficiente fundo voluntário.

Seu item principal de venda, o álcool, enfrenta objeções ambientais similares. Cito, como o meu companheiro

Fidel Castro acusou o biocombustível de cana de tomar terras da produção de alimentos. Há temor de que os preços internacionais de grãos fiquem altos por muitos anos, piorando a vida dos pobres do mundo. Recusa-se ainda que a expansão da cana destrua habitats naturais. Lula descartou a objeção afirmando que "a capacidade brasileira de três décadas mostra que a produção de biocombustíveis não afeta a segurança alimentar". Assagurou que "cana-de-açúcar ocupa apenas 1% de nossas terras agrícolas".

"Não está errado, mas é preciso a cana para produção de álcool toma 1% da área, segundo a União (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) se for incluída aquela destinada a açúcar, o baba. Isso, claro, se for aceita a promessa de que no Brasil há 340 milhões de hectares de terras agrícolas disponíveis. Da 40% do território nacional, o que são exportado. Considerada só a área de fato cultivada, a cana representa

mente já ultrapassa 10% e vai continuar crescendo. Lula caprichou também do biocombustível de álcool, a biocombustível teria evitado em três décadas a emissão de 644 milhões de toneladas de CO2 (equivalente ao efeito estufa). É um número razoável. Mas só a redução do desmatamento, em um décimo do tempo, economizou mais do que isso, uns 800 milhões de toneladas de CO2.

Mesmo que a cana venha a ocupar apenas pastagens, como já tem, não é possível garantir a produção de cana sem a produção de açúcar, o baba. Isso, claro, se for aceita a promessa de que no Brasil há 340 milhões de hectares de terras agrícolas disponíveis. Da 40% do território nacional, o que são exportado. Considerada só a área de fato cultivada, a cana representa

Lula acertou com um "compromisso voluntário" de não fazer mais crescer, mas precisa se apressar. Caso contrário, o desmatamento voltará a subir. At seu produto dirá sobre o "solo que garante sua segurança social e ambiental" — se este não se revelar, só resta uma promessa de vender.

Leia a íntegra do discurso de Lula na ONU >>> www.folha.com.br/072681

brasil

Tel: (11) 3061-1234 (5 linhas) Fax: (11) 3061-1234
CNPJ nº 06.940.588/0001-91
Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800-775-0033
CNPJ nº 06.940.588/0002-9900
Ondulador em conformidade com a ABNT NBR 14725:2005

FOLHA DE S. PAULO
QUARTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2007 • A4

Planalto usa emendas para ampliar base aliada Pág. A7

Painel

RENATA LO PRETE painel@folha.com.br

A hora do acerto

A rebelião premeditada motivou outros aliados do governo a tentar um acerto de contas com o PT antes da segunda votação da prorrogação da CPMF na Câmara. O PT, que deu 100% de apoio ao projeto no primeiro turno, já mandou o recado ao Palácio do Planalto: quer que o partido de Lula pare de atravessar as nomeações do presidente e do diretor financeiro do Ibrer, o fundo de pensão da Rede Ferroviária Federal. Otimista, o governo se dedicou a acalmar os ânimos no PMDB, afirmou que ainda há espaço na Petrobras, mesmo após as nomeações-surpresa para acomodar petistas na estatal. Ali, a queda-de-brasão se dá na diretoria internacional. O aliado tenta emplacar João Augusto Fernandes no posto. Já o PT trabalha para manter o comando do setor com Nestor Cerveró.

Oportunidade Aliados do deputado Jader Barbalho (PV) e do senador José Sarney (PP) aprovaram em clima de tensão o projeto de lei de concentração de suas indicações para Eletrobras e a Eletrobrás, respectivamente.



Macambúzo. O calendário foi cruzado com José Michel (PTB-PE). O líder do governo completou cem dias em um período de guerra na Câmara.

Sinal. Chamado ontem para visita de solidariedade ao ministro Walfrido dos Moraes Góes (Deliberação Institucional), citado no caso do vale-repouso mineiro, um líder da base comentou: "Quando começa com essa coisa de desagravo é que o caso é grave".

Doco. O fim da sessão secreta em votações de cunho político é uma concessão que governistas e renascentistas acordam fazer para a oposição. Já o voto aberto pode até começar a tramitar a fim de evitar novas objeções, mas, na opinião geral, ficará para as calçadas.

De novo. Almirada Lúis (PMDB-SE) pode ser o melhor dos dois outros representantes contra Renan Calheiros (PMDB-AL), o que deve levar a oposição a designar automaticamente alguém para elaborar seus votos em separado.

Mãos lavadas. Alciole Mercadante (PT-SP) perguntou ontem a sete colegas de bancada se havia restrição quanto ao afastamento de Fernando da presidência do Senado. Ninguém se opôs à ideia.

Tiroteio
Quem acompanha a programação de TV já sabe: caiu na rede o ministro do Lula.

Delegado EDUARDO SOARES (PR) sobre a situação de prorrogação do mandato em sede nacional, nem mais nem menos a ideia de fidelidade ao partido ou ao governo: "Não vai acontecer".

Contraproposto

Desproporcional
Carlos Brito, ministro do Supremo Tribunal Federal, foi convidado a encerrar o Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, em Aracaju, na semana passada. Carlos Pina, seu amigo de longa data, fez a apresentação.

—Está aqui Carlos Augusto Aguiar de Freitas Brito? O ministro tomou a palavra e observou:
—São poucos os que me chamam pelo nome completo. E, do alto de seu limão, arremeteu bem-humorado:
—Meu pai, que era juiz, não observou o princípio da proporcionalidade ao me registrar no cartório. Vejam só um nome tão grande para um corpo tão pequeno!



➤ **CHEGADA** Renan Calheiros chegou ao Senado por volta das 16h. Líderes fecham acordo para destruir a pauta Pág. A11

Na ONU, Lula anuncia plano para clima e propõe 'Rio+20'

Na abertura da Assembleia Geral, presidente pede nova reunião no Rio em 2012

Discurso é marcado também por defesa do programa de biocombustíveis, criticado por outros líderes e em relatório das Nações Unidas

SÉRGIO DÁVILA
DIVISÃO ESPECIAL DE NOTÍCIAS

O Brasil se ofereceu ontem para sediar uma reunião mundial de discussão de questões ambientais. A reunião foi feita pelo presidente Lula Inácio Lula da Silva em sua discursão de abertura da 62ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York. O brasileiro propôs um novo encontro no Rio de Janeiro, nos moldes da Rio-92.

"Propõe-se a realização, em 2012, de uma nova Conferência que o Brasil se oferece para sediar, a Rio+20", disse Lula. O segundo mandato de Lula termina em 2011. No mesmo texto, o presidente anuncia um plano para mudanças climáticas e responde às críticas recebidas pelo programa brasileiro de álcool.

Lula não deu detalhes do plano, além do título, Plano Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas. A parte, o chanceler Celso Amorim disse que este deve envolver "tratamento e reconhecimento do desmatamento", entre outros aspectos. No discurso, o presidente também mencionou que não "rescindirá estratégias nacionais claras que impliquem responsabilidade dos governos diante de suas próprias populações".

Quanto ao biocombustível, Lula aproveitou a visibilidade do discurso para responder a críticas que o programa do álcool brasileiro vem enfrentando. Lideradas pelo cubano Fidel Castro, o secretário-geral Sérgio de Azevedo e alguns acadêmicos se referiram ao programa de biocombustíveis como "uma solução de curto prazo para reduzir a fome e a pobreza".

No texto, o relatório especial da entidade para o Direito à Alimentação, José Ploper, sugere mudanças de cinco anos em re-

leção ao aumento da produção de álcool. Este é a partir de cana-de-açúcar e milho. A crítica comum é que a expansão do cultivo de álcool "roubaria" terras que poderiam ser usadas na produção de alimentos. O Brasil é o maior produtor do biocombustível.

"Decidimos estabelecer um compromisso ambiental, agrícola e econômico para definir quais áreas agrícolas são prioritárias para a produção de biocombustíveis", disse Lula, após fazer uma "temporária" transição de terras agrícolas para que a produção de biocombustíveis não afete a segurança alimentar.

"Depois de fazer que a comunidade ocupe 1% das terras brasileiras agrícolas, com crescentes índices de produtividade e produtividade, não se faz necessário a fome no planeta não decorre da falta de alimentos", mas da falta de renda que põe de lado o trabalho de homens, mulheres e crianças.

Crítico frequente do álcool e visto com simpatia por Fidel e ONU socialista, Zedillo agradece que nova geração de biocombustíveis seja criada para evitar que o álcool complica a questão alimentar mundial.

Indagado pela Folha se o presidente responderia a Chávez, Fidel ou aos relatórios, Celso Amorim respondeu: "Não dá uma resposta a nenhuma pessoa em particular, é uma resposta a ideias que, ainda que sejam internacionais, não se baseiam em fatos reais". Para o chanceler, o exemplo mais eloquente é que São Paulo, o Estado brasileiro que mais produz alimentos, também é o que mais produz álcool.

"O presidente que propõe e realiza o Fome Zero, a preocupação principal dele é com a segurança alimentar", disse Amorim. "Grande parte dos países africanos tem problemas de falta de alimentos e não tem álcool", afirmou.

"Um presidente que propõe e realiza o Fome Zero, a preocupação principal dele é com a segurança alimentar", disse Amorim. "Grande parte dos países africanos tem problemas de falta de alimentos e não tem álcool", afirmou.

Lula aguarda para discursar na abertura da Assembleia Geral

➔ LEIA MAIS A13 e A18

ANÁLISE

Números selecionados ajudam discurso

MARCELO LEITE
COLUNISTA DA FOLHA

Em seu discurso na ONU, o presidente Lula apresentou-se mais como um mascote dos biocombustíveis — álcool combustível à frente — do que como estadista da agenda verde global. Bem-vindos, caso contrário, os dados mostram que o Brasil não é o país que mais produz biocombustíveis, mas sim o que mais consome. Segundo o relatório da ONU, o Brasil consome 10 milhões de toneladas de álcool por ano, o que representa 10% do consumo mundial. Já a produção brasileira de álcool é de 10 milhões de toneladas por ano, o que representa 10% da produção mundial.

Para o Brasil, a produção de álcool é uma das principais fontes de divisas. Segundo o relatório da ONU, o Brasil é o maior produtor de álcool do mundo, com uma produção de 10 milhões de toneladas por ano. Isso representa 10% da produção mundial. O Brasil também é o maior consumidor de álcool do mundo, com um consumo de 10 milhões de toneladas por ano, o que representa 10% do consumo mundial.

Segundo o relatório da ONU, a produção de álcool no Brasil é de 10 milhões de toneladas por ano, o que representa 10% da produção mundial. Isso significa que o Brasil produz o suficiente para suprir a demanda doméstica e ainda exportar para outros países. No entanto, o Brasil também é o maior consumidor de álcool do mundo, com um consumo de 10 milhões de toneladas por ano, o que representa 10% do consumo mundial.

Segundo o relatório da ONU, a produção de álcool no Brasil é de 10 milhões de toneladas por ano, o que representa 10% da produção mundial. Isso significa que o Brasil produz o suficiente para suprir a demanda doméstica e ainda exportar para outros países. No entanto, o Brasil também é o maior consumidor de álcool do mundo, com um consumo de 10 milhões de toneladas por ano, o que representa 10% do consumo mundial.

➔ Leia a íntegra do discurso de Lula na ONU ➔ www.folha.com.br/072681

ANEXO AA - PÁGINA A18 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 26/09/2007

ciência

FOLHA DE S. PAULO
QUARTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 2007 • A18

TELÓSCÓPIO ESPAZIAL PLANCK LANÇADO EM 2006
O novo telescópio espacial
Serviço de observações astronômicas em todo o céu
Projeto liderado por ESA e NASA
Desenvolvido em colaboração com o CERN



Em missões finais
Funcionários da
Nasa trabalham na
estação espacial
Desta, que deve
deixar a órbita
entre 2010 e 2015
para se transformar
em uma estação de
observação de
asteróides e cometas

País pobre terá meta no clima, diz Lagos

Ex-presidente do Chile e representante da ONU para mudança climática afirma que discurso de Lula ontem foi 'um marco'

Para chilenses, plano do Brasil de combate ao aquecimento global precedente para que comunidade internacional fiscalize ações domésticas

CLAUDIO MARINO
DO FOLHÃO DE S. PAULO

O discurso do presidente Lula iniciado ontem em um fórum da ONU, fez com que muitos brasileiros se sintam orgulhosos de que os países em desenvolvimento tenham sido reconhecidos como parceiros importantes no combate ao aquecimento global. A opinião é do ex-presidente do Chile Ricardo Lagos, hoje enviado especial para mudança climática do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. Contando de que o anúncio de um acordo para reduzir o Protocolo de Kyoto ocorreu ainda neste ano, Lagos disse acreditar que o presidente Lula já tem o debate e o compromisso com a agenda da ONU vai acontecer. Logo a seguir a conferência que o diplomata chileno fez à Folha em um telefonema.



O ex-presidente do Chile, Ricardo Lagos, agora enviado especial do secretário-geral da ONU para as mudanças climáticas

Lula estabeleceu um marco importante para os outros países em desenvolvimento e produziu um efeito na comunidade internacional

RICARDO LAGOS
representante chileno para as mudanças climáticas

Haverá um início de negociações [neste ano, sobre o acordo que substituirá o Protocolo de Kyoto após 2012]. E digo mais: um início de negociações que vai chegar a termo

Brasil - Como é o acordo a nível de país de não se apoiar todos os princípios históricos do Brasil?

RICARDO LAGOS - O que entendemos do presidente Lula foram duas coisas principais, que são breves e Brasil vai lançar um plano nacional de combate à mudança climática, e que esse plano nacional do Brasil deve dar respostas perante o povo brasileiro e também perante os organismos internacionais. Isso quer dizer que os Estados Unidos pedem que o Brasil não precise contar de algum instrumento que está sendo criado o plano que se impõe, isso é importante, porque quer dizer que, apesar de o Brasil ser um país em desenvolvimento, está sendo exigido a que a comunidade internacional fiscalize o que ele propõe. A outra coisa é que, sem prejuízo da soberania

e da responsabilidade que o Brasil tem sobre a América, Lula insistiu a esse importante princípio de que o Brasil sempre vai ter o direito de demonstrar a sua capacidade de assumir a responsabilidade de um mundo desenvolvido, mas não, os países em desenvolvimento, também têm essa responsabilidade — isto é, não apenas a nível de país, mas também a nível de comunidade internacional. Outros países também têm essa responsabilidade, como o México, o país que convenceu o ministro do Meio Ambiente sul-coreano há algumas semanas, a direção certa disso.

Brasil - Então o Sr. acha que a realidade dos países em desenvolvimento a aceitar metas no período pré-Kyoto não se esperava?

Lagos - Não, porque todos os países em desenvolvimento, mas de alguns. Você não pode exigir o Chile e o Haiti no mesmo pé. Mas há países onde não pode exigir nada. Mas se o Chile não, porque o Chile tem uma grande tradição de

ambição e em alcançar metas e que também tem responsabilidade. Então, acho que houve o que aconteceu em dois pontos de negociação de Kyoto e o bicolorado. Mas a FCB [Fórum de Cooperação para a Agricultura] tem apontado que existe risco de a comunidade internacional causar desentendimento e afetar a produção de alimentos. Isso realmente está ocorrendo?

Lagos - Isso me lembra o discurso que fazemos sobre o aquecimento global e um tratado harmonia ou é algo que acontece a cada 100 mil anos ou "torre"? É isso é um debate científico. Hoje ninguém discute que o aquecimento da Terra é resultado da ação humana a partir da Revolução Industrial. E isso que você diz demonstra

Costa Cruzeiros. Férias incomparáveis, com preços comparáveis.
Diariamente de bordo de Costa Magica, Costa Victoria e Costa Classica...
Tarifa PagueJá: compre antes e pague menos: até 15% desconto
À Costa pensa em tudo para que você só pense em aproveitar suas férias.

MILÍMETROS UNIDADES MILHARES SIMBOLOS MONEDA TELEFONOS
-3156-9944 -3521-1000 -4003-9888 -3235-2000 -3067-0900 -3138-3535 -2146-7011 -3491-6116 -6193-8612 -3021-5008 -3285-5414 -3288-8077

FOLHA DE S. PAULO

QUARTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 2011 mundo A13

Novo conflito no Oriente Médio?

ROBERTO ABDENUR

MANIZHE, DURANTE visita pessoal como embaixador em Washington, conflitos relações com o árabe embaixador da Arábia Saudita, Turki al-Faisal, um influente membro da família real, ex-chefe do Serviço de Inteligência e ocupante de outros cargos governamentais.

Encontro atual, agora, como embaixador de seu país e em missão árabe publicada na imprensa dos EUA e outros países, incluída na mídia.

O artigo, intitulado "Se vierem em busca, podem ser aliados", chama a atenção por ser um redator no último, redigido em termos enérgicos, apertados e até ameaçadores, ao governo norte-americano.

Turki afirma que os EUA têm a obrigação de apoiar o povo palestino pelo reconhecimento como Estado. Quem não contribuir a Arábia Saudita não mais poderá manter sua "histórica relação especial"

com os EUA.

Depois de lembrar que a administração Obama temia de não oferecer "sua resposta rápida" para o rescaldo da questão palestina, refere-se "racista" o embudo americano no Estado palestino, notando que um voto norte-americano no Conselho de Segurança da ONU provoque "profundas consequências negativas [...] levando a uma grave crise entre os israelenses e o mundo árabe".

O artigo, editado antes do sessão da Assembleia Geral da ONU, não faz só na hipótese de um voto a favor no referendo sobre os EUA com um de seus principais aliados no mundo árabe — ou seja, quando os norte-americanos não se comprometem a pagar nada sobre o Oriente Médio e o propósito do Estado palestino e no conteúdo da crescente instabilidade e imprevisibilidade decorrente da Primavera Árabe

A ausência de atitudes flexíveis de Israel e dos EUA traz risco de novo "intifada" nos territórios ocupados

... e a deterioração das relações entre Israel e países como Egito e Turquia. Quando a agenda liberaliza o sistema público nos países árabes dá um passo — compensatório — amonitando negativas em relação a Israel, por conta de sua política expansionista e instigadora. E quando a instabilidade afrouxa a influência na Turquia para o projeto de uma nova influência sobre o regime.

Assim, chega a acreditar que a recente e mobilização de uma Marinha para proteger forças dirigidas a Cairo.

As crises no Iraque, Síria, Líbano, Líbia, seguidas à importância popular nos países do Golfo — inclusive

no próprio Arábia Saudita — podem levar a um ponto de equilíbrio em tempos de regime. A gravidade da situação não pode ser subestimada.

Na próxima análise de parte de Israel e dos EUA, há risco de que se precipite uma nova "intifada", a rebelião civil nos territórios ocupados. Ou mesmo de choques militares.

Por instigação na imprensa que seja, se apresenta uma contradição de risco de um novo conflito no Oriente Médio. O conteúdo que dá a sua precisão com urgência se confirma, com mais razão pelo conteúdo de substâncias que trata sobre uma situação de crise internacional.

Item faz o governo israelense em apoio a causa palestina, sem pagar o custo de um compromisso com a não intervenção e não sair de Israel.

ABRIL 10 DE 2010
Clara Paul

Dilma e Barack Obama pedem ação conjunta contra a crise

Brasileira e americano se reúnem em NY

ADAM BASTIEN
vaidade reserista
de economia

Em encontro com o presidente dos EUA, Barack Obama, a presidente Dilma Rousseff defendeu ação coordenada dos países contra a crise econômica e o plano de recuperação dos países para a crise econômica e o plano de recuperação dos países para a crise econômica.

Dilma também falou a Obama sobre o desenvolvimento econômico entre os países e de mostrar participação com a crise econômica.

O governo do Brasil fez um longo discurso sobre a situação econômica e o plano de recuperação dos países para a crise econômica. O presidente americano reconheceu a situação econômica, sem de interesse do Brasil.

Segundo o governo Dilma, a situação de que a situação não são menos legítimas para intervenção na economia poderá ser usada em países brasileiros com recuperação dos EUA.

Na abertura da Assembleia Geral da ONU hoje, Dilma disse que o Brasil não discute a situação econômica global.

Deve dizer que a instabilidade não pode prejudicar a construção de projetos que afetaram países a longo prazo.

Na noite de ontem, quando recebeu o primeiro ministro brasileiro Wilson de Siqueira Filho, enfatizou que a situação econômica não é diferente em ambos os países e que não é diferente em ambos os países e que não é diferente em ambos os países.

"Temos ali de saúde e educação da desigualdade. Vivemos praticamente uma situação de crise econômica. Temos muito orgulho da situação que temos aqui, mas precisamos nos reunir com o mundo inteiro para resolver essa situação econômica global."

Dilma também participou na abertura do evento, tradicionalmente, cabe ao Brasil fazer o discurso de abertura da reunião.

Obama e Dilma também lançaram programas para os moldes a transparência pública. Os dois também lançaram programas para os moldes a transparência pública. Os dois também lançaram programas para os moldes a transparência pública.

Dilma e Obama também lançaram programas para os moldes a transparência pública. Os dois também lançaram programas para os moldes a transparência pública.

Dilma e Obama também lançaram programas para os moldes a transparência pública. Os dois também lançaram programas para os moldes a transparência pública.

nextel
Seu mundo. Agora

ilimitada

até na satisfação dos clientes

R\$ 89,00

800 70 30 145

- 1º lugar em recomendação.
- Melhor atendimento entre as operadoras de telefonia.
- Clientes mais satisfeitos do Brasil.

O Serviço Móvel Personalizado (SMP) é utilizado por mais de 10 milhões de pessoas, oferecendo serviços de voz, mensagens de texto, acesso à internet, navegação por satélite, entre outros. O serviço é oferecido por meio de uma rede de telefonia móvel, permitindo que os usuários tenham acesso a todos os serviços oferecidos pelo sistema. O serviço é oferecido por meio de uma rede de telefonia móvel, permitindo que os usuários tenham acesso a todos os serviços oferecidos pelo sistema.

Estilo de presidente mistura suco de abacaxi e museus

de novo YORK

Uma chefe de Estado que combina um gosto por arte clássica com o gosto por suco de abacaxi, o estilo de Barack Obama é uma mistura de tradição e modernidade. O presidente norte-americano é conhecido por seu gosto por arte clássica e por seu gosto por suco de abacaxi.

Em sua primeira viagem ao exterior, Obama visitou o Museu de Arte Moderna em Nova York, onde ele se encontrou com o chefe de Estado britânico, o príncipe William.

Obama também visitou o Museu de Arte Moderna em Nova York, onde ele se encontrou com o chefe de Estado britânico, o príncipe William.

Obama também visitou o Museu de Arte Moderna em Nova York, onde ele se encontrou com o chefe de Estado britânico, o príncipe William.

Obama também visitou o Museu de Arte Moderna em Nova York, onde ele se encontrou com o chefe de Estado britânico, o príncipe William.

Obama também visitou o Museu de Arte Moderna em Nova York, onde ele se encontrou com o chefe de Estado britânico, o príncipe William.

Obama também visitou o Museu de Arte Moderna em Nova York, onde ele se encontrou com o chefe de Estado britânico, o príncipe William.

Obama também visitou o Museu de Arte Moderna em Nova York, onde ele se encontrou com o chefe de Estado britânico, o príncipe William.



Obama e Dilma durante o lançamento de iniciativa pró-transparência em Nova York

Tribunal do Equador mantém multa a jornal

"El Universo" precisará pagar US\$ 40 mil por ter feito acusação a presidente Correa

Quito (EQUADOR) — O presidente venezuelano processou o jornal em questão e uma ordem que o Tribunal do Equador manteve.

O Tribunal também decidiu que o jornal "El Universo" deve pagar uma multa de US\$ 40 mil por ter feito uma acusação contra o presidente Rafael Correa durante eleições locais em setembro de 2010.

A multa é a pena de três anos de prisão para o editor do jornal, Emilio Palacios, e o diretor. A defesa alega que a multa é "desproporcional" e "abusiva" e está sendo aplicada sem devido processo legal.

FOLHA DE S. PAULO



★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

Nº 51 • QUINTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 2011 • R\$ 30,122

EDIÇÃO SÃO PAULO • CONCLUÍDA ÀS 04H45 • R\$ 250

Câmara aprova aviso prévio de 90 dias

Texto, que segue para sanção presidencial, valerá para quem for demitido ou pedir demissão, mas não será retroativo

Presidente critica planos anticrise dos ricos na ONU

A presidente Dilma Rousseff criticou, na ONU, a estratégia de países ricos contra a crise econômica, baseada em cortar gastos. "O desafio colocado pela crise é substituir teorias defasadas, de um mundo velho, por novas formulações para um mundo novo", disse. Sem citar nomes, atacou disputa entre Obama e os republicanos e a política econômica chinesa. **Mundo A14**

Cotação do dólar vai a R\$ 1,86, maior alta desde 2008

Poder A11

EUA comprarão títulos mais longos para baixar juros

Mundo A19

JOSÉ SIMÃO

Estilista de Dilma deve ser decoradora do Center Norte

Ilustrada E11

Justiça decreta prisão de 14 por fraude em prédio

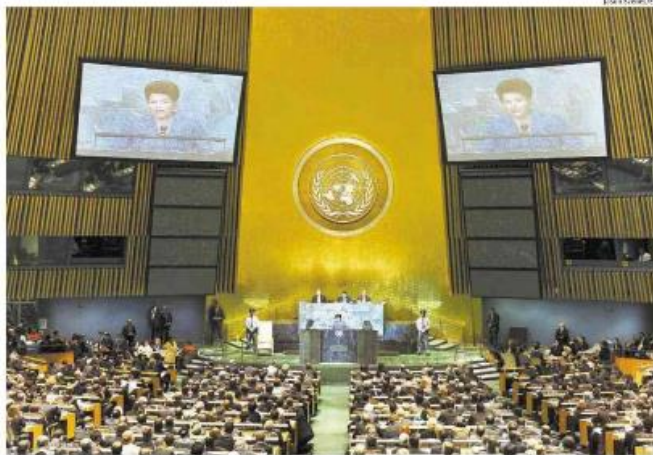
A Justiça mandou prender 14 suspeitos de integrar esquema para fraudar autorização para construir além do limite em SP. Três foram presos, entre eles o dono da construtora Marcenari.

As empresas recorreram e dizem ser vítimas do golpe que tirou R\$ 50 milhões da prefeitura. **Cadernos C1 e C3**

USP suspende curso pago que usava laboratório

A Faculdade de Medicina da USP suspendeu um curso organizado por docentes da instituição que cobrava inscrição e usava laboratório da escola. A formação custava R\$ 1,380, o certificado era assinado pelo ex-diretor Irineu Velasco.

Ele diz que o curso é oficial e que o lucro é revertido à escola e ao HC. **Cadernos C8**



Em discurso de 25 minutos, Dilma destacou o fato de, pela primeira vez, uma mulher abrir a Assembleia-Geral

CIÊNCIA

Intuitivos são mais propensos a crer em Deus **C11**

COMIDA

Fórmulas criativas abrem espaço para microcervejarias **64**

EM CIMA DA HORA

R.E.M. anuncia fim da banda depois de 31 anos **Mundo A20**

ESPORTE



Júlio César e Lucas em lance do jogo

sem gol, sem graça Clássico São Paulo e Corinthians decepciona **02**

Cinco anos após Cidade Limpa, São Paulo libera 24 mil pontos para publicidade **cadernos**



102 páginas - 265.319 exemplares
Cada exemplar
de página de trabalho, 3 páginas de
Cidade e 11 páginas de Classificação

FALE COM A FOLHA
Vale mais voltar em contato com o
serviço ao leitor, se estiver em
dúvida. folha.com.br

Criação de tributo para financiar a saúde é rejeitada

A Câmara aprovou o projeto que regulamenta os gastos de União, Estados e municípios na saúde e disciplina as despesas no setor.

Por 355 votos contra 76, os deputados rejeitaram um novo imposto para financiar a área. O projeto seguirá agora para o Senado. **Poder A4**

Comissão da Verdade passa e vai para o Senado

A Câmara aprovou ontem à noite o projeto que cria a Comissão da Verdade, grupo que investigará violações contra os direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988.

A pressa do governo em votar o tema recebeu críticas de alas da esquerda. O projeto vai agora ao Senado. **Poder A9**

Justiça adia aumento de IPI para chinesa Chery

A Justiça Federal do Espírito Santo adiou por 90 dias a cobrança do aumento de IPI para os carros chineses da Chery importados pela Venko Motors do Brasil.

A empresa alegou que a medida só poderia entrar em vigor 90 dias após lei ou decreto sobre o tema.

Segundo a liminar da Justiça, o aumento do IPI só deverá ser cobrado após 15 de dezembro. A União poderá recorrer da decisão.

Ainda com participação pequena no mercado, vendas de carros chineses, iniciadas em 2008, crescem em ritmo veloz no país. **Poder A13**

Governador de PE faz a mãe ganhar indicação para vaga no TCU

Poder A6

EDITORIAIS Opinião A2

Leia "A estreia de Dilma", sobre o discurso da presidente na reunião das Nações Unidas, e "Lixo e lentidão", acerca do início da coleta em favelas de SP.

ATMOSFERA Caderno C2

Tempo atualizado à tarde na capital
Máxima 17°C. Mínima 27°C

RODÍZIO Caderno C2

Não devem circular carros com placas cujo final seja

7 ou 8

i30
A MARAVILHA TECNOLÓGICA DA HYUNDAI

Faça revisões em seu veículo regularmente. www.hyundai.com.br

VEJA NA PÁGINA 1

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICAÇÃO DIÁRIA DE 160 PÁGINAS PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DE S.PAULO S.A.

Redação: 13071-000 São Paulo, SP
Editor: Edson Luís de Lima Souto
Supervisor: Roberto de Almeida
Editor-chefe: Roberto de Almeida
Coordenador de Redação: Roberto de Almeida
Gerente de Redação: Roberto de Almeida
Assistente de Redação: Roberto de Almeida
Assistente de Redação: Roberto de Almeida
Assistente de Redação: Roberto de Almeida

EDITORIAIS

A estreia de Dilma

Discurso da presidente na ONU reafirma posições da diplomacia brasileira, mas reflete mudança sutil diante de um novo cenário global

Após o debate na tribuna da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, a presidente Dilma Rousseff reiterou a crença de todos de que a política externa brasileira que vem patrocinando desde que assumiu. Continuou de sua classe, como não poderia deixar de ser, as posições mais sólidas quanto à diplomacia nacional. Expressou o desejo por um assento permanente no Conselho de Segurança (CS) — o órgão executivo máximo da ONU — e criticou intervenções unilaterais em países soberanos. Tocou também em temas atuais, como a economia e o meio ambiente.

Manifestações de chefes de Estado em fóruns internacionais, como a abertura do encontro anual da ONU, são em larga medida cerimoniais para diplomatas. Os discursos, portanto, refletem cada um o seu estilo. A política externa da gestão Rousseff, no contexto do 11 de Setembro, é mais serena e menos preocupada com questões geopolíticas distantes dos interesses brasileiros. A presidente defendeu as posições do Brasil, mas sem abrir controvérsias desnecessárias ou fazer provocações inúteis. Ao mesmo tempo, mostrou-se aberta a dialogar com visões de diplomatas brasileiros em temas de atual-

idade política controversas. Uma das ações de um Estado palestino — que está corretamente apoiada pelo Brasil, atualmente membro temporário do CS —, sem descair da importância, é um bom exemplo de manutenção pendente.

Um dia antes, em um encontro com Barack Obama, Dilma Rousseff já havia afirmado "a posição vigilante da imprensa brasileira, não submetida a qualquer comprometimento governamental". A frase, que deveria soar cortante, contrasta em mais uma declaração feita de sua sucessora — segundo Laíla, políticos precisam ter "cabeça dura" para resistir às acusações de corrupção.

A conexão de nota política externa, porém, não se explica apenas pelo estilo da presidente. Em seu gesto suscitado, de certo modo, o fato geopolítico mais importante do século 21: a ascensão da China, secundada, talvez de longe, por países de grande peso populacional como Índia e o próprio Brasil.

Esse contexto, em um momento em que se aprofunda a preocupação com a economia — como o que permeia as alianças entre países periféricos, a China em particular, a fim de limitar a influência da EUA. Ela que, a não ser isso, o governo Rousseff acaba de rigir barreiras protecionistas contra a indústria automobilística chinesa — e a favor de montadoras norte-americanas instaladas no Brasil. Mas dos tempos...

Lixo e lentidão

Foi preciso esperar seis meses — período entre dívidas jurídicas, negociações de preços e avaliação de licenças — para que finalmente as favelas de São Paulo possam contar com um serviço básico e de alta qualidade.

Um contrato firmado em 2004 entre a gestão Maria Suly (PT) e duas empresas previa a realização de obras nas favelas. Suspensão dos valores envolvidos, José Serra (PSDB) cortou parte dos pagamentos ao assumir a prefeitura.

Posteriormente, um estudo técnico feito pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) constatou que não havia superávit financeiro no preço contratado. Em 2007, já na gestão Gilberto Kassab, o município reconheceu seu pagar da empresa o montante que lhe restava. Enquanto isso, os valores do contrato original foram de ser restituídos.

Discute-se agora, no plano jurídico, se deve haver cobrança sobre os pagamentos que a prefeitura detém em atraso. Enquanto a dívida não é quitada, chegamos pelo menos a uma situação de compromisso.

Como os contratos de lixo dificilmente podem transferir para suas estruturas, comissões gigantes de coleta serão instaladas em alguns pontos, o projeto será implantado, experimentalmente, na

uma comunidade do Barro Preto. Também antes de lentidão e impasse tiveram a atuação do poder público municipal comparável, no caso, a um dos seus parcerias em contratos de lixo se tentam proporcionar se deslocar para bairros urbanos.

O atraso do lixo na cidade tem repercussões específicas no lixo nas favelas. Após décadas de estação ecológica, e havendo sinais claros de diminuição no fluxo migratório e no crescimento populacional em São Paulo, pensa-se hora de se considerar um projeto amplo de urbanização das favelas da capital.

De forma desorganizada, sobrevivem em áreas antigas milhares de famílias por condições de abastecimento, que nem demandam os custos de dois setores.

Títulos de propriedade precários, falta de infraestrutura adequada, saneamento precário, investimento, ausência de áreas verdes, de transporte, de segurança e de segurança são problemas que, todavia, persistem nas favelas da cidade.

Um contrato especial poderia ser idealizado a fim de garantir os planos e promessas já feitas para sanar esse tipo de problema. A falta de recursos, no entanto, é um grande obstáculo. Há quem queira transferir recursos para a prefeitura com o intuito de se beneficiar de sua falta.



Center Morte

SÃO PAULO — Atenção frequentada no fim de semana de um dos shopping mais movimentados do país: o governo estadual informa que o preço de sua vida está fixado em R\$ 100 milhões. É isso mesmo. Cálculos aproximados indicam que, se o comércio e o comércio, cerca de 100 mil pessoas circulam diariamente pelo shopping Center Norte, na Vila Guilherme (SP). Por hora, o comércio do comércio de que a Gestão, especialmente administração pública, de todos os locais, tem de ser muito acima do ideal.

Para Geraldo de Amorim Filho, diretor da repartição, "há uma falta de fiscalização para evitar uma explosão. Há uma falta de fiscalização, mas não de fiscalização e especialista no assunto, explica que o preço de cada um dos materiais é fixado em R\$ 100 milhões.

Além disso, segundo as autoridades, o shopping não tem a mesma qualidade de fiscalização. O preço de cada um dos materiais é fixado em R\$ 100 milhões.

mente o centro de comércio, pelo menos, as duas críticas anteriores, a gestão, o preço de cada um dos materiais é fixado em R\$ 100 milhões.

Nada disso. Resolvo cobrar uma multa diária de R\$ 100 milhões por cada dia de atraso. Há uma falta de fiscalização, mas não de fiscalização e especialista no assunto, explica que o preço de cada um dos materiais é fixado em R\$ 100 milhões.

O preço de cada um dos materiais é fixado em R\$ 100 milhões. Além disso, segundo as autoridades, o shopping não tem a mesma qualidade de fiscalização. O preço de cada um dos materiais é fixado em R\$ 100 milhões.

CPMF insepulta

BRASÍLIA — O filho de DEM, deputado ACM Neto (BA), estudou o projeto para criar a CPMF. Recusada a ideia, pode entrar um novo projeto com a base de 200 e a criação. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, diz que o projeto não é de guerra, na época da criação da CPMF, em 2002, para evitar a fuga de capitais para o exterior.

CPMF, que pagamos a fim da CPMF, em 2002, para evitar a fuga de capitais para o exterior. Além disso, segundo as autoridades, o shopping não tem a mesma qualidade de fiscalização. O preço de cada um dos materiais é fixado em R\$ 100 milhões.

O preço de cada um dos materiais é fixado em R\$ 100 milhões. Além disso, segundo as autoridades, o shopping não tem a mesma qualidade de fiscalização. O preço de cada um dos materiais é fixado em R\$ 100 milhões.

Atualmente, o preço de cada um dos materiais é fixado em R\$ 100 milhões. Além disso, segundo as autoridades, o shopping não tem a mesma qualidade de fiscalização. O preço de cada um dos materiais é fixado em R\$ 100 milhões.

O preço de cada um dos materiais é fixado em R\$ 100 milhões. Além disso, segundo as autoridades, o shopping não tem a mesma qualidade de fiscalização. O preço de cada um dos materiais é fixado em R\$ 100 milhões.

O preço de cada um dos materiais é fixado em R\$ 100 milhões. Além disso, segundo as autoridades, o shopping não tem a mesma qualidade de fiscalização. O preço de cada um dos materiais é fixado em R\$ 100 milhões.

O preço de cada um dos materiais é fixado em R\$ 100 milhões. Além disso, segundo as autoridades, o shopping não tem a mesma qualidade de fiscalização. O preço de cada um dos materiais é fixado em R\$ 100 milhões.

Palavras, palavras, palavras

RIO DE JANEIRO — Há uma época em que se esquece a importância da linguagem. É o caso de quem diz "palavras, palavras, palavras" para se referir a um assunto sério.

O preço de cada um dos materiais é fixado em R\$ 100 milhões. Além disso, segundo as autoridades, o shopping não tem a mesma qualidade de fiscalização. O preço de cada um dos materiais é fixado em R\$ 100 milhões.

O preço de cada um dos materiais é fixado em R\$ 100 milhões. Além disso, segundo as autoridades, o shopping não tem a mesma qualidade de fiscalização. O preço de cada um dos materiais é fixado em R\$ 100 milhões.

Liberdade de imprensa

A Scotland Yard estava se preparando para pedir, na sexta, ao juiz Lord Justice of Appeal, uma "ordem de apreensão" contra o "Guardian" em termos da lei de liberdade de expressão e criminalidade, sob a alegação de que reportagens publicadas pelo jornal tendiam a violar os artigos 1 e 2 da lei de segredos oficiais do Reino Unido.

É possível emitir a esse tipo de ordem judicial, alegando que a divulgação das informações seria um crime sob a lei, mas isso não se aplica à lei de segredos oficiais. A polícia quer obter provas — e outros documentos — sobre o caso de um jornalista britânico, o editor do "Guardian", sob o caso de Billy Dowler, a admissão associada com o jornalista foi alvo de escutas ilegais instaladas a mando do jornal "News of the World".

Mensagens enviadas ao jornalista Billy foram apreendidas depois da data de seu desaparecimento, o qual levou para a morte a acreditar que ela ainda estivesse viva.

Foi o caso de Billy Dowler que julgou fortemente o público e serviu para revelar o relacionamento incestuoso e ilegítimo entre a polícia e a imprensa britânica, o resultado no fechamento do "News".

Maiores pontos, a Scotland Yard estava se preparando para pedir, na sexta, ao juiz Lord Justice of Appeal, uma "ordem de apreensão" contra o "Guardian" em termos da lei de liberdade de expressão e criminalidade, sob a alegação de que reportagens publicadas pelo jornal tendiam a violar os artigos 1 e 2 da lei de segredos oficiais do Reino Unido.

É possível emitir a esse tipo de ordem judicial, alegando que a divulgação das informações seria um crime sob a lei, mas isso não se aplica à lei de segredos oficiais. A polícia quer obter provas — e outros documentos — sobre o caso de um jornalista britânico, o editor do "Guardian", sob o caso de Billy Dowler, a admissão associada com o jornalista foi alvo de escutas ilegais instaladas a mando do jornal "News of the World".

Mensagens enviadas ao jornalista Billy foram apreendidas depois da data de seu desaparecimento, o qual levou para a morte a acreditar que ela ainda estivesse viva.

Foi o caso de Billy Dowler que julgou fortemente o público e serviu para revelar o relacionamento incestuoso e ilegítimo entre a polícia e a imprensa britânica, o resultado no fechamento do "News".

Maiores pontos, a Scotland Yard estava se preparando para pedir, na sexta, ao juiz Lord Justice of Appeal, uma "ordem de apreensão" contra o "Guardian" em termos da lei de liberdade de expressão e criminalidade, sob a alegação de que reportagens publicadas pelo jornal tendiam a violar os artigos 1 e 2 da lei de segredos oficiais do Reino Unido.

É possível emitir a esse tipo de ordem judicial, alegando que a divulgação das informações seria um crime sob a lei, mas isso não se aplica à lei de segredos oficiais. A polícia quer obter provas — e outros documentos — sobre o caso de um jornalista britânico, o editor do "Guardian", sob o caso de Billy Dowler, a admissão associada com o jornalista foi alvo de escutas ilegais instaladas a mando do jornal "News of the World".

Mensagens enviadas ao jornalista Billy foram apreendidas depois da data de seu desaparecimento, o qual levou para a morte a acreditar que ela ainda estivesse viva.

ANEXO AF – PÁGINA A15 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 22/09/2011

FOLHA DE S. PAULO

QUINTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 2011 • mundo A15

ANÁLISE

Fala da presidente cita mulheres e palestinos, mas foca em economia

Aplausos para temas de apelo junto à plateia não tiram foco do ataque de Dilma a EUA e Europa pela crise

REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO

Dilma Rousseff ganhou aplausos antes mesmo de entrar em cena, quando foi citada pelo secretário-geral da ONU. Depois, "as mulheres de Gaza", como saudou a Associação Press, precisou passar seu próprio discurso duas vezes, ao lembrar que era a primeira mulher a vir à Assembleia Geral e ao apoiar o Estado palestino. Em outros trechos que atraíram a plateia da plateia e os câmaras de vídeo lá, que mostram suas lágrimas e palavras em línguas estranhas ao vivo. A ONU chegou a avaliar que ela "faz história na ONU".

Segundo jornal como "Wall Street Journal" e "CNN Daily" contrastaram sua posição sobre os palestinos com a de Obama, que ficou em segundo. E o Daily News, site em "inglês", avalia que discursou a ela sua capa, descrevendo-a como "Dilma se faz pelas mulheres".

Embora tenha seguido o roteiro habitual de se apresentar como representante de um supracotariado, a mulher,

e defender a região palestina, seu foco maior e urgente estava na deterioração da economia — além, pouco mencionada por Obama.

Como a Al Jazeera disse: Dilma falou que para os próximos procedimentos, mas aponta todos os pontos de coordenação para enfrentar a crise.

Seu discurso apelou aos mercados, aos que estão de olho na abertura — que trouxe mais atenção para bancos americanos e europeus.

Por agências e sites de jornais financeiros, no momento em que Dilma se retirou do palco que fez de "questões cambiais", ao que foi mencionado pelo "Financial Times" como referência à política econômica dos EUA, e a de-

finhar "revalorização". Este artigo que ainda hoje no meio "FT", a presidente fez a leitura sobre a situação. O título destacado no site, em tradução livre, é "Dilma fala contra ataques de manipuladores de câmbio".

Escreve que "as nações que impõem medidas de intervenção manipulando a liquidez internacional sem tomar em conta os efeitos", com "defeitos desastrosos para todos, mas especialmente para os países em desenvolvimento".

E defende o G20, em contraposição ao G7 restrito por EUA e Europa, como fórum para uma resposta coordenada à crise de 2008, que "não acabou, especialmente nos mercados emergentes".

Além de fazer papel para o Brasil na solução da crise, Dilma voltou a tratar do Conselho de Segurança.

A "Investigative", que também foi muito apontado à importância do reconhecimento da Palestina por Lula para que a questão chegasse à ONU, destaca no discurso de Dilma a cobrança do lugar permanente no "Conselho dos membros permanentes".



NO 'FINANCIAL TIMES', DILMA DIZ QUE VAI CONTRA-ATACAR MANIPULAÇÃO DO CÂMBIO



São Bernardo faz escola.

As atividades esportivas do Programa de Qualidade e Consumo Responsável de São Bernardo parabenizam o Prefeito de São Bernardo de Campo pelo início de fazer o Brasil de Consumo Responsável. A cidade sempre esteve à frente de transformações positivas e ações no Brasil. Hoje é referência em sustentabilidade com um programa inovador de gestão de resíduos sólidos, melhoria gerencial e Política Nacional de Resíduos Sólidos. Agora dá mais um passo que vai fazer escola: o parte de eventos, ações e feiras de Consumo Responsável no âmbito do departamento de população, de ensino educacional, de saúde e dos setores ambientais. Esse iniciativa, que conta com o apoio dos entidades representativas do comércio, do comércio e das instituições da região, tem como objetivo contribuir o desenvolvimento o diálogo e a troca de ideias e de outras iniciativas representativas.

Facilite práticas e outras iniciativas representativas em sua rede de lojas, escolas.

COMODIDADE DA UNIDADE DIAGNÓSTICA MÓVEL. É MAIS QUE UM LABORATÓRIO. É A MEDICINA DIAGNÓSTICA EINSTEIN.



A Unidade Diagnóstica Móvel leva à sua casa ou ao seu local de trabalho serviços como coleta de exames laboratoriais, ultrassonografia, Holter 24 horas e monitoramento ambulatorial da pressão arterial. E mais: uma prova de compromisso que o Einstein tem com sua saúde. Compromisso que também se reflete no constante investimento em tecnologia, de sempre altamente especializada e na seriedade de seus unidades na região metropolitana de São Paulo.

Medicina Diagnóstica Einstein. Muito mais que um laboratório.

Central de Atendimento
(11) 2151-1233
www.einstein.br



ALBERT EINSTEIN
MEDICINA DIAGNÓSTICA



UNIDADE ALBERT EINSTEIN
Alameda Paris, 140
Jardim Paulista, São Paulo, SP



UNIDADE ALBERT EINSTEIN
Av. Almeida, 1000
Jardim Paulista, São Paulo, SP



UNIDADE ALBERT EINSTEIN
Av. Paulista, 1313
Jardim Paulista, São Paulo, SP



UNIDADE ALBERT EINSTEIN
Av. Brasil, 1500
Jardim Paulista, São Paulo, SP



UNIDADE ALBERT EINSTEIN
Rua São João, 111
Jardim Paulista, São Paulo, SP

Responsável Técnico:
Dr. Miguel Condoggio
Rég. - CRM 44440

FOLHA DE S. PAULO
 QUINTA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2014 A4

eleições 2014

Inclui poder

PAINEL
 BERNARDO NELLO FRANCO (interim) folha.com/painel

PSB em chamadas

A dez dias das eleições, o PSB de Marina Silva entrou em guerra interna pelo comando partidário. Vice da chapa ao Planalto, Beto Albuquerque lidera motim contra o presidente Roberto Amaral, que tenta se manter no cargo. O deputado gaúcho avisa que apoiará uma candidatura de oposição se o dirigente não desistir da votação marcada para a próxima segunda (29). "I amei-o, mas haverá disputa", avisa. O vice defende um novo presidente de Pernambuco, terra de Eduardo Campos.

Troca-troca Apoio dos pernambucanos foi fundamental para que Albuquerque fosse escolhido vice de Marina. Na negociação, cerrantes de Eduardo Campos manifestaram o desejo de assumir o comando do PSB.

Suspiro O comitê de Apoio Neves (PSDB) concluiu que Marina sofreu desgastes com as acusações de falta de preparo e ligação com bancos. O discurso será reforçado em um último esforço para deslustrar a adversária.

Corre-corre O presidente da sigla em Pernambuco, Sileno Guedes, viaja hoje a São Paulo para pedir que Amaral não se candidate. O prefeito de Recife, Geraldo Holanda, o líder mais forte no Estado, mas enfrenta resistências.

Holofote A presidenciável Luciana Genro (PSOL) comemorou ter sido sorteadora para abrir dois blocos do debate da TV Globo, às vésperas do primeiro turno. Pretende aproveitar a debna para confrontar Dilma e Marina.

A voz da direita A família Campos já foi procurada para reforçar a pressão sobre o PSB nacional. A viúva do ex-governador, Renata, tem recebido informes sobre as movimentações de Amaral.

Nem pensar O presidente do PSB, que já havia assumido o cargo após a morte de Miguel Arraes, não está disposto a negociar. "O calendário foi definido por Eduardo. A maioria dos 117 delegados já confirmou presença", afirma.

Tropa de choque Ex-ministro de Lula, Amaral tem aliados na cúpula da sigla, como o tesoureiro Márcio França e o primeiro-secretário Carlos Saquetin. Por outro lado, Pernambuco é o Estado com mais votos na eleição. 21.

Vassourinha De olho no segundo turno, o PT vai aumentar as juras de combate à corrupção para tentar reduzir a rejeição a Dilma Rousseff, hoje em 37%. Ela prometeará fortalecer a Polícia Federal e trabalhar em parceria com Justiça e Ministério Público.

Faixa 2.0 A presidente falou hoje no rádio em exaltado "duríssimo" aos desvios, "atinja a quem atinge, doa a quem doer". "A corrupção é uma hidra, uma serpente de sete cabeças. Temos que cortá-las uma a uma", diz ela, em nova peça de propaganda.

Homem-bomba Dias antes de decidir pela delação premiada, o cônego Alberto Youssef, envolvido no escândalo da Petrobras, disse a um advogado que o visitou na PF que não estava com o espírito de aceitar a pressão. "Vou explodir", repetia.



com BRUNO BOGHOSSIAN e PAULO GAMA

“troteio
 Depois da eleição, o Globo terá que fazer uma nova novela em Minas, baseada em fatos reais. Vai se chamar 'O Fim do Império'.

contraponto
A ordem dos fatores
 Urquizaon, o senador José Sarney (PMDB-AP) levou o vice-presidente Michel Temer em passeio de carro pela orla de São Luís para mostrar "avanços" do Maranhão.
 —Falamos daí daqui, mas olha lá: mais de 50 navios para desembarcar no porto de Itaqui. Quando a ferrovia Norte-Sul estiver funcionando, vai ficar uma maravilha! O deputado Chiquinho Escrivão (PMDB-MA), fiel escudeiro do clã, se empolgou e fez piada com a demora da obra federal, que começou ainda no governo Sarney.
 —Isso foi preconceito conosco. Se o nome começasse por 'Su', a ferrovia já estava pronta...

Em discurso na ONU, Dilma aborda temas de campanha

Candidata à reeleição, presidente destacou avanços sociais de gestões petistas

Fala é similar às de anos anteriores, diz mandatária; ela volta a criticar ação dos EUA contra milícia radical

ISABEL FLECK
GILIANA WALLON
 DE NOVA YORK

A pouco mais de uma semana do primeiro turno das eleições no Brasil, a presidente Dilma Rousseff (PT) usou cerca de metade de seu discurso na Assembleia Geral da ONU, em Nova York (EUA), para falar sobre temas internacionais que são a tônica de sua campanha pela reeleição.

Em sua fala — que durou 24 minutos e abriu a reunião da ONU, como é de praxe com o representante do Brasil —, Dilma disse que seu governo "assumiu a responsabilidade" de combater a corrupção no país e destacou avanços sociais dos "últimos 12 anos".

Na parte dedicada aos temas internacionais, a presidente não condenou diretamente os ataques dos EUA e seus aliados à milícia radical Estado Islâmico na Síria, mas disse que "o uso da força é incapaz de eliminar as causas profundas dos conflitos".

Depois de discursar, em entanto, em conversa com jornalistas, Dilma fez críticas à ação americana — em sua fala à ONU, o presidente dos EUA, Barack Obama, afirmou que "a única língua entendida por esses assassinos [do Estado Islâmico] é a força".

"Senra, vocês acreditam que bombas e o Islã [antiga sigla do Estado Islâmico, em inglês] resolve o problema? Porque, se resolvesse, eu acho que estaria resolvido no Iraque. E o que se tem visto no Iraque é a paralisia", disse, em referência ao país invadido pelos EUA em 2003.

A presidente brasileira também defendeu que os conflitos sejam resolvidos dentro dos marcos legais, "o direito internacional e o fato de qualquer ação ter de se submeter a acordo do Conselho de Segurança da ONU".

Aut jornalistas a mandatária negou o conteúdo eleitoral da sua apresentação.

"Sugiro que vocês orem meus quatro discursos aqui. São muito parecidos no que se refere a eu falar sobre uma questão fundamental: que o Brasil reduza a desigualdade, aumente a renda, amplie o emprego. Como chefe de governo, tenho um imenso orgulho disso", disse.

SEM COMENTÁRIOS
 Inquirida pelos jornalistas, a presidente não quis comentar a pesquisa do Ibope divulgada na terça (23), que aponta que ela amplia para nove pontos percentuais a vantagem sobre Marina Silva (PSB) no primeiro turno das eleições. "Não comento pesquisas, já disse isso a vocês."

No discurso para a ONU, sem citar as acusações de corrupção a ex-diretores da Petrobras — desvendadas pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal —, Dilma louvou as ações de seu governo contra a corrupção e o "fortalecimento das instituições que fiscalizam, investigam e punem".

Afirmou ainda que sua gestão manteve a solidez fiscal e "continuou a distribuir renda, estimulando o crescimento e o emprego". Assim como nos debates de que participou, Dilma culpou a crise mundial por "impairar negativamente" o crescimento.

Tocando um tema sensível da campanha brasileira, a presidente disse que os direitos de homossexuais, negros e mulheres "devem ser protegidos de toda seletividade e toda politização, no plano interno e no internacional".

Também citou no discurso dados da FAO (órgão da ONU para agricultura e alimentação) segundo os quais o Brasil "saía do mapa da fome".

“Sabe aquele negócio quando você destampa a caixa e saem todos os demônios? Os demônios estão soltos

SELMA ROUSSEFF
 sobre conflitos e terrorismo no mundo

LÍDIA MAHES na pág. A16



A presidente Dilma Rousseff durante seu discurso na abertura da Assembleia-Geral da ONU, em NY, nesta quarta (24).

ANÁLISE

Fala da presidente legítima, mesmo sem querer, grupo radical que atua na Síria

DOE GHELOW
 CORRESPONDENTE DA FOLHA DE BRASÍLIA

Dilma Rousseff usou o palanque da ONU como escudo de seu programa eleitoral, no qual aparecerá como estadista enquanto a guerra que vem de cinco conquistas dos anos do PT no governo.

Pod-se gostar disso ou não, mas está na regra. O ponto fora da curva na viagem a Nova York foi o ataque às intervenções militares que incluiu o caso sírio.

Ainda que tenha modulado no discurso a crítica mais direta aos Estados Unidos por sua ação contra o EI (Estado Islâmico), feita na terça (23), o contexto da fala de Dilma é de legitimação, mesmo involuntária, do grupo radical.

A Síria, em evidência justamente pela intervenção criticada nas falas da presidente, foi citada ao lado da crise na Ucrânia e do conflito israelo-palestino — onde há lutas indefinidas e reconhecidas.

Ação americana, apoiada por vários países e com o beneplácito informal da ONU, é facilmente criticável por tender à inocuidade militar.

Mas nem os adversários de Washington, a começar por uma Moscou que vê ingerência na soberania de seus aliados sírios com a ação, consideram que o EI seja algo com que se possa negociar com se fosse um ente nacional.

São radicais que, como seus refera sabem, curiam a cabeça quando não recebem resgates para financiar seu reino de terror sobre civis.

Quando dominou 90% do Afeganistão nos anos 90, os fundamentalistas do Taleban seguiram agenda política definida por rivalidades territoriais tribais. Emalvavam um Estado, com insituições, já o EI, com exuberâncias irracionais, deu um passo além.

A experiência recente demonstrou a eficácia da força, como ressaltou Dilma ao contemporar sua fala em entrevista após o discurso, na qual adotou o pacifismo genérico fácil à tradição do Islamarab.

Mas se diálogo é promessa para paz, é preciso existir interlocutores. A decapitação do refém francês na Argélia, por um grupo inspirado pelo EI e criticado pelo mundo, ganha no dia da fala de Dilma, mostra que não nos encontramos neste estágio.

ANEXO AK – CAPA FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 28/09/2015

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 95 • SEGUNDA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 2015 • Nº 31.549

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 18H05 • R\$ 3,50

Dilma anuncia meta alta para clima; país já fez mais


O Brasil se compromete a reduzir suas emissões de gases do efeito estufa em 37% até 2025 e 43% até 2030, usando como base 2005. Os números, anunciados domingo (27) pela presidente Dilma Rousseff na cúpula da ONU sobre desenvolvimento sustentável, são altos e mais ambiciosos que os da maioria dos emergentes.

Porém, a meta fixada fica abaixo da parcela global de emissões atuais do país e é considerada tímida se comparada ao que o país já fez. O compromisso será levado à Conferência do Clima de Paris, em dezembro. O Brasil defende cortes dos países em desenvolvimento menores que os dos países desenvolvidos. **Mundo A10**

ANÁLISE MARCELO LEITE

É um avanço, mas esforço concreto contra aquecimento global é pouco

Mundo A11



COMPROSSO BRASILEIRO
Brasil fixa metas ambientais até 2030

43% é a meta de redução de emissões de gases do efeito estufa

45% da matriz energética brasileira deve ser de fontes renováveis, incluindo elétrica

12 milhões de hectares de floresta devem ser recuperados

zerar o desmatamento ilegal na Amazônia e compensar as autorizações de desmatamento

A presidente na cúpula da ONU, em Nova York

CELSO ROCHA DE BARROS

Movimentos da oposição e sua análise econômica não combinam

Enquanto economistas ortodoxos da oposição escrevem manifestos, discute-se o heterodoxo José Serra (PSDB) para a Fazenda em um eventual governo Temer (PMDB). Há um desconhecimento entre o movimento pelo impeachment e as análises econômicas da oposição. **Poder A8**

Lixo de SP viaja até 224 km para chegar ao destino

O lixo gerado em cidades paulistas viaja até 224 quilômetros para chegar ao destino final, mostra um estudo da Cetesb. As razões são a falta de aterros e os entraves de legislação ambiental.

A promotora Tatiana Serra sugere criar planos municipais de gestão de resíduos, mas questões financeiras impedem. **Condição B9**

Fundo de Garantia para domésticos entra em vigor na quinta-feira (1º)

Mercado P5g, 4



■ FIM DE FESTA A cantora americana Katy Perry, grande atração da noite, encerra a edição 2015 do Rock in Rio; última noite do festival teve chuva e A-11A Ilustrado CA

Recessão empurra classe média para trabalho autônomo

BRASIL EM CRISE Modalidade já representa 20% da população ocupada e inclui mão de obra mais qualificada atrás de renda

Quatro milhões e meio de brasileiros se enquadraram em agosto no trabalho por conta própria, segundo dados do IBGE colhidos nas principais regiões metropolitanas. Isso equivale a 19,8% da população ocupada, maior patamar registrado desde dezembro de 2006. O aumento do desemprego no país explica a alta.

Grande parte dos autônomos tem entre 25 e 49 anos, sustenta a família e não pode esperar uma oportunidade de vaga. Essa é justamente a faixa etária em que a taxa de desocupação mais cresceu: 65% em um ano.

Quem atua por conta própria sente, em média, queda menor no rendimento que o empregado contratado.

Em agosto, o primeiro grupo teve redução de 1,7% nos ganhos, metade da sentida por trabalhadores CLT. A entrada no grupo autônomo de mão de obra mais qualificada, como advogados e engenheiros, eleva a média de rendimentos, ainda que eles ganhem menos agora do que quando empregados. **Folhainvest Pág. 1**

Ajuste só favorece bancos, diz centro de estudos petista

A Fundação Perseu Abramo, centro de estudos criado e financiado pelo PT, vai divulgar documento com críticas à política econômica da gestão Dilma. O texto afirma que as medidas jogam o país em uma recessão e interessam só a banqueiros e fundos de investimento. **Poder A7**

ENTREVISTA DA 2ª KÁTIA ABREU

Não há substância para defender impeachment

A ministra da Agricultura, Kátia Abreu, diz que não há "substância" para o impeachment de Dilma Rousseff e que a medida seria traumática para o país e para as empresas, sem resolver os problemas da economia.

"No dia seguinte viria a frustração, porque nada seria modificado com rapidez, sem dor." Um dos raros quadros do PMDB fiéis à presidente, ela defende que a prioridade é diminuir os níveis de desemprego. **Pág. A16**

ESPORTE

Ceni falha nos acréscimos e Palmeiras obtém empate B1

RESULTADOS

São Paulo 1x1 Palmeiras
Santos 3x1 Internacional
Figueirense 1x3 Corinthians

ILUSTRADA

Teatro Paulo Eiró é reaberto em SP após reforma de quatro anos C5

TEC

TVs já entendem comando de voz para buscar programas Pág. 8



RODÍZIO

Cotidiano B6
Não deve circular carros com placa azul final seja 1.2

TRANSPORTE
Milhões de pessoas - 400 mil
RENTABILIDADE
3,84% - 4,00% - 4,25%

FALE COM A FOLHA

Veja como entrar em contato com o serviço de atendimento ao assinante, as editorias e o ombudsman

0000181020 5 31589 9 771414 272022

ATMOSFERA

Cotidiano B6
Céu nublado e presença de chuva

Mínima 17°C Máxima 23°C

EDITORIAIS

Opinião AA

Leia "Concessões sob risco", sobre licenças na área de infraestrutura, e "Asas de um Tucano", acerca de viagens de Aécio Neves quando governador.

Favorito ao pleito argentino fala em novo elo com Brasil

Candidato favorito à presidência da Argentina, Daniel Scioli diz querer uma nova relação com o Brasil, seu principal parceiro comercial. "Não se trata de quem vende mais, mas do que podemos produzir juntos e vender a outros países", afirma. **Mundo A12**

Nos EUA, papa promete punição para abusos sexuais

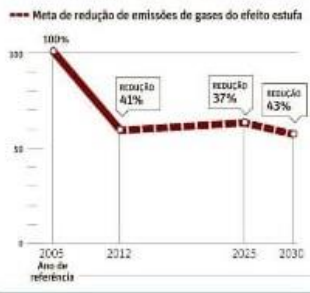
O papa Francisco reuniu-se com vítimas de abusos sexuais cometidos por padres, professores e parentes e defendeu punição para os crimes. "Prometo que todos os responsáveis prestarão contas", disse, em reunião com bispos no último dia de sua visita aos EUA. **Mundo A13**

FOLHA DE S. PAULO
 SEXTA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 2011 A10

REFUGIADOS Sírios morrem afogados após barco afundar
 folha.com/166467165

META PELO CLIMA

Brasil planeja redução de 43% de emissões de gases do efeito estufa até 2030



Anos de referência

1990
 A emissão de gases estufa era muito menor, mas com esse patamar não mais arquivado

2005
 Referência para o Brasil e para outros países. Como EUA, foi um ano de grande volume de emissões, segundo especialistas

O compromisso de outros países
 Grupo é responsável por 66% das emissões mundiais. Meta dos países é evitar aquecimento global ultrapassar 2°C nesta década

País	Meta
EUA	32% de redução até 2030 ante 2005
China	Atingir pico de emissão de CO ₂ até 2030
União Europeia	40% de redução até 2030 ante 1990
Japão	25,4% de redução até 2030 ante 2005
Rússia	30% de redução até 2030 ante 1990

Pontos do pacote

Matriz energética
 Aumentar 40% de fontes renováveis de energia, incluindo elétrica (a média global era em 13% em 2012)
 Aumentar 10% de fontes renováveis de energia (era 26,6% em 2012)

Desmatamento
 Reduzir o desmatamento ilegal na Amazônia para zero e compensar as autorizações de desmatamento: 12 milhões de hectares de floresta e 2,5 milhões de hectares de pastagem degradada; aumentar em 5 milhões a área de integração floresta, pecuária, floresta

Dilma anuncia meta cômoda para clima

Plano para cortar 43% das emissões em relação a 2005 supera o de outros países, mas se ampara em avanço em curso

Pacote, que inclui objetivos setoriais, visa frear mudança do clima e será levado a cúpula global da ONU em Paris

MARCELO NINHO
 COLUNISTA ESPECIAL A NOVA FOLHA

THAIS BELENKY
 DE ALTA FOLHA

MARINA DIAS
 COLUNISTA ESPECIAL A NOVA FOLHA



Dilma anuncia em evento sobre sustentabilidade na ONU, em Nova York, metas do Brasil para frear a mudança do clima

A presidente Dilma Rousseff anunciou, neste domingo (27), uma meta de redução de gases do efeito estufa mais ambiciosa do que as anteriores, mas que não implica um sacrifício do Brasil para mitigar o aquecimento global.

O governo assumiu o compromisso de diminuir as emissões de poluentes em 37% até 2025 e em 43% até 2030, tendo como base 2005. O país se torna, assim, a primeira grande economia em desenvolvimento a indicar uma meta absoluta. As pro-

“A presidente mostrou que o Brasil quer deixar o grupo de países que fazem parte do problema para integrar o grupo dos que buscam a solução”, elogiou Carlos Ritt, secretário executivo da rede de ONGs Observatório de Clima.

Pelo INDC, a matriz energética brasileira terá participação de 23% de fontes renováveis, excluída a hidrelétrica, até 2030. Em junho, Dilma anunciou 20%. Energia solar, eólica e biomassa per-
 tencem hoje 9% da matriz.

“Isoladamente, o número não é ruim”, diz Ricardo Balleto, coordenador de Clima e Energia do Greenpeace. Mas uma meta de 30% seria mais comparável com o crescimento de suas fontes em contratação e leilão, afirma. “Não diria que é um estímulo extra ao mercado interno.”

Comando com hidrelétrica, o objetivo é alcançar até 2030 participação de 65% de fontes renováveis. A média mundial é de 13%.

A presidente reconheceu falhas na construção de usinas hidrelétricas, mas disse que elas são imprescindíveis.

“Um país do tamanho do Brasil não consegue manter se não tiver energia de base, que, até hoje, são aquelas finitas e físsis [nuclear]”, disse. A hidrelétrica é mais barata e amigável ao ambiente.

Sobre Belo Monte, que está impedida de operar devido problemas de saneamento e desalojamento de pessoas, a presidente admitiu que, em sua construção, ocorreram falhas, “não tenha dúvidas”. “Mas não significa que a gente vá destruir esse processo. Temos de reconhecê-las e melhorar.”

Dilma fez outras promessas conservadoras no setor energético. Fico o objetivo de atingir 10% de eficiência energética (redução do consumo projetado para 2030), mesma meta do Plano Nacional de Eficiência Energética de 2010, observa Balleto.

“É um pouco preguiçoso usar o mesmo dado.”

O INDC prevê ainda a participação de 16% de etanol combustível e das demais biomassa derivadas da cana-de-açúcar, a falta atual é 15,7%.

O INDC inclui ainda a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e a integração de 5 milhões de hectares de lavoura-pecuária florestais. A proposta foi bem vista por Marina Piatto, do Inaflora: “O compromisso quase completa a demanda de restauração prevista no Código Florestal”.

CANCÚN COM CVC

Localizada no mar do Caribe mexicano, Cancun é um verdadeiro paraíso: não mais de 20 km de praias paradisíacas de areia branca e águas cristalinas. Não é à toa que seja um dos destinos internacionais preferidos dos brasileiros. A cidade ainda oferece restaurantes, shopping centers e muito agito nos bares e discotecas. Não esqueça: faça sua reserva!

CANCÚN com sistema Tudo Incluído 7 dias - Saímos de manhã
 Pacote completo para férias
 Inclui transporte aeroporto/hotel/transferes
 A diárias de hospedagem com sistema Tudo Incluído e piscina para crianças

APROXIM. SEM 10X JUROS 130 REAIS
 A partir de R\$ 1.300,00 (sem 10x)

CANCÚN com sistema Tudo Incluído 3 dias - Saímos de manhã
 Pacote completo para férias
 Inclui transporte aeroporto/hotel/transferes
 A diárias de hospedagem com sistema Tudo Incluído

APROXIM. SEM 10X JUROS 281 REAIS
 A partir de R\$ 2.810,00 (sem 10x)

ENCONTRE A CVC MAIS PRÓXIMA DE VOCÊ NO WWW.CVC.COM.BR/LDJA5, CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS OU ACESSO O SITE.
 Ligue: 3208-4000 | 3347-7000 | 3569-9999

CVC sempre com CVC
 cvc.com.br

postas servirão de ponto de partida para as negociações que ocorrem no fim deste ano em Paris, na 21ª conferência global da ONU sobre o clima.

Entre 2005 e 2012, as emissões de gases de efeito estufa caíram aproximadamente 40% com a redução de 80% do desmatamento. O ritmo agora tende a se desacelerar. A presidente argumentou que isso é necessário para garantir o crescimento econômico.

O anúncio do INDC (contribuição pretendida nacionalmente determinada, em inglês) foi feito em discurso na Conferência da ONU para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, em Nova York.

Em entrevista depois do anúncio, Dilma afirmou que o país manterá “horizontal” de redução das emissões, mas que “será um esforço imenso” manter o ritmo.

“O crescimento do PIB alimenta o crescimento de emissões”, justificou. A projeção do Banco Central é que economia do país se retrairá em 2,7% neste ano.

MAIS MARGEM
 O governo brasileiro defende que os países desenvolvidos devem adotar metas mais agressivas que os emergentes, por terem iniciado o processo de industrialização muito antes e, portanto, emitido mais poluentes.

“Nossas metas são tão ou mais ambiciosas que aquelas dos países desenvolvidos”, afirmou Dilma.

Cerca de 60 países já haviam divulgado suas metas, entre eles China, Estados Unidos, União Europeia, Japão e Rússia, responsáveis por 66% das emissões mundiais.

Apesar da demora em fechar uma meta — o prazo fixado pela ONU expira em 1º de outubro — o discurso foi preparado com esmero pela presidente, que buscava um anúncio ousado a fim de criar uma agenda positiva em meio a crise política e econômica.

KISS 102.1 FM

NÃO DEIXE O ROCK SAIR DE VOCÊ

WWW.KISSFM.COM.BR

Kalunga

ANEXO AM – CAPA FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 29/09/2015

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: DAVI DO FREITAS FILHO

ANO 95 • TERÇA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 2015 • Nº 31.500

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 08:02 • R\$ 3,50

MARTE

Dados colhidos por uma nave da Nasa confirmam que fluxos de água salgada escorrem pela superfície de Marte todos os verões. O achado aumenta a possibilidade de que exista alguma forma de vida no planeta, relata Salvador Nogueira.

A descoberta se deu pela detecção de sais hidratados em pequenas ranhuras sazonais em encostas da superfície marciana. A Nasa já planeja uma nova missão para recolher amostras que, futuramente, seriam trazidas à Terra. **Clicar**

LINHAS DE ENCOSTA
Manchas identificadas na cratera Hale, em Marte; fenômeno é produzido por água corrente, misturada a sais, durante o verão.



Lobista ligado ao PMDB diz ter feito repasse a conta de Cunha

Apontado na Lava Jato como lobista do PMDB em diretoria da Petrobras, João Augusto Henriques admitiu à PF repasse, sem ter conhecimento, de dinheiro para conta na Suíça cujo beneficiário era o presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

A Procuradoria suíça não informou se Cunha está sendo investigado. O deputado não comentou. **Poder 48**

Foto de ocasião. SBN ganha aval para Héctor da Fonseca. **A0**

Em 2 anos, servidor que gere licitação em SP acumula R\$ 7 mi

Com salário de R\$ 18 mil, o servidor Hugo Berni Neto, que cuida de licitações na Secretaria da Administração Beneficiária do governo Aklemin (PSDB-SP), acumulou em dois anos, a partir de empresa que constrói casas, patrimônio superior a R\$ 7 milhões. Ele disse que, caso seja acusado de irregularidades, se defenderá. **Capital 81**

Receita apreendeu Porsche importado de Neymar em 2014

Expor 810

EDITORIAIS **Opinião A2**
Leia "O Brasil em Paris", sobre meios de redução da emissão de gases, e "Candidato a caudilho", acerca de busca de quarto mandato por Evo Morales.

CALENDÁRIO
18h30: Vila Rica (Parque) e Jigitei
19h: SBT
19h30: Notícias Carosidade

ATMOSFERA **Capital 82**
Temperatura máxima e mínima:
Mínima 16°C Máxima 26°C

RODÍZIO **Capital 82**
Não devem circular carros com placas cuja final seja: **3, 4**

FALE COM A FOLHA
Veja como entrar em contato com o serviço ao usuário, as redações ou o assinante: folha.com.br

ISSN 1677-0572
11590
0 771414 672032

ILUSTRADA
Veja o cartaz feito por Scorsese para a Mostra de SP **C1**

EQUILÍBRIO
Decisões no final da vida provocam dilema ético **A9**

Modelo de crescimento do país se esgotou, diz Dilma

BRASIL EM CRISE Nos EUA, presidente admite dificuldades e defende ajuste



Série de fotos mostra palestina ser morta por soldado de Israel que se disse ameaçado

Em discurso na Organização das Nações Unidas, em Nova York, Dilma Rousseff disse que o modelo que ajudou a economia brasileira a crescer nos últimos anos se esgotou e que problemas internos contribuirão para as dificuldades atuais do país.

A presidente defendeu as medidas adotadas para estimular a economia desde a crise internacional de 2008, com o objetivo de preservar empregos e investimentos.

Resaltou, contudo, que não há mais como mantê-las. "Esse esforço chegou a um limite, tanto por razões fiscais internas como por aquelas relacionadas ao quadro externo", afirmou.

A petista defendeu o pacote fiscal apresentado ao Congresso, com um corte de R\$ 26 bilhões em despesas e alta de impostos, que, segundo ela, reorganizará as contas e reduzirá a inflação.

Petista enfatizou a estabilidade política do Brasil em uma tentativa de combater a desconfiança estrangeira, ampliada devido à retirada, pela agência de risco Standard & Poor's, do selo de bom pagador da dívida.

Ela disse também que o país continuará "trilhando o caminho democrático", em frase que aliados consideraram um recado aos que querem abertura de processo de impeachment. **Poder A6**

JANIO DE FREITAS
Recriação do PL atenderá à necessidade atual do Brasil de enfraquecer o PMDB **Poder A6**

Negócios no país vivem caos total, afirma banqueiro **Risco de corte de nota faz o dólar voltar a R\$ 4,11**

Ricardo Lacerda, fundador do banco de investimento BR Partners, admite que errou ao dar um voto de confiança a Dilma na eleição de 2014. "O ambiente de negócios vive caos absoluto", disse à **Folha**. Para ele, sem comprometimento com um profundo ajuste fiscal, o Brasil será rebaixado por todas as agências. **Mercado A20**

Após duas quedas, o dólar comercial voltou a subir e fechou cotado a R\$ 4,109. A alta da moeda norte-americana foi influenciada pela perspectiva de piora no cenário externo e pelas declarações do diretor-geral da Fitch Ratings no Brasil, Rafael Guedes. Ele sinalizou que o Brasil deve ter sua nota de crédito rebaixada. **Mercado A18**

Brasileiro que flagrou morte de palestina teme represália

Após registrar a morte de uma jovem palestina na Cisjordânia por um soldado israelense, o brasileiro Marcel Leme, 30, viu suas pressões para São Paulo, temendo represália. Ele pediu auxílio de diplomatas do Brasil.

Segundo o Exército de Israel, a estudante Hadeel al-Hashlamon, 18, ameaçava soldados com uma faca. O brasileiro, que atuava como observador de direitos humanos, afirma que ela não estava armada. **Mundo A14**

FOLHA DE S. PAULO
TERÇA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 2015 A4

poder

PETROBRAS
TCU investiga atos de conselho sob Dilma
folha.com.br/0629102

PAINEL

Multifocal

Além dos ataques à gestão econômica de Dilma Rousseff, o PSDB concentrará as críticas nas políticas sociais do governo. O presidente do partido, senador Aécio Neves (MG), vai lançar um "plano de superação da crise social", apontando a perda de quase 1 milhão de postos formais de trabalho. Quer explorar o distanciamento do Planalto com as bases petistas e a insatisfação das classes C e D. Marcelo Reis Garcia, que cuidou da área social do programa tucano, coordenará o documento.

Argumento Embora os organizadores do documento da Fundação Perseu Abramo com duras críticas à política econômica do governo não tenham defendido publicamente a saída do ministro Joaquim Levy (Fazenda), membros do PT querem pressionar Dilma a "sair dessa linguagem criada pelo Levy".

Limite "Estamos na defesa do mandato de Dilma. Mas, se nada mudar, teremos a margem de defesa muito diminuída", diz um petista.



Adestrado Da economia Luiz Gonzaga Belluzzo, que ajudou na elaboração do documento da fundação, aduz que o ajuste fiscal não ia dar certo: "Se eu explicitasse para o meu cachorro que se chama John Maynard Keynes, ele entenderia. Era só saber aritmética elementar".

Operação abafa Diante da instabilidade da base e da possibilidade de adiar a votação da agenda na reforma eleitoral, o Planalto informou a deputados que as medidas sairiam em edição extra do Diário Oficial já nesta terça.

No bolso Além do financiamento empresarial, Dilma sinalizou que vetará também a exigência de que a taxa eletrônica imprima o voto. O ISE calcula que haverá um custo adicional de R\$ 1,1 bilhão.

Paz e amor Peemedebistas não gostaram de o líder Leonardo Pictant (R) ter chamado parte do partido de "velha guarda da Margarete". "Se há dois grupos minha velha guarda e a turma da Fanny, de 'Verdades Secretas', que esse comando", diz Giedel Vieira Lima (BA).

■ com Frederico Vasconcelos, Paulo Gama e Thais Arêas

Tiroleio

A denúncia não se baseia em adjetivos, nem em crise econômica. Está alterçada na Constituição Federal e na legislação vigente.

DE JAVIERA PACHECO / que critica a proposta de impeachment, sob o estímulos de Dilma (agora) e do TCU (na foto) no âmbito da reforma eleitoral.

contraponto

Claque comunista

Em seu ato de filiação ao PMDB, sábado, no Tupa, a senadora Maria Siqueira (SP) deixou para agradecer a presença de representantes do PC do B no final de seu discurso. Antes de ela terminar, gritaram da plateia: — Não esqueça do Orlando Silva! Eduardo Paes, prefeito do Rio de Janeiro, brinca: — Está contraindo gente de outro partido, deputado? Orlando Silva (PC do B-SP) respondeu: — Imagina! É que sou popular mesmo. Paulo Skaf, presidente da Fiesp, completou: — Se contraindo, Orlando escolheu bem. Foi Márcio Toledo, marido da estrela da festa, quem gritou.

BRASIL EM CRISE

Modelo que fez a economia crescer se esgotou, diz Dilma

Em discurso na ONU, presidente reconhece dificuldades e defende ajuste

Pronunciamento tenta combater desconfiança de estrangeiros ao dar ênfase à estabilidade das instituições políticas

THAIS HELENY DE SOUZA VIEIRA
MARCIA MENDS
MARCIA DÍAZ
ENVIADA ESPECIAL DA NINJA VIBE



A presidente Dilma antes de seu discurso nas Nações Unidas

A presidente Dilma Rousseff disse nesta segunda-feira (28) que o modelo que ajudou a economia brasileira a crescer nos últimos anos se esgotou e reconheceu que problemas internos contribuíram para as dificuldades atuais.

Em discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), a presidente voltou a defender as medidas adotadas para estimular a economia desde a crise internacional de 2008, mas disse que não há mais como mantê-las.

"Esse esforço chegou a um limite, tanto por razões fiscais internas como por aquelas relacionadas ao quadro externo", afirmou Dilma na ONU.

Em pronunciamento divulgado na internet no 7 de Setembro, a presidente já havia reconhecido que as políticas adotadas durante o seu primeiro mandato podem ter servido para aliviar a crise.

Mas Dilma justificou essas medidas dizendo que seu objetivo era proteger a economia do país, preservando empregos e investimentos, argumento que ela voltou a usar nesta segunda na ONU.

Da mesma forma, a presidente continuou atribuindo as dificuldades atuais a mudanças ocorridas na conjuntura internacional, como a queda nos preços das matérias-primas e a lenta recuperação da economia mundial.

"A desvalorização cambial e as pressões recessivas produziram inflação e forte queda da arrecadação, levando a restrições nas contas públicas", afirmou Dilma na ONU.

A presidente defendeu a nova pacote fiscal apresentado pelo governo ao Congresso, que prevê corte de R\$ 26 bilhões em despesas e aumento de impostos, incluindo uma restrição de um imposto sobre operações financeiras como a antiga CPMF.

Dilma voltou a dizer que o país vive "um momento de transição para outro ciclo de expansão" e que o pacote vai "reorganizar o quadro fiscal" e "reduzir a inflação", permitindo retomar o crescimento.

ESTABILIDADE

A popularidade de Dilma despenca desde o início de seu segundo mandato, em janeiro, quando a presidente se viu obrigada a adotar medidas de austeridade para equilibrar as contas públicas e se afastou do discurso da campanha eleitoral de 2014.

Suas dificuldades aumentaram neste mês, quando o governo começou a negociar com o Congresso o Orçamento do próximo ano e o país pagou o selo de bom pagador confiado pela agência internacional de classificação de risco Standard & Poor's.

Num discurso mais conciliatório que os feitos por ela na ONU e seus anteriores, Dilma deu ênfase à estabilidade política do Brasil. Na tentativa

“Por seis anos, adotamos um amplo conjunto de medidas reduzindo imposto [...] Esse esforço chegou no limite, tanto por razões fiscais internas como por aquelas relacionadas ao quadro externo”

“A desvalorização cambial e as pressões recessivas produziram inflação e forte queda da arrecadação, levando a restrições nas contas públicas”

Dilmistas temem que Levy esteja forçando saída

DE BRASÍLIA

Assessores presidenciais avaliam que o ministro Joaquim Levy (Fazenda) "está esfriando a corda" ao insistir em críticas públicas à "ambigüidade" do governo na área fiscal e na defesa de mais cortes. No Planalto, o temor de alguns é que Levy acabe com prometoando sua permanência. Nas palavras de um interlocutor da presidente, ele pode ser "inutilizável" e sair no pior momento tanto para o governo como para ele, ficando com a imagem de derrotado. Apesar de reconhecerem que as avaliações de Levy têm procedência, auxiliares dizem que ele erra em ficar só batendo na tecla do ajuste e que deveria estar buscando melhorar o clima da economia para a volta do investimento.

Nesta segunda (28), causou desconforto a entrevista de Levy ao jornal "Valor", na qual defendeu mais cortes e criticou o envio ao Congresso da proposta do Orçamento de 2016 com déficit, que levou à perda do grau de investimento por parte de uma agência. Um auxiliar disse que Dilma reconheceu que Levy estava certo ao lançar a segunda fase do ajuste, mas que ele deveria estar empenhado em ajudar a aprovação e não ficar fazendo críticas ao governo.

"Tinha gente que achava que o 'dovogador' estava no prego e que, portanto, podíamos ser complacentes", disse o ministro na entrevista. Interlocutores de Levy negam que sua intenção seja sair do governo. Seu objetivo, dizem, seria acelerar a aprovação do ajuste e ele não estaria falando só ao governo, mas principalmente para a sociedade, porque um "problema real" que afeta a todos. Insistir na importância do ajuste, segundo Levy disse a interlocutores, é papel do ministro da Fazenda e ele não é isso como extrapolar suas funções. (VALDO CRUZ E NATUZA MENEZ)



Presidente Dilma em vídeo divulgado no Site de Setembro

“Se cometemos erros, e isso é possível, vamos superá-los e seguir em frente”

em discurso para Rio de Janeiro (R-1), em 14 de julho em vídeo em rede social

“Talvez o meu erro foi não ter percebido [...] que a situação seria tão ruim como se descreveu”

em entrevista coletiva de imprensa, no 24 ago.

va de combater a desconfiança crescente que o país desperta no público estrangeiro.

A presidente afirmou que os avanços dos últimos anos no país foram obtidos "em um ambiente de consolidação e de aprofundamento da democracia" e disse que o Brasil "vai continuar trilhando o caminho democrático".

A frase, que não corresponde à versão do discurso distribuída pelo Palácio do Planalto aos jornalistas antes que ela começasse a falar, foi interpretada por aliados como um recado indireto aos políticos que defendem a abertura

de um processo de impeachment contra Dilma. A presidente também defendeu o combate à corrupção no discurso na ONU, afirmando que o Estado brasileiro "tem sido escrutinado e de aprofundamento da democracia" e disse que o Brasil "vai continuar trilhando o caminho democrático".

"O governo e a sociedade brasileiros não toleram e não tolerarão a corrupção", afirmou Dilma.

■ LEIA MAIS nas pág. A11 e A12

A12 mundo ★ ★ ★ TERÇA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 2015

FOLHA DE S. PAULO

Dilma critica ONU por inépcia em crises

Em discurso, presidente diz que falhas do organismo com terrorismo e refugiados expõem necessidade de reforma

Brasileira usa abertura da Assembleia-Geral para retomar pleito do Brasil por ampliação do Conselho de Segurança

DE SÍDNEY

A presidente Dilma Rousseff usou seu discurso de abertura da Assembleia-Geral da ONU, nesta segunda-feira (28), para criticar a inabilidade da ONU em enfrentar o Estado Islâmico e a crise de refugiados e, assim, justificar a necessidade de ampliação do Conselho de Segurança.

"A multiplicação de conflitos regionais, alguns com alto potencial destrutivo, assim como a expansão do terrorismo que mata homens, mulheres e crianças, destrói patrimônio da humanidade e expulsa de suas comunidades milhões de pessoas mostram que a ONU está diante de um grande desafio", declarou.

O principal pleito do Brasil na ONU é obter um assento permanente no Conselho de Segurança, lado a lado com o poder de decidir sobre intervenções armadas e que desde sua criação conta com apenas cinco países com poder de veto (EUA, Reino Unido, China,

Rússia e França). Com Alemanha, Índia e Japão, o Brasil compõe o G4, que defende a reforma do organismo para ampliá-lo.

Dilma afirmou que a ONU não conseguiu "o mesmo êxito" obtido na área da sustentabilidade, por exemplo, na questão da segurança coletiva. "Que esteve na origem das suas preocupações".

"Não se pode ter complacência com tais atos de barbárie, como aqueles perpetrados pelo chamado Estado Islâmico e por outros grupos associados. Esse quadro expõe, em boa medida, a crise dos refugiados pela qual passamos atualmente a humanidade", afirmou.

APLAUSOS

A presidente foi aplaudida ao reiterar que o Brasil está aberto a receber refugiados. "Recebemos sírios, haitianos, húngaros e roumões de todo o mundo, assim como afgãos, há mais de um século, milhões de europeus, árabes e asiáticos", citou.

A plataforma, composta por chefes de Estados e diplomatas dos 193 países-membros, também se manifestou quando Dilma defendeu a criação de um Estado palestino "que

conviva pacífica e harmonicamente com Israel". Ela disse que "não é tolerável a expansão de assentamentos nos territórios ocupados".

Em outra passagem, foi aplaudida ao defender o fim do embargo americano a Cuba. Segundo a presidente, a América Latina "se orgulha" com o restabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, gesto "que põe fim a um contencioso derivado da Guerra Fria".

A presidente fez um discurso sucinto, ao contrário de anos anteriores, e majoritariamente dedicado a temas internacionais — em meias do país para conter a mudança do clima, anunciadas na véspera, ocuparam quase um terço de sua fala.

Mas Dilma abordou também a situação doméstica (leia na pág. A4), admitindo falhas internas que levaram à crise atual e às instáveis plateias de estadistas estrangeiros, que o país é uma democracia consolidada, com uma economia "sólida e resiliente". **THIAGO BILACER, MARCELO NUNO (FOLHA ONLINE)**



Dilma Rousseff e Barack Obama na Assembleia-Geral da ONU

MA INTERNET
Leia a análise de Clóvis Rossi sobre o discurso
folha.com.br/1687495

CONSELHO REGIONAL DE PSICÓLOGOS E TERAPIA OCUPACIONAL DO RIO DE JANEIRO - CRP/RJ

CONVOCADO PARA EXERCERER O CARGO DE PRESIDENTE DO CRP/RJ PARA O PERÍODO DE 01/10/2015 A 31/09/2016. O CRP/RJ é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 07.043.208/0001-00, com sede na Rua da Assembleia, nº 100, Centro, Rio de Janeiro, RJ. O CRP/RJ é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 07.043.208/0001-00, com sede na Rua da Assembleia, nº 100, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

EDITAL DE COMODATÁRIO

EDITAL DE COMODATÁRIO Nº 001/2015. O Edital de Comodatário nº 001/2015, publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo em 22/09/2015, tem por objeto a concessão de comodato para a utilização de espaço físico para a realização de atividades de interesse público.

TERMO DE APROVAÇÃO DE PROPOSTA

TERMO DE APROVAÇÃO DE PROPOSTA Nº 001/2015. O Termo de Aprovação de Proposta nº 001/2015, publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo em 22/09/2015, tem por objeto a aprovação da proposta apresentada pelo interessado para a realização de atividades de interesse público.

AVISO

A COMPANHIA DE SANAMENTO DE ALAGOAS – CASAL, através da CPL/CASAL, torna público que a lotação CONCORRÊNCIA TÉCNICA E PREÇO Nº 02/2015 – CASAL, anteriormente aprovada para o dia 26/10/2015, fica transferida, por motivos técnicos administrativos, para o dia 19/11/2015 na mesma hora e local.

COMISSÃO DE CONSTITUCIONAL

COMISSÃO DE CONSTITUCIONAL Nº 001/2015. A Comissão de Constitucional nº 001/2015, criada pelo Decreto nº 001/2015, tem por objeto a análise de constitucionalidade das leis e atos administrativos.

Secretaria de Estado da Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2015. A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo torna público que a licitação nº 001/2015, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 22/09/2015, tem por objeto a contratação de serviços de saúde.

BRASIL

BRASIL - SERVIÇOS DE TI. A empresa BRASIL oferece serviços de TI para o setor público, incluindo consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas.

COMUNICAÇÃO

COMUNICAÇÃO Nº 001/2015. A Comunicação nº 001/2015, publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo em 22/09/2015, tem por objeto a comunicação de atos administrativos.

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2015. A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania de São Paulo torna público que a licitação nº 001/2015, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 22/09/2015, tem por objeto a contratação de serviços de justiça.

COMPANHIA LUZ E FORÇA DE MOCOCA

COMPANHIA LUZ E FORÇA DE MOCOCA - LUFM. A Companhia Luz e Força de Mocooca oferece serviços de energia elétrica e saneamento básico para o município de Mocooca.

COMUNICAÇÃO

COMUNICAÇÃO Nº 001/2015. A Comunicação nº 001/2015, publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo em 22/09/2015, tem por objeto a comunicação de atos administrativos.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA - JAGE. A Companhia Jaguari de Energia oferece serviços de energia elétrica para o município de Jaguari.

COMPANHIA LUZ E FORÇA DE MOCOCA

COMPANHIA LUZ E FORÇA DE MOCOCA - LUFM. A Companhia Luz e Força de Mocooca oferece serviços de energia elétrica e saneamento básico para o município de Mocooca.

COMUNICAÇÃO

COMUNICAÇÃO Nº 001/2015. A Comunicação nº 001/2015, publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo em 22/09/2015, tem por objeto a comunicação de atos administrativos.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA - JAGE. A Companhia Jaguari de Energia oferece serviços de energia elétrica para o município de Jaguari.

A14 TERÇA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2018

FOLHA DE S.PAULO ★★

mundo

Em final de mandato, Temer vai a reunião da ONU com agenda enxuta

Presidente diz a empresários em Nova York que nenhum candidato coloca democracia em dúvida

Danielle Brand

NOVA YORK Poucos compromissos oficiais aguardam o presidente Michel Temer em sua passagem a jato por Nova York — ele pisou na cidade às 19h45 deste domingo (23) e retorna a Brasília às 14h desta terça (25).

O principal deles é o discurso inaugural da 73ª Assembleia Geral da ONU, marcado para às 19h30 local desta terça. Com isso, Temer mantém a tradição brasileira de abrir os debates gerais da organização e começa a apagar as luzes do seu mandato.

Nesta segunda (24), o único evento oficial do qual o presidente participou foi almoço com cerca de cem empresários oferecido pela Câmara de Comércio dos Estados Unidos. A eles, o presidente afirmou que nenhum dos candidatos que disputam a Presidência colocou em dúvida a democracia no país.

“Eu disse claramente. Hoje não há condições para violar os princípios democráticos. Não tem espaço para autoritarismo”, afirmou. O presidente disse ter vindo a Nova York para dar aos investidores essa ideia de segurança jurídica.

Na terça, antes de subir pela terceira vez ao púlpito da Assembleia Geral como presidente, Temer tem um encontro com o secretário-geral da organização, António Guterres. Pouco depois, a agenda do presidente inclui reunião com o presidente da Colômbia, Iván Duque. A seguir, às 19h, Temer participa de um encontro com líderes do Mercosul. Depois, retorna a Brasília.

Não se sabe exatamente o escopo do terceiro discurso do presidente na ONU, mas não deve fugir muito aos temas abordados na assembleia de 2017, na segunda vez em que Temer inaugurou o principal evento das Nações Unidas.

No dia seguinte, o Temer que falou durante 20 minutos defendeu as “transformações modernizadoras” pelas quais o país passava e que haviam ajudado a superar a recessão. Era também um presidente perante o qual pesavam duas denúncias sobre obstru-

ção de justiça e participação em organização criminosa — ambas enterradas.

Na ocasião, o presidente afirmou ainda que o investidor estrangeiro não precisa se preocupar com o bom funcionamento das instituições do país.

Um ano depois, Temer volta ao palco maior da ONU com um país mergulhado em uma corrida eleitoral cujo resultado é pouco claro para os estrangeiros e que pode ter impacto ainda maior sobre as perspectivas econômicas no

longo prazo, em meio a uma atividade econômica mais fraca que a estimada no início do ano.

No discurso de 2016, o primeiro que fez como presidente, logo após o conturbado processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, Temer abordou, entre outros temas, a questão dos refugiados e migrantes.

Dois anos depois, se decidir tocar no tópico, pode encontrar ouvidos menos acolhedores. O próprio presidente americano, que sobe logo

depois de Temer ao púlpito, adotou uma política de imigração com diferenças marcantes em relação às administrações americanas que o precederam.

Em abril, o governo americano havia adotado uma política de tolerância zero que incluía a separação de famílias flagradas tentando entrar ilegalmente nos EUA pela fronteira com o México.

Crianças foram afastadas dos pais e enviadas a muitos abrigos espalhados por território americano.

Mesmo depois do fim da política, em junho, muitos desses menores continuam longe dos pais.

Mas o tema imigração também é delicado para o próprio Brasil. Com a Venezuela sofrendo com uma grave crise humanitária, muitos venezuelanos tentaram fugir da fome, do desemprego e da pobreza buscando abrigo em território brasileiro.

Em Roraima, se separaram com ataques e perseguições de grupos de brasileiros, forçando o governo a enviar efetivos da Força Nacional para restaurar a ordem no local.

Temer é ausência em recepção oferecida por Trump a líderes

O tradicional jantar oferecido pelo presidente americano em Nova York como homenagem a líderes mundiais que participam da Assembleia Geral da ONU teve na lista nomes como o argentino Mauricio Macri e, entre as ausências confirmadas, a de Michel Temer.

A Folha, o Itamaraty disse que não havia previsão de que o presidente brasileiro fosse participar do jantar oferecido pelo republicano Donald Trump.

A recepção foi na noite desta segunda (24) no Lotte New York Palace Hotel. Trump e a primeira-dama, Melania, receberam chefes de Estado e de Governo no local.

No ano passado, Temer estava entre os convidados do evento, ao lado do então presidente colombiano, Juan Manuel Santos, do panamenho Juan Carlos Varela e da vice-presidente da Argentina, Gabriela Michetti.

A época, Temer disse ter debatido com o americano e os demais líderes presentes o problema enfrentado pelos refugiados venezuelanos. Ao chegar ao evento, foi recebido por prestos de um grupo de dez pessoas.



UMA BEBÊ NAS NAÇÕES UNIDAS

A primeira-ministra da Nova Zelândia, Jacinda Ardern, segura sua bebê Neve, de três meses, durante evento na ONU, em Nova York, nesta segunda (24), um dia antes do início da Assembleia Geral. Det: Emerson/AFIP

ONU quer recursos de empresas para combater escravidão

NOVA YORK A ONU lançou nesta segunda-feira (24) uma estratégia com o objetivo de reunir recursos do setor empresarial para financiar o combate à escravidão moderna e ao tráfico humano e engajar esses atores nas medidas para enfrentar o problema.

A iniciativa tem entre os principais mentadores o bengali Muhammad Yunus, prêmio Nobel em 2006 por criar o Grameen Bank, instituição de microcrédito.

“A pobreza não é criada pelos pobres, e sim pelo sistema que é criado em torno da pobreza. Sem oportunidades, as pessoas são obrigadas a deixar o lugar que estão em bus-

ca de uma vida melhor”, afirmou o economista.

A iniciativa, acrescentou, é importante para falar sobre o tema. “Podemos esperar alguma atenção para o que está acontecendo, falar sobre os assuntos fundamentais por trás disso, por que as pessoas se movem de um lugar para o outro. Porque elas não têm nenhuma vida”, disse Yunus.

Ele também espera que a estratégia ajude a levantar recursos para combater o trabalho escravo. “É para ajudar a resolver o problema que eles enfrentam, que é um problema para todos”.

O jornalista brasileiro Leonardo Sakamoto, que é um dos comissários da estratégia, diz que a iniciativa busca envolver o setor financeiro global na causa. “Existe um importante papel a ser desempenhado pelo setor empresarial, em vários lugares do mundo”, disse.

Sakamoto é presidente da Repórter Brasil, organização que busca identificar e divulgar violações aos direitos trabalhistas e ao meio ambiente.

“A ideia é buscar uma forma de envolvimento do setor financeiro para combater o trabalho escravo e o tráfico de seres humanos”, afirmou o jornalista.

A estratégia se insere no objetivo de acelerar a mobiliza-

ção financeira para cumprir a agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável.

Como parte da estratégia, as Nações Unidas vão aproximar formuladores de políticas e reguladores financeiros, assim como ONGs e outros participantes. Eles vão trocar informações e experiência em instrumentos financeiros inovadores e boas práticas.

Sakamoto afirmou que isso será feito utilizando as tecnologias para combater o tráfico de dinheiro e ao tráfico de drogas e adaptando para o trabalho escravo.

“Metodologias que já são usadas no sistema financeiro para detectar quando alguém

está lavando dinheiro podem ser usadas para detectar quando alguém está explorando o trabalho alheio”, afirmou.

Os participantes vão se reunir até julho do ano que vem para debater como melhorar o engajamento e o financiamento às causas.

O Secretariado-Geral da ONU vai formular um mapa de ação para três anos com iniciativas, trabalhando em cima de atividades atuais e futuras de participantes-chave, para mobilizar investimentos e apoio para financiar a agenda 2030 da organização.

A situação do Brasil contra o combate ao trabalho escravo é citada como um exemplo

a ser seguido em documento que explica a estratégia.

Em 2005, o país lançou o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, em que empresas e entidades privadas se uniram para combater o uso de mão de obra análoga à escravidão na cadeia produtiva de bens e serviços.

Durante o lançamento, Himeia Nagy, nascida na Hungria, falou sobre a experiência de ter sido vítima de tráfico humano, aos 20 anos.

Ela foi enviada ao Canadá e ficou sob poder de mafiosos. “Tentei conseguir ajuda, ninguém acreditava em mim. Levei 15 anos para reconstruir minha vida”, contou. Det: Emerson/AFIP



Sindicatistas se reúnem na praça de Maio, em Buenos Aires. Daniela Dopazo/Noticias Argentinas/AFIP

Sindicalistas protestam na Argentina antes de greve

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES Bloqueios de ruas e passeatas pelas ruas de Buenos Aires se juntaram em frente à Casa Rosada antecederam o primeiro ato da greve geral convocada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) e a Central de Trabalhadores da Argentina (CTA) contra as políticas econômicas do governo do presidente Mauricio Macri.

“Chega de demissões”, “Vote, morena” (apelido da ex-presidente e atual senadora Cristina Kirchner), “Macri, bom dia”, foram alguns dos cartazes que podiam ser vistos.

Com um ato conjunto iniciado pouco depois das 16h, sindicalistas que pertencem às duas centrais concordaram em realizar nesta terça-feira (25) uma greve geral.

Entre os principais serviços afetados estão os transportes

— metrô, ônibus, voos nacionais e internacionais —, comércio, distribuição de produtos por meio de caminhões, escolas, repartições públicas, bancos, coleta de lixo, supermercados. Na área de saúde pública, estarão abertos apenas os pronto-socorros.

Os trabalhadores reclamam da política de ajustes que o governo vem promovendo, com a retirada paulatina dos subsídios das principais tarifas e que deve se acentuar caso seja aprovado o novo projeto de Orçamento, enviado desde o Executivo ao Congresso e que se encontra em debate.

Os manifestantes também carregavam cartazes contra o FMI, justamente nos dias em que o Macri e Christine Lagarde, diretora-gerente da entidade, devem se encontrar nos EUA. O governo quer renegociar o empréstimo já acertado de US\$ 2,5 bilhões (R\$ 24,5 bilhões), por uma ainda maior.

“Vão nos endividar até nossos netos”, dizia Adolfo Félix, 63, professor de uma escola de Zárate, presente ao ato.

Havia pedidos dos sindicalistas aos congressistas e governadores peronistas moderados (os não kirchneristas), que até agora seguem apoiando o governo, por um forte pressão de sua base eleitoral.

“Este não é só um ato contra Macri, fazemos um chamado aos peronistas que ganharam eleições com Carlos Menem, Perón e Evita, mas que agora vão aprovar esse Orçamento que prejudica os trabalhadores”, disse o líder dos caminhoneiros, Pablo Moyano.

O Orçamento enviado ao Congresso busca atingir a meta de déficit zero exigida pelo FMI, e por conta disso prevê cortes significativos em gastos sociais. Os trabalhadores também protestaram contra a volta à discussão da reforma trabalhista.

ANEXO A Q – CAPA FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 26/09/2018

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 98 * Nº 32.683

QUARTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2018

EDIÇÃO SP/DF * CONCLUÍDA ÀS 04H48 * R\$ 4,00

Ilustrada C1
Em paralelo a Bienal anódina, circuito se mostra incandescente

Esporte B6
Corinthians e Palmeiras tentam hoje vaga na final da Copa do Brasil



Obra de Carlos Zilio, na mostra 'At-50 Anos', no Instituto Tomie Ohtake

Bolsonaro ameaçou sua ex-mulher, diz documento

Segundo Itamaraty, Ana Cristina Valle afirmou que temia ser morta; ela nega



Donald Trump reage às risadas da plateia durante seu discurso na Assembleia Geral da ONU, em Nova York. L. H. M. / G. / G. / G.

Ex-mulher de Jair Bolsonaro (PSL), Ana Cristina Valle, afirmou ao Itamaraty que foi ameaçada de morte pelo deputado, o que a levou a deixar o país, informam Rubens Valente e Marina Dias.

O relato consta de telegrama de 2011 arquivado no ministério. Na época, o hoje presidente e Ana Cristina travavam disputa judicial sobre a guarda do filho.

"A senhora Ana Cristina Siqueira Valle disse ter deixado o Brasil há dois anos [em 2009] por ter sido ameaçada de morte pelo pai do menor", diz o telegrama, assinado pelo então embaixador brasileiro na Noruega, Carlos Henrique Cardim.

Ele disse ter escrito o conteúdo a partir de informações do vice-cônsul do Brasil no país europeu, que teria falado com Ana Cristina.

Hoje candidata a deputada federal utilizando o sobrenome Bolsonaro, Ana Cristina afirma que foi seu marido norueguês, e não ela, quem conversou com o vice-cônsul e que ele "não disse nada disso", em referência à ameaça de morte.

Procurado, Bolsonaro não se pronunciou. Ana Cristina publicou vídeo em que critica a Folha. **Eleições 2018 A4**

Se eleito, deputado aceita que Ilan Gelfand continue à frente do BC Mercado A19

Fracassa reunião entre candidatos do centro em SP

Marina Silva (Rede) e Henrique Meirelles (MDB) desistiram de encontro com Geraldo Alckmin (PSDB) e Alvaro Dias (Pvdemos), articulados pelo advogado Miguel Reale Jr., para tratar da possibilidade de união em torno de candidatura única do centro. **Eleições 2018 A10**

ELEIÇÕES 2018

Maria H. T. de Almeida
Democracia corre risco, que vem da extrema direita A8

Bolsonaro quer educação moral e cívica na escola A9

Folha, UOL e SBT fazem debate com candidatos A10

STF determina prisão do senador Acir Gurgacz A14

'Quem ganhar leva; quem leva respeita as regras', diz Barroso

O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, prega a renovação dos "compromissos democráticos". Há, diz em entrevista à Folha, duas regras: "Quem ganhar a eleição, leva. E em que respeitar as regras do jogo democrático." **Eleições 2018 A12**

Trump patriótico provoca risos em assembleia da ONU

A plateia reagiu aos autologos do presidente americano, Donald Trump, durante discurso na Assembleia Geral da ONU, em Nova York. Trump rejeitou "a governança global, o controle e a dominação" e defendeu o direito ao isolacionismo. **Mundo A15**

ANÁLISE

Patrícia C. Mello
Em NY, Trump e Temer falam de mundos irreais
Mundo A15

EDITORIAIS A2

Como elas votam
Sobre peso inédito do eleitorado feminino no pleito.

Lentidão no metrô
A respeito de duas novas estações em São Paulo.

CIRCULAÇÃO: 288.420
(Impressos + digitais)
AUDIÊNCIA: 32.236.987
visitantes únicos/mês



Em meio à greve, chefe do BC argentino renuncia

Em meio à greve geral na Argentina, e com a cúpula do governo Mauricio Macri nos EUA, o presidente do Banco Central, Luis Caputo, apresentou sua renúncia.

Segundo a instituição, a motivação é pessoal. O substituto é Guido Sandler, ex-secretário da Fazenda e homem de confiança do ministro Nicolás Dujovne.

Enquanto o presidente Macri discursava na ONU e reunia-se com empresários em Nova York, Buenos Aires viveu a quarta greve geral da gestão, iniciada em 2015.

Foram suspensos serviços de transporte público, aeroportos, bancos, escolas, parte do comércio e coleta de lixo. A saúde funcionou apenas em emergência. **Mundo A17**

A CADA CHERY NÃO PARA DE CRESCER.

111 CONCESSIONÁRIAS EM TODO O BRASIL

CLIENTES 100% SATISFEITOS

COM O MELHOR PÓS-VENDA DO BRASIL, ATESTADO PELO INSTITUTO DE PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR MAIS IMPORTANTE DO MUNDO.

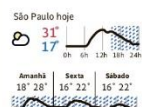
CADA CHERY
QUALIDADE, TECNOLOGIA E DESIGN



Polícia e manifestantes em Avellaneda. Ilustração: AFP

Bill Cosby cumprirá pena de 3 a 10 anos por agressão sexual
Ilustrada C6

ATMOSFERA B2



FOLHA DE S. PAULO ***

QUARTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2018 A15

mundo



O presidente dos EUA, Donald Trump, ri durante seu discurso na Assembleia-Geral da ONU nesta terça Bryan R. Smith/APP

Na ONU, Trump critica globalismo e diz que EUA só doarão a amigos

Americano prega patriotismo como valor máximo, rejeita acordos e ouve risos ao falar em feitos

SÃO PAULO E NOVA YORK. A uma plateia formada por líderes e representantes das 193 nações, o presidente americano, Donald Trump, rejeitou o globalismo, defendeu o patriotismo acima de tudo e afirmou, nesta terça (26), que só países aliados dos EUA receberão dinheiro de Washington.

"Só vamos dar ajuda financeira para quem nos respeita e, sinceramente, é nosso amigo", afirmou o americano em seu discurso na Assembleia-Geral da ONU, em Nova York. No discurso recheado de autologos, Trump rejeitou "a governança global, o controle da dominação" e defendeu o direito ao isolacionismo, afirmando preferir o patriotismo ao globalismo.

"O EUA não vão dizer como cada um deve viver, trabalhar ou crescer, mas os outros países devem respeitar a soberania americana", afirmou ele, que criticou as negociações para um acordo internacional para a questão migratória.

O americano voltou a fazer ataques a órgãos internacionais, incluindo o Tribunal Penal Internacional e o Conselho de Direitos Humanos da ONU (do qual os EUA saíram). Logo no início de seu discurso, provocou riso involuntariamente na plateia ao afirmar que seu governo conseguiu mais sucesso em dois anos do que qualquer outra gestão anterior. "Eu não esperava essa reação, mas ok", respondeu após as risadas.

Trump foi mais ameno do que no provocativo discurso de estreia na Assembleia-Geral da ONU, no ano passado, quando ameaçou destruir a Coreia do Norte e criticou Irã, Cuba e Venezuela.

Embora tenha voltado a reclamar de Teerã e Caracas, elogiou o regime norte-coreano e agradeceu ao ditador Kim Jong-un pela melhoria da relação entre os países — Índia, Arábia Saudita, Polônia e Israel também ganharam elogios do americano.

"Dialogamos com a Coreia do Norte para descartar a possibilidade de conflito, em um movimento ousado e corajoso", disse. "Conseguimos avanços inimagináveis há pouco, misseis não estão voando mais, instalações nucleares já estão sendo destruídas".

Embora a negociação prosiga, não há prova, por ora, da desnuclearização do país. Ao chegar à sede da ONU, Trump afirmou a jornalistas que estava ansioso para desenvolver uma boa relação com o Irã, mas que isso só irá acontecer quando Teerã "mudar o tom". No discurso, porém, o país foi o principal alvo. "Os líderes iranianos buscam caos, morte e destruição. Querem riqueza e espalhar a loucura no Oriente Médio e no mundo. Mandam seus aliados para estimular guerra", afirmou, em uma alusão ao conflito na Síria.

O ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, também ganhou a atenção do americano. "Todas as nações do mundo devem resistir ao socialismo e à miséria que ele traz".

Temer critica unilateralismo e vê país melhor que antes

Danielle Brandt

NOVA YORK. O presidente Michel Temer usou seus 21 minutos de discurso na abertura da Assembleia-Geral da ONU — seis a mais que o previsto — para criticar "recadas unilaterais" e a intolerância e para reafirmar que o Brasil é uma "democracia vibrante, lastre-



Michel Temer espera para discursar Spencer Platt/Getty Images/APP

ada em instituições sólidas". As 9h45 (26h45 em Brasília), Temer subiu pela terceira vez ao púlpito da Assembleia-Geral como presidente, mantendo a tradição do Brasil de abrir o debate do órgão.

"Reavivam-se velhas intolerâncias. As recadas unilaterais são cada vez menos exceção", afirmou Temer.

"O isolamento pode até dar uma falsa sensação de segurança. O protecionismo pode até soar sedutor. Mas é com abertura e integração que alcançamos a concórdia, o crescimento, o progresso", disse, em aparente alusão a Trump. "Temos que permanecer coesos em torno desta obra coletiva que é erguer um mundo em que predominem a paz, o desenvolvimento e os direitos humanos. Nada conseguiremos sozinhos".

Para Temer, isso só será obtido com o fortalecimento da ONU. "Precisamos torná-la mais legítima e eficaz". Ele disse que o organismo precisa de reformas, especificamente o Conselho de Segurança (CS) — reivindicação antiga do Brasil, deixada em segundo plano por Temer e por sua antecessora, Dilma Rousseff.

"Como está, [o CS] reflete um mundo que já não existe mais", afirmou, aludindo ao fato de apenas cinco países (EUA, Rússia, China, Reino Unido e França, os vencedores da 2ª Guerra Mundial, têm direito a veto no órgão).

A citação ocorre em um momento em que o mundo observa um aumento do protecionismo, em meio a uma disputa comercial entre EUA e China que eleva a aversão a risco nos mercados financeiros, e que o governo de Donald Trump abandona pactos internacionais.

Temer também usou seu discurso para tentar minimizar os riscos das eleições presidenciais no Brasil, dizendo que a alternância no poder é a "alma mesma da democracia". "E a nossa é uma democracia vibrante, lastreada em instituições sólidas".

Para Temer, o país que ele entregou ao próximo presidente "é melhor do que aquele que recebi". "Muito ainda resta por fazer, mas voltamos a ter rumo", disse, dizendo ter a sensação do dever cumprido.

Temer afirmou à plateia que o Brasil disse não ao populismo e venceu a pior recessão da história, "com severas consequências para a sociedade, sobretudo para os mais pobres".

A crise migratória na Venezuela, que já trouxe ao Brasil mais de 120 mil venezuelanos (dos quais pouco menos da metade permanece no país) e espalhou mais de 2 milhões deles pela região, foi citada pelo presidente, que afirmou que o Brasil tem recebido "todos os que chegam" ao país. "Com a colaboração do Alto Comissariado para Refugi-

ados, construímos abrigos para ampará-los da melhor maneira. Temos promovido sua interiorização para outros regiões do Brasil. Em últimos documentos que os habilitam a trabalhar no país, oferecemos escola, vacinação e serviços de saúde para todos".

O conflito israelo-palestino, como praxe, foi lembrado com apoio à solução de dois Estados, assim como uma saída diplomática para as Coreias do Sul e do Norte, tecnicamente em guerra desde 1953.

Temer lembrou ainda as negociações da Agenda 2030 de desenvolvimento da ONU e o Acordo de Paris, abandonado por Trump. "São verdadeiros marcos, que nos colocam no caminho do crescimento econômico com justiça social e respeito ao meio ambiente".

Americano quebra protocolo e se atrasa

Em uma quebra de protocolo, o americano Donald Trump se atrasou para seu discurso na Assembleia-Geral da ONU e acabou sendo apenas o terceiro líder a discursar, após os presidentes do Brasil, Michel Temer, e do Equador, Lenin Moreno — tradicionalmente o presidente americano é o segundo, imediatamente após o brasileiro.

Sucessos descritos por líderes na ONU inexistem no mundo real

ANÁLISE

Patrícia Campos Mello

Enquanto o discurso do presidente americano, Donald Trump, foi um desafio contra a ONU e toda instituição multilateral, como previsto, a fala de Michel Temer soou como música aos defensores da combatida ordem global. "Rejeitamos a ideologia do globalismo e abraçamos a doutrina do patriotismo", discursou Trump, que chamou o Conselho de Direitos Humanos da ONU de vergonha e disse que o Tribunal Penal Internacional não tem legitimidade.

Em contraste, Temer descreveu o Brasil como um país que, diante do isolacionismo, propõe mais abertura e integração e, diante do unilateralismo, diplomacia.

Pena que esse paladino das instituições multilaterais esteja em fim melancólico de mandato, com rejeição acima de 90%. E que várias das vitórias listadas por Temer sejam pouco precisas.

Trump teve a desfaçatez de agradecer aos países vizinhos à Síria por acolher refugiados da guerra civil e dizer que lá é o melhor lugar para essas pessoas ficarem. "Como vemos na Jordânia, a política mais compassiva é manter os refugiados o mais perto possível de casa".

Países em desenvolvimento abrigam 85% dos refugiados do mundo. Líbano e Jordânia, cuja renda per capita é bem inferior aos EUA, têm 986 mil e 672 mil refugiados sírios, respectivamente, e frequentemente pedem ajuda de nações mais ricas para reassentamento. Sob Trump, os EUA reduziram de 45 mil para 30 mil a cota de refugiados reassentados ao ano.

Já Temer fala que o Brasil tem "orgulho de nossa tradição de acolhimento". E descreve o esforço do governo federal para receber cerca de 55 mil venezuelanos com abrigos, trabalho e escolas.

De fato, o governo federal tem acolhido venezuelanos. No entanto, a governadora de Roraima, Suelly Campos (PP), acaba de fechar acordo com o ditador venezuelano Nicolás Maduro para devolver os migrantes, em re-

tução que incluiu representante da Casa Civil de Temer. Trump rejeitou o Pacto Global para Migração, dizendo que cada país tem direito à própria política migratória segundo seus interesses.

Para ele, a solução é cada um na sua casa. "A única solução de longo prazo é ajudar as pessoas a construir futuros em seus países".

Não que essa ajuda deva ser de graça — para Trump, é escambo. "Os EUA são os maiores provedores de ajuda externa, mas poucos países dão algo em troca".

Temer defende o pacto global e fala do dever de proteger os refugiados. No entanto, esquece a promessa feita em sua primeira participação na Assembleia-Geral da ONU, em 2010, de receber mais 3,000 sírios, inconclusa.

Em relação à Venezuela, a diferença de tom é gritante. Trump cita a milhões fugindo das "aflições causadas pelo socialista Maduro", pede ação e anuncia sanções.

O Brasil não adota sanções unilaterais, e o Grupo de Lima, que reúne países vizinhos, rejeita a via militar.

"Mas sabemos que a solução só virá quando a Venezuela reencontrar o caminho da democracia e do desenvolvimento", disse Temer, em frase calibrada para não sugerir intervenção externa.

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 99 ★ Nº 33.046

TERÇA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 2019

EDIÇÃO SP/DF ★ CONCLUÍDA ÀS 23H58 ★ R\$ 5,00

Congresso pode rejeitar vetos a abuso de autoridade

Irritado com a operação da Polícia Federal que mirou o líder do governo no Senado, o Congresso antecipou para hoje a sessão em que deve votar uma série de vetos do presidente Jair Bolsonaro, inclusive aqueles feitos ao projeto de abuso de autoridade. A eventual derrubada seria uma derrota para o ministro da Justiça, Sérgio Moro, a quem a PF está subordinada. Poder A4

Cobrança por emendas adia voto da Previdência

Mercado A14

Uma reforma palavrosa

Se aprovada, proposta da nova Previdência será a maior mudança na Constituição de 88, em número de palavras

Mercado A14



Esporte B7 Messi, o melhor (6x)

Lionel Messi, 32, foi escolhido pela Fifa o melhor jogador do mundo pela sexta vez e se tornou o maior vencedor do troféu no futebol masculino, superando seu principal concorrente, Cristiano Ronaldo. O brasileiro Alisson foi eleito o melhor goleiro.

Esporte B7 Há 50 anos, bolada mudava os rumos da carreira de Tostão

Ilustrada C6 Morte de modelo faz SP Fashion Week voltar ao Ibirapuera

Bolsonaro vai à ONU para se defender sobre Amazônia

Em discurso, presidente tentará mostrar que está comprometido com floresta

O discurso de Jair Bolsonaro (PSL) que abre hoje os debates da Assembleia Geral da ONU será centrado em rebater críticas à política ambiental do país, sob argumento de proteção da soberania. Servirá ainda para vender a imagem de que o Brasil está comprometido em combater o desmatamento.

O presidente chegou ontem a Nova York. Diante da mobilização internacional por ações para conter as mudanças climáticas, ele deve adotar tom moderado, também para evitar novas rixas com outros líderes — a Amazônia motivou atritos com o francês Emmanuel Macron e a alemã Angela Merkel.

Além da questão ambiental, é provável que Bolsonaro vá fazer críticas aos regimes ditatoriais da Venezuela e de Cuba, como sinal de apoio ao opositor e autodeclarado presidente interino venezuelano, Juan Guaidó. O Planalto não espera manifestações ou protestos intensos durante a fala.

Ainda em recuperação de cirurgia feita no dia 8, o presidente terá uma agenda limitada e passará pouco mais de 30 horas nos EUA. Encontros bilaterais foram cancelados. Estava prevista apenas uma visita a Rudolph Giuliani, ex-prefeito novo iorqueño e advogado de Donald Trump. Mundo A10

Itamaraty impede discurso de governador do Amapá em NY B6

Crise é isolada e não afasta o investidor, diz chefe da S&P A17



'LULA LIVRE' SUPERA 'MITO' NA ICONOGRAFIA DOS GABINETES DA CÂMARA

Panfletos em defesa do ex-presidente (esq.) estão presentes em 40 portas; apenas 5 gabinetes de parlamentares do PSL fazem menção a Jair Bolsonaro Poder A6

Pablo Ortellado Olavismo reflete bolivarianismo de direita

Instituições completamente submetidas ao Poder Executivo e instituições formadoras de valores controladas ideologicamente. Não podia ser mais parecido com Venezuela de Maduro. Opinião A2



Caixão não é palanque, afirma Witzel

Dois dias após a morte da menina Ágatha Vitória Sales Félix, 8, no Complexo do Alemão, no Rio, o governador Wilson Witzel (PSC) se manifestou sobre o episódio, dizendo que não pode ser usado como "palanque eleitoral" ou com o objetivo de obstruir votações como a do pacote anticrime.

"É indecente usar um caixão como palanque, especialmente de uma criança", disse. Para Witzel, o caso não deve impedir a ampliação do excludente de ilícito, proposta de Sérgio Moro para reduzir pena de policial que agir com excesso de zelo a "escusável medo, surpresa ou violenta emoção".

Em depoimento, o motorista da Kombi que transportava a menina disse que um policial disparou em direção ao veículo e que não estava ocorrendo um tiroteio, como relatou a PM. Cotidiano B1

Italo Nogueira
Só pensa em morte, mas crítica política do caixão B1

Netanyahu e oposição concordam em negociar coalizão em Israel A12

Paulo Guedes volta a defender tributação sobre pagamentos A15

Bolsonaro é pressionado a não assinar prêmio dado a Chico Buarque C4

EDITORIAIS A2

A morte de Ágatha Sobre incentivo de autoridades à violência policial.

Ombudsman, 30 Accusa de representante dos leitores da Folha.

AUDIÊNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 210.713.277
VISITANTES ÚNICOS 26.648.836



TIGGO SX
MOTOR TURBO FLEX 1.5 "HIGH PERFORMANCE"
CÂMBIO AUTOMÁTICO DUPLA EMBREAGEM "DUAL CLUTCH"

AR-CONDICIONADO DE PRECISÃO

AUTO HOLD
O SUPRASSUMO DA TECNOLOGIA.

COMPARATIVO DA HISTÓRIA
O MAIOR COMPARATIVO DA HISTÓRIA

QUATRO RODAS

TIGGO SX CONQUISTA PORTUGAL NA SÚPERA SUPERANDO: HYUNDAI Creta, HONDA HR-V, JEEP RENEGADE e OUTROS.

Jornal do Carro
COMPARATIVO CONFIRMA:
TIGGO SX SUPERA AUDI Q3

NOTA 86,0 NOTA 80,5

FORTE JORNAL DO CARRO - O ESTADO DE S. PAULO - 1 DE MAIO DE 2019 - ANO 27 - Nº 366

É a origem do Tiggo SX e um marca 39

5 ANOS GARANTIA

No máximo, até sentido à vida.

Veja na página 7.

CADA CHERY
QUALIDADE, TECNOLOGIA E DESIGN

Incorporadora Esser tem imóveis de sócios leiloados

Com dívidas de R\$ 400 milhões, Raphael e Alain Horn, donos da Incorporadora Esser, terão bens leiloados por determinação judicial. Ao menos outros 500 imóveis da Esser foram penhorados. Empresa afirma que crise financeira depreciou valor de seus ativos. Mercado A13

Sabesp diz que vai reduzir esgoto de Guarulhos no Tietê

Segundo acordo firmado ontem, a meta é ampliar o tratamento de esgoto da segunda maior cidade do estado, grande poluidora do rio, de 10% para 32% até o fim de 2020. Projetos anteriores naufragaram, travando o saneamento do município. Cotidiano B5

A10 TERÇA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 2019

BRASIL

Na defensiva, Bolsonaro chega a NY para atenuar desconfiança

Discurso na Assembleia Geral da ONU servirá para rebater críticas sobre Amazônia

Bruno Boghossian e Marina Dias

NOVA YORK Jair Bolsonaro chegou à Assembleia Geral da ONU na contramão de alguns dos principais líderes mundiais presentes no encontro.

Num momento marcado pelas cobranças de ações ordenadas contra a mudança climática, o Brasil surge na defensiva e busca amenizar a desconfiança internacional provocada por declarações recentes do presidente.

O discurso de Bolsonaro na manhã desta terça (24) — todos os anos, cabe ao líder brasileiro fazer a abertura dos debates — deve ser marcado por esforço em rebater críticas em relação à política ambiental do país, sob argumento de proteção da soberania nacional.

Servirá ainda para vender a imagem de que o país tem compromissos contra o desmatamento e é favorável ao desenvolvimento sustentável.

No meio do ano, a missão do Brasil na ONU emitiu ao Itamaraty pontos do dossiê da agenda internacional que poderiam ser aproveitados como base do discurso do presidente. Entre os temas, direitos humanos, desenvolvimento sustentável e acordos de paz.

Diferentemente de anos anteriores, no entanto, diplomatas brasileiros, que elaborou sua fala sob tutela do chanceler Ernesto Araújo, do general Augusto Heleno (GS), do secretário para assuntos internacionais da Presidência, Felipe Martins, e de seu filho, Eduardo Bolsonaro (PSL), escolhido por ele para ser embaixador do Brasil nos EUA.

Bolsonaro, que desembarcou em Nova York no final da tarde desta segunda (23), chegou ao hotel sem falar com a imprensa, no entanto, deu sinais de que pretende adotar um tom moderado para evitar confronto com outros líderes.

Ele ficou sob pressão principalmente depois que o presidente francês, Emmanuel Macron, e a chanceler alemã, Angela Merkel, apontaram o risco de retrocessos na agenda do Brasil para o ambiente.

O tempo protocolar para o discurso será de 22 minutos. A ideia é que o presidente use o máximo do período para tentar defender a tese de que seu governo não conduz política ambiental negligente e que a crise da Amazônia tem sido utilizada como forma de intervir na soberania brasileira.

Segundo diplomatas, Bolsonaro dirá que o país não tolera crimes ambientais e que as queimadas e o desmatamento atuais não destoam da média dos últimos 20 anos.

Além da questão ambiental, Bolsonaro deve fazer ainda críticas aos regimes na Venezuela e em Cuba, como sinal de apoio ao opositor e autodeclarado presidente inter-



Jair Bolsonaro chega a Nova York para participar da 74ª Assembleia Geral da ONU. Alan Santos/PR

Países que mais contribuíram para o orçamento da ONU em 2019*

Todos os 193 países-membros cooperam financeiramente. Para este ano, o valor arrecadado totalizou R\$ 11,85 bilhões



*Em valor líquido. Fonte: relatório Avaliação das Contribuições dos Estados-Membros para o Orçamento Ordinário das Nações Unidas para o Ano de 2019

no venezuelano, Juan Guaidó. Como revelou a Folha, a comitiva brasileira pediu a inclusão de dois representantes de Guaidó na sua delegação, o que responsabiliza o Brasil por qualquer ato ou declaração dessas pessoas.

O Planalto não espera manifestações ou protestos inter-

Como funciona o encontro de líderes mundiais

Que é a Assembleia Geral? É um dos seis órgãos da ONU e funciona como um Congresso do mundo. Cada Estado-membro — são 193 — tem direito a um voto, mas seu poder de decisão é bastante limitado, já que a maioria das questões importantes é despachada no Conselho de Segurança.

Que ela faz, então? Uma de suas principais funções é aprovar o orçamento anual da ONU. Esse é um dos poucos tópicos no qual a Assembleia tem poder decisório e não depende de outros órgãos. Também cabe a ela aprovar a indicação do secretário-geral e dos países que vão ocupar as vagas rotativas do Conselho de Segurança. Os nomes, no entanto, costumam ser negociados com antecedência e o plenário da Assembleia apenas os ratifica.

O Conselho de Segurança é o principal órgão? Na prática, sim. Sua função é decidir sobre questões de guerra e paz no mundo, como a imposição de sanções contra países e as autorizações de intervenções. O órgão é formado por 15 membros, sendo 10 rotativos e 5 fixos: EUA, França, Reino Unido, Rússia e China. Eles podem, sozinhos, barrar qualquer decisão. Diferentemente da Assembleia, o Conselho tem poderes para fazer resoluções vinculantes, que não podem ser ignoradas pelos Estados.

tos contra o presidente por parte de delegações estrangeiras durante sua fala.

A expectativa de alguns diplomatas é que Cuba, Venezuela e Nicarágua, por exemplo, possam protestar, como aconteceu com Temer após o impeachment de Dilma.

Integrantes do governo fi-

Apesar os presidentes primários-ministros de cada país votam?

Não. Os chefes de Estado e de governo só vão a Nova York, onde fica a sede da ONU, para a abertura anual da Assembleia Geral. Essa sessão dura uma semana e consiste numa sequência de discursos. Quando os líderes retornam a seus países, quem representa cada Estado é a missão permanente na ONU, comandada por um embaixador e formada por dezenas de diplomatas e assessores.

Quais líderes não devem comparecer neste ano?

Estão fora da lista o presidente da Rússia, Vladimir Putin (que participou pela última vez em 2015), o premiê do Canadá, Justin Trudeau (concentrado na reeleição), o ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, o líder da China, Xi Jinping, o premiê de Israel, Benjamin Netanyahu, o presidente do Irã, Hasan Rowhani, e o ditador norte-coreano, Kim Jong-un.

Por que o Brasil faz o discurso de abertura?

Embora não seja um rito previsto por algum ordenamento, o Brasil abre a Assembleia Geral desde 1947, quando Oswaldo Aranha, então chefe da delegação do país, presidiu a Primeira Sessão Especial. Naquele ano, foi aprovada a criação do Estado de Israel com voto favorável do Brasil.

zaram um esforço prévio de contenção de danos à imagem do Brasil, em especial na questão ambiental. O ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente) viajou aos EUA para encontrar empresários, dirigentes de órgãos internacionais e ministros de outros países.

Um dos objetivos do Plan-

to é retomar a captação de recursos para essa área. Governos estrangeiros, principalmente da Alemanha e da Noruega, interromperam as doações ao Fundo Amazônia por julgar que Bolsonaro não havia adotado compromissos de combate ao desmatamento.

"A vinda dos ministros e do presidente certamente vai esclarecer a realidade sobre o que é a pauta ambiental brasileira, o exemplo que somos de sustentabilidade e o que podemos fazer cada vez mais se houver o compromisso financeiro consistente que foi prometido no âmbito do Acordo de Paris", disse Salles à Folha.

A participação de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU também será um teste para a nova orientação do governo na política externa, que passou a seguir uma visão crítica ao que chama de "globalismo". O termo depreciativo descreve um conceito que orientaria instituições internacionais a interferir na soberania de países e apagar tradições em favor de relações multilaterais.

O Brasil passou, com isso, a priorizar a aproximação mais direta com países específicos, como EUA e Israel. Num evento com chefes de Estado de todo o mundo, Bolsonaro deve manter agenda limitada.

Ele ainda enfrenta restrições médicas depois da cirurgia decorrente da facada que sofreu em setembro de 2018. Por isso, deve passar pouco mais de 30 horas em Nova York. Encontros bilaterais foram cancelados, e seus compromissos oficiais incluem apenas uma visita de cortesia a Rudolph Giuliani, ex-prefeito da cidade e advogado do pessoal de Donald Trump.

Embora as razões médicas sejam citadas como justificativa, a agenda reduzida provocou temor de isolamento entre alguns diplomatas brasileiros. Até a chegada do presidente a Nova York, o Itamaraty não havia sequer confirmado a participação de Bolsonaro no jantar oferecido por Trump nesta segunda. Sobre um possível encontro, Trump se limitou a dizer que Bolsonaro era "um bom homem".

A Assembleia Geral da ONU deve ser marcada por um momento de relação conflituosa entre alguns líderes, embora a dimensão do encontro e sua agenda relativamente flexível permitam que eles circulem sem ouvir críticas diretas.

Bolsonaro esteve ausente, por exemplo, de reunião sobre o futuro da Amazônia organizada por Macron. Na ocasião, o francês voltou a fazer comentários sobre o comportamento do brasileiro nessa agenda. Nesta segunda, Macron publicou em rede social mensagem que reforça sua narrativa de defensor do ambiente.

"Não podemos mais ter agenda comercial centrada na agenda idílica. Nossa agenda comercial focará zero carbono e zero desmatamento."

Outro possível ponto de tensão está na relação entre EUA e Irã, marcada por desconfiança após acusações americanas de que Teerã estaria por trás do ataque a petroleiros na Arábia Saudita. Também está no foco a interação entre o premiê britânico, Boris Johnson, e líderes da União Europeia, na esteira do brexit.

Leia mais na pág. B6

FOLHA DE S. PAULO ***

ONUSIANAS

Países do Tiar aprovam medida contra Venezuela

O chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, participou de reunião que autorizou a ativação do Tiar (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) para enfrentar a crise na Venezuela. A decisão não abre a possibilidade de uma intervenção militar sobre o regime de Maduro, como esperavam apoiadores do opositor Juan Guaidó, e estabelece apenas mecanismo para investigar e julgar grupos ligados ao governo Maduro, ao narcotráfico e a terroristas.

Bolsonaro chega a hotel em Nova York sob pequeno protesto

Um grupo de 12 pessoas protestou contra Jair Bolsonaro na chegada do presidente a Nova York no fim da tarde desta segunda (23). Na esquina da rua do hotel, os manifestantes gritavam palavras de ordem que iam de "Bolsonaro não, Amazônia sim" a "Lula livre". Em frente ao hotel na região de Midtown, três apoiadores aplaudiram a chegada do presidente e sua comitiva.

Ernesto vai a encontro sobre liberdade religiosa

Ernesto Araújo mudou a agenda de última hora e criou uma reunião do Grupo de Lima, que trataria da crise da Venezuela, por um encontro sobre liberdade religiosa com a presença do presidente dos EUA, Donald Trump. O chanceler estava escalado para representar o Brasil, mas mudou a agenda pouco antes do horário marcado. Segundo integrantes da comitiva brasileira, houve uma divisão de tarefas entre Ernesto e o secretário responsável por Américas, Pedro Miguel, que participou do encontro do Grupo de Lima, visto que liberdade religiosa é tema importante para o governo.

Trump vai a hotel de Bolsonaro, e Eduardo se reúne com Bannon

Trump foi nesta segunda ao hotel onde Jair Bolsonaro está hospedado em Nova York, mas não se encontrou com o líder brasileiro, segundo integrantes do Planalto, a comitiva de Bolsonaro foi avisada de que o americano estaria no hotel para outras reuniões, e ainda insiste para que um encontro entre os dois seja marcado. Já Eduardo Bolsonaro, filho do presidente que está na comitiva brasileira, se reuniu com Steve Bannon, líder do movimento conservador The Movement e ex-estrategista da campanha do presidente americano.

Presidente brasileiro usa colar indígena ao sair para jantar

Jair Bolsonaro usou um colar indígena ao sair do hotel em que está hospedado para um jantar em Nova York. Segundo o Palácio do Planalto, o adereço foi um presente da índia Ysani Kalapalo, convidada para integrar a comitiva brasileira na viagem. Bolsonaro deixou o hotel acompanhado de Ysani e, quando as câmeras de TV se aproximaram, abrigou a comitiva e pediu a comitiva a caminhar ao lado dela. Questionado sobre a peça, o presidente não quis dar detalhes.

Reunião serve como sinalização de pautas dos países

João Perassolo

SÃO PAULO Todo mês de setembro, os 193 países-membros da ONU se reúnem na sede da entidade, em Nova York, para um fórum onde serão definidas as pautas a serem tratadas pela diplomacia internacional nos meses seguintes.

No entanto, a Assembleia Geral, que abre nesta terça (24) a sua 74ª edição, não tem poder decisório.

"A ideia é que os países tenham um locus em que se

possa discutir temas e evitar conflitos que gerem guerras. É uma construção constante para a paz", diz Denise Holzacker, professora de Relações Internacionais da ESPM.

Os discursos sinalizam para a comunidade internacional as questões mais importantes para suas nações.

A pauta é definida por funcionários da ONU e por representantes diplomáticos dos Estados. Questões ambientais, de paz e de direitos humanos são constantes.

O Brasil, que sempre faz o discurso de abertura, costuma abordar a Amazônia.

A floresta deve estar no centro das discussões neste ano, pois o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, elenou a crise climática como um dos tópicos principais.

É longe dos holofotes da tribuna, no entanto, que medidas mais efetivas são tomadas. "Os chefes de Estado as delegações se retinem nos bastidores, e aí vemos muitas decisões acontecendo, em encon-

tos que resultam em acordos bilaterais", afirma Rodrigo Gallo, professor de Política e Relações Internacionais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Também aconteceu de as reuniões serem feitas por diversos para acordos futuros.

Na ONU, é o Conselho de Segurança que possui maior força de decisão; diferentemente da Assembleia, tem poder para fazer resoluções que não podem ser ignoradas. Sua principal função é deliberar sobre a

imposição de sanções e o envio de missões de paz.

Apesar da ascensão de líderes populistas, Gallo afirma acreditar que a Assembleia Geral não perderá sua principal característica: o multilateralismo marcado por discursos moderados.

"O que Trump fala repercute no mundo porque é o presidente dos EUA. Mas líderes populistas de outros Estados têm dificuldade de fazer com que seus discursos tenham a mesma força fora do país."

FOLHA DE S. PAULO ***

TERÇA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 2019 A11

mun

‘Ernesto está enganado, Amazônia é problema que afeta todo planeta’

Professor cujo texto foi usado como prova de interesse internacional na floresta contraria leitura de chanceler

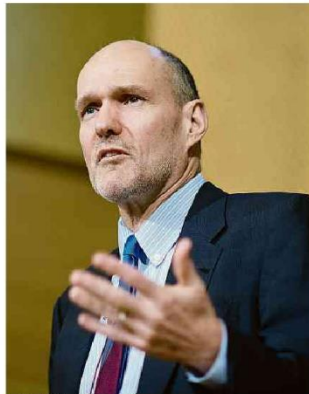
ENTREVISTA
STEPHEN WALT

NOVA YORK No momento em que líderes questionam a atuação de organismos internacionais, a ONU tem limitações, mas ainda dispõe de mecanismos para enfrentar problemas globais, diz Stephen Walt, da Universidade Harvard.

“Se as Nações Unidas não existissem, os problemas globais seriam ainda mais sérios e algo como a ONU precisaria ser reinventado”, afirma.

O professor ganhou notoriedade no Brasil após escrever um artigo cujo título inicial se referia a uma possível intervenção estrangeira na Amazônia. O texto foi usado pelo chanceler Ernesto Araújo como prova de que há atores internacionais interessados em atacar a soberania brasileira.

Walt, porém, diz que Ernesto está enganado. “A preocupação global com o futuro da Amazônia não é uma ‘desculpa’, é um problema válido que afeta países vizinhos e possivelmente todo o planeta”.



Daniel Vogel/CEU

Stephen Walt

Doutor em ciência política pela Universidade da Califórnia em Berkeley e professor de relações internacionais da Universidade Harvard. Autor de ‘Origins of Alliances, Revolution and War’ e ‘The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy’

Seu artigo “Quem vai invadir o Brasil para salvar a Amazônia?”, publicado em agosto, foi usado por Ernesto co-

mo exemplo para a tese do governo brasileiro de que a Amazônia serve como desculpa para outros países limitarem a soberania do Brasil. O sr. concorda? O ministro está enganado. A preocupação global com o futuro da Amazônia não é uma ‘desculpa’, é um problema válido que afeta países vizinhos e possivelmente todo o planeta.

Idealmente esse desafio será enfrentado sem infringir a soberania de qualquer país. E, como o deixei claro no artigo, o Brasil não é o único país que deveria estar fazendo mais.

O título do artigo foi modificado para “Quem vai salvar a Amazônia (e como)”? O sr. solicitou a mudança? Sim, porque o título original causava confusão e frequentemente havia mal entendidos de pessoas que não leram o artigo inteiro. Disse explicitamente que não recomendava ação militar “agora ou no futuro”, mas o título original parecia sugerir o contrário.

O sr. considera que o aumento em queimadas e desmatamento justifica sanções contra o Brasil num momento de crise do multilateralismo? Acredito que as mudanças climáticas representam o problema mais sério para o bem estar da humanidade que enfrentamos no presente.

Se as nações não desenvolverem soluções cooperativas para resolvê-lo, as consequências serão mais severas e o risco de um conflito vai subir. É, portanto, de interesse do Brasil — e de EUA, China, Índia, Rússia e muitos outros — buscar soluções efetivas agora, para evitar problemas muito maiores no futuro.

Jair Bolsonaro e Donald Trump defendem os interes-

ses nacionais acima do multilateralismo. O sr. considera isso uma tendência? Sim, mas ela se baseia em um mal entendido fundamental sobre o que é multilateralismo. Os países não necessariamente abandonam interesses nacionais próprios quando cooperam em instituições multilaterais. Ao contrário, essas instituições são, em alguns casos, uma maneira melhor de se alcançar esses interesses.

O sr. acredita que o multilateralismo e a ordem internacional liberal estabelecida após a 2ª Guerra estão em crise? Qual modelo poderia substituí-la? Não acho que haja crise genuína ainda. É verdade que o esforço dos EUA para tentar transformar a ordem liberal criada durante a Guerra Fria numa ordem verdadeiramente global foi um fracasso e causou danos consideráveis em alguns lugares.

Também há tendências preocupantes em alguns países. Mas a maioria das sociedades liberais do mundo ainda quer apoiar as ideias básicas liberais de direitos individuais, democracia, império da lei e economia de mercado, e líderes liberais estão enfrentando um poderoso efeito rebote em muitos lugares.

“Idealmente esse desafio [das queimadas na Amazônia] será enfrentado sem infringir a soberania de qualquer país

O sr. escreveu artigo dizendo que não apoiaria um manifesto intitulado “Por que deveríamos preservar instituições e ordem internacional?”. Por que? Se você ler minha resposta com atenção, eu não estava criticando nem o papel das instituições nem o conceito de ordem. Estava questionando os termos específicos do manifesto.

Por que o sr. escreveu que o bipolarismo e as armas nucleares fizeram mais para prevenir uma guerra do que instituições como a ONU e a Otan? Apesar de instituições internacionais serem úteis para muitos propósitos, nós não capzamos impedir Estados poderosos de agir por si mesmos se acharem que é necessário, e isso inclui o uso da força.

Mas o bipolarismo e as armas nucleares encorajaram tanto os EUA quanto a União Soviética a agir com cuidado e cautela. Mas o outro lado a manterem os aliados sob controle. Isso contribuiu para a paz durante a Guerra Fria.

Qual a relevância da Assembleia Geral da ONU em um cenário de rejeição ao multilateralismo? As Nações Unidas têm muitas limitações, mas ainda são um foro valioso no qual os países podem levantar questões e buscar soluções cooperativas. Se ela não existisse, os problemas globais seriam ainda mais sérios e algo como a ONU precisaria ser reinventado.

O sr. acha que alguma resolução significativa sairá em questões como as crises na Amazônia e na Venezuela? Não. Os problemas são grandes e complexos demais para serem resolvidos em uma única sessão.

Coleção Folha
A REPÚBLICA BRASILEIRA
130 ANOS

**ASSINANTE:
NA COMPRA DA COLEÇÃO
COMPLETA, GANHE 4 LIVROS,
O FRETE E O PRIVILÉGIO DE
COMPREENDER O PRESENTE**

São 28 livros que apresentam a trajetória dos presidentes e os acontecimentos que marcaram época, por meio de textos analíticos, fotos, documentos históricos, cartazes e registros militares. Imprescindíveis para compreender os dias atuais. Colecione.

Apenas **R\$ 21,90*** cada livro

GRÁTIS 4 livros e o frete*

PEÇA JÁ A SUA COLEÇÃO COMPLETA, GANHE 4 LIVROS E O FRETE*
LIGUE (11) 3224 3090 (GRANDE SÃO PAULO) OU 0800 775 8080 (OUTRAS LOCALIDADES)
FOLHA.COM.BR/REPUBLICA

PAGUE ATÉ 10X NO CARTÃO*

FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER

*Preço e frete válidos para os Estados de SP, RJ, MG e PR. Para outras localidades, consulte folha.com.br/república. Confira as datas de entrega no site. Promoção válida na compra da coleção completa. Condição de parcelamento válida apenas no cartão de crédito.

ANEXO AW – CAPA FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 25/09/2019

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 99 ★ Nº 33.047

QUARTA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2019

EDIÇÃO SP/DF ★ CONCLUÍDA À 0H02 ★ R\$ 5,00

“
É uma falácia dizer
que a Amazônia
é patrimônio
da humanidade
e um equívoco,
como atestam
os cientistas,
afirmar que a
nossa floresta é o
pulmão do mundo

O socialismo
está dando certo
na Venezuela.
Todos estão pobres
e sem liberdade

Esta não é a
Organização do
Interesse Global.
É a Organização
das Nações
Unidas. Assim
deve permanecer

ANÁLISE
Patrícia C. Mello
Discursos de Brasil
e EUA sinalizam
uma sintonia A17

ANÁLISE
Igor Gielow
Presidente não
pode ser acusado
de incoerência A17

Congresso derruba vetos do Planalto à lei de abuso

Em derrota para o governo e, em especial, para Sérgio Moro, o Congresso derrubou ontem 18 vetos feitos por Jair Bolsonaro à lei de abuso de autoridade. Outros 15 pontos que haviam sido barrados pelo presidente foram mantidos. Operação da PF contra o líder do governo no Senado criou ambiente favorável à derrubada. Poder A4

STF julga hoje recurso que pode afetar caso de Lula e Lava Jato A12

Para ex-ombudsmans, ataques à mídia valorizam a função A14

Witzel acaba com incentivo à redução de mortes por policiais B6

EDITORIAIS A2

Colcha de retalhos
Sobre discurso desconexo de Bolsonaro na ONU.

Carências da saúde
Acerca de escassez de recursos e deduções no IR.

ATMOSFERA B2

São Paulo hoje

20
15
0h 6h 12h 18h 24h

Fonte: www.climatempo.com.br

Bolsonaro ataca críticos na ONU e vê falácias ambientais

Em tom agressivo, presidente alveja socialistas, ONGs e mídia e cita compromisso com a Amazônia



Após discursar na tribuna das Nações Unidas, Jair Bolsonaro é cumprimentado por Donald Trump. Alan Santos/Presidência da República

O discurso de estreia de Jair Bolsonaro (PSL) na Assembleia Geral das Nações Unidas, nesta terça-feira (24), foi marcado por ataques a críticos da política ambiental e a outros alunos recorrentes — Cuba, Venezuela, ONGs e imprensa.

O presidente disse que outras nações usam falácias e “mentiras da mídia” para questionar a soberania do Brasil sobre a Amazônia. Em referência indireta, citou o líder francês Emmanuel Macron, com quem trocou declarações ríspidas em meio à crise das queimadas. Segundo Bolsonaro, a floresta não está sendo devastada nem consumida pelo fogo.

Em um aceno a sua base, afirmou que o país estava “à beira do socialismo” — apontado como ameaça a rondar o país por causa do regime de Nicolás Maduro — e fez menção elogiosa ao golpe militar de 1964.

Auxiliares chegaram a sugerir tom mais moderado, mas o presidente quis marcar o estilo de seu governo na ONU, de acordo com um deles. Mundo A15

Câmara abre processo de impeachment contra Trump

A presidente da Câmara dos EUA, Nancy Pelosi, anunciou ontem a abertura de processo de impeachment contra Donald Trump por causa de uma suposta pressão indevida contra o líder da Ucrânia, Volodimir Zelenski.

Em telefonema em julho, Trump teria cobrado de Zelenski que investigasse o filho de um possível rival nas eleições de 2020, o democrata Joe Biden. Hunter Biden integra o conselho de uma empresa de gás ucraniana.

Uma semana antes da conversa, o republicano havia congelado uma ajuda de cerca de US\$ 400 milhões à Ucrânia. A oposição o acusa de ter usado a verba para coagir Zelenski. Trump se disse alvo de “caça às bruxas”.

Pelosi, que resistia a tomar essa decisão mesmo pressionada por membros de seu partido, mudou de ideia com as revelações. Cabe à Câmara, de maioria democrata, aceitar ou não o processo por maioria simples.

O julgamento em si, porém, é feito pelo Senado, onde é preciso aval de dois terços dos cem parlamentares. Como a Casa tem 53 republicanos, as chances de Trump ter de deixar o cargo ficam reduzidas. Mundo A20

Ilustrada C1

Com nova mostra, Cildo Meireles está disposto a voltar a falar de violência

Esporte B8

Clubes discutem, via WhatsApp, criar um grupo para negociar direitos de TV

Folha Corrida B10

Youtuber Felipe Neto se desloca para a esquerda no GPS Ideológico

Suspensão do Parlamento por Boris foi ilegal, diz corte britânica

Suprema Corte considerou sem efeito a decisão do preme de suspender as atividades do Legislativo por cinco semanas; oposição pede renúncia de Boris. Mundo A19

O MELHOR CUSTA MAIS CARO. ESTA É A REGRA. MAS TODA REGRA TEM Exceção

TIGGO 7 Premium

5 ANOS GARANTIA

No trânsito, só sentido à vida. Veja nas páginas 5, 6 e 7.

CADA CHERY QUALIDADE, TECNOLOGIA E DESIGN

Projeto de Covas anistia de igrejas e varandas gourmet

Câmara de São Paulo deve votar hoje projeto com previsão de anistiar cerca de 150 mil imóveis irregulares, que inclui desde pedão a templos religiosos à regularização de varandas gourmet — sacadas fechadas que expandem a área construída. Cotidiano B1

Hélio Schwartzman
Damares despreza ciência e agora tenta censurá-la
Opinião A2

AUDIÊNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 210.713.277
VISITANTES ÚNICOS 26.648.836

ISSN 1014-5722 33047
9 771414 572049

A2 QUARTA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2019

FOLHA DE S.PAULO ***

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PRESIDENTE Luiz Farias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Cleusa Turra, Hélio Schwartzman, Heloisa Helvécia, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinícius Mora, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Farias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benet (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Colcha de retalhos

Na ONU, sem surpresa, Bolsonaro afaga vários nichos em que se apoia sua popularidade cadente

Não foi a primeira vez, nem terá sido a última, que um presidente brasileiro aproveitou o palanque anual da semana de abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas para dar recados domésticos. Esse hábito tem sido cultivado por chefes de muitos outros Estados que discursam em Nova York nessa ocasião.

A fala de Jair Bolsonaro (PSL) tampouco inovou no conteúdo. Faz tempo que o mandatário desistiu de elevar o apoio popular a seu governo, o que requereria moderação, e passou a radicalizar o discurso para galvanizar seu núcleo mais fiel de sustentação. Pregou, mais uma vez, para os convertidos.

Em sua trópeca elocução, reiterou a falácia de que o Brasil estava à beira do "socialismo" quando ele venceu as eleições e fez novo elogio, este velado, à ditadura implantada em 1964. Também aticou a imaginação delirante de seus hooligans ao mencionar a ameaça que um tal Foro de São Paulo significaria para a democracia no Brasil.

A pequena e ruidosa torcida de certo exultou diante de acusações sem fundamento à imprensa, chamada de mentirosa e partidária.

A minoria de brutamontes disposta a atropelar os indígenas e as cautelas ambientais no Brasil também há de ter saído satisfeita com as críticas genéricas à ONU, à quantidade de terras sob usufruto dos povos originários e a propala-

dos interesses colonialistas de nações estrangeiras na Amazônia.

A inserção de palavras de solidariedade aos perseguidos por motivos religiosos, bem como as invocações de Deus e do bordão de campanha inscrito no Evangelho de João, afaga interesses de igrejas e pastores, além de um público, este sim voluloso, que avalia o governo Bolsonaro acima da média nas pesquisas de popularidade.

Plúrias de pragmatismo que o presidente brasileiro veio sendo obrigado a engolir, sem convicção, para manter o mínimo de governabilidade também se fizeram sentir na fala. Foi o caso das referências à abertura da economia — seja internamente, seja para o exterior.

Mas esse aspecto, que deveria sobressair no discurso se o objetivo fosse atrair investimentos e interesse econômico para o Brasil, ficou tão diluído que nem sequer a forma da Previdência, uma das mais impactantes alterações fiscais já propostas em décadas, foi lembrada ao longo da apresentação.

Como o interesse primordial do presidente era reforçar seus laços com uma miríade de nichos de fidelidade, o resultado foi uma colcha de retalhos mal cerzada. Dela não se extrai pensamento ou doutrina minimamente coerentes.

Agressões e provocações que permearam a fala de Bolsonaro a esta altura já não causam surpresa, embora mereçam o mesmo repúdio.

Carências da saúde

Área padece de escassez de verba pública, o que acentua distorção provocada por deduções no IR

O poder público brasileiro consome cerca de um terço da renda do país em tributos e está entre os que mais gastam no mundo emergente. Mas, enquanto áreas como Previdência Social e Poder Judiciário recebem um volume anômalo de recursos, outras padecem de relativo subfinanciamento. Neste último grupo, destaca-se a saúde.

A ela se destinam cerca de 3,8% do Produto Interno Bruto em verbas federais, estaduais e municipais, enquanto em países desenvolvidos a cifra costuma ultrapassar os 6%. Em contrapartida, as famílias e outros entes privados desembolsam por aqui 5% do PIB ou mais para essa finalidade.

Assim, embora o SUS esteja disponível a toda a população, tem-se na prática um sistema híbrido, no qual quem pode paga por planos ofertados por empresas.

Combinadas verbas escassas e deficiências de gestão, a saúde aparece de forma recorrente entre os principais problemas da administração federal em pesquisas de opinião. No final de agosto, foi mencionada por 18% dos entrevistados pelo Datafolha, acima de educação e desemprego (15% cada).

Há muito se fazem regras para forçar um aumento dos recursos públicos direcionados à área, com

sucesso parcial. Mais recentemente, com o colapso orçamentário do Tesouro Nacional, apenas se procura garantir o montante do ano anterior corrigido pela inflação.

Ainda assim, o valor dependerá em 2020 de aportes com o dinheiro reservado a projetos de interesse de deputados e senadores, como noticiou esta Folha.

Tal contexto torna mais evidente a distorção representada pela regra que permite deduzir despesas médicas do Imposto de Renda. O benefício, do qual se vale a parcela mais rica dos contribuintes, implica perda de receita estimada em R\$ 17,3 bilhões no próximo ano — enquanto o Orçamento depende de R\$ 6,4 bilhões em emendas parlamentares para atingir o piso legal de R\$ 121,8 bilhões.

Trata-se, portanto, de medida que implica sacrifício para o conjunto da sociedade, em especial dos que dependem mais dos serviços públicos, em prol daqueles que se valem da saúde privada.

Revogar ou reduzir a benesse tributária não vai por fim, decerto, às carências da área. Mas, como observou o economista Arminio Fraga em entrevista a este jornal, as classes média e alta talvez passem a prestar mais atenção na qualidade e no financiamento do SUS.



Leis contra a verdade

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO A lei pode impedir alguém de dizer a verdade? Em algumas circunstâncias, sim. Médicos e advogados que tenham, em razão de relacionamento profissional, descoberto dados de seus clientes estão legalmente impedidos de divulgá-los. Algo parecido vale para servidores públicos que tenham, em virtude do cargo, tomado conhecimento de informações secretas.

Essas, contudo, são situações especiais, que destoam da regra geral em que a lei não apenas permite como incentiva — às vezes exige — que as pessoas digam a verdade. Ok, admito que não é tão simples determinar o que é verdade, mas existem ocasiões em que fazê-lo pelo menos não parece uma quimera.

É o caso dos fatos. De um modo geral, ou eles ocorreram ou não ocorreram em princípio não sei. Acho que também dá para colocar nessa categoria os consensos científicos, com a ressalva de que, em ciência, a tal da "verdade" vem entre aspas e é sempre provisória.

Faço essas considerações a propo-

sito da iniciativa da ministra Damara Alves de pedir que os autores de uma reportagem sobre aborto publicada na revista *AzMina* sejam processados por apologia do crime. O texto não fez muito mais do que reproduzir as recomendações da OMS para o aborto seguro, as quais, por sua vez, só refletem o consenso de médicos sobre a matéria.

Se o Ministério Público levar adiante as ideias de Damara, criará o crime de tradução, já que diversos documentos internacionais trazem e também constam de compêndios médicos. Devíamos então censurá-los? Ou talvez exigir o CRM de quem deseje comprá-los?

Já era bastante ruim que a administração Bolsonaro desprezasse informações científicas ao elaborar políticas públicas. Se passar também a censurá-las, só nos restará pegar em armas contra o obscurantismo deste governo. O lado bom é que, a depender das autoridades do Executivo, o acesso às armas está garantido.

heio@uol.com.br

Fundamentalismo político

Bruno Boghossian

NOVA YORK Em nove meses de mandato, Jair Bolsonaro já havia modificado o que não fazia concessões e ignoraria qualquer apelo por moderação. Agora, o presidente levou à ONU as credenciais de um governo que abraça de vez uma espécie de fundamentalismo político.

O discurso do brasileiro na Assembleia Geral foi uma vitória da ideologia do Palácio do Planalto e da Espanada — uma prova prática definitiva de que esse grupo determina não apenas a essência, mas todo o corpo do bolsonarismo.

O presidente fez questão de deixar sua marca completa, mas deu peso especial à sua conhecida contraposição às ideias da esquerda. Com isso, mostrou mais uma vez que não aceita nada além de alinhamento absoluto e que seus críticos se tornam imediatamente adversários e vilões.

O pronunciamento foi, segundo os próprios auxiliares de Bolsonaro, uma tentativa de apresentar ao mundo e reforçar dentro de casa a linha mestra de um movimento de ruptura. Sob esse argumento, o pre-

sidente busca um salvo-conduto até para as medidas mais controversas tomadas por seu governo.

Apostando no enfrentamento, o presidente foi capaz de dizer, sem corar, que a floresta não está sendo devastada. Bolsonaro sabe que negar a realidade não encerrará as cobranças pela preservação da Amazônia, mas explora essa fantasia para reforçar sua disposição em afrouxar a política ambiental brasileira.

O presidente usa problemas verdadeiros, como a corrupção e a criminalidade, para tentar convencer o mundo de que seus adversários políticos podem ser ignorados e de que só ele tem as soluções. Deixa de dizer, entretanto, que sua gestão mal arranjou a superfície da segurança pública e que ele passou a ser criticado por sua base política ao interferir em órgãos de controle.

País de mentira

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO Eu gostaria de morar no país que Jair Bolsonaro descreveu em seu discurso na Assembleia Geral da ONU e que, segundo afirmou, se chama Brasil. Imagine, um país com 70% da sua mata original preservada, exceto por alguns metros em que foi preciso cortar umas árvores para os bois poderem pastar. Um país sem queimadas, exceto as que os índios praticam, ainda mais agora que eles querem sair da Ilha de Ilhéus e cultivar soja. E um país em que a vida é o maior dos direitos humanos, donde, para preservá-la, o controle de velocidade nas estradas é abolido, as armas são liberadas e quem passa na frente de uma balança por sua conta e risco.

Um país em que nenhum corrupto ficará impune, exceto nos casos de parentesco em primeiro grau, vinculo empregatício com tabuleira de cargo importante no governo. Governo este, aliás, estrelado por

um antigo símbolo da luta contra a corrupção e ainda tão poderoso que, hoje, se sujeita aos papéis mais humilhantes sem prejuízo de sua aceitação popular.

E, que bom, um país sem ideologia, sem aparelhamento e sem doutrinação, exceto a praticada pelos atuais detentores do poder. Um país em constante vigília contra seus inimigos, como o cacique Raoni e a atriz Fernanda Montenegro — e, se você estiver com 80 anos, é por que não leu o teórico comunista Gramsci, que sugeriu o uso de ideologia na propaganda socialista. Um país governado sob a inspiração de Deus, embora este não tenha sido consultado.

Pois esta é o país que Bolsonaro descreveu na ONU — e que seus habitantes não conseguem reconhecer.

O próprio Bolsonaro não parecia à vontade diante do teleprompter. Os olhos muito apertados podiam indicar miopia ou a suspeita de que nem ele acreditava em suas mentiras.

Equação difícil

Antonio Delfim Netto

Economista e ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici). Escrivão de quantas

O grande dilema nacional e como chegamos ao Orçamento proposto para 2020, no qual Executivo e Legislativo controlam, juntos, apenas 7% dos gastos totais. Os outros 93% são regulados por decisões tomadas ou derivadas das prescrições dos oniscientes constituintes de 1988, entre os quais, confesso, esteve cego. Convencidos de que conheciam o "futuro" (coisa fácil para quem acreditava que "leis governavam a história"), decidiram impor aos futuros governantes o seu caminho para atingi-lo. Indecoraram, para todo o sempre, algumas despesas públicas como percentagem da receita total.

Mais "iluminados": produtos do maior estelionato eleitoral que a história pátria conheceu, negavam-se a reconhecer a crítica de alguns "fascistas reacionários" que advertiam que o desconhecido crescimento endógeno das despesas que estavam maquiando poderia conter, em si, um formidável desastre fiscal. O caminho para a desintegração fiscal seria lento, mas incontestável e não ser que algum mecanismo impedisse o aumento endógeno das despesas.

Não há nenhuma novidade. A aplicação é trivial: cortar gastos, com o que todos concordam, desde que sejam os do vizinho! Quando perguntaram ao gigante Einstein qual a equação mais difícil que teve de resolver na vida, ele respondeu prontamente: a dos juros compostos! Pois ele é o retrato perfeito do crescimento endógeno...

Atração do canto da sereia do "populismo" gastador só pode ser vencida se cada cidadão aceitar que os limites físicos são finitos e que o aumento do seu "bem-estar" (aumento do PIB com redução das desigualdades) exige uma sofisticada acomodação política que reconheça um fato: o que se "consome" e que se "produz" é que determina o "consumo possível" de amanhã. Parecia que, lentamente, as instituições públicas haviam introjetado a mensagem de que não há solução sem a redução do gasto público. Ledo engano.

No último semana, o país assistiu, decepcionado, a um vigoroso aumento da insensibilidade do Congresso para reduzir gastos (o abuso em matéria eleitoral); do Judiciário (perduráveis cada vez mais sofisticadas para enganar a sociedade); do Ministério Público e, afinal, do Executivo (o aumento para as Forças Armadas). Uma assustadora avalanche de aumento dos gastos públicos!

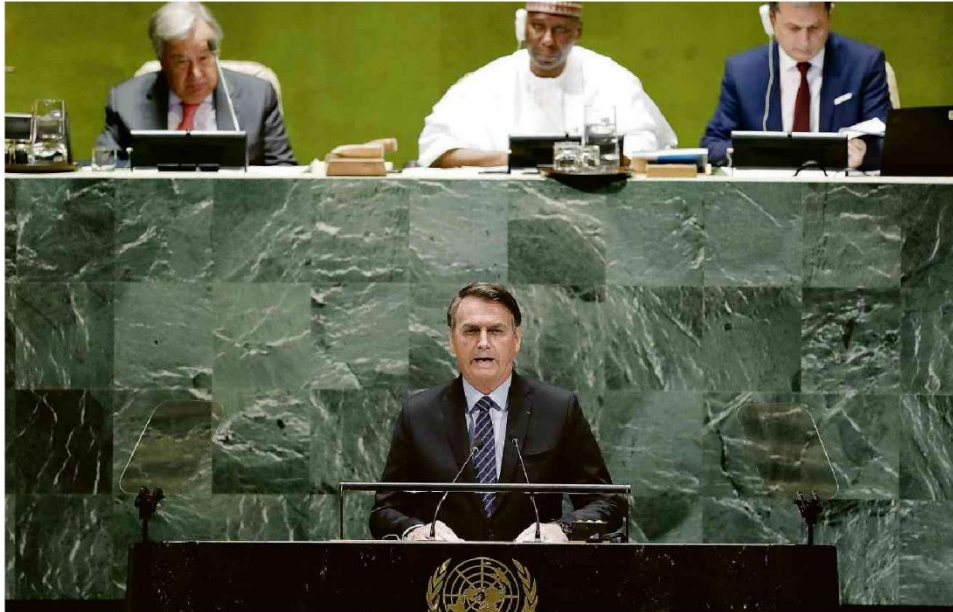
É essa a equação que o ministro Guedes terá de enfrentar e resolver com inteligência e equidade. Não seremos uma sociedade civilizada se procurarmos a saída cômoda e fácil para um problema complexo que mexe com o bem-estar de todos.

ideias.com.br

FOLHA DE S. PAULO ***

QUARTA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2019 A15

mundo

O presidente da República, Jair Bolsonaro, discursa durante a 74ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York, nesta terça-feira (24). Lucas Jackson/Reuters

Presidente leva bolsonarismo para ONU em discurso de tom agressivo

Bolsonaro ataca socialismo, elogia ditadura militar e afirma que há falácias sobre Amazônia

Marina Dias e Bruno Boghossian

NOVA YORK O presidente Jair Bolsonaro levou ao plenário da ONU (Organização das Nações Unidas) um discurso que reproduziu o repertório ideológico de seu grupo político, com ataques a outros países e um tom de enfrentamento em relação às críticas sofridas por seu governo.

O objetivo de Bolsonaro era marcar o que classifica como novar para o Brasil, segundo auxiliares. Nas palavras de um deles, que participou diretamente da elaboração do texto, a imagem que o presidente queria imprimir era a de um governo revolucionário.

Em 32 minutos, apresentou o socialismo como adversário e risco às nações, fez uma série de referências religiosas, chegou a celebrar o golpe militar de 1964 e insistiu na ideia de que a crise da Amazônia é contaminada por interesses econômicos estrangeiros.

Ele também acusou a imprensa de manipulação, atacou seus adversários políticos, voltou a criticar a França e questionou a situação da ONU na defesa dos interesses dos países membros.

“É uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a floresta é o pulmão do mundo”, afirmou.

“Valendo-se das falácias, um ou outro país, em vez de ajudar, embarcou nas mentiras da mídia e se portou de forma desrespeitosa, com espírito colonialista. Questionaram aquilo que nos é mais sagrado, a nossa soberania”.

Bolsonaro ficou sob pressão principalmente depois que o presidente francês, Emmanuel Macron, e a chanceler alemã, Angela Merkel, apontaram publicamente o risco de retrocessos na agenda ambiental do governo brasileiro.

O presidente respondeu às cobranças e mencionou que

chamou de espírito colonialista, num tom inédito em discursos de líderes brasileiros na Assembleia Geral da ONU. “Um deles, por ocasião do encontro do G7, ousou sugerir aplicar sanções ao Brasil, sem sequer nos ouvir”, afirmou, em referência a Macron. “Agradeço aqueles que não aceitaram levar adiante essa absurda proposta”, e citou o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Bolsonaro fez seguidas críticas à imprensa nacional e internacional, acusando-a de propagar informações que, segundo ele, prejudicam a imagem do país. Negou as recentes queimadas na Amazônia, embora ele mesmo tenha enviado tropas militares para ajudar a combater o fogo.

“Queremos que todos possam conhecer o Brasil e, em especial, a nossa Amazônia, com toda a sua vastidão e beleza natural. Ela não está sendo devastada e nem consumida pelo fogo como diz mentirosamente a mídia”, disse.

A delegação brasileira levou ao plenário a índia Yanari Kalapalo, criticada por organizações por não representar as comunidades de indígenas. Bolsonaro rebateu com uma carta de agricultores indígenas. O texto atacava o que chamava de “ambientalismo radical” e “indigenismo ultrapassado” e dizia que esses movimentos contribuem para o atraso e marginalização dos povos.

O presidente acusou estrangeiros de cobiçarem a floresta por interesse econômico. “Os que nos atacam não estão preocupados com o ser humano, mas sim com as riquezas minerais e a biodiversidade existentes nessas áreas”.

O plenário da Assembleia Geral estava cheio para o discurso. Bolsonaro não assistiu à fala de Bolsonaro. A BBC News Brasil, disse querer “ajudar as pessoas da Amazônia, com todo respeito pela soberania, ajudando o povo”.

“Não é questão de lobby ou interesse, os lobbies são para destruir a floresta para seus próprios interesses”.

Na parte da tarde, quando discursou no plenário, o presidente francês não citou o Brasil nem as críticas feitas a ele por Bolsonaro. Ao abordar o tema ambiental, fez um pedido para que os países se engajem na preservação da floresta amazônica e do Congo, protegendo a biodiversidade dos ecossistemas e tomando atitudes para o reflorestamento.

Merkel acompanhou o pronunciamento do brasileiro com aparelho de tradução simultânea. A alemã mexia no telefone e, ao fim, bateu palmas quatro vezes, vagorosamente. A chanceler fará seu discurso no sábado (28).

Após sua fala, Bolsonaro cumprimentou Trump nos bastidores e recebeu elogios: “ótimo discurso, ótimo discurso”. O brasileiro voltou ao plenário para assistir ao pronunciamento do americano.

Bolsonaro abriu sua fala agradecendo a Deus e retomou sua interpretação de que o país estava à beira de um regime socialista durante as gestões do PT.

Usou o argumento do risco socialista para atacar seus antecessores, países vizinhos e a própria ONU. “Não estamos aqui para apagar nacionalidades e soberanias em nome de um interesse global” abstrato. Essa não é a organização do interesse global, é a Organização das Nações Unidas. Assim deve permanecer”, afirmou.

Segundo ele, a ONU também respaldou programas como o Mais Médicos, que transferiram milhões de dólares “para a ditadura cubana”. O chanceler cubano, Bruno Rodríguez, reagiu poucos minutos depois.

Em uma rede social, escreveu: “Rejeito categoricamente os ataques de Bolsonaro a Cuba. Ele é delirante e deseja os tempos da ditadura militar. Ele deveria cuidar da corrupção de seu sistema judicial, seu governo e sua família”.

Também foram alvo prioritários o Foro de São Paulo — organização de partidos políticos de esquerda na América Latina — e o regime de Nicolás Maduro. “Venezuela, outrora um país pujante e democrático, hoje experimenta a crueldade do socialismo. O socialismo está dando o certo na Venezuela. Todos estão pobres e sem liberdade”, disse.

Minutos antes, Bolsonaro havia feito referência elogiosa ao golpe militar de 1964 no Brasil. “Há poucas décadas, tentaram mudar o regime brasileiro e de outros países da América Latina. Foram derrotados. Civis e militares brasileiros foram mortos e outros tantos tiveram suas reputações destruídas, mas vencemos aquela guerra e resguardamos nossa liberdade”.

O presidente explorou o discurso para divulgar a guidance de seu governo nas relações internacionais. Além de enfrentar outros países, Bolsonaro fez afagos a Israel e a Trump. Citou a China apenas para mencionar a intenção de visitar o país e facilitar a entrada de turistas no Brasil.

O ministro da Justiça, Sérgio Moro, que não acompanhou a

Ação de mandatário foi decisiva para fala mais contundente

NOVA YORK Antes da chegada a Nova York, assessores descartaram a possibilidade de um pronunciamento mais moderado no campo ambiental, a fim de evitar novos choques com líderes internacionais e com a própria ONU, mas o presidente brasileiro decidiu seguir o caminho contrário.

Segundo um auxiliar, Bolsonaro quis dar sua voz e estilo à fala. O presidente disse algumas vezes que não queria se policiar ou se pautar por ideias que não mostrassem a direção de seu governo e fez prevalecer o tom mais assertivo.

Ainda que Bolsonaro tenha ouvido seus assessores, o consenso se formou em torno do argumento de que o tom do discurso deveria ser mais transgressor e de menos moderação, para fazer com que a audiência revisse paradigmas e não ficasse apenas em avaliações superficiais.

Prevaleceram as opiniões do chanceler Ernesto Araújo, do assessor Filipe Martins e do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), o clube dos países ricos.

Durante toda a fala, o brasileiro seguiu sua linha nitidamente conservadora. Citou Deus e valores da família. Enunciou com um versículo bíblico que se tornou recorrente desde sua campanha presidencial — “e conheceres a verdade, e a verdade vos libertará”, de João 8:32.

Logo após o pronunciamento, o presidente o classificou como “bastante objetivo e mesmamente”, mas não agressivo. Ele afirmou que estava “tentando restabelecer a verdade” e negou que tenha citado diretamente Emmanuel Macron e Angela Merkel.

“Citei a França e Alemanha como países que mais de 50% do seu território é usado na agricultura. No Brasil, é apenas 8%, tá ok?”, completou.

Após sua participação, Bolsonaro saiu para almoçar com assessores. Disse a jornalistas que não sabia o local ao certo, mas iria “trunguê para fora”.

Leia trechos do discurso na pág. A16 e mais sobre a Assembleia Geral nas pgs. A17, A18 e A20

“Queremos que todos possam conhecer o Brasil e, em especial, a nossa Amazônia, com toda a sua vastidão e beleza natural. Ela não está sendo devastada e nem consumida pelo fogo como diz mentirosamente a mídia

Jair Bolsonaro presidente do Brasil

“[Quero] ajudar as pessoas da Amazônia, com todo respeito pela soberania, ajudando o povo. [...] Não é questão de lobby ou interesse, os lobbies são para destruir a floresta para seus próprios interesses

Emmanuel Macron presidente da França, à BBC News Brasil

FOLHA DE S. PAULO ***

QUARTA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2019 A17

mun

Bolsonaro pode ser acusado de tudo, menos de incoerência

Presidente frustrou quem achou que ele iria se mostrar racional e conciliador no discurso da ONU

ANÁLISE

Igor Gielow

SÃO PAULO Com um discurso autocrático e coerente com sua fase de radicalização, Jair Bolsonaro (PSL) deixou a pé quem apostava na oportunidade de ser presidente apresentando-se como um líder mais racional e conciliador na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

Ao contrário, Bolsonaro novamente dobrou sua aposta contra os críticos. E o fez no melhor estilo que o consagrou nas urnas, trazendo a exótica amalgama molhada de pelos discípulos do escritor Olavo de Carvalho em seu governo, o filho Eduar do Bolsonaro e o chanceler Ernesto Araújo à Cristo.

Bolsonaro pode ser acusado de várias coisas, menos de incoerência. Repetiu todo o discurso da ameaça de um suposto socialismo globalista, ou globalismo socialista, algo assim.

Trouxe na parte final de sua fala, cujos 32 minutos superaram até o vago discurso de estreia de Dilma Rousseff (PT) em seu naquela tribuna na elementos como o combate ao politicamente correto e a ideologia de gênero.

Apanharam Cuba, Venezuela e o Foro de São Paulo, e só faltaram as famosas mamadeiras atribuídas ao PT na campanha eleitoral. Itens caros ao olavismo, como a crítica ao "materialismo ideológico", lá estavam.

A única sugestão de inserção internacional colocada veio na forma da defesa de cristãos e outros religiosos perseguidos pelo mundo, de resto uma realidade com exposição limitada de escopo.

Também houve a admoestação da ONU em si, que não estaria cumprindo seu papel de fórum de iguais. Donald Trump não falaria melhor.

de apoio evangélico, com referência à Bíblia e a Deus. Seu discurso só tornou mesmo internacional, tomando aí o centro de toda a fala, quando defendeu as posições brasileiras ante as críticas feitas por diversos países à sua política de manejo da Amazônia.

A temática ambiental só faz crescer nesses fóruns: em 2017, em seu discurso de estreia na ONU, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) mal o citou, enquanto Dilma fez uma referência maior, para vermos então o Michel Temer (PMDB) em 2016 falar amplamente.

Bolsonaro operou um grande "outro lado" com grande agressividade contra um não nomeado Emmanuel Macron e aos ao seu ídolo, Trump.

Pegou Raoni para Cristo, dizendo que o famoso cacique é instrumento ingênuo de políticos gringos.

Não é uma crítica totalmente vazia no conteúdo, bastando lembrar o apadrinhamento do indígena Getúlio Vargas por gerações de idealistas como o músico Sting ou por ecologistas de ocasião, como o atual presidente francês.

Mas o próprio Bolsonaro tratou de trazer o seu totem "nativo", para ficar em suas palavras, Ysani Kalapalo. Desde que Sachén Littlefeather subiu à tribuna do Oscar para rejeitar a estateta de melhor ator em nome de Marlon Brando por "Poderoso Chefe" em 1973, não se via tal terceirização para uma audiência global.



Donald Trump abraça Jair Bolsonaro durante Assembleia Geral da ONU. Alan Santos/PR

Presidente e Trump mostram sintonia em discursos, só escolhem vilões diferentes

ANÁLISE

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO Se havia dúvidas, a Assembleia Geral da ONU foi a prova de que Jair Bolsonaro e seu ídolo, o americano Donald Trump, estão em sintonia — os mesmos discursos. Ambos falaram essencialmente o mesmo, só variou os nomes dos vilões: para Trump, o eixo do mal é composto por Irã, China e ONGs que defendem imigrantes, enquanto, para Bolsonaro, a encarnação do demônio é feita de Cuba, Foro de São Paulo, Venezuela e ONGs ambientalistas.

A narrativa de Trump e Bolsonaro é a mesma dos populistas de direita, do húngaro Viktor Orbán ao filipino Rodrigo Duterte: precisamos combater o globalismo e fortalecer o nacionalismo. Abaixo organizações transnacionais, como a própria ONU, que querem violar a soberania dos países para impor aos governos nacionais sua agenda de defesa das minorias, o que consideram bobagens de esquerda politicamente corretas.

"O futuro não pertence aos globalistas, o futuro pertence aos patriotas, às nações independentes e soberanas que protegem seus cidadãos", disse Trump na tribuna da ONU.

Minutos antes, em seu discurso com a marca registrada dos paladinos da luta contra o globalismo — o assessor internacional Filipe Martins e o chanceler Ernesto Araújo —, Bolsonaro havia dito: "Não estamos aqui para apagar nacionalidades e soberanias em nome de um interesse global abstrato. Esta não é a Organização do Interesse Global. É a Organização das Nações Unidas. Assim deve permanecer".

Enquanto o resto do planeta concentra seus esforços em medidas (globalistas) para lidar com mudanças climáticas, a bandeira abraçada por Trump e Bolsonaro é o combate à perseguição religiosa, principalmente a de cristãos.

A pregação émusica para os evangélicos, eleitorado importante para os dois líderes, e aliado para a indústria de combustíveis fósseis e seus acólitos céticos do aquecimento global.

"O Brasil condena, energeticamente, todos esses atos e está pronto para colaborar, com outros países, para a proteção daqueles que se veem oprimidos por causa de sua fé. É inamissível que, em pleno século 21... Ainda haja milhões de cristãos e pessoas de outras religiões que perdem sua vida ou sua liberdade de em razão de sua fé", disse Bolsonaro.

Trump vai na mesma linha. "Americanos nunca vão abandonar seus esforços de defender e promover a liberdade de crença e religião".

Mas o republicano é mais explícito nos objetivos da recém-criada aliança para liberdade religiosa. Sabemos que muitos projetos da ONU tentaram garantir direito a aborígenes e o direito a um ambiente saudável. Como muitas outras nações aqui, nós, na América, acreditamos que todas as crianças, nascidas e por nascer, são um presente sagrado de Deus".

Como bons populistas de direita que são, os dois demonizam o socialismo e usam a Venezuela como exemplo do fracasso desse modelo.

de criminalidade e de ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos que formam nossas tradições", disse Bolsonaro, para depois dizer que a Venezuela "experimenta a crueldade do socialismo".

Segundo Trump, "os acontecimentos na Venezuela nos lembram que socialismo e comunismo não trazem justiça, igualdade". "Socialismo e comunismo só servem para dar poder à classe dominante. Hoje eu repito para o mundo uma mensagem que já passei para nosso país — América nunca será um país socialista".

Os inimigos diferem, mas o tom é o mesmo. Trump classifica o Irã como "maior patrocinador de terrorismo", critica as práticas comerciais da China e ataca "ativistas radicais e ONGs que promovem tráfico de pessoas", em uma ofensiva contra quem defendem imigrantes.

Bolsonaro afirma que os médicos cubanos são agentes infiltrados de Cuba, que o Foro de São Paulo é uma "organização criminoso" criada para difundir o socialismo e que pessoas "apoiadas em ONGs" querem manter os "índios como verdadeiros homens das cavernas". No Twitter, o deputado Eduar do Bolsonaro afirmou: "Aos que perguntam se Jair Bolsonaro e Donald Trump combateram o discurso, pois deram recados semelhantes isto foi apenas a síntese de ser conservador e falar a verdade sem se preocupar com o politicamente correto".

Mas, apesar de todas as semelhanças, Trump não vai tão longe. Bolsonaro insiste em atacar um de seus espantalhos favoritos: a dita "ideologia de gênero". "Estamos lidando com destruição e inocência de nossas crianças, pervertendo até mesmo sua identidade mais básica e elementar, a biológica".

Já Trump afirma que o EUIA "está cooperando com outros países para acabar com a criminalização da homossexualidade". "Estamos solidários com as pessoas da comunidade LGBTQ que vivem em países que punem, prendem ou executam pessoas por causa de sua orientação sexual".

Ainda que a menção seja hipotética, porque Trump adotou políticas como o veto a pessoas astranas nas Forças Armadas, o presidente e americano é pragmático e faz ao mesmo tempo um apelo econômico, altas taxas



QUER FÉRIAS NA DISNEY? VAI DE CVC.

O reino mágico da Disney está à sua espera. Venha viver dias inesquecíveis nos Parques Temáticos mais famosos do mundo. Assista ao impressionante show de fogos de artifício do Castelo da Cinderela ao lado dos personagens mais queridos do universo Disney no Magic Kingdom. Descubra a diversidade cultural do planeta nos pavilhões internacionais do Epcot. Mergulhe na fantasia do cinema no Hollywood Studios. Conheça os lindos animais, a vida submarina e faça um passeio pela pré-história no Animal Kingdom. Suas férias nunca mais serão as mesmas depois da Disney. As férias que você quer e CVC tem.

DISNEY
6 dias
Hospedagem no Disney's Pop Century Resort
+ Transporte Disney's Magical Express
+ Ingresso de 4 dias Disney Theme Park Ticket

À vista R\$ 4.068 ou
12x iguais de R\$ 339
Preço válido para saída em 10 maio.

Quer férias? Vai de CVC. São mais de 1.300 lojas em todo o Brasil. Ligue para 3003-9282 ou acesse nossa site cvc.com.br

Walt Disney World FLÓRIDA Brasil
CVC Brasil

mundos

Reações ao discurso vão de 'extraordinário' a 'inadequado'

ONGs de defesa do meio ambiente criticaram pronunciamento do presidente

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO Num Brasil polarizado, as reações ao discurso de Jair Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) nesta terça (24) só poderiam variar de elogios derramados a críticas ferrenhas. Os adjetivos para classificar o pronunciamento em Nova York foram de "extraordinário" a "inadequado", esse último usado pelo governador de São Paulo, João Dória (PSDB).

Para o tucano, a fala foi "oportuna", tendo falado "bom senso". "O discurso não teve referências que pudessem trazer respeitabilidade e confiança no Brasil no plano ambiental, econômico ou político", afirmou após evento em São Paulo. Disse ainda que já havia notado a "péssima repercussão" mundial da fala.

Para ele, fôlho "humildade" a Bolsonaro, que criticou duramente os países que questionaram sua gestão da crise dos incêndios na Amazônia.

A farsa de Dória faz parte de uma política estabelecida pelo governador para afastar de Bolsonaro. Ambos são presidentiáveis para a disputa de 2022, mas o tucano aproveitou-se da promoção do chamado voto Bolsonaro no segundo turno de 2018 para se eleger, por transitar em faixa semelhante do eleitorado de centro-direita.

Diversas ONGs que lutam pela defesa do ambiente também criticaram o discurso. "A fala do presidente sobre meio ambiente foi uma farsa. Tentou convencer o mundo que protege a Amazônia, quando, na verdade, promove o desmonte da área socioambiental e negocia terras indígenas com mineradoras estrangeiras", disse Marcio Astrini, coordenador de políticas públicas do Greenpeace.

O Observatório do Clima chamou o pronunciamento de "ecocídio", afirmando que o presidente "emergonhou o Brasil no exterior ao abdicar da tradicional liderança do país na área ambiental em nome de sua ideologia".

Para a ONG, Bolsonaro também não teria tomado atitudes para tranquilizar investidores, "nem para aplacar o



Ernesto Araújo e Eduardo Bolsonaro na plateia. William Volcov/Brasil Photo Press/Ag. O Globo



Michelle Bolsonaro com a indígena Yany Kalapalo. Bruno Boghosian/Folhapress



A chanceler alemã Angela Merkel durante o discurso de Bolsonaro. Brendan McDermid/Reuters

clamor crescente por boicote a produtos brasileiros", o que colocaria em risco o agronegócio que diz defender.

O vice-presidente Hamilton Mourão, por sua vez, endossou o discurso de Bolsonaro. Após participar de palestra no Rio de Janeiro, o general disse que ele foi "incisivo, explícito e soberano".

"Foi um discurso extraordinário. Por que bateu em soberania, bateu na questão indígena, colocou a questão do meio ambiente, colocou o posicionamento do Brasil perante ditaduras que ocorrem no mundo inteiro", afirmou.

Mourão disse que a única contribuição que deu ao discurso foi, junto com o ministro Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), sugerir que crescesse e falasse "de covação".

Já o presidente do PT, Gleisi Hoffmann, manifestou-se via redes sociais. Ela afirmou que Bolsonaro "meritiu sobreproteção do meio ambiente, destilou xenofobia, ofendeu indígenas, atacou imprensa, médicos cubanos e ONU, demonstrou fanatismo ideológico, defendeu a ditadura militar".

"Falta de dignidade e preparo nos assuntos do mundo convergem o Brasil", completou.

A deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL) publicou um vídeo em que afirma ter os melhores momentos da fala do presidente brasileiro na Assembleia Geral da ONU. Nas imagens, editadas, Bolsonaro diz "senhores e senhoras, 'bebe um gole de água e completa com 'meu muito obrigado'".

A deputada federal Carla Zambelli (PSL), aliada do presidente, destacou o trecho em que o presidente cita o ministro da Justiça, Sérgio Moro. "Linda homenagem".

Igor Gielow e Italo Nogueira

Temas dos discursos de presidentes brasileiros na ONU

2018 - Michel Temer
Em quase 21 minutos, crítico "recalcado, unilateralista" e "intolerância no mundo e reforçou que o Brasil era uma democracia de instituições sólidas. O isolamento pode até dar uma falsa sensação de segurança. O protecionismo pode atar soar sedutor. Mas é com abertura e integração que alcançamos a concórdia, o crescimento, o progresso".

2015 - Dilma Rousseff
Primeira mulher a abrir a Assembleia Geral, falou do combate ao desmonte, da crise de refugiados, admitiu o desgaste do modelo de crescimento econômico no Brasil e condenou a corrupção em seu último discurso. "Queremos um país em que a lei seja o limite. Muitos de nós lutamos por isso, justamente quando as leis e os direitos foram vilipendiados durante a ditadura".

2009 - Luíla
Em seu último discurso, falou sobre a crise econômica mundial, criticou mercados que pretendiam dispensar a regulação do Estado e pediu maior comprometimento da ONU com diferentes questões. "Mais do que a crise dos grandes bancos, essa é a crise dos grandes dogmas".

2001 - Fernando Henrique Cardoso
Realizada dois meses após o 11 de Setembro, sua fala propôs uma "globalização solidária", pediu a criação de um Estado palestino e trouxe críticas aos EUA. "O êxito na luta contra o terrorismo não pode depender apenas da eficácia das ações de autodefesa ou do uso da força militar de cada país".

1990 - Fernando Collor
Crítico tropas estrangeiras no Líbano e comentou a abertura econômica pela qual passava o Brasil, e combate à inflação e a miséria e a vocação democrática da América Latina. "Para que não se converta em fórmula estéril ou em disfarce de uma crise política mais profunda, o 'novo multilateralismo' há de ser realmente inovador e atento ao imperativo da representatividade".

1985 - José Sarney
Primeiro presidente civil após a ditadura, falou do combate a fome e condenou o apartheid na África do Sul. "O Brasil acaba de sair de uma longa noite. Não tem olhos vermelhos de pesadelo. Traza nos lábios um gesto aberto de confiança e um canto de amor a liberdade".

Substituto de Salles em evento expulsa repórter da Folha

Eliane Trindade
NOVA YORK O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, não compareceu à sessão da Cúpula do Desenvolvimento Sustentável do Fórum Econômico Mundial em Nova York, nesta terça-feira (24).

Ele faria os comentários in-

ciais do painel intitulado "Financiando Ações Ambientais com Créditos de Carbono".

Prevista para as 18h15, a sessão teve início com dez minutos de atraso, quando a plateia foi informada de que o ministro brasileiro fora convocado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) para um outro com-

promisso em Nova York.

Ricardo Salles enviou como representante no evento Roberto Castello Branco, secretário de relações internacionais do Ministério do Meio Ambiente.

Ao ser indagado pela Folha sobre qual seria a justificativa para a ausência de Salles,

o secretário disse que a agenda do ministro é privada. "Ele não tem que justificar nada", completou Castello Branco.

O secretário pediu que jornalista fosse retirada da sessão, que segue o protocolo Chatham House, em que as falas dos participantes não podem ser identificadas, não

sendo permitida a cobertura da imprensa.

A jornalista da Folha estava inscrita na sessão, não quebrou as regras — que dizem respeito apenas ao conteúdo discutido — e deixou a sala em respeito aos demais inscritos, para evitar constrangimento maior.



CRIANÇAS
Na primeira página do WP, ao lado da manchete que acelera o impeachment, o enterro de Agatha no Rio, noticiando as crianças atingidas 'conforme crescem os tiros da polícia'

TODA MÍDIA Nelson de Sá

WP acelera, mas impeachment ainda 'vai depender da mídia'

A manchete de papel do Washington Post, informando que a ordem para adiar a ajuda à Ucrânia partiu do próprio Trump, antes do telefonema em que cobrou do país uma investigação para prejudicar Joe Biden, precipitou a abertura do processo contra o presidente americano.

Em manchetes digitais de lado a lado, WP, New York Times e Wall Street Journal traziam o mesmo enunciado no final do dia. "Pelosi anuncia inquérito de impeachment".

Trump correu a prometer

que divulgaria a transcrição do telefonema, mas o WP ouviu o vazador que havia exposto a situação e, segundo ele, "a ligação foi parte de um padrão que a transcrição só não vai revelar". Um padrão de desfaçatez.

Ainda no WP, a colunista de mídia Margaret Sullivan alertou então que o êxito da estratégia de sempre de Trump, de "bater, confundir e enganar, vai depender da imprensa". Se os veículos, desta vez, voltaria a "privilegiar a mentira" de Trump, como antes.

CRESCENTE AMEAÇA Nodia em que o impeachment andou, o publisher do NYT, A. G. Sulzberger, escreveu sobre "A crescente ameaça ao jornalismo em todo o mundo", estimulada por Trump. Sublinhou como este já tuitou a expressão "fake news" 600 vezes para atacar jornais americanos. E como ele "deu permissão a outros", por exemplo: "De pé ao lado de Jair Bolsonaro [na Casa Branca], Trump disse: 'Eu estou muito orgulhoso de ouvir o presidente usar o termo 'fake news'".

CHEIA DE RIQUEZAS O noticiário sobre o processo de impeachment de Trump ajudou a ocultar o discurso de Bol-

sonaro na ONU, fora alguma atenção maior na França. Nos EUA, novamente, o enunciado mais incisivo, quase irônico, foi do WP, ainda que editado sem destaque: "A Amazônia não está pegando fogo, diz Bolsonaro à Assembleia Geral da ONU; está cheia de riquezas", para explorar.

EXXON, O RETORNO Ao fundo, a revista Bloomberg Businessweek noticiou que a Exxon está de volta ao Brasil — e apostando alto no petróleo em águas profundas. A petroleira "investe em licenças de exploração desde 2017" e o pré-sal, segundo seu porta-voz, como "investimento-chave para o futuro da Exxon".

ANEXO BB – PÁGINA A25 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 25/09/2019

FOLHA DE S. PAULO ***

QUARTA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2019 A25

mercado

Bolsonaro, ameaça à segurança nacional

Antidiplomacia faz com que Brasil seja transformado em espantinho do mal

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O discurso de Jair Bolsonaro causou as reações de ultraje e a aclamação de costume. Na mídia maior do mundo, foi objeto do ridículo e da indignação habituais, sem maior destaque, até porque as falácias da Assembleia Geral da ONU não valem mais grande coisa, a não ser em caso de países capazes de causar estrago grande, real e imediato (como a Rússia).

No entanto o discurso foi importante, mais um episódio de radicalização no radicalismo, que vem desde junho.

Bolsonaro demonstrou que é uma ameaça aos interesses econômicos e um risco para a segurança nacional do Brasil. Seu programa diplomático, um desvario nacionalista e paranoico, está mesmo entranhado nas profundas das almas dos habitantes do bunker ideológico do Planalto. Assessores entusiasmados contam que o presidente conseguiu fazer o recado: o Brasil passa por uma revolução.

O estrago estava feito antes de Bolsonaro abrir a boca. Talvez o presidente pudesse

merecer o benefício da dúvida se fizesse discurso politicamente pragmático. Era uma hipótese otimista de observadores desavisados. Bolsonaro fez o papelão de sempre, apenas lavrando em cartório internacional sua certidão de identidade política: louvação da ditadura com misticismo, ódio à ciência, ao ambiente e ao multilateralismo etc. Sem novidade, foi chamado pelo mundo de "extrema direita", "conspiratório", "briguento", "fanfarrão" ou "mini-Trump",

em textos de derriso mais ou menos explícita.

Mas as pessoas relevantes em governos que contam já sabem muito bem quem é o presidente do Brasil. O problema é nosso. Parte do Brasil terá de se ocupar da questão prática de como reduzir os danos da antidiplomacia, pois quase toda a política externa é prerrogativa do Executivo. Difícil manter "intermunitarismo branco" ou "ativismo judicial" nas relações exteriores.

O nacionalismo agressivo é especialmente desiligente

no caso de países de escasso poder real, como o Brasil. Pautar a política externa pelo irrealismo do anglo ideológico do bunker planaltino é ainda mais arriscado. Na prática, de resto, o núcleo bolsonarista fundamenta essa política em 1) no que acredita serem boas relações pessoais com governantes; 2) na militância em uma internacional ultradireitista tipo como repulsa até por governos muito conservadores.

Vá lá que relações pessoais tenham sua importância, mas dentro de acordos duradouros entre países. A política bolsonarista é, por um lado, de atrito com países amigos e de amiguismo pueril, ignorar e servir com meia dúzia de governos. Para piorar, vários deles têm sua liderança ameaçada mesmo em seus países: nos EUA, em Israel, na Itália, por exemplo.

O Brasil é obrigado a se aliar não a países com interesses práticos comuns, mas a uma trupe de líderes com quem Bolsonaro compartilha a mesma religião autoritária (desde que sejam brancos e ditos cristãos). Junta-se à comunidade de inimigos do multilateralismo, um anglo mundial que nos beneficia.

Além dos amigos imaginários do presidente, o Brasil se isolou, porém. O discurso desavairado oferece argumentos para críticos e adversários. Favorece coalizões improvisadas de ambientalistas, protecionistas, grande finança e nacionalistas contra o agronegócio e outros interesses econômicos. Permite a governos mais espertos usar o Brasil como um espantinho do mal, um desses países que acabam sendo vítimas de marginalização, sanções ou até ataques piores.

Odebrecht deixa de pagar multa no exterior

Crédito da República Dominicana foi incluído em recuperação judicial; país ameaça retornar investigações de corrupção

Raquel Landim e Rogério Gentile

SÃO PAULO A Odebrecht S.A. não pagou a terceira parcela da multa aplicada por corrupção pela Procuradoria Geral da República Dominicana.

Pelo acordo de leniência assinado em 2017, a companhia deveria indenizar o país em US\$ 180 milhões, o dobro do que gastou em subornos entre 2012 e 2014 para obter contratos de obras públicas.

Em razão do acordo e do compromisso de pagamento da multa, a República Dominicana suspendeu ações criminais contra a empresa, suas subsidiárias, acionistas e diretores, entre outros membros do conglomerado.

Como a empresa não quitou a terceira parcela, de US\$ 30 milhões, que venceu em julho, a República Dominicana, em petição apresentada à Justiça de São Paulo, informou que poderá reabrir os processos.

A Odebrecht S.A. paralisou os pagamentos da multa pois optou por incluir o país caribenho na lista de credores do processo de recuperação judicial de sua holding, conhecida como ODB, e de outras 21 empresas do grupo, o maior da história empresarial do Brasil.

Previsto na legislação brasileira desde 2012, o mecanismo da recuperação judicial é acionado quando a empresa não consegue pagar suas dívidas e tenta evitar a falência —a Odebrecht S.A. tem passivo de cerca de R\$ 98,3 bilhões.

A partir do pedido de recuperação, a Justiça suspen-

de por 180 dias ações e execuções. A empresa tem, então, de apresentar um plano de pagamento para ser analisado pela assembleia de credores. Se a proposta não for aceita, a falência é decretada.

A República Dominicana foi a única multa por casos de corrupção devida a países estrangeiros incluída na recuperação judicial, porque o acordo de leniência por lá acabou sendo selado com a holding ODB. Nos demais —Panamá, Equador, Peru e Guatemala— os contratos foram assinados com a OEC, braço de construção e engenharia do grupo. A OEC também está reabrindo sua dívida com os credores, mas de maneira informal e não faz parte da recuperação judicial. Por conta disso, as demais multas seguem sendo pagas normalmente.

No pedido apresentado pelo escritório Barral Parente Pinheiro advogados, a República Dominicana diz que a inclusão do valor da multa no montante da recuperação judicial foi uma medida "indevida".

Argumenta que é um Estado soberano que não pode ser submetido "a um juízo que não possui jurisdição sobre as suas questões".

A República Dominicana cita também o fato de que a Odebrecht tratou de modo diferente as multas aplicadas pelo Ministério Público Federal brasileiro e pela Controladoria Geral da União.

Nos acordos de leniência firmados com essas instituições, a empresa se comprometeu a indenizar o governo do Brasil

A multa por corrupção da Odebrecht na República Dominicana



Fonte: Procuradoria Geral da República Dominicana

em quase R\$ 7 bilhões. "Não há qualquer diferença entre os créditos decorrentes de acordos de leniência brasileiros ou dominicanos", diz a petição, a ser analisada pelo juiz João de Oliveira Rodrigues Filho, da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais.

"Submeter o acordo de leniência ao processo de recuperação judicial restabeleceria as investigações e eventuais multas às empresas e pessoas que reconheceram práticas ilícitas", afirma a República Dominicana. "Com consequências financeiras, operacionais, reputacionais e penais".

Segundo a apuração por MP e a CGU foram excluídas da recuperação judicial com base em uma brecha na legislação brasileira, que permite não incluir os créditos de órgãos do governo local. Graças a essa exceção, a Odebrecht escapou de uma briga com o MP, que poderia ameaçar a sobrevivência do conglomerado. Sem o acordo de leni-

cia no Brasil, as empresas do grupo teriam dificuldade para conquistar novos contratos e seguir operando.

Em reportagem publicada em junho, a Folha revelou que a construtora pretende negociar diretamente com as autoridades brasileiras, fora do processo de recuperação judicial, um prazo de pelo me-

nos mais cinco anos para fazer o pagamento em função da sua redução de caixa.

Em seu plano de recuperação judicial, a Odebrecht oferece aos credores títulos em divisas em formatos semelhantes aos resultados da empresa OEC. Dessa forma, os dominicanos poderiam sair da recuperação judicial no Brasil, o que permitiria os pagamentos. Todavia ainda não há informações se as leis locais vão permitir a manobra.

As delações dos executivos da Odebrecht tiveram forte impacto político na República Dominicana. Em 2017, omi-

nistro da Indústria e Comércio do país, Juan Temístocles Montás, e outras sete pessoas foram detidas sob acusação de receber suborno.

Além de Montás, titular da Economia nas gestões de Leonel Fernández (2004 a 2012) e no primeiro mandato do atual presidente, Danilo Medina (2012-2016), foram presos o ex-ministro de Obras Públicas Víctor Rúa e o ex-vice-presidente da Corporación de Empresas Eléctricas Estatales dominicanas Radhamés Segura.

Em nota enviada à reportagem, a Odebrecht S.A. informou que "segue atendendo os compromissos assumidos no acordo celebrado na República Dominicana explorando as investigações em curso".

"A companhia diz ainda que não tem notícia de qualquer processo de anulação e ação civil na manutenção do acordo celebrado".

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. 1º LEILÃO: 10/10/2019 às 10h00 | 2º LEILÃO: 17/10/2019 às 10h00. LOTE 01 - BERTAZZOLINI/SP - PORTAL DAS FLORES. FIDUCIÁRIO: TRAU UNIBANCO S/A.

EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E ON-LINE. 1º LEILÃO 07/10/2019 ÀS 11H00 | 2º LEILÃO 08/10/2019 ÀS 11H00. BIASÍ / GAIASEC.

Eike vence recurso e se livra de multa de R\$ 21 milhões

SÃO PAULO O empresário Eike Batista reverteu a condenação pelo uso de informação privilegiada (insider trading) no caso da OX5 e se livrou da multa de R\$ 21 milhões que havia sido imposta pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) em 2017.

A decisão foi tomada pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, órgão recursal vinculado ao Ministério da Economia.

Houve empatie na votação, e a decisão foi pelo voto de minoria da presidente do conselho, Ana Maria Meire Netto Oliveira, segundo a assessoria do ministério.

A defesa afirmava que a venda de ações foi para cumprir o compromisso de ter 25% dos papéis da OX5 em circulação no mercado e alegava ainda que Eike teve prejuízo na casa de R\$ 200 milhões pela operação.

Em casos mais recentes, o empresário foi condenado a pagar R\$ 536,5 milhões pelo uso de informação privilegiada na OXG, em maio deste ano. Em junho, a condenação aconteceu por omissão de informações, com multa de R\$ 550 mil.

Aérea chilena de baixo custo chega ao Brasil

SÃO PAULO A companhia aérea chilena JetSmart anunciou nesta terça-feira (24) o início de sua operação no Brasil com voos sem escalas de Santiago para São Paulo, Salvador e Foz do Iguaçu.

A empresa opera com passagens mais baratas e sem oferecer serviços como refeições, marcação de assentos, entretenimento de bordo e despacho de bagagem gratuita. Cada passagem pode levar, gratuitamente, uma bolsa de mão. Os voos para Salvador e São Paulo custarão R\$ 299 o trecho. Já os para Foz do Iguaçu sairão por R\$ 209 o trecho. O valor é acrescido das taxas operacionais.

A operação entre São Paulo e Santiago começará em 2 de março de 2020 e terá dois voos semanais.

Edição Consorcio, Leilão Oficial, matrícula JUCESP nº 071. João Victor Barreto Galvão - preposto em exercício, devidamente autorizado pelo Conselho Administrativo de Recursos Tributários (CAT) nº 100/2019. 1º LEILÃO: 07/10/2019 ÀS 11H00 | 2º LEILÃO: 08/10/2019 ÀS 11H00. BIASÍ / GAIASEC.

ANEXO BC – PÁGINA A 2 FOLHA DE S. PAULO EDIÇÃO DE 21/09/2022

A2 QUARTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 2022

FOLHA DE SÃO PAULO

opinião

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicada desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

DESLISTE: Luis Fria
DIRETOR DE REDAÇÃO: Sérgio Bialli
SUPERINTENDENTES: Carlos Torres de Lima e Julio Bello
COORDENADOR GERAL: Fernando Damazio, Helio Sturzemant, Joel Paulista da Fonseca, José Vicente, Luiz Heleno Trifano
COORDENADOR GERAL: Patricia Campos Nello, Paulo Arca, Ronaldo Lemos, Thiago Ventura, Luis Fria e Sergio Bialli (em ordem alfabética)
COORDENADOR GERAL: Gustavo Penn
COORDENADOR GERAL: Anderson Demin, Marcelo Amor e centenas de outros
COORDENADOR GERAL: Antonio L. Volante (em ordem alfabética)
COORDENADOR GERAL: Gustavo Penn
COORDENADOR GERAL: Anderson Demin, Marcelo Amor e centenas de outros
COORDENADOR GERAL: Antonio L. Volante (em ordem alfabética)

EDITORIAIS

Giro em falso

Bolsonaro começa com vexame em Londres e acaba com tentativa de moderação na ONU

Para os estrategistas da campanha de Jair Bolsonaro (PL) a rejeição, parecia uma grande oportunidade para o primeiro turno ser virado para o presidente eleito. Mas os resultados eleitorais não foram suficientes para garantir a vitória. Bolsonaro perdeu para Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em um giro em falso que começou em Londres e acabou com uma tentativa de moderação na ONU.

Agregando insulto à injúria, sua mulher passou para fotos com o rosto desprotegido para o vídeo. Como um deslize de moderação, Bolsonaro tentou se retratar durante o discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU, por comparação com seus três discursos anteriores, aduziu que "nem mais moderado, criando muitos números de crescimento e, tal como o primeiro, não se apoiou oficialmente no Brasil, mas no Congresso".

Como se viu, Bolsonaro seguiu sua bandeira do curso. Lula do Anticoro, com sua presença em um jornal de circulação nacional, o jornal "A Manhã" e no "Brasil", na sua tentativa de se apresentar como um homem de bem e de bem com o Brasil. Um hábito de moderação, mas Lula, preferiu discursos de campanha. Um curso real e frontal nas pesquisas. Lula iniciou Lula da Silva (PT), um apelo de moderação a imprensa e ser um presidente por um período de dois anos.

Em sua crítica direta a Lula pelo petróleo e energia em outra tentativa de idealização, repetida sua "uma fascinação sobre Deus, pátria e liberdade". Mostra, para reconstrução, a ideia de democracia e a oposição 7 de Setembro. Tudo isso, porém, mais distante das proposições anteriores. Bolsonaro quis posar até de um peixe da cartola, que sempre se tornou. Sua crítica ao isolamento na rejeição da Rússia e pedido de cessar fogo com a Ucrânia em um momento de moderação do mandato.

Direitos em choque

Prisão de homem que ofendeu Lula é exemplo de reação excessiva de agentes do Estado a críticas

A Constituição, em seu artigo 5º (incisos IV e V) e 227, assegura a plena liberdade de expressão no 5º. X, considerada como inviolável a vida privada, a honra, a imagem e a integridade das pessoas. Não é difícil notar que os dois dispositivos são contraditórios. Se a liberdade de expressão é inviolável, não há como punir quem ofende a honra, a imagem e a integridade das pessoas.

Não raro, tal distinção escapa às forças de segurança do Estado. É o que explica policiais locais que fazem a segurança do ex-presidente Lula. Inácio Lula da Silva, então presidente, foi preso em uma casa em São Paulo, em um momento de moderação do mandato. A atitude dos agentes é excessiva. Se o cidadão de fato lançou ofensas contra o candidato, trata-se de um caso comum que faz parte da vida pública. Augusto Árias, que põe a política de neutralização de bases de dados para o candidato em São Paulo para o candidato. Quando retornar ao Brasil, alguns deles foram levados para o Brasil para ser ouvidos no âmbito de uma investigação aberta a pedido da Procuradoria.

O resultado prático é que a imprensa censurada pode configurar delito claro quando exercita seu direito de liberdade de expressão. Mesmo a hiperbolicidade, que é dada ao jornalista, não é suficiente para justificar a prisão. O resultado prático é que a imprensa censurada pode configurar delito claro quando exercita seu direito de liberdade de expressão. Mesmo a hiperbolicidade, que é dada ao jornalista, não é suficiente para justificar a prisão.

Em um caso de prisão de um jornalista, Bolsonaro não foi o primeiro a fazer isso. Em um momento de moderação do mandato, Bolsonaro não foi o primeiro a fazer isso. Em um momento de moderação do mandato, Bolsonaro não foi o primeiro a fazer isso.



Mediocridade que vale ouro

Ilídio Schwartzman

Nas "Cães" (2022), o poeta mimamo Ilídio Schwartzman. Língua a não ser que o mundo, inventando-se um mundo para não se acomodar-se, nunca se afundou na terra, mas abateu a modéstia e a "fama no futuro". O Brasil tem um pouco de isso em uma série de investimentos, tentativas e esforços que se vão nos últimos anos. Também nos projetos de infraestrutura.

O Brasil tem um pouco de isso em uma série de investimentos, tentativas e esforços que se vão nos últimos anos. Também nos projetos de infraestrutura. O Brasil tem um pouco de isso em uma série de investimentos, tentativas e esforços que se vão nos últimos anos. Também nos projetos de infraestrutura.

Uma nota para Lula

Deivid McChuskey

Em um momento de moderação do mandato, Bolsonaro não foi o primeiro a fazer isso. Em um momento de moderação do mandato, Bolsonaro não foi o primeiro a fazer isso.

Horário eleitoral de alto custo

Rianno Rughossian

Em um momento de moderação do mandato, Bolsonaro não foi o primeiro a fazer isso. Em um momento de moderação do mandato, Bolsonaro não foi o primeiro a fazer isso.

Em um momento de moderação do mandato, Bolsonaro não foi o primeiro a fazer isso. Em um momento de moderação do mandato, Bolsonaro não foi o primeiro a fazer isso.

Em um momento de moderação do mandato, Bolsonaro não foi o primeiro a fazer isso. Em um momento de moderação do mandato, Bolsonaro não foi o primeiro a fazer isso.

Vermelho censurado

Marília Pereira Jorge

Em um momento de moderação do mandato, Bolsonaro não foi o primeiro a fazer isso. Em um momento de moderação do mandato, Bolsonaro não foi o primeiro a fazer isso.

Em um momento de moderação do mandato, Bolsonaro não foi o primeiro a fazer isso. Em um momento de moderação do mandato, Bolsonaro não foi o primeiro a fazer isso.

Em um momento de moderação do mandato, Bolsonaro não foi o primeiro a fazer isso. Em um momento de moderação do mandato, Bolsonaro não foi o primeiro a fazer isso.

FOLHA DE SPALHO ***

QUA-14-11-2022 21 DE SETEMBRO DE 2022 A13

BRASIL



O presidente da República, Jair Bolsonaro, discursa na abertura da Assembleia-Geral da ONU, em Nova York. (Foto: Lusa/Agf)

Bolsonaro ataca Lula e adota tom de campanha na ONU

Mais moderado, presidente mira público interno e pede cessar-fogo na Ucrânia

Thiago Amâncio

Resumo Presidente debruça-se em discursos de defesa e ataques a Lula e ao PT. Discursa na Assembleia Geral da ONU nesta terça-feira (20) para se dirigir a possíveis eleições em 2023. Lula é o maior nome no cenário político brasileiro, mas Bolsonaro também tem sido usado pela campanha.

Como em um discurso de campanha, o presidente atacou a esquerda, essa principal adversária, e fez um discurso de defesa de sua família, incluindo o ex-vice-presidente Michel Temer.

Em um discurso de campanha, o presidente atacou a esquerda, essa principal adversária, e fez um discurso de defesa de sua família, incluindo o ex-vice-presidente Michel Temer.

Em um discurso de campanha, o presidente atacou a esquerda, essa principal adversária, e fez um discurso de defesa de sua família, incluindo o ex-vice-presidente Michel Temer.

Em um discurso de campanha, o presidente atacou a esquerda, essa principal adversária, e fez um discurso de defesa de sua família, incluindo o ex-vice-presidente Michel Temer.

Em um discurso de campanha, o presidente atacou a esquerda, essa principal adversária, e fez um discurso de defesa de sua família, incluindo o ex-vice-presidente Michel Temer.

Em um discurso de campanha, o presidente atacou a esquerda, essa principal adversária, e fez um discurso de defesa de sua família, incluindo o ex-vice-presidente Michel Temer.

Em um discurso de campanha, o presidente atacou a esquerda, essa principal adversária, e fez um discurso de defesa de sua família, incluindo o ex-vice-presidente Michel Temer.

Em um discurso de campanha, o presidente atacou a esquerda, essa principal adversária, e fez um discurso de defesa de sua família, incluindo o ex-vice-presidente Michel Temer.

Em um discurso de campanha, o presidente atacou a esquerda, essa principal adversária, e fez um discurso de defesa de sua família, incluindo o ex-vice-presidente Michel Temer.

Em um discurso de campanha, o presidente atacou a esquerda, essa principal adversária, e fez um discurso de defesa de sua família, incluindo o ex-vice-presidente Michel Temer.

Em um discurso de campanha, o presidente atacou a esquerda, essa principal adversária, e fez um discurso de defesa de sua família, incluindo o ex-vice-presidente Michel Temer.

Em um discurso de campanha, o presidente atacou a esquerda, essa principal adversária, e fez um discurso de defesa de sua família, incluindo o ex-vice-presidente Michel Temer.

Em um discurso de campanha, o presidente atacou a esquerda, essa principal adversária, e fez um discurso de defesa de sua família, incluindo o ex-vice-presidente Michel Temer.

Em um discurso de campanha, o presidente atacou a esquerda, essa principal adversária, e fez um discurso de defesa de sua família, incluindo o ex-vice-presidente Michel Temer.

Em um discurso de campanha, o presidente atacou a esquerda, essa principal adversária, e fez um discurso de defesa de sua família, incluindo o ex-vice-presidente Michel Temer.

Em um discurso de campanha, o presidente atacou a esquerda, essa principal adversária, e fez um discurso de defesa de sua família, incluindo o ex-vice-presidente Michel Temer.

Em um discurso de campanha, o presidente atacou a esquerda, essa principal adversária, e fez um discurso de defesa de sua família, incluindo o ex-vice-presidente Michel Temer.

Em um discurso de campanha, o presidente atacou a esquerda, essa principal adversária, e fez um discurso de defesa de sua família, incluindo o ex-vice-presidente Michel Temer.

Em um discurso de campanha, o presidente atacou a esquerda, essa principal adversária, e fez um discurso de defesa de sua família, incluindo o ex-vice-presidente Michel Temer.

Em um discurso de campanha, o presidente atacou a esquerda, essa principal adversária, e fez um discurso de defesa de sua família, incluindo o ex-vice-presidente Michel Temer.

AGÊNCIA LUPA

APR # 10/2022

Presidente repete informações falsas sobre corrupção e feminicídios

O presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL) fez a discurso de abertura da 77ª Assembleia-Geral da ONU nesta terça-feira (20) em Nova York. Ele chegou aos Estados Unidos na noite da segunda-feira (19), após uma parada funcional na cidade de Brasília (DF) em Londres, no Reino Unido.

A Lupa citava as principais declarações do presidente. A assessoria de imprensa comunicada, mas não se pronunciou sobre o conteúdo desta edição.

“No meu governo, extinguimos a corrupção sistêmica que existia no país”
Bolsonaro afirmou que seu governo extinguiu a corrupção sistêmica que existia no país. Ele também mencionou a criação de uma comissão para investigar a corrupção no Brasil.

“Beneficiamos mais de 68 milhões de pessoas [com o auxílio emergencial]”
Bolsonaro afirmou que seu governo beneficiou mais de 68 milhões de pessoas com o auxílio emergencial. Ele também mencionou a criação de uma comissão para investigar a corrupção no Brasil.

“[...] A queda de 7,5% no número de feminicídios”
Bolsonaro afirmou que seu governo conseguiu uma queda de 7,5% no número de feminicídios no Brasil. Ele também mencionou a criação de uma comissão para investigar a corrupção no Brasil.

“[...] mais de 80% da Amazônia continua intocada”
Bolsonaro afirmou que seu governo conseguiu preservar mais de 80% da Amazônia. Ele também mencionou a criação de uma comissão para investigar a corrupção no Brasil.

“Relatores do Conselho de Direitos Humanos da ONU”
Bolsonaro afirmou que seu governo conseguiu melhorar a situação dos direitos humanos no Brasil. Ele também mencionou a criação de uma comissão para investigar a corrupção no Brasil.

“O Brasil foi o quarto maior destino de investimentos estrangeiros diretos no mundo”
Bolsonaro afirmou que seu governo conseguiu atrair mais investimentos estrangeiros diretos para o Brasil. Ele também mencionou a criação de uma comissão para investigar a corrupção no Brasil.

“Mais de 150 mil venezuelanos encontraram, em território brasileiro, assistência emergencial”
Bolsonaro afirmou que seu governo conseguiu ajudar mais de 150 mil venezuelanos que chegaram ao Brasil. Ele também mencionou a criação de uma comissão para investigar a corrupção no Brasil.

“Chegaram por Arthur Schomburg, Carol Madeira, Catiane Pereira, Gabriela Soares, Marcela Rosauro e Nathália Afonso”
Bolsonaro afirmou que seu governo conseguiu atrair mais investimentos estrangeiros diretos para o Brasil. Ele também mencionou a criação de uma comissão para investigar a corrupção no Brasil.

“[...] A informação está correta”
Bolsonaro afirmou que seu governo conseguiu atrair mais investimentos estrangeiros diretos para o Brasil. Ele também mencionou a criação de uma comissão para investigar a corrupção no Brasil.

1. Bolsonaro afirmou que seu governo conseguiu atrair mais investimentos estrangeiros diretos para o Brasil. Ele também mencionou a criação de uma comissão para investigar a corrupção no Brasil.

A14 QUARTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 2022
mundo

FOLHA DE S.PAULO

Na ONU, Bolsonaro tenta consertar estrago de Londres

Nanico diplomático, mandatário faz discurso moderado com defesa de reforma da entidade igual ao de Lula

ANÁLISE
Igor Gleijeses

SÃO PAULO Após o fiasco da sua passagem pelo funeral de Elizabeth em Londres, Jair Bolsonaro (PL) tenta mudar o estigma de inábil em um discurso bastante ambíguo gerado na abertura da Assembleia Geral da ONU. Claro, não se trata de um discurso de defesa de seu governo, mas sim de uma tentativa de se apresentar como um líder capaz de lidar com a crise global.

Porém, de sua atitude, falta ao ONU um ano, até o ano seguinte a eleição de Jair Bolsonaro. Já, no entanto, o Brasil já sofreu críticas de outros países, inclusive de aliados, por sua postura em relação à organização e ao seu papel na América Latina. Bolsonaro, por sua vez, não conseguiu evitar o uso de um discurso bastante ambíguo gerado na abertura da Assembleia Geral da ONU. Claro, não se trata de um discurso de defesa de seu governo, mas sim de uma tentativa de se apresentar como um líder capaz de lidar com a crise global.

A eleição, como previsto, esteve no centro de sua fala. Mas o "Lula futuro" que faz parte da campanha presidencial em Londres e o presidente apenas fez uma referência a ele na abertura da sessão. Bolsonaro, por sua vez, não conseguiu evitar o uso de um discurso bastante ambíguo gerado na abertura da Assembleia Geral da ONU. Claro, não se trata de um discurso de defesa de seu governo, mas sim de uma tentativa de se apresentar como um líder capaz de lidar com a crise global.

Aliados veem acerto na ONU e erro em discurso em Londres

Alguns países aliados de Bolsonaro, como o Brasil, veem o discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU como um ponto positivo. No entanto, o discurso em Londres foi considerado um erro por muitos aliados. Isso porque Bolsonaro não conseguiu evitar o uso de um discurso bastante ambíguo gerado na abertura da Assembleia Geral da ONU. Claro, não se trata de um discurso de defesa de seu governo, mas sim de uma tentativa de se apresentar como um líder capaz de lidar com a crise global.

Sobre Lula, Inácio Lula da Silva (PT), lidera pesquisas internacionais e que se tem feito uma concentração de votos nas eleições e entre os regimes de saque e corrupção. Bolsonaro, por sua vez, não conseguiu evitar o uso de um discurso bastante ambíguo gerado na abertura da Assembleia Geral da ONU. Claro, não se trata de um discurso de defesa de seu governo, mas sim de uma tentativa de se apresentar como um líder capaz de lidar com a crise global.

OUTROS LÍDERES

Boric estreia na ONU com defesa de nova Constituição para Chile
Boric, o presidente de Chile, Gabriel Boric, abriu seu discurso na Assembleia Geral da ONU com uma defesa de sua política econômica e social. Ele também fez uma referência à situação política do Chile e à necessidade de uma nova Constituição para o país.

Petro critica guerra às drogas e aponta erros contra América Latina
Petro, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, criticou a guerra às drogas e apontou erros na política externa da América Latina. Ele também fez uma referência à situação política da Colômbia e à necessidade de uma nova Constituição para o país.



Plenário da Assembleia Geral da ONU, em Nova York, durante discurso do secretário-geral da entidade, António Guterres. (AP/REUTERS)

Em discurso morno, presidente sepulta a já gélida política externa de seu governo

OPINIÃO

Thiago Américo
Professor de História e Relações Internacionais
da Universidade Federal de Pernambuco
e da Universidade de Brasília

Em seu discurso, o presidente Bolsonaro fez uma referência à situação política do Brasil e à necessidade de uma nova Constituição para o país. Ele também fez uma referência à situação política da América Latina e à necessidade de uma nova Constituição para o país.

Em seu discurso, o presidente Bolsonaro fez uma referência à situação política do Brasil e à necessidade de uma nova Constituição para o país. Ele também fez uma referência à situação política da América Latina e à necessidade de uma nova Constituição para o país.

Em seu discurso, o presidente Bolsonaro fez uma referência à situação política do Brasil e à necessidade de uma nova Constituição para o país. Ele também fez uma referência à situação política da América Latina e à necessidade de uma nova Constituição para o país.

Com a virada 180 graus de negacionista a pai da vacina e guardião do clima, Bolsonaro suaviza seu discurso, mas engata se quem pensa que isso significa moderação em Bolsonaro, mentir mesmo com fala mansa — implica apenas estratégia de ataque, não retirada

Com a virada 180 graus de negacionista a pai da vacina e guardião do clima, Bolsonaro suaviza seu discurso, mas engata se quem pensa que isso significa moderação em Bolsonaro, mentir mesmo com fala mansa — implica apenas estratégia de ataque, não retirada.

Em seu discurso, o presidente Bolsonaro fez uma referência à situação política do Brasil e à necessidade de uma nova Constituição para o país. Ele também fez uma referência à situação política da América Latina e à necessidade de uma nova Constituição para o país.

Indagam se autologia como mediador na guerra e cobra ONU

O presidente francês Emmanuel Macron fez uma referência à situação política da França e à necessidade de uma nova Constituição para o país. Ele também fez uma referência à situação política da América Latina e à necessidade de uma nova Constituição para o país.

Macron alisa Rússia e critica neutralidade na guerra da Ucrânia

O presidente da França, Emmanuel Macron, fez uma referência à situação política da França e à necessidade de uma nova Constituição para o país. Ele também fez uma referência à situação política da América Latina e à necessidade de uma nova Constituição para o país.